



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**NARAH CRISTINA MAIA TEIXEIRA**

**SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO TRABALHO NA COORDENADORIA DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/FUNCI DA SECRETARIA DE DIREITOS  
HUMANOS DE FORTALEZA-CE**

**FORTALEZA**

**2012**

**NARAH CRISTINA MAIA TEIXEIRA**

**SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO TRABALHO NA COORDENADORIA DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/FUNCI DA SECRETARIA DE DIREITOS  
HUMANOS DE FORTALEZA-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alba Maria Pinho de Carvalho

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

T267s

Teixeira, Narah Cristina Maia.

Sentidos e significados do trabalho na Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza-CE / Narah Cristina Maia Teixeira. – 2012.

214 f. , enc. ; 30 cm..

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.

Área de Concentração: Processos de trabalho, estado e transformações capitalistas.

Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

1.Assistência a menores – Política governamental – Fortaleza(CE). 2.Crianças – Política governamental – Fortaleza(CE). 3.Adolescentes – Política governamental – Fortaleza(CE). 4.Capitalismo. 5.Trabalho. 6.Coordenadoria da Criança e do Adolescente(Fortaleza,CE) – Servidores públicos. I. Título.

---

CDD 362.7483098131

**Narah Cristina Maia Teixeira**

**SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO TRABALHO NA COORDENADORIA DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/FUNCI DA SECRETARIA DE DIREITOS  
HUMANOS DE FORTALEZA-CE**

Dissertação submetida à Coordenação do  
Curso de Pós-graduação em Sociologia, da  
Universidade Federal do Ceará como requisito  
parcial do grau de mestre em sociologia.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (orientadora)**  
**Universidade Federal do Ceará (UFC)**

---

**Profa. Dra. Ângela de Alencar Araripe Pinheiro**  
**Universidade Federal do Ceará (UFC)**

---

**Prof. Dr. Marcelo Santos Marques**  
**Instituto Federal do Ceará (IFCE)**

---

**Prof. Dr. Jawdat Abu El-Haj.**  
**Universidade Federal do Ceará (UFC)**

**Aos trabalhadores e trabalhadoras do mundo**

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Alba vai um agradecimento muito especial por acreditar em mim desde o momento da seleção, pelos seus ensinamentos, por dividir comigo as alegrias e as angústias da produção intelectual, por ser, de fato, minha grande parceira nesse processo. Muito obrigada pelo cuidado, carinho, apoio. Sua amizade foi um belo presente que o mestrado me deu!

À minha mãe vai um muito obrigada especial pela paciência, doçura, carinho e apoio incondicional e fundamental. Amo muito você, minha mãe.

Às minhas amigas Lu, Renatinha e Leile, pelas escutas frequentes de minhas inúmeras angústias, pelos momentos de descontração, por compreenderem a minha ausência e por saber que torcem por mim. Amo vocês!

Aos alunos da turma 2010.1 da graduação das ciências sociais que deram um brilho especial a minha trajetória no mestrado, durante a experiência de estágio em docência.

Aos colegas da disciplina “Trabalho e Educação”, pelos diálogos marxianos e pelos momentos agradáveis vivenciados fora da sala de aula. Obrigada Pedro, Justino, Roberta, Mary, Paulo...

Agradecimentos também não podem faltar para Caco, que esteve presente durante o processo de seleção de mestrado, pela compreensão e carinho, pelas providenciais revisões no texto e pelas incessantes palavras de incentivo.

A tantos outros parentes, amigos e colegas que talvez nem saibam que um pequeno gesto ou palavra assumiram, nessa trajetória, um grande significado: Amanda Maia, tia Isinha, Niana, Aline Azevedo, Davi Aragão, Roney Rocha, Ana Vieira, Fabiana Izaías, Keyla de Sousa, Ricardo Lívio, Dona Zeza, Erasmo Ruiz, Tayane, Dona Cira, Alice, Cícero Augusto, Michol, seu Haroldo, Yuri, Norval Cruz, Francisco, Ercílio Langa, Marquinhos, Bruno Sampaio, Ricardo Gadelha, André Mindoso, Vinícius Frota, Aimberê, Socorro, professor Domingos, Louide Costa...

Aos trabalhadores da FUNCI, que me cederam seu tempo, alguns segredos e muitas inquietações.

Enfim, obrigada a todos e a todas.

O amor comeu meu nome, minha identidade, meu retrato. O amor comeu minha certidão de idade, minha genealogia, meu endereço. O amor comeu meus cartões de visita. O amor veio e comeu todos os papéis onde eu escrevera meu nome.

O amor comeu minhas roupas, meus lenços, minhas camisas. O amor comeu metros e metros de gravatas. O amor comeu a medida de meus ternos, o número de meus sapatos, o tamanho de meus chapéus. O amor comeu minha altura, meu peso, a cor de meus olhos e de meus cabelos.

O amor comeu meus remédios, minhas receitas médicas, minhas dietas. Comeu minhas aspirinas, minhas ondas-curtas, meus raios-X. Comeu meus testes mentais, meus exames de urina.

O amor comeu na estante todos os meus livros de poesia. Comeu em meus livros de prosa as citações em verso. Comeu no dicionário as palavras que poderiam se juntar em versos.

Faminto, o amor devorou os utensílios de meu uso: pente, navalha, escovas, tesouras de unhas, canivete. Faminto ainda, o amor devorou o uso de meus utensílios: meus banhos frios, a ópera cantada no banheiro, o aquecedor de água de fogo morto mas que parecia uma usina.

O amor comeu as frutas postas sobre a mesa. Bebeu a água dos copos e das quartinhas. Comeu o pão de propósito escondido. Bebeu as lágrimas dos olhos que, ninguém o sabia, estavam cheios de água.

O amor voltou para comer os papéis onde irrefletidamente eu tornara a escrever meu nome.

O amor roeu minha infância, de dedos sujos de tinta, cabelo caindo nos olhos, botinas nunca engraxadas. O amor roeu o menino esquivo, sempre nos cantos, e que riscava os livros, mordida o lápis, andava na rua chutando pedras. Roeu as conversas, junto à bomba de gasolina do largo, com os primos que tudo sabiam sobre passarinhos, sobre uma mulher, sobre marcas de automóvel.

O amor comeu meu Estado e minha cidade. Drenou a água morta dos mangues, aboliu a maré. Comeu os mangues crespos e de folhas duras, comeu o verde ácido das plantas de cana cobrindo os morros regulares, cortados pelas barreiras vermelhas, pelo trenzinho preto, pelas chaminés. Comeu o cheiro de cana cortada e o cheiro de maresia. Comeu até essas coisas de que eu desesperava por não saber falar delas em verso.

O amor comeu até os dias ainda não anunciados nas folhinhas. Comeu os minutos de adiantamento de meu relógio, os anos que as linhas de minha mão asseguravam. Comeu o futuro grande atleta, o futuro grande poeta. Comeu as futuras viagens em volta da terra, as futuras estantes em volta da sala.

O amor comeu minha paz e minha guerra. Meu dia e minha noite. Meu inverno e meu verão. Comeu meu silêncio, minha dor de cabeça, meu medo da morte.

(Os Três Mal-Amados - João Cabral de Melo Neto)

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar uma análise sobre os sentidos e significados do trabalho na Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI da Secretaria Direitos Humanos-SDH de Fortaleza/CE. Nesse sentido, buscamos, especificamente: circunscrever as reais condições de trabalho na FUNCI; apreender as formas de pensar, sentir e vivenciar a própria atividade profissional pelos trabalhadores (as) dessa Fundação; configurar o padrão de gestão/controlado desses sujeitos; discutir os diferentes posicionamentos dos trabalhadores (as) frente a essa realidade. Para tanto, realizamos uma pesquisa teórico-empírica, a partir de levantamento bibliográfico, em torno das categorias Capitalismo, Trabalho, Estado e Políticas Públicas Sociais; da realização de entrevistas com trabalhadores (as) da Coordenadoria da Criança e do Adolescente/ FUNCI; de pesquisas documentais e da observação da realidade dessa Fundação. Este texto foi construído em torno de uma introdução, 3 (três) capítulos e uma conclusão. A introdução trata do delineamento do objeto feito a partir de uma agenda de investigação, circunscrita em questionamentos centrais. Nesta seção faço, também, um relato detalhado sobre a minha experiência profissional na Fundação da Criança e da Família Cidadã/FUNCI no sentido de circunscrever o próprio objeto de estudo e configurar neste contexto específico, as diferentes expressões de precariedade do trabalho em suas dimensões objetivas e subjetivas. No fim desta seção trato sobre a relevância do presente estudo para o campo social e científico. No primeiro capítulo faço uma abordagem sobre as categorias analíticas desse estudo no contexto da contemporaneidade, são elas: capitalismo; precarização do trabalho; Estado e políticas sociais e trabalho precário no campo das políticas (públicas) sociais. Nesta seção, destaco o sub-tópico mundo do trabalho na contemporaneidade: reconfigurações em meio à precarização, pois nele estão consubstanciadas as reflexões teóricas fundamentais desta pesquisa. Neste sub-tópico abordo sobre o delineamento contemporâneo do mundo do trabalho, sobre a precarização do trabalho no decorrer da história do capitalismo e, por fim, trato das novas e precárias configurações do trabalho nas políticas sociais. O segundo capítulo trata do processo investigativo desta pesquisa. Para tanto abordamos questões referentes aos referenciais teórico-metodológicos, às configurações e delimitações do campo e seus sujeitos e, por fim, às estratégias de coleta e análise dos dados. O terceiro e último capítulo aborda sobre os desvendamentos feitos a partir da pesquisa empírica, em um diálogo com a bibliografia selecionada para fins deste estudo. Por fim, têm-se as principais conclusões desta investigação.

**Palavras - Chave: Precarização do trabalho. Capitalismo contemporâneo. Estado e Políticas Públicas Sociais. Configurações do trabalho nas Políticas Públicas Sociais.**



## ABSTRACT

This thesis features the aim to analyze senses and meanings of the work performed at the Coordination of the Child and the Adolescent/Foundation of the Citizen Child and Family (FUNCI), a branch of the Human Rights Secretariat (SDH) of Fortaleza, state of Ceará, Brazil, based on a configuration of its objective and subjective dimensions. We specifically seek to: circumscribe the real working conditions at FUNCI; apprehend the ways in which employees think, feel and experience their own working activity; configure the standard of administration/control of these subjects; and discuss employees' diverse positions regarding this reality. Therefore, we conducted a theoretical and fieldwork research that comprised of a literature review of the categories Capitalism, Work, State and Social Public Policy; interviews with employees of the Coordination of the Child and the Adolescent/FUNCI; investigation of documents and observation of the daily routine at the Foundation. This text comprises of an introduction, three chapters and final words. The introduction outlines the object based on a schedule of investigation, organized around main questions. Also in this section, I provide a detailed testimony of my professional experience at the Foundation of the Citizen Child and Family (FUNCI) as a way to circumscribe the object of study itself and configure its context and the diverse expressions of work precariousness in its objective and subjective dimensions. Thus I discuss the relevance of this study for the social and scientific fields. The first chapter approaches the analytical categories mobilized in the context of contemporaneity, e.g. capitalism; work precariousness; State and social policies; and precarious work in the field of social (public) policies. In this section, the topic 'Work in the contemporary world: reconfigurations in times of precariousness' underlies the fundamental theoretical discussions of this research. The section discusses the contemporary outline of the world of work, the unfolding precariousness of work in the history of capitalism and finally takes into account the new and precarious configurations of the work conducted behind social policies. The second chapter outlines the investigative process of this research. We approach questions derived from the theoretical and fieldwork research review, from configurations and outlines of the field and subjects and, at last, from the strategies of data collection and data analysis. The third and final chapter discusses the unveiling that was made possible through fieldwork research, in dialogue with the literature review. Thus follows the main considerations of this investigation.

**Key-words: Work precariousness – Contemporary capitalismo; State and Social Public Policy – Work configurations in social public policy.**

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CEPAL – Comissão Americana para a América Latina e o Caribe

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CRFB - Constituição da República Federativa Brasileira

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FUNCI - Fundação da Criança e da Família Cidadão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MSE – Medida Socioeducativa em Meio aberto

MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais

NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não Governamental

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PEA - População Economicamente Ativa

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>12</b> |
| <b>Delineando o objeto de estudo .....</b>  | <b>12</b> |
| <b>A pesquisadora e o seu objeto: caminhos de um percurso de exercício<br/>    profissional no campo das políticas sociais.....</b>   | <b>14</b> |
| <b>A proposta investigativa e seus significados: a relevância social e o<br/>    potencial analítico.....</b>   | <b>29</b> |
| <b>1 EM BUSCA DE DETERMINAÇÕES GERAIS PARA PENSAR O<br/>TRABALHO NO EXERCÍCIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: ADENTRANDO<br/>NO CAMPO DO ABSTRATO A CIRCUNSCREVER VIAS TEÓRICAS.....</b> | <b>32</b> |
| <b>1.1 Os circuitos do sistema do capital na contemporaneidade .....</b>  | <b>33</b> |
| <b>1.2 O mundo do trabalho na contemporaneidade: reconfigurações<br/>    em meio à precarização .....</b>   | <b>36</b> |
| <b>1.2.1 O novo mundo do trabalho.....</b>  | <b>36</b> |
| <b>1.2.2 A precarização como marca do novo mundo do trabalho .....</b>  | <b>40</b> |
| <b>1.3 Processos de ajuste à nova ordem capitalista: redefinições<br/>    do Estado e das Políticas Públicas.....</b>   | <b>49</b> |
| <b>1.4 O (novo) mundo do trabalho no espaço estatal: natureza<br/>    do trabalho e universo dos trabalhadores.....</b>   | <b>56</b> |
| <b>1.5 A precarização do trabalho na política pública social .....</b>  | <b>61</b> |
| <b>2 O PROCESSO INVESTIGATIVO EM CURSO: CONSTRUINDO CAMINHOS E<br/>TRILHAS PARA (RE)PENSAR O TRABALHO NO ÂMBITO DA FUNCI .....</b>  | <b>66</b> |
| <b>2.1 O horizonte do processo: o movimento dialético para apreender<br/>    a dinâmica do real .....</b>   | <b>66</b> |
| <b>2.2 O concreto a ser desvendado: o campo e seus sujeitos.....</b>  | <b>68</b> |
| <b>2.3 O processo investigativo: estratégias para apropriação do concreto.....</b>  | <b>79</b> |
| <b>2.3.1 Análise dos dados.....</b>   | <b>82</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>3 NAS TESSITURAS DO CONCRETO PENSADO: O MUNDO DO<br/>TRABALHO DA FUNCI EM SEUS SENTIDOS E SIGNIFICADOS .....</b>  | <b>90</b>  |
| <b>3.1 O perfil dos sujeitos .....</b>   | <b>90</b>  |
| <b>3.2 Inserção Institucional e o Cotidiano de Trabalho .....</b>  | <b>92</b>  |
| <i>3.2.1 Inserção Institucional na FUNCI: a busca de um trabalho no contexto<br/>de desemprego e precarização.....</i>   | <i>92</i>  |
| <i>3.2.2 O processo de capacitação na formação do profissional atuante na FUNCI.....</i>   | <i>98</i>  |
| <i>3.2.3 A interdisciplinaridade no exercício do trabalho socialmente necessário .....</i>   | <i>103</i> |
| <i>3.2.4 O exercício do trabalho precário no cotidiano da Coordenadoria da<br/>Criança e do Adolescente/FUNCI.....</i>   | <i>106</i> |
| <i>3.2.5 Problemáticas sociais emergentes do campo de trabalho.....</i>  | <i>124</i> |
| <i>3.2.6 Relações interpessoais no trabalho .....</i>  | <i>131</i> |
| <b>3.3 A Precarização nas formas de mercantilização da força de trabalho:<br/>direitos em questão .....</b>  | <b>138</b> |
| <b>3.4 Os sentidos e significados do trabalho: Olhares da<br/>classe-que-vive-do-trabalho operadoras das Políticas Públicas Sociais .....</b>  | <b>152</b> |
| <i>3.4.1 Ser trabalhador (a) da FUNCI: caminhos e descaminhos de<br/>trajetórias em processo .....</i>   | <i>154</i> |
| <i>3.4.2 Concepções dos sujeitos trabalhadores acerca do trabalho assumido<br/>no contexto institucional da FUNCI: configurações dos sentidos do<br/>atuar na Política de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente .....</i>   | <i>157</i> |
| <i>3.4.3 Impactos do trabalho na vida dos trabalhadores e suas expressões<br/>nos processos identitários: motivações, prazeres e sofrimentos,<br/>desvalorização e insatisfação, dominância do tempo de trabalho,<br/>alienações, amadurecimento como pessoa e como trabalhador.....</i> | <i>161</i> |
| <i>3.4.4 Para além do presente: perspectivas no horizonte de trabalhadores<br/>e trabalhadoras .....</i>   | <i>174</i> |
| <b>3.5 Formas de resistência dos trabalhadores no contexto das expressões<br/>peculiares de domínio no mundo do trabalho da FUNCI.....</b>   | <b>178</b> |
| <b>À GUIA DE CONCLUSÃO .....</b>   | <b>192</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>199</b> |
| <b>ANEXO.....</b>  | <b>207</b> |

## INTRODUÇÃO

*“Os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separar seu trabalho de suas vidas. Encaram a ambos demasiado sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra”. Charles. Wright Mills*

### **Delineando o objeto de estudo**

Em resposta às interpelações do mundo contemporâneo no século XXI, assumo, como temática de estudo, o mundo do trabalho e suas redefinições no cenário da mundialização e financeirização do capital e dos processos de reforma do Estado.<sup>1</sup>

Considerando a complexidade das metamorfoses desse mundo do trabalho, incido o meu olhar nos sentidos e significados que ele assume, nos marcos do sistema do capital contemporâneo - últimas décadas do século XX e limiar do século XXI. Vale salientar que esses sentidos e significados do trabalho envolvem tanto as suas dimensões objetivas quanto os seus aspectos subjetivos, a configurar o que os estudiosos dessa temática vêm denominando de “o novo mundo do trabalho”.

De saída, cumpre dizer que o novo mundo do trabalho traz como marca intrínseca o fenômeno da precarização laboral que se expressa na perda de direitos trabalhistas, no aumento da exploração da força de trabalho, no desemprego estrutural. Em verdade, essa precarização do trabalho impacta de forma decisiva a própria subjetividade dos trabalhadores, provocando novas formas de alienação e estranhamento; vulnerabilização da identidade individual e coletiva desses sujeitos; novas formas de sentir, pensar e vivenciar o próprio trabalho. (ALVES, 1999, 2005, 2007; ALVES e ANTUNES, 2004; ANTUNES, 1997, 2005, 2007; DRUCK, 2007). Em rigor, esse fenômeno afirma-se como tendência dos tempos contemporâneos, permeando as diversas experiências de trabalho nos setores de produção e reprodução social, mormente no âmbito da chamada economia informal.

Diante do exposto, cabe demarcar, com clareza, que nos interessa, especificamente, investigar os sentidos e significados do trabalho no âmbito do próprio

---

<sup>1</sup> Circunscrevo a discussão do mundo do trabalho no âmbito da civilização do capital em tempos contemporâneos, considerando o novo momento de desenvolvimento capitalista e as reformas do Estado ora em curso. Essa configuração será desenvolvida no capítulo primeiro desta dissertação.

Estado, nos processos de implementação das políticas públicas de caráter social<sup>2</sup>. De fato, a minha pretensão investigativa é desvendar sentidos e significados do trabalho no exercício das políticas públicas sociais. Dentre tais políticas, incido o meu foco na Política de Direitos Humanos, voltada para as crianças e adolescentes, que no município de Fortaleza-CE é assumida pela Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI da Secretaria de Secretaria de Direitos Humanos<sup>3</sup>. No interior dessa Coordenadoria, trabalho dois programas emblemáticos, qual seja o “Crescer com Arte”<sup>4</sup> e o “Acolhimento Institucional”<sup>5</sup>. A escolha desses dois programas baseou-se em dois critérios: a inserção institucional e a precariedade das condições de exercício profissional. De fato, o “Crescer com Arte” insere-se na linha de Promoção Social e o “Acolhimento Institucional” na linha de Proteção Social. E ambos os programas circunscrevem precárias condições de trabalho.

No esforço de pensar os sentidos e significados do trabalho no interior de uma Coordenadoria direcionada para criança e adolescente, delinheiro uma agenda de investigação, circunscrita nas seguintes questões:

1. Quais as configurações objetivas do trabalho no desenvolvimento das políticas sociais do município de Fortaleza, tomando como referência a Coordenadoria da Criança e do Adolescente - FUNCI?

---

<sup>2</sup> As políticas públicas de caráter social se referem às ações voltadas para redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo, podendo-se citar as políticas de habitação, saúde, assistência social, educação, previdência, dentre outras. Contudo, o conceito de políticas social dependerá do padrão de proteção social adotado pelo Estado, questão que será abordada no item 2.2 deste texto.

<sup>3</sup> A Coordenadoria da Criança e do Adolescente-FUNCI, atualmente vinculada a Secretaria de Direitos Humanos, tem como objetivo fomentar a política de direitos humanos para o público infante-juvenil do município de Fortaleza-CE. Esta Coordenadoria passou, ao longo de sua história, por diversas denominações e reconfigurações. Foi criada em 1993, com o nome Fundação da Cidade – FUNCI, através da lei n. 7488 de 30 de dezembro de 1993, com o propósito de desenvolver ações de enfrentamento à situação de vulnerabilidade social, envolvendo crianças e adolescentes da cidade de Fortaleza. Em 1999, a Fundação passou a ser denominada Fundação da Criança e da Família Cidadã-FUNCI, através da Lei 8.389 de 14 de dezembro de 1999. Em 2005, esta instituição passou a definir-se na perspectiva da promoção e garantia dos direitos, em detrimento de práticas pontuais e assistencialistas. Em 2008, com a criação da Secretaria de Direitos Humanos-SDH, a FUNCI passou a ser denominada Coordenadoria da Criança e do Adolescente-FUNCI, passando a ter natureza mista - governamental e não-governamental.

<sup>4</sup> Este programa atende crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade e risco social, através de atividades de arte e educação social com o objetivo de desenvolver sensibilidade, criatividade, senso estético, criticidade, autonomia nos jovens, além da permanência no ensino escolar e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O projeto acontece em diversas comunidades periféricas do município de Fortaleza e cada unidade conta com uma equipe de educadores sociais, arte educadores, coordenador da unidade, agente administrativo, motorista, cozinheiro, auxiliar de serviços gerais.

<sup>5</sup> O “Acolhimento Institucional - Casa das Meninas e Casa dos Meninos” é um programa que visa abrigar provisoriamente adolescentes em situação de moradia de rua, buscando promover e garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

2. Como os trabalhadores das políticas sociais atuantes no espaço da Coordenadoria percebem, sentem e representam o seu próprio trabalho?

3. Quais os sentidos e significados que estes trabalhadores atribuem a sua atividade laboral?

4. No âmbito institucional, quais as formas de gestão e controle dos referidos profissionais?

5. Quais as respostas dos trabalhadores atuantes nos programas sociais da FUNCI, face ao quadro de precarização das condições de trabalho?

6. Como se expressam as resistências desses sujeitos em nível individual e coletivo?

Essa agenda de questões delinea recortes básicos neste esforço de construção processual do objeto de investigação<sup>6</sup>. Avançando neste processo, configuro, como objetivo desta pesquisa, a análise sobre as expressões das dimensões objetivas do trabalho na Coordenadoria da Criança e do Adolescente-FUNCI, circunscrevendo condições relativas a vínculo empregatício, salário, jornada laboral, quadro de profissionais, instalações físicas, disponibilidade de instrumentos de trabalho. Configuro, também, como objetivo do presente estudo, a análise dos aspectos subjetivos desse trabalho, através da apreensão das formas de gestão/controlado dos trabalhadores da FUNCI, da discussão dos seus posicionamentos frente à precariedade laboral, das formas de sentir, pensar e vivenciar o próprio trabalho por parte desses sujeitos.

Considerando essas demarcações chaves, é importante destacar que o foco analítico desta pesquisa incide nas configurações do trabalho no campo das Políticas Públicas Sociais em âmbito municipal, delineando as dimensões objetivas e subjetivas desse trabalho.

### **A pesquisadora e o seu objeto: caminhos de um percurso de exercício profissional no campo das Políticas Públicas Sociais**

A proposta de investigação ora apresentada surge a partir do meu exercício profissional, no campo do serviço social, junto às Políticas Públicas de saúde, assistência

---

<sup>6</sup> Como referência na discussão sobre o objeto sociológico, Pierre Bourdieu *et alii* (1999, 48) comenta que “não se pode esquecer, de modo algum, que o real nunca toma a iniciativa já que só dá resposta quando é questionado.” Assim, o objeto sociológico vai sendo construído a partir de aproximações sucessivas e reflexivas do pesquisador com a realidade. Com isso, o pesquisador vai construindo processualmente o seu objeto, como objeto refletido, teorizado.

social e, em especial, junto à Política Municipal de Direitos Humanos com Crianças e Adolescentes do município de Fortaleza. Nessas experiências profissionais, chamou-me atenção a precariedade das condições laborais, sob as quais os profissionais das referidas Políticas desenvolviam o seu trabalho. No entanto, embora a precariedade do trabalho estivesse presente em todas essas experiências, foi a minha atuação na Fundação da Criança e da Família Cidadã-FUNCI, enquanto estagiária, educadora e assistente social, ao longo de três anos intermitentes, que contribuiu de forma decisiva para o meu real interesse em investigar os sentidos e significados do trabalho no campo das Políticas Públicas Sociais, em particular, nessa Coordenadoria.

Cumpram-se destacar que outros dois fatores que me motivaram para a realização da presente pesquisa foram as leituras e discussões realizadas sobre a temática do trabalho, durante o curso de serviço social, e o meu vínculo com a pesquisa “Morte e Trabalho: uma análise da identidade de trabalhadores que lidam com a morte e o morrer”<sup>7</sup>, na condição de pesquisadora. De fato, essas leituras e discussões me despertaram para as questões do mundo do trabalho como desafio teórico-político; enquanto que, com a referida pesquisa, foi possível uma aproximação com a questão da precariedade laboral, uma vez que as péssimas condições de trabalho apareciam com grande frequência no discurso dos sujeitos entrevistados. De fato, durante essa pesquisa, realizei entrevistas com peritos criminais de Fortaleza que, ao falar do seu cotidiano de trabalho, revelavam sua imensa insatisfação com os péssimos salários, com a falta ou precárias condições do material e dos equipamentos para a realização das atividades, com as elevadas cargas horárias de trabalho e o número reduzido de profissionais.

Feitas estas demarcações iniciais, incido o meu olhar sobre a minha trajetória profissional na FUNCI, através de uma descrição detalhada das condições de trabalho e das minhas próprias percepções e atitudes em relação ao trabalho. Vale salientar que esse relato detalhado do meu percurso profissional na FUNCI é uma forma de circunscrever o próprio fenômeno de estudo.

No ano de 2003, quando ainda cursava o quarto semestre de serviço social, ingressei na FUNCI como estagiária do projeto “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e

---

<sup>7</sup> Esse projeto estava vinculado ao Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará e tinha por objetivo compreender a construção da identidade de trabalhadores que lidam diretamente com a morte e o morrer no cotidiano de seu trabalho. Cumpram-se destacar que me vinculei a essa pesquisa na condição de pesquisadora, financiada pela FUNCAP, e que esse trabalho gerou a minha produção monográfica intitulada “O perito diante da morte: uma análise da identidade de peritos criminais.



Humano”<sup>8</sup>, após processo seletivo que constava de análise de currículo, dinâmica de grupo e entrevista individual.

Uma gama extensa e complexa de atividades fazia parte do meu cotidiano de estágio - oficinas educativas e recreativas, visitas domiciliares, acompanhamento individual dos jovens, reuniões com os familiares, articulação e mobilização comunitária, dentre outras. Apenas as oficinas educativas eram divididas com o facilitador, durante três dias da semana, o restante das atividades ficava sob minha responsabilidade. Cabe ressaltar que, em muitos momentos do cotidiano de estágio, chegava a assumir responsabilidades de uma profissional de serviço social, uma vez que Coordenação<sup>9</sup> do referido projeto contava com um número reduzido de assistentes. O acompanhamento dos estagiários era feito de forma esporádica e dava-se através de algumas visitas feitas aos locais de funcionamento das atividades, reuniões que não passavam de uma a duas vezes por mês e através do telefone, tirando algumas dúvidas. Esta situação desrespeita o “Código de Ética dos Assistentes Sociais” ao prevê o acompanhamento direto e sistemático do estagiário de serviço social por um técnico da área.

Cumpria, pelo menos formalmente, uma carga horária de trabalho de vinte horas semanais, vindo a receber mensalmente, à época, uma bolsa de R\$ 200,00 e vale transporte. Essa carga horária semanal sempre era ultrapassada, pois geralmente fazia planejamentos, relatórios e estudos de caso fora do expediente de estágio. É importante destacar que as horas extras de trabalho nunca eram compensadas, naturalizando, assim, a extensão da jornada de trabalho.

Diante do exposto, já teríamos elementos suficientes para caracterizar esse estágio como um trabalho precário. Contudo, a precariedade dessa experiência assume múltiplas expressões. De fato, o número exorbitante e complexo de tarefas, a quantidade ínfima de profissionais exercendo supervisão, a carga horária extra sem compensação e a baixa remuneração se somavam a inúmeras outras situações.

---

<sup>8</sup> Este projeto, de financiamento federal e execução municipal, atendia jovens de 15 a 17 anos de idade, em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, através de atividades socioeducativas e da bolsa agente jovem com o objetivo de promover o protagonismo juvenil em âmbito pessoal, familiar e comunitário. Os grupos funcionavam em comunidades pobres de diversos municípios brasileiros, inclusive em Fortaleza, e contavam com a participação de 25 jovens. Em 2007, o projeto passou por redefinições, ganhando a denominação de “Projovem Adolescente”. Neste mesmo ano, em Fortaleza, o projeto deixa de ser executado pela FUNCI, passando para responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza.

<sup>9</sup> A Coordenação do “Agente Jovem” ficava localizada no Centro da cidade e era composta por uma equipe multidisciplinar com a função de coordenar, acompanhar e supervisionar facilitadores e estagiários do projeto, dentre outras atividades.

De início, não questioneei o meu contexto de trabalho, colocando-me a responsabilidade de dar conta das demandas da prática profissional, encarnando, assim, a perspectiva individualizante face a questões públicas. Desse modo, não refletia criticamente sobre a situação, assumindo como meu dever dar conta das expectativas do projeto.

Por não prevê espaço próprio para funcionamento, o projeto se realizava em equipamentos sociais já existentes na comunidade. Assim, o nosso grupo<sup>10</sup> começou a funcionar em uma escola do bairro Álvaro Weyne, de onde tivemos que nos transferir, após um mês de atividades, para uma associação comunitária do mesmo bairro, uma vez que a direção da escola solicitou a liberação da sala para utilizá-la para outros fins.

As atividades passaram a acontecer em um ambiente físico desolador: ficávamos reunidos em uma sala muito pequena, de em torno 7,5 por 4,5 metros quadrados, sem ventilação adequada, com uma pintura bastante desgastada, contendo cadeiras do jardim da infância e móveis bem velhos. O espaço, ainda, ficava localizado em frente a uma avenida movimentada, o que o tornava bastante barulhento, fato que se agravava quando as janelas ficavam abertas devido ao calor. Além de não possuir uma sala apropriada para realização das atividades educativas, a Associação de Moradores não possuía local próprio para guardar alimentos e material pedagógico, para realizar atividades recreativas, para fazer acompanhamento individual. Enfim, o ambiente era inteiramente inadequado para a natureza do trabalho desenvolvido.

Quanto ao instrumental específico de trabalho, é importante sublinhar o material pedagógico e o material recreativo, sempre faltavam ou chegavam em quantidade insuficiente e com péssima qualidade. O lanche oferecido aos adolescentes também era de péssima qualidade e sem nenhuma variedade. E mais: o fardamento dos adolescentes nunca tinha previsão de chegada e a bolsa de R\$ 65,00 que lhes cabiam receber, sempre atrasava.

Assim, em meio a precariedade do espaço, do instrumental de trabalho, das condições básicas para a realização do projeto, a maioria das atividades aconteciam, também, de forma precária, reproduzindo um ciclo vicioso a comprometer a atuação educativa no âmbito do programa. Em termos concretos, cabe destacar: as atividades esportivas se resumiam a jogos improvisados em sala; as visitas domiciliares, das mais próximas as mais

---

<sup>10</sup> O grupo pelo qual estava responsável era denominado “Agente Jovem – Álvaro Weyne”, em virtude da localização do projeto no referido bairro.

distantes, eram realizadas a pé; as conversas individuais com adolescentes aconteciam nos corredores da Associação; as oficinas educativas aconteciam com poucos ou nenhum recurso pedagógico.

As condições relatadas não se limitavam à realidade do coletivo Álvaro Weyne. Nas reuniões<sup>11</sup> com a coordenação do Projeto, as reclamações dos estagiários e facilitadores convergiam para a precariedade do trabalho: estrutura física inadequada; falta de material pedagógico; número insuficiente de profissionais; falta de alimentação; atraso nos vales-transporte dos adolescentes e, ainda, o atraso do salário dos facilitadores, que chegaram a trabalhar, em torno de cinco meses, sem receber.

No discurso oficial, encarnado na fala dos coordenadores, a falta de infra-estrutura básica para a execução das atividades não era motivo para justificar o não cumprimento de tais atividades. Nessas reuniões, a situação precária era justificada como consequência da falta de verba, com o argumento de que tal precariedade deveria ser contornada pelos profissionais, através do uso da criatividade, de articulações com a comunidade e com outras instituições, dentre outras “estratégias”. E o agravante de todo este universo de precarização é a internalização pelos estagiários e facilitadores de sua responsabilidade de fazer o trabalho acontecer, em meio a este universo de faltas e deficiências. Assim, muitas atividades previstas pelo projeto só aconteciam devido a ações voluntárias da comunidade, dos profissionais e até dos educandos que supriam o que o Estado deveria suprir, sem nenhuma discussão crítica e pressão coletiva junto à instituição.

Cabe ressaltar, ainda em relação as reuniões com os coordenadores do projeto, que durante o relato das dificuldades sentia um clima de solidariedade entre os profissionais das unidades. Contudo, quando a pauta direcionava-se para a socialização das ações realizadas por cada coletivo, o clima da reunião era de constrangimento e competitividade, já que os profissionais que promoviam mais mobilizações, passeios, apresentações públicas e faziam parcerias eram elogiados e tidos como “exemplo” por parte da Coordenação, enquanto os que tinham menos atividades desenvolvidas, mesmo com a justificativa da falta de estrutura, eram criticados e pressionados a agir como “os exemplos”. Percebia que era vista

---

<sup>11</sup> As reuniões entre Coordenação, estagiários e facilitadores do “Agente Jovem” aconteciam uma vez por mês com o objetivo de promover socialização das experiências vivenciadas pelos profissionais nos coletivos. Além de um momento mais formal, nesses encontros tínhamos contatos mais informais com outros profissionais do Projeto e podíamos constatar, como um elemento comum, as péssimas condições laborais.

como uma boa estagiária, que conseguia enfrentar as dificuldades, muito embora, durante essas reuniões fosse uma das vozes indignadas com a situação de precariedade do projeto.

Assim, as péssimas condições laborais, somadas a grande pressão dos jovens por melhorias e a cobrança da Coordenação por resultados foi fazendo do meu dia a dia de estágio algo pesaroso, sobrecarregado. Boa parte desse desgaste também advinha da escuta cotidiana de histórias de vida bastante sofridas, principalmente pelas situações de pobreza, associada à sensação de impotência por não conseguir atender as demandas apresentadas. Nesse período, achava que a pobreza desses adolescentes seria solucionada a partir da implementação de políticas sociais universais e qualidade, não atentando para as dimensões mais estruturais do problema.

Mesmo me indignando com as condições precárias do projeto, não chegava a fazer uma análise da situação de forma mais ampla e crítica, muitas vezes agindo pontualmente numa tentativa de superar as dificuldades, chegando a me sentir culpada quando as coisas não aconteciam a contento.

É importante destacar que, mesmo tendo sido uma das experiências mais precárias de trabalho, o estágio no “Agente Jovem” me trouxe muitas alegrias, principalmente quando conseguia providenciar atividades de lazer e via a satisfação dos jovens; quando recebia expressões de reconhecimento e carinho por parte deles, quando percebia os adolescentes com mentalidades mais críticas e conscientes. Importa dizer, ainda, que esse estágio foi um dos mais marcantes, pois através dele descobri minha paixão pela educação social.

Depois de um ano de “Agente Jovem” resolvi sair do projeto para buscar outras experiências profissionais na política social, com a esperança de serem mais dignas tanto para os trabalhadores quanto para o público atendido. Lembro-me que a sensação era um mistério de saudade, alívio e esperança.

Em setembro de 2005, depois de ter realizado monitoria acadêmica e estágio no Serviço Especial de Defesa do Idoso, da Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente, volto a FUNCI, na condição de estagiária de serviço social do “Raízes da Cidadania”<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Este projeto, de financiamento e execução municipal, criado em 2005 tinha por objetivo promover direitos humanos para comunidades com menores Índices de Desenvolvimento Humano de Fortaleza-CE, através de mobilização social, encontros comunitários, atividades socioeducativas com indivíduos e grupos, atendimentos

Tal projeto começou a fazer parte do organograma da Fundação, nos primeiros meses do ano de 2005, logo que a líder petista assumiu a gestão municipal. Vale salientar que muitos militantes, que se encontravam nas ruas lutando por representação petista, passaram a ocupar cargos em diversas instituições públicas, inclusive na FUNCI.

Percebia-se que, na referida instituição, a metodologia de trabalho já não era mais a mesma da vivenciada no estágio em 2003, quando ainda estávamos sob a gestão municipal pemedebista. Com as capacitações iniciais, treinamento que não aconteceu no projeto “Agente Jovem”, foi possível perceber que o direcionamento do trabalho passou a ser mais sistematizado, progressista e participativo, muito embora, a continuidade das péssimas condições estruturais não permitissem a realização de muitas atividades básicas de programas, projetos e serviços.

Nas Raízes, as condições de trabalho não eram muito diferentes das vivenciadas no estágio do “Agente Jovem”. A unidade do “Caça e Pesca”, raiz onde fui alocada, funcionava dentro da Unidade Básica de Saúde da Família da comunidade Caça e Pesca em uma sala de, em torno, 4,0 metros quadrados. Nesta saleta ficavam comportados dez profissionais, dois birôs e uma estante bem velha.

Na unidade do “Caça e Pesca” não havia local adequado para realização de muitas das atividades previstas pelo projeto. Nos atendimentos individuais, para garantir um mínimo de privacidade, uma parte da equipe se deslocava para os corredores do posto até que o atendimento fosse concluído. As atividades grupais eram realizadas nos espaços de outras instituições, como escolas e clubes, quando se conseguia parcerias; as visitas domiciliares eram realizadas apenas às residências mais próximas devido à falta de transporte.

Os profissionais não contavam com material de escritório suficiente, computador, com material pedagógico. Em muitos momentos para se providenciar um relatório, por exemplo, o profissional fazia uso do computador pessoal em horários fora do expediente de trabalho. Contudo, a própria equipe não se conformava com a situação e reivindicava melhorias junto à Coordenação do projeto. Assim, após quatro meses de funcionamento na

---

individuais e coletivos, encaminhamento para rede de atendimento social, visitas domiciliares, dentre outras ações. Cada unidade das “Raízes” recebe o nome do bairro onde fica localizada e contava com uma equipe formada por assistente social, psicólogo, assessor jurídico, assessores comunitários e estagiários. Em 2009, as “Raízes da Cidadania” desvinculam-se da FUNCI passando a estar diretamente vinculada à Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza, ganhando novas configurações.

Unidade Básica de Saúde do Caça e Pesca, a equipe foi transferida para uma Associação Comunitária do bairro Mucuripe.

Apesar de amplo, o prédio da Associação era bastante velho, tinha infiltração, paredes mofadas e banheiro inadequado para uso. A equipe continuava sem ter material mínimo para o trabalho e esta situação somava-se, agora, a falta de água para beber e profissionais para limpar o espaço.

Diante do exposto, diariamente a equipe se revezava para a limpeza do local, fazia cotas para comprar água, papel higiênico, dentre outros itens. Vale salientar que uma houve uma melhoria no que diz respeito às visitas domiciliares com a liberação de um carro três vezes na semana.

Mesmo com a mudança para o novo espaço, a equipe continuou suas reivindicações junto à Coordenação do projeto, tendo em vista as condições precárias acima mencionadas. Durante as reuniões com os coordenadores, ao tratarmos da precariedade laboral, às respostas giravam em torno dos seguintes discursos: “a culpa é da falta de verba”, “solicitamos, mas os processos de licitação são muito morosos”, “estamos fazendo o que podemos”, “entendemos vocês, mas as atividades não podem parar”, “façam parcerias”. Ou seja, a condição de precariedade era justificada geralmente como consequência da falta de verba e da burocracia; jogando-se para o profissional a responsabilidade para contornar as adversidades, através de parcerias e até mesmo com recursos próprios. É importante destacar que os profissionais, geralmente, tinham que recorrer aos recursos próprios como computadores pessoais, cotas para água e papel higiênico, material didático, pois as parcerias eram muito difíceis de acontecer e havia uma grande pressão para a realização das atividades.

Diante dos discursos, a maior parte da nossa equipe analisava a situação como consequência do posicionamento político passivo por parte dos gestores da Instituição. Além de vontade política, percebia como causa das péssimas condições de trabalho, o modelo neoliberal de proteção social adotado pelo Estado brasileiro, assim, articulava minha vivência singular a dimensões macroestruturais. Era uma das vozes mais críticas dentro da equipe quando se discutia sobre esse assunto; sugeria ações, mobilizava a equipe, intervinha nas reuniões com a Coordenação. Lembro-me, muito nitidamente, que as condições de trabalho era uma questão que causava grande indignação no exercício do estágio.

Associadas às péssimas condições laborais, as situações de violência e pobreza com as quais me deparava cotidianamente eram propulsoras de sensações semelhantes às vivenciadas no estágio anterior, tais como: desgastes emocionais, indignação e sensação de impotência.

Nesse momento, tinha começado a participar de discussões em sala de aula sobre o capitalismo a luz do pensamento marxiano, o que contribuiu para uma análise mais crítica em torno do que vinha vivenciando no estágio, chegando a perceber as problemáticas sociais e a precariedade da política social como decorrentes da sociabilidade capitalista, sem, contudo, saber com clareza como se dava esse mecanismo.

Diante do contexto, a equipe compartilhava sentimentos de frustração, impotência, desgaste, desmotivação.

Antes de partir para a próxima experiência na FUNCI, é válido salientar que no estágio ora relatado, cumpria uma carga horária de vinte horas semanais, chegando a receber uma bolsa no valor de um salário mínimo à época. Dificilmente fazia hora extra, tinha acompanhamento direto de uma assistente social. A precariedade desse trabalho estava associada, essencialmente, as suas péssimas condições estruturais.

Os aspectos mais positivos desse estágio foram as amizades construídas, as brincadeiras diárias e a ótima sintonia da equipe. Ainda hoje lembro com muita saudade dos colegas de trabalho e, ainda, mantenho amizade com alguns.

Sai da instituição após oito meses de estágio, pois havia passado na seleção para o setor de Serviço Social do Hospital Dr. Waldemar Alcântara. Minha esperança de encontrar um cenário diferente era mais cautelosa.

Depois de três meses de estágio no hospital Dr. Waldemar Alcântara, passo na seleção para educadora social do projeto “Crescer com Arte”<sup>13</sup> da FUNCI. Esse retorno foi

---

<sup>13</sup> Este projeto atende crianças e adolescentes de 7 a 18 anos através de atividades de arte e educação social com o objetivo de desenvolver sensibilidade, criatividade, senso estético, criticidade, autonomia nos jovens, além da permanência no ensino escolar e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O projeto acontece em diversas comunidades vulneráveis do município de Fortaleza e cada unidade contava com uma equipe de educadores sociais, arte educadores, coordenador, estagiários, agente administrativo, motorista, cozinheiro, auxiliar de serviços gerais, sendo que, atualmente, não existem mais estagiários no corpo profissional da FUNCI. Vale salientar, que as unidades ficavam submetidas a uma gerência do projeto e mais acima na hierarquia institucional estava a gerência da Fundação.

motivado pela identificação com a educação social, pela necessidade de aumentar minha renda e obter carteira assinada. Assim, em setembro de 2006, volto novamente a FUNCI para atuar na comunidade do Jangurussu, cumprindo 40 horas semanais, recebendo pouco mais de um salário mínimo, à época. Fui contratada com carteira assinada pela SERVAC, empresa terceirizada que contratava prestadores de serviços para a Fundação.

Chego ao “Crescer com Arte-Jangurussu” no momento em que este transitava para uma Associação Comunitária do referido bairro. Esta mudança aconteceu após muita luta da coordenação da unidade que não se conformava com o fato do espaço ficar localizado vizinho a uma usina de lixo, o que deixava o local com um mau cheiro insuportável, infectado por ratos, entre outros problemas de insalubridade.

Todavia, na Associação, encontravam-se diversos problemas estruturais semelhantes ao vivenciado em outros projetos da FUNCI. O espaço tinha apenas dois vãos que foram feitos de sala para atividades com os adolescentes; dois banheiros; uma cozinha e uma sala que foi feita de setor administrativo, onde ficavam armazenados material pedagógico, produtos alimentícios e, ainda, onde os profissionais organizavam suas atividades. A Associação não possuía local adequado para realização de oficinas musicais, já que não havia proteção acústica; local para atendimento individual, utilizando a sala administrativa ou educativa para garantir a atividade.

O espaço, ainda, não contava com pessoal de segurança, fato que provocava risco de furtos, roubos, entre outros perigos.

Além das péssimas condições do espaço, a falta ou mesmo as péssimas condições do material de trabalho era outro grande revelador da ausência de estrutura mínima para realização das atividades.

Assim, a estrutura física imprópria somada as péssimas condições do material de trabalho ou até mesmo sua inexistência na grande maioria das unidades de “Crescer com Arte” faziam com que as atividades acontecessem de forma bastante inadequada.

As atividades recreativas aconteciam de forma improvisada através de algumas brincadeiras ou através de atividades esportivas em campos a céu aberto criados pela própria comunidade. Para as apresentações teatrais, geralmente, o arte educador e os educandos contavam apenas com retalhos velhos, fornecidos pela FUNCI, sendo possível um figurino mais elaborado apenas quando alguma instituição parceira cedia o material, ou mesmo,



quando educandos e educadores providenciavam por conta própria. Alguns instrumentos musicais da oficina de música eram feitos de material reciclável.

Enfim, para viabilizarem suas atividades, muitas vezes, os educadores sociais utilizavam de recursos pedagógicos próprios, a cozinheira e a faxineira traziam alguns alimentos e material de limpeza de suas casas e a coordenadora da unidade fazia parcerias.

Mesmo diante do esforço individual da equipe, em vez de melhorias, a situação só piorava. A quadra chuvosa trouxe diversos problemas para o local como infiltração, goteiras, ratos. Alimentação e vale-transporte para as crianças e adolescentes começaram a faltar ou mesmo vinha em quantidade insuficiente.

É importante destacar que o contato com a realidade de outros programas e projetos da FUNCI aconteciam através eventos que reuniam educandos e profissionais de todos os projetos; encontros entre profissionais de um mesmo projeto e, ainda, através de visitas às unidades de funcionamento dos projetos da Fundação. Com isso, podia-se perceber que, embora a situação do “Crescer com Arte – Jangurussu” fosse uma das mais precárias, a realidade das outras unidades de “Crescer com Arte” e, ainda, de outros projetos da FUNCI não se diferiam muito da nossa.

Nas reuniões com a gerência geral do projeto, com a gerência da FUNCI ou mesmo com a própria coordenação da unidade os discursos giravam em torno de algumas frases como: “tenham calma”, “sejam criativos”, “não temos recursos”, “façam articulações com a rede social”, “façam parcerias”, “faz-se música até fechando os olhos e batendo no corpo”, “quem está insatisfeito é melhor procurar outro lugar”.

Com isso, observa-se, um apelo à parceria, à iniciativa do profissional, à sensibilidade, à solidariedade e à militância dos profissionais. É importante destacar que esses discursos e apelos não pertenciam apenas aos gestores, já que muitos outros profissionais compartilhavam das mesmas opiniões.

Lembro-me que, nesse período, já avaliava os discursos de forma mais crítica, analisando-os como um recurso ideológico de desresponsabilização das instituições estatais diante das questões públicas e responsabilização dos profissionais e da sociedade civil para suprir as deficiências do Estado. Chegava a compartilhar minha opinião com os outros

profissionais, com a gestão, nas reuniões, embora com estes tivesse mais cautela por medo de represália e, até mesmo, medo da demissão.

De fato, já tinha percepções menos rasteiras, já faziam com mais clareza articulações entre o cotidiano e as dimensões mais estruturais. Nessa época, compreendia a precariedade das políticas sociais em Fortaleza como fruto de uma crise do modelo de Estado de Bem-estar social que, na verdade, nunca havia sido implementado, de fato, no Brasil. Entendia, ainda, que as problemáticas sociais só seriam resolvidas com o próprio fim da sociabilidade capitalista, superado, em certa medida, uma visão reformista de política e questões sociais.

Recordo-me, também, que foi no “Crescer” onde atendi as situações sociais mais graves em relação às outras experiências de trabalho na instituição. Exploração sexual, violência doméstica, drogadicção, extrema pobreza, tráfico eram algumas das problemáticas enfrentadas pelos adolescentes do programa, assim como pela comunidade do Jangurusu e seu entorno. Frente a essas situações, o mais desgastante era a falta de respostas por parte das poder público aos encaminhamentos realizados pelo programa. Adolescente drogadicto que não conseguia vaga em comunidade terapêutica; adolescente ameaçado pelo tráfico e a ausência de abrigo para protegê-lo; adolescente em situação de exploração sexual e a ineficácia da justiça; mulheres vítimas de violência doméstica que não denunciavam pela falta de uma proteção efetiva de suas vidas; para citar algumas situações. Ao final do dia sentia-me muito cansada e frustrada, evitava assuntos sobre problemas, queria relaxar, conversar assuntos leves.

A sensação era de muita frustração, desgaste psicológico. Esses sentimentos eram comuns aos profissionais do projeto e era compartilhado tanto no dia a dia de trabalho como nas reuniões do “cuidando do cuidador”<sup>14</sup>. Nesta reunião mesmo que o facilitador direcionasse a pauta para questões como relacionamento no trabalho, as falas sempre se voltavam para frustrações e desmotivações diante da realidade do projeto. Nos encontros entre os profissionais de outras unidades do Crescer com Arte, e até com outros projetos, as sensações eram semelhantes.

---

<sup>14</sup> O “cuidando do cuidador” era uma vivência desenvolvida pelo Núcleo de Psicologia da FUNCI (NAPSI) junto aos profissionais dos projetos da Fundação, cujo objetivo era promover momento de reflexão e desabafo sobre o dia a dia de trabalho.

Embora muitos profissionais da FUNCI relatassem sua desmotivação com o trabalho, era possível encontrar na Fundação muitos trabalhadores motivados por acreditarem estar militando por um mundo melhor, por acreditarem estar cumprindo uma missão. Minha motivação pelo trabalho estava muito associada a minha crença em estar contribuindo para construção de uma juventude mais crítica, ao reconhecimento que tinham pelo meu desempenho, muito embora, o desestímulo fosse ficando cada vez maior.

Depois de muita luta da equipe do “Crescer com Arte – Jangurusu” junto a Coordenação geral do projeto e da FUNCI, fomos transferidos para uma Associação Comunitária na comunidade João Paulo II.

Apesar do novo ambiente ter mais estrutura, ser mais amplo, todas as outras dificuldades continuavam.

Essa experiência foi marcante, principalmente, pela minha identificação com a educação social. O clima de brincadeira, as boas amizades, os “causos” amorosos foram motivos de muita alegria.

Após um mês no novo local, defendi minha monografia, pedi para sair do projeto e fui usufruir a tão sonhada “férias”, que já não sabia o que era há seis anos.

No início de 2007, comecei minha busca por trabalho na área do serviço social e por não encontrar trabalho na capital fui trabalhar como assistente social no CREAS de Jijoca de Jericoacoara.

Por fim, minha última experiência profissional na Fundação foi realizada no segundo semestre de 2007, na Coordenação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto-MSE<sup>15</sup>, durante apenas três meses. Fui contratada com carteira assinada pela empresa terceirizada *SkyService* para um trabalho de 40 horas semanais, vindo a receber por ele dois salários mínimos, à época.

---

<sup>15</sup> Este projeto objetiva realizar acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Existem cinco unidades de atendimento no município de Fortaleza contando com uma equipe de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, assessores jurídicos, educadores, arte-educadores, assessores comunitários, auxiliar de serviços gerais e agente administrativo. Estas unidades estão sob supervisão da Coordenação das MSE's composta por uma equipe de referência formada por assistente social, psicólogo, pedagogo, assessor jurídico, educador, arte-educador, assessor comunitário e agente administrativo.

Na Coordenação ficava responsável por acompanhar a categoria de Assistentes Sociais do projeto, realizar acompanhamento de dois núcleos de MSE, entre muitas outras responsabilidades.

Embora tenha ficado pouco tempo, foi na Coordenação das MSE's onde senti maior desgaste. As preocupações eram tantas que não conseguia me desligar do trabalho mesmo fora dele.

O acompanhamento do trabalho das assistentes sociais era realizado através de encontros mensais, enquanto que a supervisão das duas unidades de MSE era feita através de visitas e reuniões. Durante as reuniões, a fala dos profissionais das unidades convergia em torno das péssimas condições de trabalho, que eram tratadas como responsabilidade da Coordenação do projeto. Nessas reuniões procurava ouvir as demandas, incentivava reivindicações, propunha pautas a serem levadas para instâncias maiores, buscava sensibilizar os profissionais das unidades para o fato de que os gestores também eram trabalhadores que sofriam a precariedade laboral.

Embora minha postura diante da equipe fosse mais progressista, o papel de coordenadora me exigia continuar fiscalizando e incentivando para que o trabalho fosse realizado.

Uma das situações mais marcantes por mim vivenciadas na Coordenação da MSE foi uma conversa realizada com um arte-educador do núcleo pelo qual era responsável. Tive que dar uma advertência ao profissional que saia algumas vezes durante o horário de trabalho para fazer apresentações de sua banda, buscando complementar sua renda que era insuficiente para atender as necessidades de sua família. Foi uma sensação terrível ter que chamar a atenção do arte-educador, mesmo consciente que sua atitude era uma estratégia de sobrevivência mediante péssimos salários.

Uma situação observada durante a atuação na Coordenação que me chamou bastante atenção a perda de muitos direitos trabalhistas com as mudanças frequentes das empresas de terceirização de mão-de-obra, o que faz com que os prazos aquisitivos dos direitos trabalhistas nunca se completem. No ano de 2007, a troca da *Servnac* para *Skyservice*, para citar um exemplo, ocasionou o reinício da contagem dos prazos aquisitivos, fazendo com que muitos trabalhadores ficassem sem férias, mesmo tendo trabalhado o ano todo.

Assim, para mim, esta última experiência na Fundação foi bastante desgastante tanto pela sobrecarga de trabalho e pelas pressões sofridas, como pela falta de identificação com o discurso oficial e controle dos trabalhadores. Vivenciava uma constante contradição: de um lado concordava com as pautas reivindicativas, por outro tinha que fiscalizar e pressionar para que o trabalho fosse realizado. Essa tensão acontecia, principalmente, porque não havia “absorvido” o conteúdo ideológico do discurso oficial, muito embora, tivesse a consciência de que uma postura mais crítica dentro da instituição tinha um potencial transformador, mesmo que limitado.

Esta experiência foi muito rica, especialmente, porque com ela aprendi que os gestores também são trabalhadores que sofrem com as péssimas condições de trabalho, algo que não tinha muita consciência quando apenas tinha vivenciado atividades de execução.

Embora tenha sido uma experiência difícil, trabalhar na equipe de Coordenação da MSE foi muito prazeroso, pois existia um ótimo relacionamento na equipe que deram frutos de amizade e, até, romance.

Ao sair da FUNCI, fui trabalhar em outras instituições fomentadoras da política social, como Centro de Referência de Assistência Social do município de Redenção e de Fortaleza e, ainda, no Programa do governo federal de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI. Nesses projetos a situação estrutural era um pouco melhor que a da FUNCI, embora o relacionamento interpessoal e as metodologias de trabalho adotadas estivessem muito aquém em relação à Fundação.

É válido salientar que a minha rotatividade na política social deveu-se, principalmente, pela busca de novos aprendizados e por condições mais dignas de trabalho.

Apesar de recém-formada já sinto as marcas de um fazer profissional sofrido - certo gosto amargo por receber demandas de vidas tão sofridas num espaço onde pouco ou nada se garante.

Essa minha vivência na política social, em especial na FUNCI, contribuiu de fato para o meu real interesse em investigar os sentidos e significados que os trabalhadores da Coordenadoria da Criança e do Adolescente-FUNCI de Fortaleza atribuem ao seu próprio trabalho.

### **A proposta investigativa e seus significados: a relevância social e o potencial analítico**

As transformações societárias do mundo contemporâneo têm gerado diversos debates teóricos que trazem a questão do trabalho para foco de análise. Uma larga literatura no campo das ciências humanas contemporânea vem negando a centralidade do trabalho para análise do mundo atual, apostando no fim da história - acreditando ser o capitalismo a única forma de sociabilidade possível – no fim do antagonismo entre capital e trabalho e, até mesmo, no fim da sociedade do trabalho.

Entre os autores relevantes dessa perspectiva teórica, podemos citar Habermas (1987, p. 105) que interpreta que a crise da sociedade contemporânea está relacionada “ao fim de uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho”. Com o esgotamento das utopias em torno da sociedade do trabalho, o autor transfere centralidade para a esfera do conhecimento e da comunicação, pois é o conhecimento técnico-científico, e não mais o trabalho, a principal força de produção da riqueza social na contemporaneidade. Gorz (*apud* FELISMINO, 2002), por sua vez, diz que as metamorfoses do trabalho fizeram com que este se tornasse atividade secundária frente ao desenvolvimento tecnológico e científico, ficando a auto realização humana, necessariamente, para além do trabalho. Já Offe (1994) afirma que a expansão dos serviços rompeu com os critérios de eficiência econômica, característico da era industrial, preconizando, assim, o fim do proletariado e da sociedade construída em torno do trabalho.

Em contraposição, autores vinculados à perspectiva marxiana reafirmam a centralidade da categoria trabalho para análise do ser social, pois o trabalho, enquanto formador de valores de uso, é necessidade natural eterna do homem, uma vez que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre homem e natureza (LUKÁCS, 1979, p.17). Baseado na investigação ontológica desse autor, Lessa (2002, p. 28) afirma que o trabalho “é atividade de transformação do real pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe”.

Para essa corrente de pensamento, os autores que negam a centralidade do trabalho confundem trabalho concreto, categoria fundante e ineliminável do ser social, e o trabalho abstrato, produtor direto e indireto de mais-valia e próprio da sociabilidade capitalista. Para Marx, o trabalho abstrato (2010) é aquele em que “desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho

concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato”. Sendo assim, é o trabalho abstrato que vem passando por diversas transformações, com um crescente processo de “heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 1997, p.42). Entretanto, ao contrário do que se quer levar a crer literatura hegemônica, tais transformações não implicam no fim da tensão capital e trabalho, uma vez que, na contemporaneidade, o trabalho continua sob os imperativos do capital e, agora, em sua versão financeira e mundializada.

Uma breve revisão de literatura revela que o trabalho produtivo – aquele que “produz mais-valia para o empregador (...) e o próprio produto como capital” (MARX, 1987, p. 391) - tem ganhado grande destaque nas produções teóricas de abordagem marxiana, que tratam, via de regra, das transformações que ele sofre em face do capitalismo hodierno. Chesnais (1996), por exemplo, articula as transformações no mundo da produção ao processo de financeirização e mundialização do capital; enquanto Mandel (1985) trata das mudanças do capitalismo a partir da década de 60, marcando uma nova fase desse sistema com novas implicações para o mundo do trabalho; ao passo que Harvey (2010) se debruça sobre as transformações do capitalismo a partir do processo de reestruturação produtiva. Dentre as análises, destaca-se a de Mészáros (2010) cuja análise mais profunda da crise atual revela uma diferença fundamental das crises cíclicas anteriores, identificando nela um caráter estrutural implicando em impactos devastadores para os trabalhadores. Podemos citar, ainda, na literatura brasileira, Alves (1999, 2005, 2007), Antunes (1997, 2005, 2006, 2007), Antunes e Alves (2004) que trata das transformações do mundo do trabalho e seus impactos nas formas de ser da classe que dele vive; e Teixeira (1999), que analisa a questão da reestruturação produtiva dentro do movimento do capital, inclusive na realidade cearense.

Em relação ao trabalho improdutivo – aquele que apesar de não produzir diretamente mais-valia, é imprescindível ao sistema, por reproduzir as relações sociais capitalistas – não se verifica o mesmo aprofundamento teórico. Em verdade, o trabalho improdutivo é considerado, pela tradição marxista, uma atividade menos relevante para os circuitos do sistema do capital, uma vez que não produz diretamente a mais-valia. Isso se dá, em especial, no tocante ao trabalho desenvolvido dentro do Estado, sobretudo, o trabalho desempenhado nas Políticas Públicas Sociais. É importante destacar, que o próprio Estado vem passando por transformações devido à dinâmica do capital, transitando, no contexto mundial, do modelo de Bem-Estar Social para o modelo Neoliberal. Tal transformação

também provoca mudanças para os trabalhadores da política pública, questão que parcamente vem sendo abordada nas produções teóricas.

Assim, esse estudo é relevante, pois visa contribuir com a pesquisa científica na área e, ainda, busca contribuir com o fortalecimento da classe trabalhadora, através do desvelamento das suas reais condições de trabalho, e, como bem destaca Antunes (2005, p. 14), “para recusa do trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social”.



# 1 EM BUSCA DE DETERMINAÇÕES GERAIS PARA PENSAR O TRABALHO NO EXERCÍCIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: ADENTRANDO NO CAMPO DO ABSTRATO A CIRCUNSCREVER VIAS TEÓRICAS

*“Contudo é apressado dizer que épocas que não fazem bons livros não precisam deles; bem pelo contrário, trata-se do inverso. A nossa, tão pobre crítica teórica -, embora não os produza, deles precisa; e de livros que, ao contrário dos dias, sejam honestos e que, ao contrário dos que em sua maioria estão à venda, ajudem a conhecer a realidade e torná-la novamente criticável”. João Emiliano Fortaleza de Aquino*

À luz da perspectiva marxiana, o objeto social é a síntese de múltiplos determinantes, é um complexo formado pela mediação de outros complexos sociais, é a própria realidade em sua concretude.

No estudo ora proposto, vejo-me interpelada por um concreto<sup>16</sup> em sua extrema complexidade: o trabalho na contemporaneidade e, mais especificamente, o trabalho no exercício das políticas públicas sociais no âmbito do Estado.

De acordo com Alves (2007, p. 120), os fenômenos sociais do mundo do trabalho são tradicionalmente tratados pela sociologia de forma positivista, não indo além da imediatez dos dados empíricos, “além de perder de vez o significado concreto das categorias sócio-históricas que explicitam as formas de ser da existência da “classe” do proletariado moderno.”

Numa tentativa de romper com essa tradição no campo da sociologia do trabalho, faz-se necessário um esforço de ir além da aparência do objeto em tela para adentrar na sua diversidade de determinações.

Nesse sentido, urge um esforço primeiro de desvendamento do capitalismo contemporâneo e, para tanto, tomo Mézáros<sup>17</sup> como referência fundante por lançar luzes consistentes sobre a temática.

Inicialmente, cabe demarcar a distinção que o autor faz entre capital e capitalismo. De acordo com Mézáros (2010), o capital existiu antes do capitalismo através da

---

<sup>16</sup> Conforme Marx (2003) menciona em sua obra “Contribuição à Crítica da economia política cuja primeira edição é de 1859, o concreto é “a síntese de múltiplas determinações”. De fato, o concreto é uma categoria marxiana que é usada para se referir à realidade em sua complexidade e totalidade, como uma unidade na diversidade de mediações e determinações. (KOSIC, 1976).

<sup>17</sup> Mézáros é um filósofo marxista de grande repercussão na contemporaneidade. Seus estudos estão voltados, fundamentalmente, para o sistema do capital contemporâneo – últimas décadas do século XX e limiar do século XXI.

produção de mercadorias e, ainda, nas sociedades pós-capitalistas de tipo soviético, muito embora, tenha sido no capitalismo que o capital se desenvolveu mais plenamente através da mercadorização da força de trabalho. Para o referido autor, o capital é um sistema sociometabólico que tem seu núcleo central formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado, sendo essas dimensões fundamentais e inter-relacionadas, fazendo com que o sistema só possa ser superado com a eliminação dos três elementos. A rigor, Mészáros (idem), ao fazer esta distinção entre capital e capitalismo circunscreve uma fecunda via analítica.

Assim, trataremos primeiramente das configurações que o capitalismo assume na contemporaneidade para depois abordamos sobre suas implicações para o mundo do trabalho, seus rebatimentos no Estado e, em especial, sobre sua incidência no exercício das políticas públicas em âmbito estatal.

### **1.1 Os circuitos do sistema do capital na contemporaneidade**

No fim da década de 60 e início da década de 70, o capitalismo entra em uma crise que põe fim aos seus “30 anos gloriosos”<sup>18</sup>. O aumento do valor da matéria-prima, os altos índices de inflação, uma série de falências, as crises bancárias, a crise do petróleo 1973/74<sup>19</sup>, a queda na taxa de lucro foram sinais importantes de que o sonho havia terminado.

Nesse ínterim, o capitalismo inicia um processo de transição que o faz ganhar novas configurações e contornos. De fato, nas últimas três décadas do século XX e limiar do século XXI, o sistema do capital vem assumindo uma versão tardia, financeira, mundializada, complexa, em que a crise é uma constante.

De acordo com MANDEL (1985), a partir da década de 70, tem-se início a uma nova fase do capitalismo a que denomina de capitalismo tardio, caracterizada pelos processos de globalização dos mercados e do trabalho, pela intensificação dos fluxos internacionais do capital, pelos processos de financeirização da economia.

---

<sup>18</sup>Os “trinta anos gloriosos”, também conhecido como ‘Anos Dourados’, foi o termo utilizado para designar o período em que o capitalismo vigorou (40-70), pautado numa estabilidade econômica, no controle das relações salariais, no pleno emprego, na melhoria das condições de vida devido às medidas adotadas pelo Estado de Bem-Estar Social. O capitalismo desse período funcionava a partir do fordismo-keynesianismo que adotava “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico”. (HARVEY, 2010, p.119).

<sup>19</sup>A crise do petróleo foi alavancada pela decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentar os preços do petróleo, assim como, pelo embargo do petróleo aos países ocidentais por parte dos países árabes, durante a guerra de 1973 entre árabes e israelenses. Tais decisões acarretaram um forte aumento dos insumos de energia e, ainda, uma instabilidade financeira por conta dos petrodólares excedentes. (HARVEY, 2010).

A rigor, em tempos de capitalismo contemporâneo, Chesnais (1996) identifica o fenômeno da mundialização do capital numa fase de dominância financeira. De fato, o capital produtivo, comercial e financeiro vem superando as barreiras nacionais - o que exige um contexto necessariamente desregulamentado – em busca de sua acumulação ininterrupta em escala mundial. Cabe destacar que, nesse contexto, a esfera financeira passa a ser campo privilegiado na obtenção de lucros, através da forma dinheiro gerando mais dinheiro (D – D’), ou seja, por meio de um valor que valoriza a si mesmo, sem passar pela mediação da produção e da comercialização de mercadorias. Ressalte-se que essa autonomia da esfera financeira é relativa, uma vez que os capitais, que se valorizam nesta esfera, advêm dos setores produtivos com a produção de mais-valia. Em verdade, a riqueza produzida na esfera produtiva não é nela reinvestida, mas, antes, expropriada pelos setores financeiros, onde o capital se valoriza. Nesse ínterim, o capital financeiro-especulativo<sup>20</sup> domina o capital produtivo, processo a que Chesnais (idem) dá o nome de financeirização da economia.

Nessa mesma direção, Teixeira (1999, p. 11) afirma que, hoje, “o capital cria uma comunidade global de mercadorias.” Em verdade, a forma de produção de mercadorias, na contemporaneidade, é radicalmente diferente da que vigorou durante a grande indústria, período em que “o capital-dinheiro era um negócio particular dos bancos; o capital produtivo, dos industriais; e o capital-mercadoria, dos comerciantes.” (ibidem, p.109). De fato, segundo este autor, o capitalismo contemporâneo rompe com essas particularizações e passa a funcionar a partir de uma cooperação complexa entre capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. Esta cooperação complexa acontece, por exemplo, quando um grande industrial, além de realizar investimentos em sua indústria (capital-produtivo), começa a investir no comércio (capital-mercadoria) e, ainda, passa a contar com sua própria companhia de financiamento (capital-dinheiro), fazendo de seu negócio a encarnação de todas as formas de existência do capital.

Cabe ressaltar que essa nova configuração que o capitalismo assume hodiernamente tem por base uma crise constante. De fato, para os referidos autores, o processo de financeirização, mundialização e complexificação do sistema do capital é uma tentativa deste contornar sua crise e evitar o colapso.

Mészáros(2010), em suas análises sobre a crise do capitalismo hodierno, afirma que esta se difere, fundamentalmente, das crises cíclicas anteriores, pelo seu caráter

---

<sup>20</sup> A especulação pode ser definida como uma operação que não tem nenhuma finalidade além do lucro que pode gerar. (CHESNAIS, 1996, p. 244).

estrutural. Analisando-a para além de sua superfície conjuntural, o referido autor atenta para o fato de que esta crise vem atingindo as dimensões fundamentais do sistema do capital<sup>21</sup>, tais como a produção, o consumo, e a circulação/distribuição/realização. De fato, essa crise estrutural, de natureza ininterrupta, revela-se através da superprodução de supérfluos, da subsunção crescente de todas as necessidades humanas ao valor de troca e da destruição da força de trabalho, acentuando, assim, as contradições do capital em tempos contemporâneos, expressas no desemprego crônico, na destruição do meio ambiente, na contradição entre o desenvolvimento econômico transnacional e os Estados Nacionais.

Assim, percebe-se que as dimensões adquiridas pelo capitalismo – últimas décadas do século XX e início do século XXI - não solucionou sua crise e não minimizou seus efeitos devastadores. Em verdade, essa nova configuração do sistema do capital aprofundou os elementos destrutivos que presidem a sua lógica.

Mészáros (idem) destaca a destruição da força de trabalho como consequência primordial da referida crise. De fato, o trabalho humano vem sendo substituído, paulatinamente, pelo trabalho das máquinas. Em verdade, segundo o citado autor, o trabalho, um dos pilares do capitalismo, vem tornando-se cada vez mais supérfluo<sup>22</sup>.

De acordo com Antunes (1997, 2005, 2007), cerca de um terço da força mundial que trabalha vem sendo lançada para o desemprego e para os mais diversos tipos de trabalho precário.

A rigor, os efeitos do capital em crise são devastadores para o trabalhador: destrói-se força humana que trabalha; destituem-se direitos sociais; brutalizam-se uma grande massa de trabalhadores, tornam-se descartáveis tanto coisas como pessoas, lançando para fora dos circuitos do capital tudo que não lhe serve. (ANTUNES, 1997).

No âmbito desta crise estrutural, o capitalismo encarna configurações peculiares em diferentes conjunturas. Em verdade, essas tendências globais impactam, de forma ainda

---

<sup>21</sup> De acordo com Mészáros (2010), o capital existiu antes do capitalismo através da produção de mercadorias e, ainda, nas sociedades pós-capitalistas de tipo soviético, muito embora, tenha sido no capitalismo que o capital se desenvolveu mais plenamente através da mercadorização da força de trabalho. Para o referido autor, o capital é um sistema sociometabólico que tem seu núcleo central formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado, sendo essas dimensões fundamentais e inter-relacionadas, fazendo com que o sistema só possa ser superado com a eliminação dos três elementos. A rigor, Mészáros (idem), ao fazer esta distinção entre capital e capitalismo circunscreve uma fecunda via analítica.

<sup>22</sup> De acordo com Mészáros (2010), a crise do trabalho diz respeito à crise do trabalho abstrato e não do valor trabalho, uma vez que, para ele, o valor trabalho é categoria ontológica ineliminável do ser social.

mais devastadora, os países periféricos, em particular nos países do continente latino-americano, onde o Brasil está inserido.

Este país, a partir da década de 1990, nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC); e nos anos 2000, no governo Lula, resguardando as devidas diferenças para este governante<sup>23</sup>, passou a inserir-se na dinâmica financeira e mundializada do capital. Essa inserção deu-se de forma subalterna, através desregulamentações econômicas, fim de uma série de restrições ao capital internacional, abertura comercial e financeira, privatizações, configurando um capitalismo liberal periférico. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

No Ceará, a consonância com as novas tendências do capitalismo mundial veio com o governo de Tasso, gestão que incorporou o espírito modernizador dos jovens empresários do Ceará.(TEIXEIRA, 1999).

A rigor, essa nova forma do Brasil inserir-se na dinâmica internacional do capital aprofunda uma série de problemas históricos, como é o caso das desigualdades sociais. Com isso, tem-se um desenvolvimento truncado da sociedade brasileira, que Francisco de Oliveira denominou de um *ornitorrinco*.

Para os trabalhadores brasileiros, os impactos da crise do capital são, de fato, mais gritantes.

É sobre as conseqüências que o capitalismo traz para o mundo do trabalho, no contexto mundial e brasileiro, que abordaremos no tópico seguinte.

## **1.2 O mundo do trabalho na contemporaneidade: reconfigurações em meio à precarização**

### **1.2.1 O novo mundo do trabalho**

O sistema do capital, ao assumir uma versão financeira e mundializada, impactou de forma decisiva o mundo do trabalho. Em rigor, essa nova configuração capitalista trouxe consigo um largo processo de reestruturação da produção que acarretou grandes transformações para o trabalho e os trabalhadores. De fato, a partir da década de 1970, uma

---

<sup>23</sup> O ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, se por um lado adotou uma forte convergência com os interesses do capital financeiro internacional, através de ajustes fiscais, superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante, para citar os principais exemplos (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007); por outro promoveu o fortalecimento da soberania nacional, diminuindo processos que vinham com grande força dos governos anteriores como as privatizações e enxugamento do Estado. (AURÉLIO; SADER, 2010).

série de mudanças foi provocada na esfera da produção como forma de atender às novas exigências do capital.

Nesse contexto, houve uma desconcentração e flexibilização do espaço físico produtivo, assim como novas tecnologias foram introduzidas no meio fabril. Em verdade, ocorreu uma retração dos setores produtivos, uma vez que eles já não garantiam a valorização do capital a contento, ao passo em que os investimentos capitalistas eram direcionados para os setores especulativo-financeiros, ocasionando crescimento desse setor (CHESNAIS, 1996).

Segundo Harvey (2010), a reestruturação produtiva fez com que o padrão de produção fordista, que vigorou nos anos gloriosos do capitalismo, transitasse para o modo de produção toyotista. De fato, a produção em massa e em série, o controle dos tempos e movimentos, o trabalho parcelar, a separação entre planejamento e execução do modelo fordista-taylorista foram substituídos por uma produção flexível, orientada pela demanda, com estoque mínimo (sistema *kanban*), desconcentração produtiva, com a produção designada às pequenas unidades produtivas e emprego do trabalhador polivalente, sendo essas características próprias do modelo toyotista de produção.

Cabe destacar que o processo de reestruturação da esfera da produção, alavancado pelos países de capitalismo avançado, teve rebatimentos específicos nos países de capitalismo periférico. No Brasil, esse processo inicia-se a partir da década de 1990 do século XX, nos governos de Collor e FHC.

De acordo com Alves (2005), na década de 1980, inicia-se uma seletiva e restrita reestruturação produtiva no Brasil, através da introdução do toyotismo em apenas determinados setores da economia, como no caso da área automobilística.

Esse processo só chegou a se expandir para os demais setores do mundo produtivo a partir da década de 1990, através de um largo incremento de novas tecnologias no parque industrial brasileiro.

No Ceará, o processo de reestruturação produtiva teve início com o governo de Tasso, através da modernização do parque industrial cearense (TEIXEIRA, 1999).

Vale salientar que, hodiernamente, mesmo que vigore nos setores produtivos brasileiros o padrão toyotista de produção, ainda é possível encontrar, nos recônditos desse

Brasil grande e diverso, uma forte presença do padrão fordista-taylorista. De fato, presenciavam-se, no Brasil, tanto tecnologias de ponta como maquinarias eletromecânicas (ALVES, 2005).

Nesse ínterim de largo processo de reestruturação produtiva, tanto nos países desenvolvidos como nos países de capitalismo periférico, há uma redução considerável do proletariado fabril, manual, estável e especializado que vigorou nos tempos do fordismo, dando lugar ao trabalhador flexível, polivalente, da era informacional, do conhecimento e dos serviços, próprio da era toyotista (ANTUNES, 2005, 2007; ALVES; ANTUNES, 2004; ALVES, 2005, 2009).

Em verdade, as transformações na esfera da produção, provocadas para atender às demandas postas pelo capital financeiro, mundializado e em crise, fizeram com que emergisse na cena contemporânea – últimas décadas do século XX e limiar do século XXI – o novo mundo do trabalho e um novo perfil de trabalhador.

De acordo com Antunes (2007) e com Alves e Antunes (2004), observa-se, na era da produção toyotista e do trabalhador polivalente e flexível, um incremento expressivo de mão-deobra feminina, que vem ocupando mais de 40% dos postos de trabalho nos países avançados. Verifica-se uma inclusão criminosa de crianças nos espaços de trabalho, principalmente dos países periféricos, enquanto um número significativo de jovens e idosos é lançado para fora do mercado laboral. Percebe-se, também, a inclusão de negros em trabalhos cada vez mais precários e a sua exclusão de postos de trabalho mais seguros, mais bem remunerados e de maior status.

Há o aumento significativo de trabalhadores domésticos, em decorrência do crescimento de pequenas e médias unidades que passam a produzir para as grandes empresas. Ressalte-se que esses trabalhadores geralmente prestam serviços sem maiores garantias trabalhistas, ficando submetidos aos mais elevados níveis de exploração do trabalho (ANTUNES, 2007; ALVES; ANTUNES, 2004).

Observa-se um grande número de trabalhadores desempregados, que passa a compor as fileiras do exército industrial de reserva<sup>24</sup> ou mesmo fica sem perspectivas de

---

<sup>24</sup>Marx (2010), no livro I, volume I, de “O Capital”, cuja primeira publicação é do ano de 1867, chamou de “exército industrial de reserva” a força de trabalho excedente às demandas da produção. Contudo, essa massa de trabalhadores desempregados cumpre uma função para o sistema do capital no sentido de inibir reivindicações e aumentos salariais.

retorno ao mercado formal<sup>25</sup> de trabalho. Muitos desses sujeitos começam a buscar sua sobrevivência no mercado informal, crescendo assustadoramente o número de trabalhadores autônomos, domésticos, dentre outras categorias de trabalhadores do setor informal (ANTUNES, 2007; ALVES; ANTUNES, 2004).

Podemos citar ainda o crescimento, embora pouco expressivo, do número de trabalhadores do terceiro setor<sup>26</sup>. De fato, as organizações não governamentais vêm absorvendo mão de obra, principalmente para as atividades de caráter assistencial (ANTUNES, 2007; ALVES; ANTUNES, 2004).

Nesse cenário, percebe-se uma gama de trabalhadores inserida em variadas atividades laborais dos diversificados setores da sociedade. Para Antunes (2004, p.342), essa diversidade de trabalhadores que se apresenta no cenário contemporâneo é

o desenho compósito, diverso, heterogêneo [...] com clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, ‘incluídos e excluídos’ etc., temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

Em verdade, a classe trabalhadora encontra-se fragmentada, heterogênea e complexa. De um lado, em escala minoritária, tem-se o trabalhador polivalente e multifuncional da era do conhecimento e da informática; de outro, há uma massa de trabalhadores sem qualificação, vivenciando o trabalho precário ou mesmo o desemprego estrutural (ANTUNES, 1997, 2005, 2007).

No Brasil, no limiar do século XXI, presencia-se uma classe trabalhadora dividida da seguinte forma: o “proletariado” estável, composto por metalúrgicos e siderúrgicos, trabalhadores braçais, agentes da administração pública, vendedores e empregados no

---

<sup>25</sup> No Brasil, convencionou-se chamar de trabalho formal aqueles trabalhos com vínculo de carteira assinada, ou seja, com garantias e benefícios preconizados pela legislação trabalhista, enquanto o trabalho informal diz respeito às atividades laborais sem a mediação da carteira assinada e, com isso, sem acesso aos direitos legalmente garantidos.

<sup>26</sup> O terceiro setor refere-se às instituições da sociedade civil com fins públicos e não lucrativos, ou seja, não pertencem ao âmbito do Estado nem ao setor mercadológico. Geralmente, essas instituições possuem como finalidade o desenvolvimento de atividades comunitárias e de caráter assistencial. É importante destacar que essas instituições surgiram em um contexto de crise do Estado de bem-estar social, nas décadas de 1970 e 1980, e tinham por intuito pressionar o Estado para garantia de direitos sociais. Atualmente, essas instituições vêm buscando substituir o Estado na prestação de serviços sociais, com forte apelo ao trabalho voluntário (FERNANDES, 1994).



comércio e trabalhadores agropecuários, perfazendo um total de 27,6% dos trabalhadores brasileiros; os proletários precarizados, tanto do setor formal como do informal, que perfazem um total de quase 50% dos trabalhadores brasileiros; e o proletariado de “classe média”, composto pelos “proletários de colarinhos-brancos”, ou seja, por trabalhadores de carteira assinada, estatutários, gerentes, pelos que possuem ótima qualificação e até mesmo por aqueles ocupados sem carteira, autônomos e desempregados com curso superior, abrangendo cerca de 8,2% dos trabalhadores brasileiros (ALVES, 2007).

Cabe ressaltar que esse “compósito diverso e heterogêneo de trabalhadores” tem sua unidade estabelecida a partir da condição de exploração da força de trabalho a que esses sujeitos são submetidos na luta pela sobrevivência. Para Antunes (1997, 2005, 2007), essa diversidade de trabalhadores irá compor a classe-que-vive-do-trabalho, conceito que engloba tanto os trabalhadores do mundo da produção como os trabalhadores improdutivos, dando validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Destarte, o referido autor inclui no âmbito da classe trabalhadora todos aqueles que vendem sua força em troca de salário e que são desprovidos dos meios de produção. São eles: o proletariado industrial e rural, os trabalhadores do setor de serviços, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os trabalhadores autônomos, informais, os trabalhadores das instituições do Estado e os desempregados. Sublinha-se que da classe trabalhadora estão excluídos os que vivem de especulações e de lucros e os gestores do capital (ANTUNES, 1997, 2005, 2007).

De fato, a exploração da força de trabalho é o grande denominador comum da classe-que-vive-do-trabalho. Em tempos de crise estrutural do sistema do capital, essa exploração vem chegando a níveis assustadores. É o que veremos no tópico seguinte.

### ***1.2.2 A precarização como marca do novo mundo do trabalho***

No (novo e) precário mundo do trabalho, Giovanni Alves atenta para um fenômeno que vem se apresentando como a grande marca das novas configurações do mundo do trabalho, qual seja: o fenômeno da precarização laboral. Em verdade, essa precarização é a pedra de toque do novo mundo do trabalho no contexto da crise contemporânea do sistema do capital.

De acordo com Alves (2007), Aquino (2005) e Mattoso (1995), a precarização do trabalho está associada aos processos de flexibilização trabalhista, iniciados nas décadas de 1970 e 1980, nos países centrais, que se espalharam pelo mundo todo, a partir da década de

1990. Para os referidos autores, esse fenômeno refere-se, essencialmente, à perda de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, a partir da fragilização dos vínculos trabalhistas, do trabalho temporário, sem carteira assinada, da perda na massa salarial e das péssimas condições de trabalho. Em verdade, a precarização laboral expressa-se na intensificação da exploração dos trabalhadores, através do aumento nas taxas de extração de mais-valia absoluta e relativa<sup>27</sup> e na intensificação dos processos de alienação/estranhamento<sup>28</sup> e no desemprego estrutural (ALVES, 2007).

Nessa mesma direção, Graça Druck (2009 *apud* RAICHELIS, 2011, p. 48), visando a apreender as diferentes formas de manifestação da precarização do trabalho no Brasil contemporâneo, constrói cinco grandes indicadores assim expressos:

Das formas de mercantilização da força de trabalho, que produzem um mercado de trabalho heterogêneo e maçado por uma vulnerabilidade estrutural, configurando formas precárias de inserção dos trabalhadores, explícitas ou disfarçadas, em todos os setores, atividades e regiões, produzindo descartabilização dos trabalhadores estáveis com perda de direitos e vínculos, por um lado, e uma condição “provisória” de precarização que se torna permanente, de outro; do processo de construção das identidades individual e coletiva, que produz desvalorização e descartabilidade das pessoas, aprofunda o processo de alienação e estranhamento do trabalho, radicalizando a coisificação das relações humanas e fragilizando as identidades individual e coletiva e a dimensão ética do trabalho, principalmente pela dimensão do desemprego estrutural; da organização e das condições de trabalho, que amplia o ritmo do trabalho e a definição de metas inalcançáveis, produz a extensão da jornada, a polivalência, a rotatividade, a multiexposição aos agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais que conduzem à intensificação do trabalho, potencializada pelo desenvolvimento tecnológico da microeletrônica; das condições de segurança no trabalho, que produz fragilização das condições de segurança no trabalho, diluição de responsabilidades entre estáveis e instáveis, precárias condições de trabalho com maior exposição a riscos e sujeição a condições aviltantes de aumento da produtividade, gerando precarização da saúde e da segurança do trabalho; das condições de representação e organização sindical, que amplia a fragilidade sindical e os efeitos políticos da terceirização, produzindo discriminação, pulverização e competição entre os próprios trabalhadores, enfraquecendo a representação política da classe trabalhadora.

---

<sup>27</sup> Para Marx (2010, p. 231), na obra *O Capital*, cujo ano original de publicação é 1867, a mais-valia nasce de uma quantidade excedente de trabalho que é realizado pelo trabalhador durante o processo produtivo, o qual não é pago, mas sim apropriado pelo capitalista. A mais-valia absoluta refere-se ao sobretrabalho criado a partir da jornada laboral. Assim, quanto maior a jornada de trabalho, maior será a mais-valia absoluta. Já a mais-valia relativa diz respeito à intensidade do ritmo de trabalho humano, que geralmente está associado ao trabalho das máquinas. Assim, a implementação de máquinas no processo produtivo faz com que o ritmo de trabalho aumente e, conseqüentemente, faz com que a produção seja maior em uma menor quantidade de tempo.

<sup>28</sup> Alienação/estranhamento é uma categoria marxiana que se refere à perda da dimensão genérica do ser humano nos marcos da sociabilidade do capital. Isso acontece tanto no plano objetivo, quando o homem é separado dos seus meios objetivos de existência, de seus meios de produção, e passa a ser explorado de fato por outros homens, quanto no plano subjetivo, quando o homem passa a não reconhecer os outros homens como pertencentes a uma dimensão humana e, ao estranhar os outros, não reconhece (estranha) a sua própria humanidade (MARX, 1974). Essa definição é dada no livro “Manuscritos Econômico-filosóficos”, publicado pela primeira vez em 1844.

Isso não quer dizer que em outros momentos da história do capitalismo o trabalho não tenha sido precário. Em rigor, a precariedade laboral “é condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social.” (ALVES, 2007, p. 113).

Nesse sentido, enquanto a precariedade laboral diz respeito à própria natureza do trabalho na sociabilidade do capital, a precarização do trabalho refere-se à forma singular de manifestação da precariedade laboral nos marcos do capitalismo financeiro, mundializado e em crise. Desse modo, embora a precariedade laboral esteja presente em todo o curso do capitalismo, ela se expressa de forma diferenciada nos circuitos da história.

Nos marcos do capitalismo de mercado<sup>29</sup>, a precariedade do trabalho se expressa no exercício de um trabalho degradante<sup>30</sup> (BORSÓI, 2011). É o que podemos perceber nos escritos de Engels de 1845, ao denunciar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores no berço da industrialização. Relata ele:

Para concluir, resumamos de novo os fatos citados. As grandes cidades são habitadas principalmente por operários [...] estes operários nada possuem e vivem do seu salário que na maior parte das vezes só permite a subsistência cotidiana. A sociedade, individualizada ao máximo, não se preocupa com eles, atribuindo-lhes o encargo de prover às suas necessidades e da família; contudo, não lhes fornece os meios de o fazerem de forma eficaz e duradoura. Qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente submetido às privações, quer dizer, a morrer de fome, e uma maioria sucumbe. Regra geral, as casas dos trabalhadores estão mal implantadas, mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; nelas, os habitantes estão confinados a um espaço mínimo e, na maior parte dos casos, *num* cômodo dorme pelo menos *uma* família inteira. A disposição interior das casas é miserável; chega-se num certo grau à ausência total dos móveis mais indispensáveis. As roupas dos trabalhadores também são, regra geral, medíocres e estão frequentemente esfarrapadas. A comida é geralmente má, muitas vezes imprópria para consumo, em muitos casos, pelo menos em certos períodos, insuficiente e, no extremo, há pessoas que morrem de fome [...] (ENGELS, 1985, p. 87).

<sup>29</sup> Mandel (1985) divide a história do capitalismo em três fases, sendo a primeira denominada de capitalismo de mercado. Essa fase vai de 1700 a 1850 e é marcada pela livre concorrência, por um intenso processo de comercialização de mercadoria, industrialização e divisão do trabalho.

<sup>30</sup> Para Borsói (2011), o trabalho degradante refere-se à atividade laboral realizada em condições aviltantes e sub-humanas, garantidora apenas da mera sobrevivência do trabalhador.

Em tempos de capitalismo monopolista<sup>31</sup>, os trabalhadores eram submetidos ao controle dos tempos e movimentos, à especialização extrema das tarefas, às hierarquias que dividiam claramente as atividades de mando e de obediência. Nesse contexto, a precariedade laboral expressava-se em um fazer monótono, repetitivo, inexpressivo e massacrante (HARVEY, 2010; SENNET, 1999).

Contudo, esses trabalhadores conquistaram uma série de direitos, que foram garantidos em lei, quais sejam: redução da carga horária de trabalho, certa estabilidade, aumento da massa salarial, saúde, educação, dentre outros.

Na contemporaneidade, numa fase de capitalismo financeiro, mundializado e em crise, há um retrocesso das conquistas trabalhistas e a consequente precarização do trabalho, que vem atingindo níveis alarmantes. De fato, de acordo com os estudiosos do mundo do trabalho, como Antunes (1997, 2005, 2007), Alves (1999, 2005, 2007), Antunes e Alves (2004) e Vasapollo (2006), observa-se o desemprego e a precarização para cerca de um terço da força mundial que trabalha.

Em relação ao desemprego, uma das grandes expressões do processo de precarização do trabalho, verifica-se um crescimento alarmante. A rigor, entre 2007 e 2009, o número de desempregados passou de 178 milhões para 212 milhões, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho<sup>32</sup> (OIT). Ressalte-se que o desemprego mundial atinge em maior amplitude os jovens e as mulheres, sendo a taxa de desemprego juvenil o dobro da taxa de desemprego total e a taxa de desemprego das mulheres 1,4 vez maior que a taxa de desemprego dos homens (BARBOSA; CARVALHO, 2007).

Cabe destacar que o desemprego contemporâneo – fins do século XX e início do século XXI – não se vincula essencialmente aos contextos conjunturais, mas antes trata-se de um desemprego de caráter estrutural, devido à descartabilidade de uma grande massa de trabalhadores para o próprio funcionamento do sistema do capital em crise.

---

<sup>31</sup> O capitalismo monopolista, para Mandel (1985), refere-se à fase desse sistema que vigora até aproximadamente 1960 e é marcada pelo imperialismo, pelos monopólios de mercado, produção e consumo em massa e pelo Estado de bem-estar social.

<sup>32</sup> A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência do sistema das Nações Unidas que tem por objetivo realizar ações referentes ao mundo do trabalho em âmbito mundial, dentre elas a realização de pesquisas e estudos científicos nessa área. É importante destacar que os indicadores utilizados pela OIT para “medir” taxas de desemprego levam em consideração tanto os desempregados que procuraram trabalho nos trinta dias anteriores à pesquisa (desemprego aberto) como os que não estão trabalhando e que não procuram emprego por desalento (desemprego oculto). Destaca-se, ainda, que se considera desempregado aquele que realiza algum tipo de trabalho precário (avulso, instável), mas que procura outro tipo de emprego pela sua condição de precariedade, caracterizando-se como desemprego oculto.

Todavia, mesmo que a dimensão estrutural seja preponderante na determinação do desemprego mundial hodierno, ela não se configura como fator único, uma vez que os índices de desemprego também variam de acordo com as particularidades sócio-históricas. No caso do Brasil, o grande desemprego verificado nas décadas de 1990, especialmente nos governos Collor e FHC, associa-se a uma conjuntura de grave recessão econômica; à forma subordinada na inserção externa da economia nacional, com a adoção de mão de obra barata; ao modelo econômico desfavorável ao emprego; à reestruturação empresarial sem acompanhamento educacional; e ao padrão de ajuste do setor público (POCHMANN, 2006). Nos anos 2000, no governo Lula, observa-se um crescimento nas taxas de emprego formal e na renda do trabalhador, embora as melhorias não tenham sido um crescente linear, havendo períodos de retrocessos. De fato, em 2010, a taxa média de desemprego no Brasil caiu para 6,7% dos 79 milhões de pessoas economicamente ativas do mesmo ano. Esse índice é o menor registrado desde 2003, quando o desemprego atingia cerca de 12,4% dos brasileiros economicamente ativos (IBGE<sup>33</sup>, 2011). Essa melhora nos índices de desemprego vincula-se às medidas adotadas pelo citado governo, tais como o investimento em infraestrutura, a (re)inserção de forma mais soberana no capitalismo global e o fomento de políticas sociais, muito embora o governo Lula não tenha rompido radicalmente com as políticas macroeconômicas e sociais dos governos anteriores (POCHMANN, 2010; SADER, 2010).

Vale salientar que, em 2004, o desemprego representava apenas 36% da precariedade vivenciada pelos brasileiros economicamente ativos, enquanto os píssimos salários e/ou o trabalho *partime* significavam quase 2/3 dos postos de trabalhos oferecidos aos brasileiros. Ressalte-se ainda que a maioria dos trabalhadores precarizados no Brasil vive na região Nordeste, sendo cerca de 9,7 milhões de nordestinos nessa situação, o que representa 43,2% da população economicamente ativa (PEA) do País. Já o Sudeste brasileiro é a região com menor grau de precariedade laboral, representando 20% da PEA. Ambas as regiões perfazem um total de 3/4 das pessoas em situação de precariedade laboral no Brasil. Por fim, é válido dizer que 70% dos trabalhadores precarizados neste país estão localizados nas áreas urbanas, perfazendo um total de 16,2 milhões de trabalhadores (IBGE apud BARBOSA; CARVALHO, 2007).

---

<sup>33</sup>O IBGE tem por objetivo realizar pesquisas sobre a realidade brasileira, dentre elas sobre o mercado de trabalho, renda do trabalhador etc. Para medir as taxas de desemprego, leva-se em consideração apenas as pessoas sem nenhum tipo de ocupação que procuram emprego, ou seja, em situação de desemprego aberto.

Diante do exposto, pode-se dizer que, embora os postos de trabalho no Brasil tenham aumentado, contrariando uma tendência mundial de desemprego, eles são, em sua grande maioria, espaços de trabalho precário. De fato, no Brasil verifica-se “uma combinação de alto desemprego com elevada proporção de trabalhadores informais e subempregados” (BARBOSA; CARVALHO, 2007, p. 29).

Em verdade, a precarização do trabalho não só se manifesta no desemprego e nos trabalhos informais, seus dois casos mais emblemáticos, mas se verifica nos setores formais de trabalho, através da ampliação da jornada laboral, da intensificação dos processos de trabalho, das horas extras sem remuneração, da flexibilização do estatuto salarial, das inseguranças (ALVES, 2007)

Já na contratação do trabalhador para os postos formais de trabalho percebe-se indícios dessa precarização, pois, em larga medida, ela acontece mediante a terceirização, com contratos de curto prazo e instáveis. No Brasil, registrou-se um aumento de 127% dos empregos terceirizados entre 1995 e 2005 (ROLLI; FERNANDES, 2006 *apud* BORSÓI, 2011).

De acordo com Alves (2005), a terceirização tem gerado inúmeros benefícios para o capital, tais como diminuição das despesas administrativas, maior atenção às atividades estratégicas e melhor controle do trabalho. Vale ressaltar que o processo de terceirização não se restringe às atividades industriais, uma vez que ela vem sendo utilizada nas contratações dos setores de serviços, do comércio, no setor público (DRUCK, 1999, p.128).

Para os trabalhadores, a terceirização provoca a perda de direitos historicamente conquistados. Pesquisas realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos<sup>34</sup> (1993 *apud* ALVES, 2005) apontam que a terceirização promove trabalho sem carteira assinada, aumento na jornada laboral, fragilidade ou mesmo perda na representação sindical, redução de salários, diminuição dos benefícios sociais, insalubridade e desqualificação. De fato, “a terceirização tem trazido como conseqüências uma quádrupla precarização: do trabalho, da saúde dos trabalhadores, do emprego e das ações coletivas.” (DRUCK, 1999, p. 11).

---

<sup>34</sup>O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma entidade criada pelo movimento sindical brasileiro, de abrangência nacional, que tem por objetivo realizar pesquisas, estudos e assessorias em relação a renda, emprego, desenvolvimentos e políticas públicas na área do trabalho.

Nesse ínterim, para diferentes estudiosos (MATTOSO, 1995; ALVES, 2005; DRUCK, 2007), percebe-se que a terceirização dos vínculos de trabalho ocasiona as mais danosas expressões da precarização laboral.

Cabe destacar que a precarização do trabalho não se restringe ao vínculo trabalhista. Em verdade, após a contratação, o trabalhador é submetido a uma outra expressão da precarização laboral – a elevada carga horária de trabalho.

De acordo com a OIT (2011), em torno de 614 milhões de trabalhadores, em âmbito mundial, estão submetidos a jornadas excessivas de trabalho, estando a maior parte deles na África e na Ásia.

Apesar de a maioria das legislações trabalhistas no mundo adotar as 40 horas semanais como padrão para as jornadas de trabalho, um em cada cinco trabalhadores cumpre uma carga horária semanal acima de 48 horas, limite máximo permitido pela legislação internacional (OIT, 2011).

De acordo com a legislação trabalhista brasileira, a duração do trabalho, ordinariamente, não pode ser superior a oito horas diárias e 44 horas semanais, podendo ser acrescidas até duas horas diárias, devendo estas serem compensadas mediante pagamento de adicional de 50% sobre o valor da hora normal trabalhada. Contudo, com a criação do “banco de horas” na década de 1990, as horas extras passaram a ser compensadas também com folgas, mediante acordo ou convenção coletiva por parte dos trabalhadores. Com isso, tem-se uma flexibilização e redução dos custos com a hora extra de trabalho, o que fez com que os empregadores passassem a requisitar ainda mais tempo excedente de trabalho. Em verdade, para Borsói (2011), esse trabalho extra, muitas vezes, é mais uma imposição feita ao trabalhador sob pena de repreensões e até mesmo demissão.

Cabe destacar que essa hora extra formal de trabalho representa apenas uma dentre as várias outras expressões da elevada carga horária à qual o trabalhador está submetido. Em verdade, a jornada laboral dos trabalhadores vem sendo estendida por meio das horas extras de trabalho que não são computadas pelos empregadores como tal, por meio da realização de trabalhos para complementação da renda, dentre outras. Em rigor, os trabalhadores informais são os que mais sofrem com as extensas cargas horárias de trabalho, uma vez que esses sujeitos não estão protegidos pelas legislações trabalhistas, ficando sem direito à delimitação da jornada de trabalho e às férias remuneradas.

Além das elevadas jornadas às quais os trabalhadores estão submetidos, esses sujeitos vêm sofrendo uma intensificação no processo de trabalho. De fato, no espaço da empresa enxuta<sup>35</sup>, os trabalhadores vêm se responsabilizando por um número exorbitante de tarefas, o que exige grande agilidade e dinamicidade (saber fazer) do trabalhador.

Nessa busca de intensificação do processo de trabalho, outra estratégia adotada tem sido a cooptação da subjetividade dos trabalhadores. O controle da subjetividade se dá através de mecanismos de envolvimento e captação das habilidades cognitivas (saber-aprender) e afetivas (saber-ser) do trabalhador, sendo essa uma das mais complexas formas de reificação das relações de trabalho (ANTUNES, 1999; ALVES, 2005; BERNARDO, 2009; BRITO, 2005).

Nesse contexto, percebe-se um crescimento alarmante nos índices de exploração do trabalhador. De fato, com a elevação das jornadas laborais e a intensificação dos processos de trabalho, ocorre um aumento significativo nas taxas de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Em rigor, em busca do aumento da produtividade, os empregadores vêm cooptando as diversas dimensões do saber (saber-fazer, saber-ser, saber aprender) dos trabalhadores.

Cabe destacar que o crescimento da produtividade do trabalho não repercute no aumento da renda do trabalhador. Muito pelo contrário, nos últimos anos, os trabalhadores têm tido um perda significativa em sua massa salarial, principalmente os que trabalham em países periféricos. No Brasil, tem-se o menor custo horário da mão-deobra da indústria manufatureira, 4,1 dólar, enquanto a Coreia do Sul, que vem logo depois do Brasil num ranking de 10 países, o valor para o mesmo tempo de trabalho é de 13,6 dólares (DIEESE, 2007). Em verdade, segundo Barbosa (2007, p. 34), no Brasil, 16 milhões de trabalhadores recebem uma renda inferior a um salário mínimo.

De fato, segundo Alves (2007), nos governos de Collor e FHC, houve um intenso arrocho salarial como forma de o capital garantir suas taxas de lucros num contexto de crise. Para Pochmann (2010), na era Lula, é possível perceber um aumento relativo nos rendimentos dos trabalhadores, uma vez que os lucros cresceram em proporção semelhante, o que fez com que as desigualdades não diminuíssem. Vale ressaltar que apenas durante a crise de 2008, com a queda nas taxas de lucros, houve, de fato, um aumento no peso relativo dos salários.

---

<sup>35</sup>A empresa enxuta é caracterizada, principalmente, pelo sistema *just in time*, próprio da era toyotista, que visa a reduzir os desperdícios com a produção da mercadoria, diminuindo o estoque desnecessário e aprimorando continuamente as técnicas de produção dessas mercadorias (ANTUNES, 2007).



Diante dos péssimos salários, os trabalhadores, muitas vezes, se veem obrigados a buscar no setor informal o complemento de sua renda. Ressalte-se que as elevadas taxas de desemprego e a oferta de empregos que beiram o inumano também se configuram como fatores que levam à informalidade, não raramente como primeira ou até mesmo única forma de sobrevivência. De acordo com Barbosa (2007) “vinte e três milhões de pessoas – 27% da população economicamente ativa” vivem de bicos, em empreendimentos familiares ou como autônomos.

Essa precarização do trabalho tem trazido consequências devastadoras para o movimento dos trabalhadores, que se veem enfraquecidos pelas mais diversas formas de fragmentação, pelo medo do desemprego, pela perda de referenciais, com o retrocesso das utopias socialistas, fazendo que esses adotem a linha da menor resistência, sob perspectivas corporativistas e de colaboração de classe.

Em verdade, a precarização do trabalho acarreta consequências danosas para as diversas dimensões da vida dos trabalhadores. Na saúde, os trabalhadores vêm vivenciando altos níveis de estresse, depressão, fadiga e, muitas vezes, se veem impedidos do próprio direito de adoecer (DEJOURS, 1992). A própria trajetória de vida dos trabalhadores se vê dilacerada pelas necessidades impostas da civilização do capital, são histórias fragmentadas pelas instabilidades do mundo do trabalho na contemporaneidade (SENNET, 1999).

Em suma, a precarização do trabalho está expressa no desemprego crônico, nos trabalhos terceirizados e informais, na ampliação e intensificação das jornadas de trabalho, na exploração da subjetividade dos trabalhadores, na queda dos rendimentos salariais, enfim, na perda de muitos direitos historicamente conquistados. Em verdade, há um crescente processo de subproletarização da classe trabalhadora, marcado, essencialmente, pelo aumento nas taxas de exploração do seu trabalho como forma de superar a crise estrutural que assola o capital nas últimas décadas do século XX e início do século XXI (MÉSZÁROS, 2010).

Nesse sentido, podemos perceber que a precarização do trabalho é a grande marca do novo mundo do trabalho. De fato, a precarização vem atingindo a classe-que-vive-do-trabalho, variando em intensidade, a depender das formas do vínculo empregatício – terceirizado ou não-terceirizado, formal ou informal, do grau de qualificação, do nível de mobilização dos trabalhadores, do ramo da atividade. No âmbito do Estado, que nos interessa mais de perto, o trabalho vem se configurando de forma particular, vivenciando a precarização com características próprias. É que veremos nos tópicos a seguir.

### 1.3 Processos de ajuste à nova ordem capitalista: redefinições do Estado e das políticas públicas

No decorrer dos últimos 25/30 anos da contemporaneidade, o Estado redefiniu-se, assumindo novas configurações. De fato, nesse período, o Estado transitou de um modelo de bem-estar social<sup>36</sup> para um modo de regulação social que se convencionou chamar de neoliberal. Cabe destacar que a emergência do Estado neoliberal foi fenômeno iniciado na década de 1970 e 1980, explicitamente nos países centrais, espalhando-se, a partir da década de 1990, por todo o mundo. Esse novo paradigma estatal acarretou retrocessos no campo dos direitos sociais e nas próprias políticas públicas sociais<sup>37</sup> que o fomentam. É sobre essas novas configurações do Estado e das políticas públicas sociais que iremos tratar neste tópico.

Nos fins da década de 1970, quando emerge a crise do sistema do capital, as elites político-econômicas passam a questionar a atuação do Estado de bem-estar social. Esses questionamentos giravam em torno das regulamentações socioeconômicas e dos gastos sociais que foram tachados de excessivos e julgados como os principais propulsores da referida crise.

Nesse ínterim, os governos iniciaram reformas no Estado, adotando uma série de providências, que podem ser condensadas nas seguintes ações: desregulamentação da economia; abolição do controle sobre fluxos financeiros; elevação das taxas de juros; controle da moeda, tendo a estabilidade monetária como meta suprema; reformas fiscais, diminuindo

---

<sup>36</sup> Para Harvey (2010), o Estado de bem-estar, o *welfarestate*, foi o modo de regulação social vigente na maior parte dos países centrais, nos marcos do padrão fordista de acumulação do capital (1945-1973). Vale salientar que esse modelo estatal foi resposta à crise econômica iniciada em 1929, provocada pelo esgotamento do modelo liberal. O Estado de bem-estar social, também conhecido como Estado keynesiano, por se inspirar nas teorias do intelectual mais expressivo dessa corrente de pensamento, John Maynard Keynes (1983), preconizava uma forte intervenção do Estado em amplas esferas da vida social, inclusive na economia, ao contrário do que defendiam os liberais. Nesse sentido, o Estado keynesiano investia em infraestrutura (capital fixo), na criação de políticas fiscais e monetárias, na implementação de políticas sociais, entre outras intervenções. Essas novas políticas de regulação socioeconômica buscavam obter equilíbrio entre produção, emprego, renda, consumo de massa e alguma forma de bem-estar social como estratégia de conter e contornar a crise capitalista daquele período.

<sup>37</sup> O surgimento da política pública social é um fenômeno intrinsecamente vinculado à emergência das questões sociais, no século XIX, em decorrência da constituição da sociedade capitalista. Destarte, a política social é compreendida como um campo contraditório que oscila entre as pressões dos trabalhadores e os interesses do capital, este com fim de reproduzir a força motriz que sustenta o sistema, aquele lutando pelas condições de existência (BEHRING, 1998; BEHRING; BOSCHETTI, 2006). É importante destacar que o conceito de política social, muitas vezes, é confundido com o de políticas públicas. A perspectiva aqui adotada relaciona as políticas sociais com ações de proteção social, implementadas pelo Estado, direcionadas, primordialmente, à diminuição das desigualdades sociais, através da redistribuição dos benefícios. Já as políticas públicas são tratadas como uma série de ações de responsabilidade do Estado no sentido de implementar um projeto de governo, a partir de um processo coletivo de tomada de decisões, a envolver órgãos públicos e os diversos atores da sociedade civil (HOFLING, 2001). Enfim, a definição de política social aqui adotada compreende-a tanto como proteção garantidora de direitos quanto como um conjunto de ações governamentais voltadas para diminuir a pobreza absoluta, a desigualdade de renda e propiciar a inclusão (MARQUES, 1997 apud DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

impostos sobre os rendimentos mais altos; adoção de legislações antissindicais, desarticulando os movimentos trabalhistas; corte de gastos sociais, com forte disciplina do orçamento público; e privatizações (ANDERSON, 1995).

Nesse contexto, tem-se um Estado que é forte para romper com os sindicatos e para controlar o dinheiro e que é parco para os gastos sociais e para as intervenções na economia, privilegiando, assim, os interesses do sistema do capital em detrimento das demandas dos trabalhadores (ANDERSON, 1995, p.11).

Destarte, o Estado assume uma versão neoliberal, que tem nos governos de Margareth Thatcher (Inglaterra, 1979), Ronald Reagan (EUA, 1980) e Helmut Kohl (Alemanha Ocidental, 1982) os seus exemplos mais expressivos.

Em rigor, o Estado neoliberal é a nova configuração do Estado nos marcos do capitalismo financeiro e mundializado. Segundo Pierre Anderson (1995), esse novo modelo estatal tem como base de sustentação ideológica um corpo teórico coerente denominado de neoliberalismo. Esse corpo teórico/ideológico prega a liberdade de mercado e restrições às intervenções socioeconômicas do Estado, tendo na tese “O caminho da servidão”, do ideólogo neoliberal Friedrich Von Hayek (1944), sua fundamentação mais expressiva.

De fato, os governos que passaram a adotar políticas de desregulamentação e privatização econômica e corte nos gastos sociais, a partir da década de 1970, são comumente considerados Estados neoliberais.

Em verdade, de acordo com Coggiola (1996, p. 202), esse novo padrão de Estado não significa a retirada dele do campo econômico, como prega o ideário neoliberal, mas sim denota uma forte atuação estatal no direcionamento socioeconômico, a estabelecer regras em favor do mercado financeiro.

Nessa direção, Carvalho (2007, 2010) afirma que as ideias neoliberais de “Estado mínimo” e de “saída do Estado” são mistificadoras da realidade, uma vez que, na verdade, o Estado contemporâneo continua a atuar de forma decisiva para atender às exigências do sistema do capital. Para essa autora, tem-se, na cena contemporânea, um “neointervencionismo estatal, coadunante com a dinâmica de expansão mundializada do capital.” (CARVALHO, 2007, p.184).

Prosseguindo em suas elaborações, Carvalho (1999, 2007, 2010) define esse novo modelo de Estado que surge na contemporaneidade – últimas décadas do século XX e início do século XXI – como um Estado ajustado e ajustador. De fato, esse paradigma estatal atua no sentido de redefinir suas estruturas internas (ajusta-se) para redimensionar a vida social (ajusta) numa busca de atender às demandas do capitalismo hodierno.

Diante do exposto, percebe-se que o Estado contemporâneo redefine-se numa tentativa de contornar a crise e evitar o colapso capitalista. De acordo com Mézaros (1997 apud CARVALHO, 2010, p. 185), “o sistema do capital não sobrevive um dia sequer, sem uma das múltiplas formas de intervenção massiva do Estado.” Em rigor, o Estado é “a estrutura de comando político totalizadora do sistema do capital.” (MÉSZAROS, 2010, p. 120).

Para Mézaros (2009b), num contexto de crise do sistema do capital, o próprio Estado entra em crise. De fato, as decisões nacionais vêm sendo submetidas à lógica destrutiva dos imperativos econômicos em crescente mundialização. Nesse contexto, os interesses dos Estados nacionais confrontam-se com o próprio sistema do capital globalizado, o que faz com as funções de regulação interna estatal fiquem submetidas às prerrogativas desse sistema, sob vigilância das instituições financeiras supranacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (HUSSON, 1999). Cabe salientar que isso acontece, especialmente, para os países de capitalismo periféricos, onde há maior vulnerabilidade em relação às forças econômica e política em escala internacional.

Nesse contexto de redefinições do Estado para atender às demandas do sistema do capital em crise, verificam-se constantes ataques às conquistas dos trabalhadores. De fato, há retrocessos no campo dos direitos sociais e nas políticas públicas sociais desde que o Estado de bem-estar entrou em crise. Saliente-se que essa tendência faz-se sentir em âmbito global, mesmo naqueles países onde os sistemas de proteção social<sup>38</sup> pareciam incorrosíveis.

---

<sup>38</sup> No período de vigência do Estado de bem-estar, vigorava um amplo sistema de proteção social formatado em uma política social pautada na universalidade e na lógica de ampliação de direitos. Destaca-se que as políticas sociais desse período histórico, assim como em outros momentos do capitalismo, têm como elemento político fundamental ser elemento estratégico na reprodução da força de trabalho e na superação das crises cíclicas do capital (VASCONCELOS 1988). Nesse sentido, o capitalismo foi compelido a demonstrar que pleno emprego, bem-estar e democracia eram possíveis sem revolução social, numa tentativa de deter o avanço das ideias socialistas e comunistas entre as classes subalternas e, também, de anular a influência da União Soviética sobre as nações periféricas do capitalismo.

Cabe destacar que esse retrocesso das políticas públicas sociais acontece no momento histórico em que elas são ainda mais requisitadas, uma vez que as questões sociais<sup>39</sup> se agravam. De fato, no cenário contemporâneo, verificam-se diversas situações de indignância, pobreza, violências, tanto nos países periféricos como nos países do capitalismo avançado (BEHRING, 1998; BERING; BOSCHETTI, 2006).

Nesse ínterim, surge uma política social que, ao contrário das exigências do nosso tempo, a querer uma ampliação nos sistemas de proteção social, nega a perspectiva de universalização e ampliação dos direitos sociais, em decorrência das constantes investidas dos governos contra as leis e garantias em torno da seguridade social, contra a educação pública e de qualidade, com ataques frequentes às políticas de subsídios ao consumo de bens básicos, dentre outras.

Por trás desse avanço contra as políticas sociais, tem-se uma fase do capitalismo que deixa de tê-las como estratégicas e passa a tratá-las como concorrentes na disputa por recursos e investimentos públicos. Nessa disputa, ganham os donos do capital financeiro-especulativo, perdem os interesses coletivos (BEHRING, 1998; BERING; BOSCHETTI, 2006).

Cabe destacar que, para os países periféricos, essa tendência hegemônica de organização do Estado e das políticas sociais tem efeitos ainda mais devastadores. Na América Latina, a virada para o neoliberalismo foi determinada pelo Consenso de Washington<sup>40</sup>, a partir da década de 80 do século XX. Para Costilla (2003, p. 254), o Chile e a Argentina, nos inícios dos anos 1970 e 1980, foram os primeiros países latino-americanos a adotarem o pacote de medidas do Consenso de Washington, seguidos, de forma clara, pelo México e pela Bolívia, de 1988 a 1994. Já o Brasil, o Peru e os países centro-americanos adotaram esse pacote de medidas de 1994 a 1998. Esse consenso impôs ajustes estruturais a

---

<sup>39</sup> Para Iamamoto (2004, p.27), as questões sociais são “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

<sup>40</sup> Para Anderson (1995), o “Consenso de Washington” é um pacote de medidas que foi formulado 1989 por organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Banco Mundial (BM), situados em Washington-EUA. Esse pacote de medidas tornou-se receituário, a partir da década de 1990, para os países em desenvolvimento endividados e/ou que quisessem empréstimos. As principais medidas impostas pelo “Consenso de Washington” são: fim das restrições ao capital externo, abertura do sistema financeiro, ajuste do fisco, desregulamentação econômica, reestruturação do sistema previdenciário, enfim, um largo ajuste estrutural.

esses países, destruindo direitos sociais antes mesmo de terem sido consolidados pelas suas institucionalidades estatais.

No Brasil, a partir da década de 1990, os governos vêm adotando uma explícita convergência com o Consenso de Washington, tendo os governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) como grandes expressões dessa tendência.

Nesse ínterim, houve uma larga reestruturação do Estado brasileiro no sentido de atender às novas demandas do capitalismo brasileiro, que vinha aderindo às exigências do sistema do capital internacional. Cabe ressaltar que essa reestruturação estava pautada na falsa ideia de que o Estado brasileiro era deficitário, por conta dos gastos sociais, principalmente com o funcionalismo público e com a previdência social. Segundo Mota (2000), essa perspectiva ideológica fundamenta uma cultura da crise no Brasil como forma de obter adesão para a referida reforma do Estado brasileiro.

O plano de reforma do Estado de Bresser Pereira (1997), então Ministro da Administração Federal do governo FHC, demonstra bem a perspectiva de reforma que vinha sendo adotada. De forma sucinta, pode-se dizer que as propostas centrais dessa reforma giram em torno das seguintes questões: delimitação das funções do Estado, reduzindo suas responsabilidades através da privatização, terceirização e publicização; redefinição do papel regulador do Estado, através da desregulamentação; ajuste fiscal; aumento da governança e da governabilidade, através do aumento da capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.

Para tanto, formata-se um Estado que tem como núcleos estratégicos os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, que possui como atividades exclusivas apenas a regulamentação e a fiscalização. Já a produção de bens e serviços, como educação, saúde, assistência e cultura, passa a ser atividade não exclusiva do Estado, podendo ser controlada pelo mercado, enquanto o mercado produtivo e financeiro é, prioritariamente, controlado por esse ente (PEREIRA, 1997).

A partir desse plano, percebe-se uma redução no tamanho do Estado brasileiro, que passou a focalizar suas ações nos assuntos mais prementes, deixando para o livre jogo do mercado uma série de questões públicas. Em verdade, as reformas pelas quais passa o Estado brasileiro, desde então, apontam para retrocessos dos direitos e garantias historicamente

conquistados pelas classes populares brasileiras. De fato, a Carta Magna de 1988<sup>41</sup>, símbolo dessas conquistas, vem sofrendo constantes ataques pelos governos brasileiros (SIMIONATTO, 1999).

De acordo com Carvalho (2010), pode-se dizer que o Brasil não chegou a consolidar um padrão de bem-estar social, a exemplo dos países centrais, uma vez que os direitos sociais não foram efetivados através das políticas sociais e das institucionalidades públicas, o que acarreta um descompasso entre a realidade e a lei. Nessa direção, Sposati (2003) afirma que os direitos sociais na América Latina configuram-se como direitos de papel, pois não são efetivados pelas institucionalidades governamentais, ficando restritos aos “cadernos” dos projetos e das leis.

É válido salientar antes que as políticas públicas no Brasil, tradicionalmente, organizam-se nos moldes de sistemas meritocráticos e conservadores, pautados em programas e projetos sociais que se dividem, de um lado, por uma perspectiva mais universalizante, e de outro, por uma perspectiva focalizadora, como no caso dos programas sociais especialmente voltados aos pobres (DRAIBE, 1997).

Nos moldes do Estado brasileiro neoliberal, “ajustado e ajustador”, configura-se uma política pública social que privilegia a tradicional fragmentação e focalização, em detrimento das incipientes experiências universalizantes preconizadas pela Constituição Federal ainda em vigor (SIMIONATTO, 1999; BOCHETTI, 2006). De fato, as políticas públicas sociais, no Brasil contemporâneo, são direcionadas às populações mais vulneráveis – miseráveis e pobres, formatando-se, assim, uma política social de cunho assistencial e focalizado. Em verdade, esse padrão de política social é marcado por um viés compensatório, eventual, precarizado e privatizante (DRAIBE, 1997, p. 249; BRITO; LEITE, 2007).

É importante destacar que o padrão de política social que vem se consolidando no Brasil desloca o conflito entre capital e trabalho para o âmbito interno da própria classe trabalhadora, fazendo com que se oponham, na disputa por orçamento público: empregados versus desempregados; trabalhadores com salários mais altos versus mais baixos; trabalhadores formais versus informais; e ainda idosos versus crianças, índios versus negros (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007). Essa disputa por orçamento público se desloca, ainda, para o

---

<sup>41</sup> A Constituição brasileira de 1988, que vigora até hoje, significou uma conquista relevante das classes trabalhadoras, pois contempla amplos direitos sociais que devem ser garantidos através de saúde pública para todos, assistência pra os grupos mais vulneráveis, previdência para quem contribui, educação fundamental pública para todos, dentre outras conquistas.

próprio âmbito das políticas sociais, opondo: assistência versus cultura e lazer, educação versus habitação, saúde versus urbanização.

Com o processo de descentralização das políticas sociais, uma das diretrizes da Carta Magna de 1988 para o sistema de proteção social brasileiro, essa disputa por recurso acontece também entre os entes federativos. Desde os anos 1990, o Governo Federal vem delegando aos estados e municípios grande parte das funções da gestão política de saúde, habitação, saneamento básico e assistência social, sem, contudo, descentralizar os recursos em igual proporção às novas responsabilidades adquiridas por esses entes. Assim, ocorre uma disputa entre os entes federativos por orçamento público (ARRETCHE, 2000).

Vale lembrar que, enquanto essa disputa por orçamento público acontece no seio da classe trabalhadora, grandiosos montantes de dinheiro público são direcionados para o capital, especialmente o financeiro-especulativo.

Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), esse direcionamento econômico-político, iniciado pelos governos Collor e FHC, foi seguido pelo governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), resguardando-se as devidas diferenças em relação aos governos anteriores. De fato, para Druck e Filgueiras (2007, p. 27), o governo Lula “não moveu um milímetro” para alterar a lógica do Estado vinha sendo adotado. Esses autores afirmam que com esses governos tem-se no Brasil “o surgimento, aprofundamento e consolidação desse novo modelo socioeconômico (liberal-periférico)”<sup>42</sup>.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, esse modelo liberal-periférico manifesta-se na manutenção do superávit primário e dos ajustes fiscais, na implementação de uma (contra)reforma da Previdência do setor público (2003) e o início das (contra)reformas da educação (travestida de reforma universitária) (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p. 27).

Nesse contexto, há o aprofundamento do padrão de política social que vinha sendo construído no Brasil. De fato, enquanto os gastos sociais com saúde, educação, habitação e saneamento perderam participação relativa no orçamento social, há o aumento significativo nos gastos com a assistência, que tem como carro-chefe os programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007; MARQUES; MENDES, 2007; BRITO; LEITE, 2007). Destaca-se que a prioridade dada à assistência social, em detrimento das demais políticas públicas sociais, revela a própria natureza da política social

---

<sup>42</sup> Esse modelo foi brevemente discutido no tópico 1.1 deste texto.



sob gestão petista, qual seja: “liberal, coerente com o modelo econômico vigente [...] e que possui forte apoio dos organismos multilaterais (FMI, BM e BIRD).” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p. 31).

Em verdade, no Brasil, vem se consolidando uma política social de cunho fragmentado, assistencial, focalizada nas populações mais vulneráveis e que joga uma série de necessidades humanas para o mercado. Aqueles que não conseguem ser vislumbrados nem pelo Estado, tampouco pelo mercado, ficam à mercê de toda sorte: desde a solidariedade da sociedade civil organizada em instituições não governamentais<sup>43</sup>, passando pela caridade das mais libertárias às mais viciadas, até os interesses espúrios do marketing social das empresas<sup>44</sup>.

Diante do exposto, verifica-se uma política pública social marcada pela precarização, que pode ser facilmente percebida nas gigantescas filas para atendimento, nas condições precárias dos espaços físicos e dos equipamentos, na escassez de profissionais, dentre tantas outras expressões dessa realidade. Para os usuários dessas políticas, o efeito é desolador; para os trabalhadores delas, tem-se um efeito duplo: como usuário das políticas sociais brasileiras, não tem as suas demandas atendidas; já como trabalhador, se veem num espaço de trabalho bastante precarizado. É sobre o trabalho no âmbito das políticas sociais brasileiras que trataremos no tópico seguinte.

#### **1.4 O (novo) mundo do trabalho no espaço estatal: natureza do trabalho e universo dos trabalhadores**

Na cena contemporânea – últimas décadas do século XX e início do século XXI –, surge “o novo e precário mundo do trabalho”, composto por uma ampla gama de trabalhadores, inseridos nos mais diversos setores da produção e da reprodução<sup>45</sup> da vida

---

<sup>43</sup>As organizações não governamentais (ONGs) dizem respeito àquelas instituições sem fins lucrativos, de iniciativa e responsabilidade da sociedade civil organizada, que atuam nas mais diversas áreas sociais (saúde, educação, meio ambiente etc) através de programas, projetos e serviços. As ONGs nasceram com o propósito de pressionar o Estado na efetivação dos direitos sociais. Contudo, atualmente, as ONGs, em sua grande maioria, atuam numa tentativa de amenizar os problemas sociais no lugar do Estado, através de programa e projetos, cujo financiamento geralmente vem de governos internacionais, empresas nacionais e internacionais, doações, dentre outros (FERNANDES, 1994).

<sup>44</sup>Com o crescimento dos problemas sociais na contemporaneidade, passaram a adotar como estratégia de marketing o discurso da responsabilidade social, promovida através do financiamento de programas e projetos na área social. Esse financiamento é feito com o direcionamento de recursos para organizações não governamentais e/ou por meio de iniciativa própria através de campanhas, projetos e serviços de cunho social (FERNANDES, 1994).

<sup>45</sup>De acordo com Lessa (2002), o setor produtivo é composto pelas atividades de produção material, realizada através da relação direta entre homem e natureza, como a agricultura e a indústria, enquanto a reprodução da

social. Dentro desse universo, destacamos aqueles que estão inseridos no âmbito estatal e em suas políticas sociais, a compor uma parcela expressiva de trabalhadores, da qual fazem parte os sujeitos desta pesquisa. Neste tópico, trataremos sobre o trabalho no âmbito do Estado, circunscrevendo a sua natureza e o universo de trabalhadores que o compõe.

De saída, é importante dizer que o trabalho no âmbito do Estado cumpre uma função peculiar dentro da sociabilidade do capital, possuindo um caráter improdutivo. Em rigor, no espaço estatal, o trabalho tem por função promover a realização da mais-valia, através de sua distribuição na forma de políticas sociais de saúde, assistência, previdência, dentre outras. Nesse sentido, afirmar que um trabalho é produtivo ou improdutivo não diz respeito a uma avaliação moral, mas define a função social que um determinado trabalho cumpre dentro da objetividade social<sup>46</sup> (ALVES, 2008).

Nessa discussão sobre produtividade e improdatividade do trabalho no sistema do capital, Alves (2008) afirma que ela diz respeito apenas ao papel que o trabalho realiza dentro da objetividade social, como produtor ou não produtor de mais-valia, não se relacionando diretamente com a dimensão subjetiva e política do trabalhador. Isso quer dizer que, embora no plano da objetividade social os trabalhadores produtivos sejam mais diretamente explorados pelo capital que os trabalhadores improdutivos, no plano subjetivo ambos estão submetidos às mais diversas expressões de alienação e estranhamento. Nesse sentido, o referido autor comenta que tanto os trabalhadores produtivos como os improdutivos vivenciam a exploração do trabalho pelo capital, a expressar a condição de proletariedade não só daqueles, como costumeiramente se faz no campo do marxismo mais hermético, como destes sujeitos.

Outra manifestação da referida condição de proletariedade, à qual estão submetidos os trabalhadores produtivos e improdutivos, está associada à dimensão do assalariamento (ALVES, 2008). De fato, esses sujeitos trabalhadores vendem sua força de trabalho em troca de um salário, como forma de garantir sobrevivência. Assim, pertencem à condição de proletariedade “os *operários de fábrica* ou *empregados públicos ou privados*”(trabalhadores de colarinho-branco ou professores ou funcionários públicos) (ALVES, 2008, p. 33).

---

vida social é promovida pelas atividades do Estado, da política, do direito, ou seja, pelos complexos sociais que visam a reproduzir as relações sociais.

<sup>46</sup> Lessa (2002) afirma que a objetividade social em Marx está relacionada à própria materialidade das relações sociais. Enquanto a materialidade da natureza diz respeito aos seus aspectos físicos, químicos, biológicos, a materialidade social revela-se nos impactos concretos que as relações sociais provocam na vida dos indivíduos.

Contudo, para o referido autor, a tomada de consciência por parte dessa categoria de trabalhadores é ainda mais complicada, uma vez que eles têm suas consciências “deslocadas/obnubiladas’ pela vinculação salarial com instância do anti-valor.”

A condição proletária de trabalhadores ligados às atividades gestadas a partir do fundo público assume uma forma particular, tendo em vista que o operário ou empregado (funcionário público) não se encontram diante de um capitalista privado, mas sim de um gestor do capital social (apesar disso, enquanto houver Estado político, isto é, um ente estranho, há capital, o que implica a efetividade da condição de proletariedade) (ALVES, 2008, p. 33).

Delineada a natureza do trabalho no setor público estatal, cumpre circunscrever o universo dos sujeitos trabalhadores desse setor dentro da classe que vive do trabalho.

Numa comparação mundial, verifica-se que o maior número de trabalhadores públicos<sup>47</sup> está nos países escandinavos e na França, enquanto no restante dos países europeus, e ainda na Austrália, Canadá, EUA e Nova Zelândia, percebe-se uma quantidade intermediária de trabalhadores nesse setor. Os menores números desses trabalhadores estão na Grécia, Holanda, Japão, México e Turquia. Saliente-se que neste último grupo é que se enquadra o Brasil (PESSOA, 2003). Em relação aos 31 países que compõem a OCDE, a média de trabalhadores nos quadros públicos fica em torno de 22% do número total de empregados. Já no Brasil, esse número cai para 12% (OCDE, 2005 *apud* IPEA, 2009).

Cumpre destacar que os números mais expressivos de trabalhadores no âmbito do Estado estão nos países onde o Estado de bem-estar social teve presença mais forte. Contudo, esses números vêm caindo desde que esse padrão estatal entrou em crise (MATTOSO, 2002 *apud* BORGES, 2004). No Brasil, onde o Estado de Bem-estar não foi concretizado, os números de trabalhadores públicos são reduzidos.

Nos países latino-americanos, em 2006, as porcentagens de emprego público em relação ao número total de empregados e à população economicamente ativa são significativamente baixos: Brasil, 11,3%; Panamá, 17,8%; Venezuela, 16,6%; Argentina, 16,2%; Chile, 10,5% (CEPAL, 2006 *apud* IPEA, 2009). Segundo o IPEA (2009, p. 6), “pode-se afirmar que os dados apontados nessa comparação internacional revelam que a participação

---

<sup>47</sup> Utilizamos o termo “trabalhador público” e “funcionário público” para designar tanto os servidores públicos, nome dado aos trabalhadores das instituições públicas brasileiras que são regidos por lei específica, como é o caso dos servidores estatutários federais, que têm seus direitos e deveres preconizados na lei 8.112/1990<sup>47</sup>, quanto os empregados públicos que são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

do emprego público no Brasil é pequena, tanto se comparada com os países desenvolvidos, como também se comparada a países latinoamericanos”.

De fato, nos governos Collor e FHC, houve uma redução no quadro de pessoal do setor público brasileiro, principalmente nos estados e na União. Em sentido contrário, a esfera municipal ganhou um número significativo de trabalhadores públicos, em decorrência do processo de descentralização político-administrativa, prevista na Carta Magna de 1988 (PESSOA, 2003).

Nesse contexto, se, na década de 1980, os setores públicos eram responsáveis pela absorção da mão de obra de um elevado número de trabalhadores, chegando a empregar 1,6 milhões de pessoas, a partir de 1995 os cortes chegaram a atingir cerca de um milhão de funcionários públicos (POCHMAN, 2006)

Apesar do número reduzido desses sujeitos, o Brasil gasta mais com esse quadro de pessoal do que os demais países da OCDE. Enquanto o Brasil gasta 12% de seu Produto Interno Bruto (PIB), os países-membros da OCDE dispendem 11% de seu PIB para o funcionalismo público (OCDE, 2006 apud IPEA, 2009).

Em relação à ocupação dos trabalhadores públicos brasileiros por ramo de atividades, observa-se que, em 1999, cerca de 86% desses sujeitos estavam na área social (saúde, educação e serviços sociais) e na administração pública (administração do Estado, defesa nacional e segurança pública) (PESSOA, 2003, p. 15-16).

A tendência de redução do funcionalismo público, no Brasil, parece se retrair nos anos 2000, com o governo Lula, embora se saiba que o número de funcionários públicos encontra-se muito aquém do que demandam as instituições públicas brasileiras. De fato, nesse governo, percebe-se um crescimento no número desses trabalhadores, através dos seguintes dados: enquanto entre 1995 e 2002 houve um crescimento de 0,04% ao ano na porcentagem dos trabalhadores públicos, entre 2003 e 2007 o crescimento anual foi de 4,4% (IPEA, 2009).

Já em relação ao número de funcionários por ente federativo, tem-se uma maior proporção desses trabalhadores em âmbito municipal, enquanto o Estado e a Federação ficam com as menores proporções, seguindo a tendência iniciada na década de 1990. De fato, de acordo dados elaborados por Barone (2010), a partir dos dados da MUNIC (2004, 2008) e de IBGE e RAIS (2004, 2008), o setor público federal cresceu 17,94%; o estadual, 10,98%; enquanto no município houve um crescimento de 26,5%. Nesse contexto, no final de 2008, as

prefeituras de todo o País somavam aproximadamente de 4,840 milhões de trabalhadores dentro de seus quadros funcionais, sendo cerca de 4,17 milhões (94,8%) pertencentes só à administração direta.

De acordo com dados da RAIS elaborados pelo IPEA (2009), a distribuição do funcionalismo público brasileiro em âmbito federal, no ano de 2002, ficava na seguinte proporção: o Executivo representava 77,0%; o Legislativo, 1,6%; o Judiciário, 2,7%; as autarquias, 5,7%; as fundações, 3,1%; e as empresas estatais, 9,8% do total de funcionários públicos. Já em 2007, o Executivo passa a representar 79,2%; o Legislativo, 1,7%; o Judiciário, 2,7%; as autarquias, 5,5%; as fundações, 2,3; e as empresas estatais, 8,4% desses sujeitos.

A partir dos dados acima, percebe-se que somente os órgãos do Executivo aumentaram seu número de funcionários públicos, o que não atingiu os demais órgãos em âmbito federal. A rigor, nas esferas do Legislativo e do Judiciário observa-se certa estagnação nas porcentagens, enquanto há uma queda acentuada de servidores nas fundações e empresas estatais. Vale ressaltar que essa redução no contingente de trabalhadores de fundações e empresas estatais tem como causa principal os intensos processos de privatizações, iniciados nos governos Collor e FHC.

Em relação aos setores privados, observa-se que o crescimento no contingente de trabalhadores do setor público é inferior. Em 2007, o setor público representava apenas 25% do número total de empregados no Brasil.

De acordo com o IPEA (2009, p.8), “a expansão do emprego público nos anos mais recentes (notadamente entre 2003 e 2007) apenas acompanhou o dinamismo da economia e seus efeitos positivos sobre o mercado de trabalho brasileiro”. Saliente-se que o aumento no número de funcionários públicos não foi substantivo o suficiente para recompor os quadros dos setores públicos, percebendo-se ainda nesses espaços grande defasagem de profissionais. Segundo o IPEA (2009),

[...] a recente expansão do número de servidores públicos no Brasil não parece ter sido suficiente para referendar a tese de que esteja ocorrendo, nos anos mais recentes, um “inchaço” no Estado brasileiro, uma vez que a relação calculada indica que o aumento recente do número absoluto de pessoas ocupadas no setor público parece estar sendo suficiente apenas para repor a dimensão relativa do estoque de empregos públicos que havia no Brasil durante os anos 1990.

Nesse ínterim, tem-se, no setor público estatal do Brasil contemporâneo, um funcionalismo público reduzido, aquém das demandas dessas instituições. Em verdade, as reformas do Estado brasileiro, iniciadas nos governos Collor e FHC e que tiveram continuidade no governo Lula, impactaram de forma negativa esse setor. As consequências para o trabalho no âmbito estatal foi a sua precarização, em particular nas políticas sociais. É o que veremos a seguir.

### **1.5 A precarização do trabalho na política pública social**

A precarização laboral, marca do mundo do trabalho em tempos de crise estrutural capitalista, vem alcançando os mais diversos setores da produção e da reprodução da vida social, desde a indústria, passando pela agricultura, chegando até mesmo àqueles setores que estão fora dos circuitos produtivos do capital (ALVES, 2007, p. 128). De fato, as péssimas condições laborais fazem-se sentir no seio do próprio Estado, uma vez que, segundo Teixeira (1999, p.22), “o gerenciamento do setor das atividades exclusivas do Estado obedece a uma racionalidade administrativa próxima das empresas privadas.”.

Para Alves (2007), esse processo de precarização do trabalho em âmbito estatal é fruto do “vazamento” da lógica do trabalho abstrato para os mais diversos setores da sociedade contemporânea. Em rigor, segundo Mandel (1985), acontece uma impregnação da lógica mercantilizadora nas esferas da reprodução social.

Saliente-se que a precarização laboral dentro das esferas reprodutivas da vida social, em especial no âmbito do Estado e de suas políticas sociais, teve início na década de 1970, a partir da crise do Estado de bem-estar social que vigorou em alguns países de capitalismo avançado. Até então, o Estado era modelo para os demais setores da vida em sociedade, tanto no que diz respeito à promoção de direitos para os cidadãos, quanto em relação à garantia de direitos para os seus quadros profissionais (CHEITUB, 2000). Em verdade, em tempos de Estado de bem-estar social, o trabalho no setor público vigorava sob a hegemonia do sistema de carreira que garantia segurança no trabalho, bons salários e uma série de garantias trabalhistas, em detrimento do sistema de emprego público, que se aproximava do modelo de gestão do trabalho nos setores privados<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup>Segundo Saraiva (2007 *apud* CASTRO; NUNES, 2010), o trabalho no setor público da maioria dos países europeus, latino-americanos e no Japão vigorava sob um sistema de carreira que é baseado pela forma peculiar de ingresso na função, através de critérios específicos, pela perspectiva de emprego para toda a vida, pela

O desmonte do trabalho no setor público estatal iniciou-se com a emergência do Estado neoliberal, tendo como base a ideia da “flexisegurança” (flexibilidade e segurança) para a condução da gestão laboral nesse setor. Essa ideia é apresentada como uma proposta inovadora ao setor público estatal do século XXI e propõe relações contratuais flexíveis; diminuição de uma perspectiva de trabalho de longo prazo; vinculação dos salários ao desempenho do trabalhador; fim dos automatismos na progressão e promoção dos trabalhadores; carga horária de trabalho mais flexível; e tempo parcial de trabalho (KUPERUS *et al*, 2010 *apud* CASTRO; NUNES, 2010, p. 218). Cumpre destacar que, por trás da ideia da flexisegurança, esconde-se o verdadeiro significado da reestruturação do trabalho nos setores públicos, qual seja: diminuir os custos com o trabalho, liberando recursos públicos para os interesses do capital.

Nesse contexto, o modelo de emprego público vem se tornando hegemônico nas formas de gestão dos trabalhadores estatais, embora não haja uma ruptura radical com o sistema de carreira. Destarte, a ideia da flexisegurança não impactou os Estados de forma homogênea, já que o grau de adesão a ela se diferenciou a partir da cultura de emprego público de cada um.

Contudo, boa parte das instituições públicas de diversos países do mundo passaram a contratar seus trabalhadores de forma flexível para variados cargos e categorias profissionais (OECD, 2008 *apud* CASTRO; NUNES, 2010).

No Brasil, a precarização do trabalho dentro do Estado iniciou-se na década de 1990, quando da introdução das reformas do Estado, sob a prerrogativa neoliberal, nos governos de Collor e FHC. Nesse ínterim, houve privatizações de empresas estatais, reformas administrativas, demissões de trabalhadores não estáveis das instituições estatais, implementação de programas de demissão voluntária que ocasionaram impacto direto para os trabalhadores do âmbito do Estado (POCHMAN, 2006). Saliente-se que o pacote neoliberal trouxe consequências ainda mais graves para os trabalhadores das políticas sociais, uma vez que os cortes financeiros mais drásticos se direcionaram para a área social.

---

perspectiva de construção de uma carreira, com ênfase na antiguidade, e uma grande distinção entre emprego público e privado (DEMMKE *et al*, 2008 *apud* CASTRO; NUNES, 2010, p.195). Cabe destacar que a perspectiva de carreira não foi adotada em todos os países de capitalismo avançado. De fato, nos EUA, Reino Unido e Holanda vigorou fortemente o sistema de emprego público - pautado pela forma de ingresso mais aberta e pela maior proximidade entre o emprego público e privado (DEMMKE *et al*, 2008 *apud* CASTRO; NUNES, 2010, p.195).

Cumprir destacar que, até então, a gestão do trabalho no setor público brasileiro baseava-se em um sistema semelhante ao sistema de carreira que vigorou nos países de capitalismo avançado. De fato, a inserção nesse setor se dava, eminentemente, por meio de concurso público, com ampla garantia de estabilidade, uma massa salarial e benefícios trabalhistas de valores significativos<sup>49</sup>.

Segundo Pochman (2006, p.2), já no governo Collor, as instituições públicas federais lançaram mão de demissões, limitaram novas contratações e fizeram incentivos de aposentadorias o ocasionou uma drástica redução no quadro de pessoal dos setores públicos, enquanto no governo de FHC foram criados Planos de Demissão Voluntária (PDV), intensificação dos processos de privatização das organizações estatais e da limitação de novas contratações, dando continuidade ao processo de precarização das instituições públicas no Brasil. No governo Lula, apesar de certas diferenciações, a reforma neoliberal do Estado brasileiro teve continuidade.

Além de lançar um grande contingente de trabalhadores para a vivência do desemprego, o Estado brasileiro, em tempos de reforma neoliberal, adota com seus trabalhadores estratégias típicas dos setores privados. De fato, verifica-se, nos quadros profissionais do Estado, uma flexibilização nas contratações, flexibilização do estatuto salarial e redução em seus valores, adoção de remuneração baseada no desempenho individual, avaliações periódicas, negociação coletiva para a determinação das condições de trabalho e da remuneração e aumento no tempo de contribuição das aposentadorias (POCHMAN, 2006)<sup>50</sup>.

Em verdade, essa reestruturação do trabalho no âmbito do Estado brasileiro, sob a prerrogativa da crise fiscal, esconde o “assalto” aos fundos públicos pelo capital privado.

Cabe destacar que um dos aspectos mais graves da precarização laboral nas instituições públicas é o aumento da terceirização nas contratações de mão de obra. As

---

<sup>49</sup>No Brasil, antes das reformas no Estado brasileiro, os trabalhadores públicos só poderiam ser contratados mediante concurso público e só poderiam estar sob um dos seguintes vínculos de trabalho: estatutário, celetista, especial (processo seletivo simplificado) e cargos de comissão (BORGES, 2004). É importante esclarecer que os servidores públicos possuem vínculo não contratual, vinculam-se à perspectiva de carreira, que tem como característica principal a estabilidade. Já os celetistas, também conhecidos como empregados públicos, vinculam-se à perspectiva do sistema do emprego público. O vínculo adquirido através do regime especial só acontece em situações mais emergenciais de interesse público, possui caráter temporário e é regido pela lei 8.745/93<sup>49</sup>. Para esses dois últimos vínculos, o ingresso dá-se através de uma seleção simplificada, exceto nos casos de calamidade pública, caso em que não há processo seletivo. Por fim, tem-se os cargos comissionados, ou cargos de confiança, para os quais os trabalhadores são livremente nomeados, sendo fixado, contudo, uma proporção fixa de número de contratados nessa condição (BORGES, 2004).

<sup>50</sup>A aprovação da Emenda Constitucional 19/1993 ocasionou um aumento no tempo de contribuição das aposentadorias e uma instabilidade nos trabalhadores, devido às avaliações periódicas passíveis de demissão.



contratações terceirizadas de trabalhadores para as atividades-meio do setor público são permitidas legalmente desde a década de 1970, através das leis n.º 5.645/70 e n.º 7.102/83. Contudo esse tipo de contratação vem se estendendo para as atividades-fins desses setores. Ressalte-se que a contratação terceirizada de profissionais para atividades-fins dos setores públicos configura-se, em termos jurídicos, como uma atividade ilegal do Estado (BORGES, 2004).

De fato, Borges (2004) afirma que as principais formas de precarização do trabalho em âmbito estatal estão nas irregularidades dos vínculos trabalhistas, através das contratações sem concurso público e das terceirizações. Verifica-se no Estado contratos por tempo determinado, prestação de serviços com bolsistas, consultores, estagiários, com arbítrio para o processo seletivo.

Segundo dados do Dieese (1993 apud ALVES, 2005), a terceirização promove a redução dos salários e dos benefícios sociais, insalubridade, perda de representação sindical, dentre outras. A terceirização contribui para a perda em diversos direitos trabalhistas, garantindo, assim, a lucratividade das empresas que intermedeiam mão de obra (ALVES, 2010, p. 16).

Cumprе salientar que, embora no governo Lula perceba-se uma queda no número de celetistas no setor público e o crescimento no número de servidores, houve, nesse governo, um crescimento significativo de vínculos atípicos: terceirizados, sem carteira, sem passar por concurso público e sem estabilidade. Em verdade, de acordo com Lima (2011), em oito anos de governo Lula houve um aumento significativo de cargos públicos, concursados e de confiança e uma concessão de reajustes para o funcionalismo, embora o número desses servidores continue muito aquém da demanda nos quadros do funcionalismo público no Brasil.

De acordo com dados do Ministério do Planejamento, em 2003, 82 mil trabalhadores públicos tinham vínculo empregatício temporário. Em 2008, as contratações temporárias no serviço público federal chegavam a contemplar 17.530 trabalhadores (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2008 apud GOBETTI, 2009).

Souza (2011) comenta que

Segundo as informações de que o Ministério dispõe, sabidamente incompletas, admite-se que haja no mínimo 33.125 trabalhadores terceirizados de maneira

irregular na Administração Pública, excluídas as empresas e sociedades de economia mista. E isto após a autorização para o preenchimento de 24.306 vagas, nos três anos anteriores, destinadas à substituição de terceirizados. Na estimativa da 2ª Secex, hoje poderia haver, de fato, 55 mil postos ocupados mediante terceirização indevida.

Nessa direção, Gobetti (2009) afirma que “o espectro de atividades exercidas por esse tipo de ‘servidor tampão’ também é cada vez maior e vai do ensino em universidades a serviços especializados de engenharia e tecnologia da informação”.

Percebe-se que essa gama de trabalhadores precarizados dentro do próprio Estado compõe parte significativa do universo de profissionais do setor público brasileiro. Contudo, verifica-se, nesse espaço, trabalhadores com maiores garantias trabalhistas, a exemplo dos concursados, principalmente do Executivo, Legislativo e Judiciário federal e dos trabalhadores que ocupam cargos de maiores status dentro do serviço público.

Nesse ínterim, observa-se uma fragmentação dos trabalhadores públicos, pois de um lado há aqueles que possuem estabilidade, maiores salários e benefícios e, do outro, há os terceirizados e temporários, que possuem péssimas condições salariais, são instáveis, enfim, estão submetidos às mais diversas formas de precariedade do trabalho.

Além da flexibilização dos vínculos trabalhistas, a precarização do trabalho no âmbito estatal expressa-se na estagnação e mesmo na redução nos salários dos funcionários públicos em nome do equilíbrio do fisco, o que fez com que se explicitasse uma massa de trabalhadores proletários dentro do próprio Estado (ALVES, 2008). O sucateamento das instituições públicas tem provocado precarizações das condições de realização do trabalho.

Enfim: número reduzido de profissionais, flexibilização dos vínculos trabalhistas, redução nos salários, aumento das exigências e sobrecarga de trabalho são expressões da precariedade do trabalho no âmbito do Estado, em especial no espaço das políticas sociais. Diante disso, percebe-se que os trabalhadores dos públicos estão a vivenciar condições precárias de trabalho, semelhantes aos trabalhadores do setor privado. São sujeitos que vivem-do-trabalho a vivenciar a precarização do trabalho e da própria vida.

## 2 O PROCESSO INVESTIGATIVO EM CURSO: CONSTRUINDO CAMINHOS E TRILHAS PARA (RE)PENSAR O TRABALHO NO ÂMBITO DA FUNCI

*“Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” Karl Marx*

### 2.1 O horizonte do processo: o movimento dialético para apreender a dinâmica do real

Para apreensão do nosso objeto de estudo, nos inspiramos na dialética marxiana, pois esse modo de conhecer permite penetrar na essência dos fenômenos sociais, indo além de sua imediatez.

De acordo com Kosic (1976), os fenômenos sociais se manifestam, no cotidiano, de forma aparente, pseudoconcreta<sup>51</sup>, sendo papel do conhecimento crítico-dialético alcançar a sua essência, a sua concreticidade<sup>52</sup>. Isso não quer dizer que o fenômeno social, em sua manifestação cotidiana, represente uma realidade falsificada e a essência dele diga respeito a sua própria verdade. Para Kosic (idem, p.11), “o fenômeno indica a essência”, ainda que, ao mesmo tempo, a esconda. Assim, não se trata de desconsiderar o fenômeno social em sua manifestação cotidiana, mas sim de encontrar a relação entre a aparência do e a sua essência.

Nesse sentido, a dialética marxiana revela-se, de fato, como via fecunda para se desvelar o nosso objeto de estudo. Segundo Kosic (idem, p. 16), o pensamento crítico-dialético:

... destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade, é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvela o mundo real, por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento do real interno, por trás do fenômeno, a essência. (KOSIC, 1976, p.16).

Através de aproximações sucessivas ao movimento do objeto, o método dialético parte do abstrato (real caótico) ao concreto (real pensado), combinando representações ideais com observações empíricas. Nesse movimento, a razão vai capturando (sempre por abstração

---

<sup>51</sup> Para Kosic (1976), a pseudoconcreticidade é a manifestação da realidade de forma caótica, cotidiana e imediata. Ela revela apenas uma parte da realidade, uma vez que as determinações desta estão escondidas em sua essência, em seu movimento interno.

<sup>52</sup> A concreticidade é uma categoria marxiana para referenciar a realidade em sua unidade entre fenômeno e essência, é quando vêm à tona suas múltiplas determinações. (KOSIC, 1976). O concreto é sucintamente definido na célebre frase de Karl Marx – ele “é a síntese de múltiplas determinações”.

e aproximadamente) as contradições concretas<sup>53</sup> e as mediações<sup>54</sup> que constituem o real em busca de construir sua totalidade<sup>55</sup>. (KONDER, 2008). De fato, para Kotic (idem, p. 30), “o processo do abstrato ao concreto como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em seus planos e dimensões (KOSIC, 1976, p. 30).

A forma metodológica mais fecunda no plano do pensamento dialético é aquela expressa na tríade conceitual singular - universal e particular. Parte-se do entendimento de que o ser social e seus complexos dinâmicos estão submetidos a uma dada legalidade social, que se expressa de modo singular. Assim, na esfera da universalidade encontram-se as grandes determinações de um dado complexo social, sendo a esfera da singularidade marcada pela imediatez. A particularidade seria a mediação encontrada entre o universal e o singular. É nesse campo de mediações que se pode apreender o objeto em sua complexidade.

Vale salientar que caso o pesquisador social não realize esse movimento teórico-metodológico, ele apenas conhecerá uma parte da realidade estudada, ou seja, irá apreendê-la apenas em sua aparência, em sua manifestação cotidiana. Como já mencionamos anteriormente, é corriqueiro acontecer no campo das ciências sociais positivistas, em particular no campo da sociologia do trabalho. De acordo com Alves (2007, p. 120),

A sociologia do trabalho possui uma tradição positivista caracterizada pela falta de rigor no tratamento categorial-analítico dos fenômenos sociais do mundo do trabalho. Imersa nos dados empíricos, ela tende a desprezar, ou não consegue capturar a dialética entre universalidade, particularidade e singularidade, além de perder de vez o significado concreto de categorias sócio-históricas que explicitam as formas de ser da existência da “classe” do proletariado moderno.

Assim, rompendo com essa tradição, partimos em busca das determinações do nosso objeto de estudo, indo além de seu fragmento, de sua manifestação singular. Para Marx (2010) só depois de concluído esse trabalho é que se pode apreender o objeto em sua complexidade e especificidades.

---

<sup>53</sup> A mediação é uma categoria marxiana que diz respeito à articulação no interior de cada complexo social e dos complexos sociais entre si. (PONTES, 1995, p. 81).

<sup>54</sup> A realidade social, numa perspectiva marxiana, é composta por forças contraditórias, sendo a tensão entre as classes sociais, a contradição fundamental.

<sup>55</sup> A totalidade é uma categoria marxiana que representa a própria realidade em suas múltiplas dimensões. Segundo Lukács (1979, p. 39), a totalidade é um complexo composto de outros complexos, ou seja, “toda parte é também um todo (...) um complexo de forças com relações diversas que agem em conjunto. Essa complexidade não elimina o caráter do elemento”

## 2.2 O concreto a ser desvendado: o campo e seus sujeitos

Este tópico busca apresentar a configuração do nosso campo de estudo - a Coordenadoria da Criança e do Adolescente de Fortaleza/FUNCI, pertencente à Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH) - assim como aborda sobre os trabalhadores da referida Coordenadoria - sujeitos desta investigação. Vale salientar que a configuração ora construída foi realizada a partir do trabalho de campo, aqui, expresso na dinâmica metodológica<sup>56</sup>.

A Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH) foi criada através da lei municipal complementar n. 0061, de 22 de janeiro de 2009, com a responsabilidade de fomentar a Política Municipal de Direitos Humanos em Fortaleza. De fato, esta Secretaria tem a incumbência de coordenar a difusão, promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, idosos, população negra, público GLBTT<sup>57</sup> e pessoas com deficiência.

Atualmente, a Secretaria divide suas ações em diversas Coordenadorias, tais como: Administrativo-financeira; Coordenadoria do Idoso; Coordenadoria da Diversidade Sexual; Coordenadoria da Política de Inclusão Racial; Coordenadoria das Pessoas com Deficiência; Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI; Projetos especiais - “Raízes da Cidadania” e “Laboratório de Direitos Humanos” (LEDH).

Cabe destacar que a FUNCI já existia antes mesmo da criação da SDH. De fato, essa Fundação foi criada, em Fortaleza, sob a denominação Fundação da Cidade (FUNCI), através da lei n. 7.488 de 30 de dezembro de 1993, com o objetivo de fomentar ações junto ao público de crianças e adolescentes. Cabe destacar que, à época de sua criação, a FUNCI tinha uma proposta de trabalho de caráter assistencialista e pontual.

Em 14 de dezembro de 1999, a Fundação passou a ser denominada Fundação da Criança e da Família Cidadã, através da Lei n. 8.389. Já em 2005, a FUNCI começou a redefinir seus programas e projetos, pautando-os na promoção e garantia de direitos, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>58</sup>. Nesse ínterim, a FUNCI passa a ter como

---

<sup>56</sup> O percurso seguido nas minhas primeiras inserções em campo de estudo está mais bem detalhado no tópico 2.3 deste texto. Vale salientar que esta configuração do campo e dos seus sujeitos está fundamentada em documentos institucionais e, essencialmente, em entrevistas realizadas junto às Coordenações desses programas e ao Setor de Desenvolvimento de Pessoal da SDH.

<sup>57</sup> A sigla GLBTT significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais E Travestis.

<sup>58</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a lei que rege direitos e deveres de crianças e adolescentes no Brasil e tem como objetivo maior promover a proteção integral desses sujeitos. Para garantir seu objetivo

propósito o desenvolvimento de ações de enfrentamento à situação de vulnerabilidade e risco social<sup>59</sup> envolvendo crianças e adolescentes do município de Fortaleza, através da articulação da rede social, da transversalidade e da harmonia do Sistema de Garantia de Direitos<sup>60</sup>.

Com a criação da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH), em 2009, a FUNCI passou a vincular-se a esta Secretaria, sob a denominação de Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI. Vale destacar que essas mudanças trouxeram reconfigurações no organograma institucional, não alterando sua missão, filosofia e linha de ação. De fato, ainda em 2009, a FUNCI instituiu um novo organograma, passando a desenvolver programas e projetos nas linhas de Promoção e Proteção social<sup>61</sup>.

***Na linha de Promoção Social encontram-se:***

- Programa ***Rede de Direitos***: possui como foco a articulação da rede de proteção social destinada à garantia de direitos de crianças e adolescentes da cidade de Fortaleza e o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos. O referido programa desenvolve-se através dos projetos *Disque Direitos Criança e Adolescente (DDCA)*, serviço de tele atendimento de denúncias relativas à violação de direitos de criança e adolescentes e, ainda, de prestação de informações sobre o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes e *Supervisão dos Conselhos Tutelares*, cuja missão é realizar acompanhamento, controle das demandas administrativas, execução orçamentária, projetos de captação de recursos, articulação com a rede, assessoria em geral. Todo o programa conta com uma equipe de 4 assistentes técnicos, 4 coordenadores de unidade, 1 gerente de unidade, 1 digitador, 23

---

maior, o ECA prevê a criação de uma rede de proteção social para esses sujeitos, através de políticas sociais em diversas áreas, tais como saúde, educação, assistência social, dentre outras.

<sup>59</sup> De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/2004, a vulnerabilidade social diz respeito às situações de pobreza e extrema pobreza, assim como, às situações de fragilização dos vínculos familiares e comunitários. Já os riscos sociais expressam-se nas situações de violência, drogadicção, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas, bem como situações de ruptura nos vínculos familiares e/ou comunitários.

<sup>60</sup> O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

<sup>61</sup> De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/2004, a Promoção Social vincula-se a ações de prevenção das situações de risco social e a Proteção Social diz respeito a ações que buscam contornar situações de risco social, nas situações em que houve violação de direitos.

educadores sociais, 8 motoristas, 1 supervisor, 1 assistente social, 2 agentes administrativos, 4 vigilantes noturnos; perfazendo um total de 49 profissionais.

- ***Adolescente Cidadão***: responsável pela política de profissionalização de adolescentes, 16 a 21 anos, através dos projetos *Projeto adolescente cidadão* que atua através de transferência de renda e formação profissional, atende egressos de outros programas da FUNCI; *Cozinha Criativa* que promove cursos profissionalizantes junto a adolescentes e jovens na área de culinária; *Estilo Solidário* que atua junto a adolescentes e jovens (16 a 19 anos) através de cursos a área de estilismo e moda. O programa conta com uma equipe de 2 agentes administrativos, 5 assistentes técnicos, 1 coordenador geral, 3 educadores sociais e 1 gerente de unidade, perfazendo um número de 12 profissionais.
- ***Famílias Defensoras***: programa que visa atender as famílias das crianças e adolescentes atendidos pela Coordenadoria, além do gerenciamento das bolsas fornecidas às famílias. Atua através dos projetos *Família Cidadã* que realiza atividades de acompanhamento familiar e o *Núcleo de Atendimento Psicossocial (NAPSI)* que presta atendimento psicológico para crianças, adolescentes e suas famílias. O programa conta com uma equipe de 3 agentes administrativos, 2 assessores comunitários, 1 assistente social, 4 assistentes técnicos, 2 coordenadores gerais, 6 educadores, 1 gerente de unidade, 7 psicólogos, o que perfaz um total de 23 profissionais.
- ***Crescer com Arte e Cidadania***: tem a finalidade de desenvolver ações que estimulem o exercício da cidadania, o reconhecimento da identidade, o sentimento de pertença, despertando a consciência dos direitos humanos através de oficinas de arte-educação (teatro, música, dança, artes visuais) e esporte. O programa possui 10 núcleos distribuídos nos bairros periféricos de Fortaleza e cada unidade conta com, em média, 1 supervisor, 1 cozinheiro, 1 auxiliar de cozinha, 1 agente administrativo, 1 auxiliar de serviços gerais, 4 educadores e 4 arte-educadores. Já a Coordenação do programa conta com uma equipe de 1 coordenador, 1 assessor de arte, 1 assessor de participação, 1 assistente técnico e 1 agente administrativo. No total o programa contém 122 profissionais.

**Na linha de Proteção Social estão:**

- Programa ***Ponte de Encontro***: responsável por ações voltadas para criança e adolescentes em situação de moradia de rua, através dos projetos *Abordagem de Rua*, cuja missão é abordar e realizar encaminhamentos no sentido de superar o referido risco social e *Casa de Passagem*, responsável por abrigar crianças e adolescente num período de, em torno, 24h. O programa conta com uma equipe de 1 coordenador, 1 coordenador de unidade, 1 coordenador geral, 2 agentes administrativos, 1 assessor comunitário, 1 assistente social, 5 assistentes técnicos, 2 auxiliares de serviços gerais, 2 cozinheiros, 53 educadores sociais; totalizando 69 trabalhadores.
- Programa ***Acolhimento Institucional*** atua com abrigamento provisório de adolescentes, encaminhando para os seguintes abrigos: *Casa dos Meninos*, *Casa das Meninas* e cinco abrigos conveniados. Tanto a *Casa dos Meninos* como a *Casa das Meninas* contam cada um com uma equipe de 1 agente administrativo, 1 assistente social, 1 assistente técnico, 2 auxiliares de serviços gerais, 1 supervisor, 1 cozinheiro, 13 educadores sociais, 2 motoristas, 2 vigilantes diurnos, 3 vigilantes noturnos. A Coordenação do programa é composta por uma equipe de 1 agente administrativo, 1 assistente técnico, 1 psicólogo, 1 gerente de unidade, o que perfaz um total de 31 profissionais.
- Programa ***Se Garanta***, responsável pela política de atendimento a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, através de cinco núcleos de atendimento e acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e um núcleo responsável pelos adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Cada núcleo de LA é composto, em média, por uma equipe de 1 advogado, 1 agente administrativo, 3 assessores comunitários, 2 assistentes sociais, 1 motorista, 2 pedagogos, 2 psicólogos e 1 supervisor. A PSC é composta por uma equipe de 1 advogado, 1 agente administrativo, 1 assessor comunitário, 2 assistentes sociais, 1 assistente técnico, 2 pedagogos, 2 psicólogos. Já a Coordenação do programa é composta por 1 agente administrativo, 1 assistente técnico, 1 coordenador, 2 motoristas e os citados supervisores de cada núcleo. Com isso, o programa totaliza 80 profissionais.



- **Rede Aquarela**, responsável pela política de enfrentamento à violência sexual. Desenvolve-se através dos projetos *Disseminação PAIR*, que atua nas comunidades Serrinha, Jangurussu e Barra do Ceará; *Espaço Aquarela*, abrigo para vítimas de exploração e abuso sexual; *Rede Aquarela DCECA*, equipe que acolhe, acompanha e encaminha para a Delegacia Especializada; *Depoimento Especial*, equipe que utiliza a metodologia do depoimento sem danos; *Supervisão Especial de Políticas de Enfrentamento ao Trabalho Infantil (ETI)* que atua na sensibilização e mobilização para o enfrentamento do trabalho infantil. Todo o programa possui uma equipe composta por 2 advogados, 3 agentes administrativos, 9 assistentes sociais, 7 assistentes técnicos, 4 assessores comunitários, 15 educadores sociais, 5 psicólogo, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 coordenador, 2 cozinheiros, 4 motoristas, 1 recepcionista, 2 vigilantes diurnos, 2 vigilantes noturnos; perfazendo um total de 58 profissionais.

Assim, no total, a FUNCI possui, cerca de 8 programas, 18 projetos, 524 profissionais. Cumpre destacar que a Coordenação da Coordenadoria da Criança e do Adolescente – FUNCI tem a função de gerenciar todos os programas e projetos da instituição, desde as atividades de planejamento até o momento da avaliação, de formular diretrizes gerais, de participar de seleção dos profissionais, dentre outras atividades. A Coordenação é composta por 2 coordenadores gerais, 2 agentes administrativos, 2 assistentes técnicos, 2 auxiliares de serviços gerais, 1 motorista, 1 supervisor de projetos, 2 vigilantes noturnos, 2 vigilantes diurnos, totalizando 14 profissionais. Destaca-se, ainda, que o setor de Desenvolvimento Humano da SDH, embora não pertença mais diretamente à Coordenadoria, cumpre um importante para a mesma, pois é o setor responsável por selecionar os profissionais da Coordenadoria, juntamente com a Coordenação/gestão e a Coordenação de cada projeto. Por fim, vale dizer que os assistentes técnicos podem ser jornalistas, administradores, mas geralmente, são pedagogos ou, até mesmo, possuem nível médio.

No ano de 2010, a FUNCI realizou um total de 51.829 atendimentos, incluindo crianças, adolescentes e suas famílias. Vale salientar que os programas e projetos desta instituição atuam em todas as regionais da cidade de Fortaleza. A Coordenação Geral da FUNCI localiza-se à Rua Pedro I, s/n, no Centro da Cidade e as Coordenações dos programas

e projetos desta instituição ficam localizadas à Rua Guilherme Rocha, 1503, no bairro Jacarecanga.

Por fim, no que se refere à configuração da FUNCI, pode-se dizer que esta instituição é mantida com recursos do tesouro municipal, com orçamento próprio, incluso no Plano Pluri Anual do município de Fortaleza. Cabe destacar que os recursos desta fonte são destinados, sobretudo, para o pagamento de profissionais, estruturação dos espaços, aquisição de equipamentos e manutenção das atividades pedagógicas (material de expediente e didático).

Ressalte-se, ainda, que a Coordenadoria mantém o status de Fundação com o intuito de captar recursos fora do âmbito estatal. De fato, alguns projetos contam com recursos de fontes externas como o programa das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE's), o programa de profissionalização, dentre outros. Destarte, os principais parceiros da Coordenadoria são: a Secretaria Especial de Direitos Humanos; o Ministério do Desenvolvimento Social; a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, entre outros. A Petrobras é parceira da instituição há doze anos.

A partir dessa configuração inicial, na condição de pesquisadora, escolhemos como campo da pesquisa empírica dois programas emblemáticos, qual seja - o “Crescer com Arte” e o “Acolhimento Institucional”. A escolha destes dois programas baseou-se em dois critérios: a inserção institucional e a precariedade das condições de exercício profissional. De fato, o “Crescer com Arte” insere-se na linha de Promoção Social, desenvolvendo atividades para prevenir situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, e o “Acolhimento Institucional” na linha de Proteção Social, a desenvolver ações no sentido de contornar as violações praticadas contra esses sujeitos. Destarte, a escolha desses dois programas faz com que nós abordemos as diferentes propostas de atuação da FUNCI e, nesse sentido, contemplemos o nosso campo de estudo de forma mais ampla. Quanto ao critério da precariedade social, pode-se dizer que ambos os programas circunscrevem as mais precárias condições de trabalho dentro da instituição. Ressalte-se que a precariedade do programa de abrigo vem sendo, inclusive, objeto de denúncias em órgãos competentes. Vale salientar que a escolha por dois programas cuja precariedade é emblemática, dentro do contexto institucional, permite-nos uma aproximação, de fato, com a dimensão mais marcante da realidade da FUNCI.

Quanto aos sujeitos desta pesquisa, delimitamos os profissionais das atividades fins da FUNCI, ou seja, escolhemos àqueles que têm por função desenvolver as atividades inerentes ao objetivo principal da instituição. Em verdade, escolhemos os profissionais que, ao executar diretamente as atividades principais dos programas e projetos da FUNCI, vivenciam de perto os dramas do público atendido, a precariedade institucional, as pressões para fazer a “coisa funcionar” [sic]. Com isso não queremos afirmar que os profissionais das demais atividades desta instituição, ou seja, que os trabalhadores das atividades-meio não vivenciam os dramas institucionais, mas apenas que, no esforço de delinear os sujeitos desta investigação, escolhemos os sujeitos que tem a responsabilidade de fomentar as ações essenciais da instituição.

Feitas esses delineamentos iniciais, traçaremos o perfil dos dois programas selecionados para, posteriormente, nos aproximarmos, ainda mais, do campo e dos sujeitos desta pesquisa.

O programa “Crescer com Arte e Cidadania” foi criado em 1996, a partir de um convênio firmado entre a FUNCI e o Quartel do Exército Brasileiro. Nesse período, o projeto funcionava em quatro quartéis de Fortaleza (Bairro de Fátima, Dias Macedo, Jardim América e Bezerra de Menezes) e realizava intervenções diretas com crianças e adolescentes em situação de moradia de rua, desenvolvendo atividades musicais, de serigrafia, de confecção de materiais de limpeza. Ainda no ano de 1996, o projeto em tela foi oficializado e após uma série de parcerias deu início a oficinas de música, de teatro de bonecos e oficinas de dança.

Em 1997, as oficinas passaram a funcionar na Cidade da Criança, praça localizada no Centro em Fortaleza. Já nos anos 2000, o projeto começou a funcionar em três unidades: Centro, com oficinas de música e serigrafia; Jangurussu, com atividades de música, flauta, canto coral e Presidente Médici, através da dança e teatro de bonecos.

Em 2005, com as reconfigurações da FUNCI, o “Crescer com Arte” foi reordenado, passando a ter por objetivo a promoção de direitos humanos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, através de atividades de arte e educação social, no sentido de fortalecer vínculos, desenvolver sensibilidade, criatividade, senso estético, criticidade, autonomia, permanência no ensino escolar. Para tanto, realiza atividades, como: artes cênicas (teatro, dança), artes visuais (desenho, pintura em tela, grafite, plásticas), música (hiphop, percussão, banda, flauta) e capoeira; oficinas temáticas; atividades

de esporte e lazer; encontro com as famílias; visitas domiciliares; visitas institucionais; visitas culturais; encaminhamentos, planejamento e avaliação.

Este programa atua em diferentes bairros de Fortaleza, tais como: Aquitabaquara, Bela Vista, Caça e Pesca, Centro, Jangurussu, Palmeiras, Parque Rio Branco, Pio XII, Santa Filomena, Vila União. Cabe ressaltar cada unidade de “Crescer com Arte” recebe a denominação do bairro onde se localiza. Assim, temos: “Crescer com Arte – Jangurussu”, “Crescer com Arte – Bela Vista” etc, perfazendo um total de 10 unidades.

Cada unidade de “Crescer com Arte” possui 1 (um) supervisor, 1 (um) agente administrativo, 4 (quatro) arte educadores, 4 (quatro) educadores social, 1 (um) auxiliar de serviços gerais, 1 (um) cozinheiro, 1 (um) auxiliar de cozinha, 1 (um) motorista, 1 (um) vigilante. Já a Coordenação do programa é composta de 1 (um) coordenador, 1 (um) assistente técnico, 1 (um) assessor de arte, 1 (um) assessor de participação, 1 (um) agente administrativo. No total o programa contém 122 profissionais.

Esses profissionais atendem crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade e risco social, com prioridade para as situações de extrema pobreza, situação de rua, conflito familiar, drogadicção, cumprimento de MSE's, vítima de violência sexual e exploração do trabalho infantil. Vale salientar que de janeiro a agosto de 2010, o programa atendeu cerca de 5.442 crianças e adolescentes.

O orçamento para o ano de 2010 destinado ao programa foi, em torno de 1071.992, sendo, contudo, parte dele remanejado para outros projetos. O orçamento é gasto, principalmente, com pagamento de profissionais e com material educativo.

O outro programa escolhido foi o “Acolhimento Institucional” que é desenvolvido em dois abrigos: “Casa das Meninas” e “Casa dos Meninos”.

Os abrigos para infância e adolescência de Fortaleza nasceram a partir de instituições religiosas e Organizações não-governamentais (ONG's) passando, posteriormente, a ser política pública de responsabilidade estatal.

Assim, em 1999, o abrigo direcionado para as adolescentes em situação de rua em Fortaleza deixa de pertencer à ONG Curumins e passa a compor o organograma da Fundação da Criança e da Família Cidadã. Já o abrigo para meninos só foi criado pela Fundação alguns

anos depois. Atualmente, o programa “Acolhimento Institucional” conta com esses dois abrigos: “Casa das Meninas” e “Casa dos Meninos”.

Os dois abrigos mudaram várias vezes de posição dentro do organograma institucional da Fundação. Atualmente, pertencem ao programa “Acolhimento Institucional”, possuindo uma coordenação própria e, nesse sentido, mais autônoma.

É importante destacar que além desses dois, existem mais cinco abrigos conveniados ao “Acolhimento Institucional”, contudo, este programa é mais diretamente responsável pelos abrigos “Casa dos Meninos” e “Casa das Meninas”.

O objetivo maior deste programa é garantir abrigo temporário para adolescentes em situação de rua em Fortaleza, através de dois abrigos “Casa das Meninas” e “Casa dos Meninos”, numa perspectiva de promoção social e do convívio familiar e comunitário. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas são: oficinas temáticas, oficinas de cultura e lazer, encaminhamentos, acompanhamentos à rede de atendimento social, acompanhamento pedagógico e psicossocial, dentre outras.

Cada abrigo conta com uma equipe de 1 (um) agente administrativo, 1 (um) assistente social, 1 (um) assistente técnico, 2 (dois) auxiliares de serviços gerais, 1 (um) supervisor, 1 (um) cozinheiro, 13 (treze) educadores sociais, 2 (dois) motoristas, 2 (dois) vigilantes diurnos, 3 (três) vigilantes noturnos. Já a Coordenação do programa é composta por uma equipe de 1 (um) coordenador, 1 (um) agente administrativo, 1 (um) assistente técnico, 1 (um) psicólogo, 1 (um) terapeuta ocupacional, o que perfaz um total de 31 profissionais.

Vale destacar que, em 2010, o “Acolhimento Institucional” realizou 421 atendimentos, em vista da rotatividade dos adolescentes dentro dos abrigos. Cada abrigo deve atender 20 adolescentes, embora tenha capacidade e só atenda 15 adolescentes. Ressalte-se, ainda, que o endereço dos abrigos é sigiloso como forma de resguardar a segurança dos sujeitos atendidos.

Traçado o perfil dos dois programas selecionados, delimitamos, para fins do nosso estudo, uma unidade do “Crescer com Arte”, identificada com a numeração “1”, e uma unidade de Abrigo, denominada com a numeração “2”, como forma de resguardar sigilo dos sujeitos da pesquisa.

A escolha do “Crescer com Arte 1” deveu-se a três critérios: por ter regularidade de funcionamento, por ser uma das mais antigas unidades de “Crescer com Arte”, por possuir uma das melhores estruturas em relação às outras unidades do programa. Saliente-se que o primeiro e o segundo critério foram utilizados visando captar uma realidade mais consolidada em ações contínuas e duradouras; enquanto que o último critério foi utilizado como forma de sondar as condições objetivas da FUNCI. Já a escolha pelo “Abrigo 2” foi pautada nos seguintes critérios: por possuir uma das piores estruturas dentre os projetos da FUNCI e por me proporcionar maior facilidade de acesso ao local. Em verdade, a escolha da unidade de Abrigo com a pior estrutura, em paralelo com a melhor da de melhor estrutura dentro do programa Crescer com Arte, nos permite detectar o nível de precariedade institucional. De fato, detectada a precariedade nas unidades de melhor e pior estrutura, no espaço FUNCI, infere-se que a precariedade grassa esta instituição como um todo. Já em relação à localização do “Abrigo 2”, ela nos permite uma maior viabilidade da pesquisa, muito embora, ainda se configure como uma dificuldade da pesquisa empírica, como detalharei no tópico seguinte.

Em relação aos sujeitos da presente pesquisa, a partir da escolha pelos profissionais das atividades-fins da FUNCI, delimitamos no “Crescer com Arte” - os educadores sociais, os arte-educadores e o supervisor – e no “Abrigo” – os assistentes técnicos, educadores sociais e o supervisor. De fato, no “Crescer com Arte”, o educador social assume uma dimensão fundamental no programa realizando atividades socioeducativas, visitas domiciliares, encaminhamentos, atividades externas, relatórios de acompanhamento dos jovens e das famílias, articulação comunitária, grupos de estudo. Já o arte-educador deste programa trabalha a arte como dimensão formativa na construção da cidadania, realizando oficinas de arte, acompanhamento de algumas visitas domiciliares, participação em grupos de estudos, entre outras atividades; enquanto que os supervisores assumem a coordenação técnica do trabalho no âmbito das unidades do “Crescer com Arte”. No “Abrigo”, os educadores sociais, assim como no “Crescer com Arte”, realizam visitas institucionais, oficinas socioeducativas, acompanhamento da rotina do adolescente do abrigo. Os técnicos, a depender da especialidade profissional, realizam atividades na área da psicologia, serviço social, terapia ocupacional e pedagogia; enquanto que o supervisor coordena e supervisiona as atividades espaço do Abrigo. Vale salientar que no “Crescer com Arte 1” escolhemos, como sujeitos da pesquisa, todos os profissionais que realizam as atividades-fins, o que perfaz um total de 8 (oito) profissionais, sendo 4 (quatro) arte-educadores, 3 (três) educadores sociais e 1

(um) supervisor. Já no “Abrigo 2”, escolhemos todos os técnicos, que são 4 (quatro), o supervisor e 6 (seis) educadores sociais, totalizando 10 profissionais.

Escolhemos, também, 10 (dez) profissionais egressos da FUNCI para compor o quadro de sujeitos desta pesquisa. A escolha por esses sujeitos foi motivada pela maior liberdade que eles têm para prestar as informações. Os trabalhadores egressos da FUNCI foram selecionados a partir dos seguintes critérios: categoria profissional, trajetória nos programas e projetos da FUNCI, função dentro da hierarquia institucional, tempo na FUNCI, disponibilidade para a pesquisa. Destarte, quanto à categoria profissional, selecionamos uma variedade delas, quais sejam: 2 (dois) pedagogos, 1 (um) psicólogo, 1 (um) advogado, 3 (três) assistentes sociais, 1 (um) sociólogo, 1 (um) educador social e 1 (um) arte-educador. Cabe destacar que todos esses sujeitos realizavam atividades-fins na Fundação. No que diz respeito à trajetória profissional na FUNCI, fizemos tanto a escolha de profissionais que haviam passado por mais de um programa e/ou projeto na FUNCI, quanto escolhemos àqueles que haviam tido experiência em apenas um programa da citada instituição. Já em relação à função dentro da hierarquia institucional, selecionamos sujeitos que haviam passado por funções de Coordenação/supervisão e aqueles que só haviam tido experiência em funções de execução. No que concerne ao critério de tempo, priorizamos sujeitos profissionais que haviam passado pouco tempo, assim como, aqueles que tinham passado muito tempo na FUNCI. Por fim, o critério da disponibilidade e acessibilidade a esses sujeitos foi de fundamental importância. Cabe sublinhar que a escolha por uma diversidade de sujeitos profissionais, quanto à categoria, a trajetória, a função e o tempo na FUNCI, nos permitem acesso a distintas experiências e subjetividades, a constituir um rico material empírico para esta pesquisa.

Em suma, a FUNCI, mais especificamente o “Crescer com Arte 1” e o “Abrigo 2”, configuram-se como campo de estudo da presente investigação. Em relação aos sujeitos desta pesquisa, temos os profissionais que realizam atividades-fins nos referidos projetos, assim como os profissionais egressos da Fundação, o que perfaz um total de 30 sujeitos. Vale salientar que a delimitação desses sujeitos, além dos critérios acima elencados, teve como fator fundamental a disponibilidade dos mesmos para viabilidade deste estudo.

### **2.3 O processo investigativo: estratégias para apropriação do concreto**

O objeto em estudo – os sentidos e significados do trabalho na FUNCI – nos coloca demandas teórico-metodológicas que fomos delimitando, ao longo do tempo, no esforço de delinear o processo investigativo.

De saída impõe-se a exigência de circunscrever teoricamente o objeto de estudo, em sua complexidade e especificidade. O cerne deste momento foi trabalhar os eixos analíticos, cabendo destacar as seguintes categorias: capitalismo contemporâneo e suas contradições; reconfigurações e precarização do trabalho no cenário contemporâneo; Estado e políticas sociais em suas configurações no tempo presente; trabalho no campo das políticas sociais. Segundo Lukács (1979, p. 28), “as categorias são as formas de ser do ser social, determinações da existência”.

Nesse sentido, sob os princípios da dialética marxiana, buscamos desenvolver teoricamente as determinações do nosso objeto de estudo, nos remetendo à dinâmica do capitalismo contemporâneo e suas encarnações no mundo do trabalho, no Estado e nas políticas públicas sociais. Ressalte-se que isso não quer dizer, em absoluto, que partimos do pressuposto determinista de que os sentidos e significados do trabalho na FUNCI são mero reflexo das novas configurações que o capitalismo, o trabalho e o Estado assumem na contemporaneidade. Em verdade, partimos da ideia de que àquele não pode ser apreendido, em sua totalidade, sem as devidas mediações com essas temáticas. Destarte, desenvolvemos as citadas categorias, no sentido de ir elucidando o nosso objeto de estudo em suas múltiplas e complexas dimensões.

Cumprido destacar que, nesse momento, a maior dificuldade encontrada está relacionada a certa escassez de bibliografia sobre a temática do trabalho no âmbito do Estado. De fato, em uma revisão de literatura, encontramos poucas produções teóricas que articulasse o mundo do trabalho e o espaço estatal. Nesse contexto, realizamos uma intensiva busca pelas produções nessa área e procuramos fazer inferências a partir das produções sobre o trabalho no mundo da produção, com vistas a construir as elaborações sobre o trabalho no âmbito do Estado, em particular, no espaço das políticas públicas sociais.

Já em relação aos aspectos facilitadores da dinâmica analítica, podemos salientar o meu (relativo) acúmulo em discussões no campo do Trabalho, Estado e Capitalismo. De



fato, essas discussões foram proporcionadas pela minha formação em Serviço Social, que tem nessas temáticas os eixos centrais do currículo.

Concomitantemente ao processo de consolidação teórica, começamos a efetiva e sistemática entrada em campo, adentrando nos meandros da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH), mais especificamente, na Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI.

Nesse sentido, realizamos um primeiro momento através de oito visitas a setores de Coordenação da SDH e da FUNCI, cujo objetivo foi sondar a configuração geral do campo e dos sujeitos desta pesquisa. A rigor, nesse momento, fizemos sondagens sobre o histórico, a missão, o orçamento e organograma institucional, assim como buscamos investigar sobre os aspectos objetivos e subjetivos do universo de trabalhadores da instituição, tais como: categorias, funções e quantitativo de profissionais, vínculo empregatício, salários, carga horária, representações, sentimentos e atitudes que esses trabalhadores têm sobre o próprio trabalho, através das primeiras observações, diálogos e pesquisa documental.

De fato, essas primeiras aproximações com o campo de estudo possibilitaram delimitações do lócus da pesquisa e dos seus atores. A rigor, escolhemos os programas “Crescer com Arte” e “Acolhimento Institucional, como campo de estudo, e os profissionais que realizam atividades fins nos citados programas, como sujeitos desta investigação.

Cabe salientar que, a partir dessas primeiras investidas na pesquisa bibliográficas e de campo, elaboramos o texto de qualificação, no qual consubstanciamos todo esse acúmulo teórico-empírico.

Ressalte-se, também, que o processo de qualificação teve contribuição fundamental, principalmente no que se refere a dois aspectos: no reajuste do foco do objeto e no maior e melhor recorte do campo e seus sujeitos. De fato, após decisiva contribuição da banca de qualificação e das posteriores reflexões junto à orientadora, o nosso objeto de estudo que era “O exercício do trabalho precário na Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI” passou a ser “Os sentidos e significados do trabalho na Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI”. Em verdade, o delineamento daquele objeto estava bastante restrito, enquanto esse é mais amplo e significativo. A rigor, demarcar “O exercício do trabalho precário na FUNCI”, como objeto de estudo, faz com nos limitemos apenas à dimensão da precariedade do trabalho na referida instituição, não nos permitindo ver os

múltiplos aspectos dessa atividade laboral, como nos permite o segundo objeto de investigação, sugerido e escolhido. Já no que diz respeito aos aspectos metodológicos da pesquisa, havíamos apresentado um campo de estudo composto por 3 (três) unidades de “Crescer com Arte” e 2 (duas) unidades de “Abrigo”; enquanto que para sujeitos da nossa pesquisa, havíamos escolhido os profissionais que realizam as atividades-fins das referidas unidades. Contudo, durante a qualificação, houve a proposta de que seria melhor, para os fins e a viabilidade desta pesquisa, delinear, como campo de estudo, 1 (uma) unidade de “Crescer com Arte” e 1 (uma) unidade de “Abrigo” e, como sujeitos da pesquisa, os profissionais das atividades-fins de ambas as unidades. Ademais, houve a proposta de escolher os profissionais egressos da FUNCI para compor o conjunto de sujeitos desta investigação. Assim, após diálogos com a orientadora, delimitamos ainda mais o nosso campo de estudo, escolhendo o “Crescer com Arte 1” e o “Abrigo 2”, como campo desta pesquisa, e os profissionais das atividades-fins, tanto dessas duas unidades como os profissionais egressos da FUNCI, como sujeitos da nossa investigação.

Nesse contexto, com vistas à apreensão dos sentidos e significados do trabalho para os trabalhadores da FUNCI, escolhemos a realização de observações sistemáticas da realidade, que foram sistematizadas em diário de campo, e a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas, baseada em um roteiro. (vide anexo). Vale salientar que, para apreensão das falas dos profissionais egressos da FUNCI, havíamos pensado na realização de um grupo focal. Contudo, esta técnica não foi utilizada em decorrência da falta de sintonia nas agendas desses sujeitos. De fato, por três vezes marcamos o grupo focal, que logo em seguida era desmarcado por três ou mais desses sujeitos. Cabe ressaltar que todo esse apanhado de técnicas busca apreender aspectos pertinentes ao estudo proposto, quais sejam: condições de trabalho, formas de gestão dos trabalhadores, sentidos e significados do trabalho, formas de controle e estratégias de resistência.

Feito isso, retomamos as visitas ao campo de estudo, dando continuidade à pesquisa empírica. De fato, realizamos visitas sistemáticas em todos os turnos de funcionamento dos projetos selecionados. No “Crescer com Arte 1”, realizamos visitas no período da manhã e da tarde e visitei o “Abrigo 2” nos períodos manhã, tarde e noite. A rigor, nessas visitas, buscamos travar um diálogo com os profissionais selecionados como sujeitos desta pesquisa, principalmente, através das entrevistas semi-estruturadas. Realizamos, ainda, uma sistemática observação da realidade, como forma de apreender aspectos da dinâmica de atividades profissionais e da estrutura física, material e equipamentos. Para apreensão das

falas dos profissionais egressos, foram realizados encontros, geralmente, nas proximidades do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC). Cabe destacar que discursos foram captados por meio de um gravador e foram transcritos na íntegra, embora com pequenas correções linguísticas, sem eliminar o caráter espontâneo das falas. Destaca-se, ainda, que, no momento das entrevistas, explicamos aos participantes os objetivos desta pesquisa, abrindo espaço para eles tirarem suas dúvidas, assim como explicitamos que seus discursos seriam identificados com nomes fictícios, com o intuito de resguardar suas identidades.

As maiores dificuldades encontradas durante a pesquisa empírica referem-se a três fatores: um diz respeito aos poucos dados sistematizados sobre a FUNCI e sobre seus trabalhadores, o outro se relaciona com o pouco tempo disponível por parte dos sujeitos da pesquisa para a realização das entrevistas e, o último, refere-se à distância do “Abrigo 2”. De fato, a FUNCI não apresentava, por exemplo, um histórico detalhado sobre ela própria, nem material sistematizado sobre os trabalhadores por programas e projetos, apresentando, na maioria das vezes, apenas dados mais gerais sobre os trabalhadores da SDH. Nesse contexto, tivemos que sistematizar alguns dados colhidos em documentos e entrevistas junto às Coordenações da SDH e da FUNCI. Já a pouca disponibilidade dos sujeitos da pesquisa para as entrevistas fez com realizássemos diálogos de duração entre uma e duas horas, em decorrência do cotidiano bastante atarefado desses sujeitos. Por fim, a distância do “Abrigo 2” fez com que se despendesse muito tempo com os deslocamentos.

No que diz respeito às facilidades encontradas durante esse processo, destaca-se à facilidade de acesso aos sujeitos profissionais da FUNCI, em virtude da minha experiência profissional nesta instituição, durante três anos intermitentes. A rigor, essa facilidade ocorreu, principalmente, em relação aos profissionais egressos, com quem tinha maior proximidade.

Por fim, colhido o material dessa pesquisa teórico-empírica, partimos para as análises dos dados. É o que veremos no tópico a seguir.

### ***2.3.1 Análise dos dados***

Com o intuito de trabalhar analiticamente o material coletado nesta investigação, utilizamos a técnica da análise de conteúdo, uma vez que esta se configura como via fecunda

para o desvendamento do nosso objeto de estudo - “Os sentidos e significados do trabalho na Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI”.

Uma referência nas elaborações sobre análise de conteúdo é Laurence Bardin. Sendo assim, foi na perspectiva desta autora que pautamos a análise dos discursos emanadas do nosso campo de investigação. De acordo Bardin, a análise de conteúdo define-se como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.42).

Destarte, a análise de conteúdo busca desvendar os sentidos e significados de diversos tipos de discursos, baseando-se na descrição e na inferência ou dedução do conteúdo das falas apresentadas pelos sujeitos, sendo, de fato, uma fecunda via de análise da presente pesquisa. A rigor, para Bardin (1977), a análise de conteúdo pauta-se em três pilares, quais sejam: a pré-análise, a inferência ou dedução e a interpretação.

A pré-análise é constituída pela preparação do material que se dá por meio da leitura flutuante (as primeiras leituras e contatos com os discursos); da formulação de hipóteses, a partir dos objetivos da pesquisa; da elaboração de indicadores.

Após essa exploração inicial do material empírico, tem-se um arcabouço diversificado de técnicas para o aprofundamento das análises dos discursos, a exemplo da análise temática. De fato, este tipo de análise adentra no conteúdo das falas, a partir de categorias, temas, unidades simbólicas. Nesse sentido, escolhemos a análise temática como via para aprofundar as análises dos discursos dos sujeitos desta pesquisa. Cabe salientar que a análise temática é realizada através da codificação das falas, por meio do desdobramento delas em unidades significativas (núcleos de sentido), e do posterior reagrupamento dos discursos em classes e categoria.

Feito isso, tem-se a última fase da análise de conteúdo, são elas: a inferência e a interpretação. Essa fase permite que as codificações e categorizações se constituam em análises reflexivas a revelar o conteúdo dos discursos suscitados durante a pesquisa.

No sentido de ampliar a perspectiva de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, nos inspiramos, também, na perspectiva adotada por Mirian Limoeiro Cardoso sobre essa temática. Para tanto, nos utilizamos das elaborações feitas pela pesquisadora Alba Maria

Pinho de Carvalho (1983) em seu trabalho de dissertação de mestrado publicado em 1983. Segue a interpretação de Carvalho (1983) sobre a análise de conteúdo em Miriam Limoeiro Cardoso:

Miriam Limoeiro, partindo da constatação da insuficiência do método de análise de conteúdo tradicional e do método de análise estrutural em termos de capacidade explicativa, configura uma nova técnica de análise de conteúdo, a partir de indicações dos dois referidos métodos, buscando ultrapassar no processo do conhecimento o nível de descrição para atingir o nível de análise. Essa sua proposição metodológica, fundada na tese do papel decisivo da orientação teórica na construção do conhecimento do real, faz a ligação entre teoria e material empírico. O processo metodológico inicia-se com a configuração de uma teoria no sentido de delimitação de categorias fundamentais que precisam ser simples e suficientemente gerais para orientar todo o processo de investigação. Tenho por base as categorias teóricas fundamentais e a especificidade do objeto de estudo, definem-se as unidades de análise que são os temas. Os temas, como unidades de análise, expressam feixes de relações, ou seja, uma combinação de relações. Os temas são constituídos por itens que configuram determinadas relações em suas diferentes possibilidades, marcando assim os diversos posicionamentos que podem ser assumidos em cada tema (CARVALHO, 1983, p.18, 19)

Assim, tendo no horizonte as análises de conteúdo de Bardin (1977) e de Miriam Limoeiro Cardoso, considerando o potencial analítico do material empírico levantado em campo, construí, em estreita parceria com a orientadora, os instrumentos delineadores da análise de conteúdo em 19 temas e seus respectivos itens. Esse instrumental está consubstanciado no quadro abaixo:

### **TEMA I – INSERÇÃO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÕES**

- a) Seleção do profissional por meio de concurso público
- b) Seleção do profissional sem concurso público
- c) Seleção sem a mediação de indicação
- d) Seleção mediada por indicação
- e) Capacitações satisfatórias em qualidade
- f) Capacitações satisfatórias em quantidade
- g) Capacitações insatisfatórias em qualidade
- h) Capacitações insatisfatórias em quantidade

### **TEMA II – O PORQUÊ DA ESCOLHA DA FUNCII**

- a) Por identificação com o trabalho social
- b) Por identificação com o trabalho da instituição

- c) Por identificação com a arte
- d) Por oportunidade/escolha aleatória
- e) Por necessidade de sobrevivência
- f) Por oportunidade de carteira assinada

### **TEMA III – PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO TRABALHO**

- a) Condições relativas a direitos trabalhistas (vínculo, salário, férias, hora-extra)
- b) Condições relativas ao espaço físico, equipamentos, materiais
- c) Quantidade insuficiente de profissionais
- d) Dificuldades com a visão de mundo e a capacidade técnica dos profissionais
- e) Riscos do trabalho
- f) Relações de trabalho
- g) Dificuldade com a rede social
- n) Falta de capacitações

### **TEMA IV – QUALIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO RELATIVAS A ESPAÇO FÍSICO, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS NO ÂMBITO INSTITUCIONAL**

- a) Condições atendendo de forma satisfatória às demandas de trabalho.
- b) Condições que atendem de forma parcial às exigências do trabalho.
- c) Total precariedade das condições de trabalho

### **TEMA VI – QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO NO TOCANTE A DIREITOS TRABALHISTAS (Vínculo, salário, férias, carga horária etc)**

- a) Vínculo estável
- b) Vínculo instável
- c) Vínculo terceirizado
- d) Vínculo comissionado
- e) Salário satisfatório

- f) Salário insatisfatório
- g) Direito pleno a férias, adicional noturno, pagamento de hora-extra
- h) Não atendimento do direito a férias, dentre outros direitos

#### **TEMA VII – RISCOS DO TRABALHO**

- a) Há segurança no trabalho
- b) Risco no trabalho com furtos, roubos
- c) Risco de agressão física por parte do público atendido
- d) Tiroteio
- e) Outros (saúde etc)

#### **TEMA VIII – O PORQUÊ DAS DIFICULDADES**

- a) Burocracia
- b) Incompetência administrativa
- c) Questão financeira
- d) Falta de prioridade com a infância e adolescência
- e) Falta de interesse político

#### **TEMA IX – COMO SE SENTEM DIANTE DAS DIFICULDADES INSTITUCIONAIS**

- a) Impotentes
- b) Estressados/ angustiados
- c) Desmotivados
- d) Desafiados
- e) Podado
- f) Frustrados

#### **TEMA X – RELAÇÕES NO TRABALHO**

- a) Meramente profissional
- b) De amizade
- c) Conflituosas
- d) De muito diálogo

**TEMA XI – DEMANDAS DE ATUAÇÃO EMERGENTES DO CAMPO**

- a) Demandas relativas à destituição de direitos e exclusões na rota da pobreza e miséria.
- b) Demandas vinculadas às múltiplas formas de violência, com destaque para drogas e criminalidade.
- c) Demandas relativas à sexualidade- afetividade, com foco em exploração, abuso e violência institucional.

**TEMA XII – CONCEPÇÕES DA QUESTÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL**

- a) Expressão de questão social e suas contradições
- b) Decorrentes da desestruturação familiar, com foco no desajuste do indivíduo.

**TEMA XIII - A CONCEPÇÃO DE TRABALHO PROFISSIONAL NO EXERCÍCIO DA POLÍTICA PÚBLICA**

- a) Missão político-profissional de promoção da justiça e da igualdade na garantia de direitos sociais
- b) Campo de atuação técnico em atendimento às demandas do campo profissional
- c) Campo de atuação como militância política-ideológica
- d) Missão de militância religiosa de mudança para melhorar o mundo

**TEMA XIV – MOTIVAÇÃO/DESMOTIVAÇÃO NO TRABALHO**

- a) É motivante realizar um trabalho com o qual se identifica
- b) É motivante efetivar os resultados do trabalho
- c) É desmotivante não vislumbrar os resultados do trabalho
- d) É desmotivante trabalhar com algo com o qual não se identifica

**TEMA XV – TRABALHO E SATISFAÇÃO PESSOAL**

- a) Trabalho gratificante para o profissional por permitir realizar atuação com a qual se identifica e possibilitar ver o crescimento dos sujeitos
- b) Trabalho gratificante pelas relações construídas no espaço laboral



- c) Trabalho frustrante por não permitir ver resultados em função dos limites do próprio campo e ou da instituição
- d) Trabalho insatisfatório por não ter afinidade com o campo.
- e) Trabalho frustrante pela falta de condições institucionais e/ou desvalorização do profissional
- f) Trabalho frustrante pela desistência das meninas

#### **TEMA XVI – IMPACTO DO TRABALHO NO UNIVERSO DOS TRABALHADORES**

- a) Realização e crescimento profissional
- b) Sofrimento, tensões, cansaço, estresse
- c) Desestímulo, desejo de sair do campo

#### **TEMA XVII – POSSIBILIDADES E LIMITES DO TRABALHO**

- a) Trabalho possibilita formação em processo e amadurecimento profissional
- b) Trabalho propicia humanização fazendo-me crescer como pessoa
- c) Trabalho não oferece condições de vida digna com acesso a direitos

#### **TEMA XVIII – FORMAS DE RESISTÊNCIA E LUTAS NO ÂMBITO DO TRABALHO**

- a) Resistências individuais em nível de reclamações, desabafos e improvisando condições de trabalho para dar continuidade ao seu exercício.
- b) Não exercitar resistências acomodando-se e improvisando condições de trabalho para dar continuidade ao seu exercício
- c) Articular-se coletivamente, criando formas de organização e/ou inserindo-se por melhores condições de trabalho

#### **TEMA XIX – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DO TRABALHO**

- a) Continuar neste campo de atuação de política social, permanecendo na instituição

- b) Continuar no campo de atuação na área social, saindo da instituição e buscando outras alternativas
- c) Sair do campo de atuação e inserir-se em outras áreas profissionais

### **3 NAS TESSITURAS DO CONCRETO PENSADO: O MUNDO DO TRABALHO DA FUNCI EM SEUS SENTIDOS E SIGNIFICADOS**

*“O movimento do capital é insaciável” (Karl Marx)*

#### **3.1 O perfil dos sujeitos da pesquisa**

O campo de estudo ganha movimento com seus sujeitos ao construir tramas, sentidos e significados a serem apreendidos pelo pesquisador. Nesta pesquisa, buscamos apreender os sentidos e significados do trabalho na Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI, através de entrevistas realizadas com trabalhadores e ex-trabalhadores desta instituição, sendo: 11 (onze) do “Abrigo 2”, 8 (oito) do “Crescer com Arte 1” e 11 trabalhadores egressos, provenientes de variados programas e projetos da FUNCI, tais como: Crescer com Arte, Abrigo, Família Cidadã, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Raízes de Cidadania, Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – MSE, Programa Redução de Danos-NUPRED.

Dos 11 (onze) sujeitos entrevistados do “Abrigo 2”, temos: 1 (um) supervisor, 1 (um) psicólogo, 1 (um) terapeuta ocupacional, 1 (um) pedagogo, 1 (um) assistente social e 6 (seis) educadores sociais; enquanto que no “Crescer com Arte 1”, entrevistados 1 (um) supervisor, 3 (três) arte-educadores e 4 (quatro) educadores sociais. Já em relação aos trabalhadores egressos, entrevistamos 2 (dois) pedagogos, 2 (dois) advogados e mestre em desenvolvimento ambiental, 3 (três) assistentes sociais, 1 (um) psicólogo e especialista em saúde mental, 1 (um) sociólogo e 2 (dois) profissionais do ensino médio, sendo 1 (arte-educador) e 1 (um) educador-social.

Dos 30 entrevistados, 16 são do sexo feminino, enquanto 14 são homens. Já a faixa etária dos sujeitos desta pesquisa fica entre 25 e 46 anos de idade, o mais novo e o mais velho, respectivamente. De fato, 57% dos entrevistados têm de 25 a 30 anos; 13% têm de 31 a 35 anos e 30% possui de 36 a 46 anos de idade.

No que diz respeito à trajetória profissional dos entrevistados antes trabalhar na FUNCI, 27% deles haviam passado por experiência profissional apenas fora da área social, 40% desses sujeitos já tinham trabalhado apenas na área social, enquanto que 23% dos entrevistados haviam trabalhado tanto na área social como em outras áreas. Para 10% dos

entrevistados, o trabalho na FUNCI configurou-se como a primeira experiência profissional. Vale salientar que os profissionais que tiveram experiência na área social antes de trabalhar na FUNCI, trabalharam tanto em Políticas Estatais como em ONG's, tais como assistência social, saúde, infância e adolescência, educação etc. Já os que trabalharam em outras áreas sociais antes de inserir-se nesta Fundação, exerceram as funções de comerciante, músico, operador de telemarketing, pesquisador, agente administrativo, garçom, vendedor, professor, auxiliar de escritório, agente em terminal de ônibus.

Em relação à trajetória dos entrevistados nos programas e projetos da FUNCI, 44% deles passaram por mais de um programa/projeto dentro da instituição; enquanto que 56% desses sujeitos só tiveram ou tem experiência em um único programa/projeto no contexto da FUNCI. Já no que diz respeito à trajetória funcional dos entrevistados nesta instituição, 53% exerceram a mesma função nos programas e projetos da FUNCI, enquanto que os outros 47% já tinham executado outras funções no contexto institucional. De fato, parte dos entrevistados já havia assumido diversificadas funções na FUNCI, para além das especificidades de suas formações, por exemplo: a socióloga exerceu a função de educadora social, uma das assistentes sociais já tinha sido orientadora social e um dos pedagogos já havia exercido a função de educador social, antes de assumir o cargo de técnico na sua área de formação.

Quanto ao de tempo de trabalho na referida instituição, os entrevistados trabalharam ou trabalham, em média, 3 (três) anos; variando de 3 meses a 11 anos. A rigor, 27% dos entrevistados têm até 1 (um) ano de trabalho na FUNCI; 25% têm entre 1 e 3 anos; 33% tem entre 3 e 5 anos e 15% tem de 5 a mais.

Por fim, cabe destacar que, no decorrer do capítulo terceiro, identificamos os sujeitos desta pesquisa com as letras do alfabeto, em suas variações, maiúsculas e minúsculas, como forma de resguardar o sigilo dos entrevistados. Considerando trabalhar com um universo numericamente restrito – como convém em pesquisas de natureza qualitativa – optamos, também, na indicação dos sujeitos desta pesquisa, tratá-los genericamente como entrevistados, sem as diferenciações de gênero. Ressalte-se, também, que ao referir-me ao conjunto dos entrevistados (as) uso verbos no passado e no presente para referi-me aos ex-trabalhadores e atuais trabalhadores da FUNCI, respectivamente.

### 3.2 Inserção institucional e o cotidiano de trabalho

#### 3.2.1 *Inserção institucional na FUNCI: a busca de um trabalho no contexto de desemprego e precarização*

O capitalismo contemporâneo, em sua dinâmica peculiar de expansão e vulnerabilização do trabalho, faz do desemprego uma das graves ameaças do nosso tempo, atingindo fortemente as juventudes. De fato, o desemprego juvenil é um fenômeno global que marca a vida brasileira, desmontando as expectativas de mobilidade social pelo estudo, notadamente a formação em nível superior. É o que bem sinaliza Márcio Pochmann em suas análises sobre o mundo do trabalho.

Em pleno limiar do século XXI, a participação relativa do segmento etário de 15 a 24 anos no total da população economicamente ativa é de 25%, embora o jovem responda por 50% do desemprego nacional. Ao passo que a taxa de desemprego aberto dos jovens gira em torno dos 18%, a taxa média nacional esteve em 9,4% do total da força de trabalho, segundo o IBGE (PNAD) no ano de 2001 [...] E mais, a dinâmica excludente do mercado de trabalho brasileiro vem deteriorando as vantagens potencialmente oferecidas pela educação... (POCHMANN, 2004, p. 385)

Neste contexto, a disputa por uma vaga no mercado de trabalho torna-se um dilema contemporâneo, levando profissionais a submeterem-se às ofertas de trabalho disponíveis que expressam múltiplas formas de precarização. Um fenômeno merece destaque: o setor privado e o setor público revelam proximidades nas configurações do mundo do trabalho, bem traduzindo esta lógica do capital de restrição e vulnerabilização dos empregos.

Em verdade, no Brasil, a partir das reformas do Estado via plano Bresser Pereira, o setor público passa a inspirar-se na lógica administrativa do setor privado, sob a prerrogativa de que o Estado brasileiro é ineficaz e ineficiente, principalmente no que diz respeito ao trato com o funcionalismo público. Nesse contexto, há um intenso processo de corte nos gastos com pessoal dos setores públicos brasileiro, o que contribuiu, inclusive, para o aumento do desemprego neste país. Cabe salientar que essa redução dos custos com o funcionalismo público provocou, ainda, uma precarização do trabalho deste segmento, traduzidas nos vínculos precários, na massa salarial reduzida e nas péssimas condições laborais. De fato, a racionalização financeira, pressuposto básico da lógica administrativa dos setores privados, adentrou os processos administrativos do setor público do Brasil, a partir da década de 90 do século XX, gerando uma reconfiguração no lidar com os trabalhadores desse setor.

Nesse ínterim, o próprio processo de seleção para emprego nas instituições públicas passa a aproximar-se do processo seletivo das empresas privadas. Ao adentrar no campo investigativo, pude bem perceber esta aproximação entre o público e o privado. De fato, o recrutamento e a seleção dos trabalhadores da FUNCI têm por parâmetro o processo típico das empresas privadas. A rigor, nas empresas privadas, o recrutamento busca captar candidatos no universo amplo de demanda por emprego, através de uma divulgação ampla que se dá por meio de anúncios em jornais e revistas, agências de recrutamento, contatos em escolas e universidades, cartazes, ou ainda, por indicação de funcionários, Banco de Dados de candidatos. O processo específico de seleção busca comparar, decidir e escolher o melhor candidato na lógica empresarial, mediante análise de currículo, entrevistas, provas de conhecimentos ou capacidade, testes psicométricos e técnicas de simulação (CHIAVENATO, 1999). Especificamente na FUNCI, de acordo com o discurso institucional, a forma-padrão de recrutamento acontece através de uma divulgação em sites dos conselhos profissionais, consulta ao Banco de Dados e, também, através do conhecido mecanismo das “indicações”. O processo seletivo busca escolher os “melhores” na lógica da instituição, através de diferentes estratégias: análise de currículo; entrevista coletiva; estudo de caso por escrito e entrevista individual. Cabe esclarecer que a equipe de seleção da FUNCI é composta, atualmente, por um profissional do Desenvolvimento Humano da SDH, geralmente o psicólogo, um profissional da Coordenação Gestão e um profissional da Coordenação do Projeto onde há a vaga. Antes desta Fundação começar a fazer parte da SDH, a seleção era composta por um profissional da Coordenação do Programa, um profissional da Coordenação do Projeto e um profissional do RH.

Adentrando na realidade institucional da FUNCI, circunscrita nas entrevistas, percebemos que os processos de recrutamento de profissionais, na prática, efetivam-se de forma mais restrita, limitando-se aos circuitos internos de “indicações” e divulgação nos sites das categorias profissionais. A grande maioria dos entrevistados ficou sabendo das vagas através de conhecidos e, posteriormente, deixou o currículo no Setor de Pessoal da Instituição; outros, na busca incessante de trabalho profissional, deixaram seus currículos antecipadamente no Setor de Pessoal para compor o Banco de Dados e, então, ficaram esperando abertura de seleção. E, ainda, uma minoria foi indicada por um conhecido que trabalha na própria Coordenadoria. Sobre este recrutamento na FUNCI, o entrevistado M assim se expressa:

Eu fiquei sabendo por uns colegas e até hoje nunca vi vaga ser divulgada nos meios de comunicação. Acho que é boca a boca mesmo, os conhecidos avisam, indicam, publica-se nos sites dos conselhos profissionais [...] As indicações são de amigos que trabalham na FUNCI, de político, dos próprios gestores, de outras secretarias. Mas muitos deixam na portaria e ficam esperando abrir vagas e serem chamados. Acho que não tem uma forma organizada de divulgar essas vagas não.

Em termos específicos do universo de sujeitos entrevistados, a inserção institucional, para a grande maioria, mais precisamente 28 entrevistados, deu-se através da aprovação no processo seletivo. Dois profissionais entraram na instituição por indicação de outrem, sem passar por seleção. Cabe destacar que, dentre os que foram escolhidos por seleção, quatro tiveram indicação de conhecidos como um critério adicional, uma vantagem sobre os demais concorrentes. De fato, a indicação, nos termos do entrevistado D, configura-se como “um plus a mais” durante a seleção de profissionais na FUNCI, chegando muitas vezes a definir a escolha do profissional que irá compor o quadro da instituição. As falas a seguir bem explicitam esta questão:

Eu fui indicado pela minha irmã que é coordenadora de um projeto da FUNCI e, mesmo assim, eu tive que passar por análise curricular e entrevista individual [...] A indicação foi um plus a mais, né... Entrevistado D

Olha, aqui existe muita politicagem, no começo da gestão da Luiziane até que contratavam gente pela capacidade e pela visão de mundo, mas sempre teve indicação. Agora, o negócio piorou, tá igual na gestão do Juraci ou pior mesmo [...] Fiquei sabendo, de fontes seguras, que, agora, todo dia liga vereador, pessoas de outras instituições da prefeitura, perguntando se já contrataram os indicados, tá uma coisa horrível [...] Eu nunca mais vi ter seleção na FUNCI não. Parece que agora, em véspera de eleição, só tão colocando os indicados... Entrevistado M

A rigor, os depoimentos de determinados sujeitos da pesquisa afirmaram que as indicações são muito recorrentes por ocasião do recrutamento e seleção dos profissionais da instituição. Como podemos ver acima, na fala emblemática do entrevistado M, as indicações na FUNCI sempre existiram e, embora estas tenham diminuído no início da gestão municipal petista a partir de 2005, elas vêm aumentando nesses últimos anos de mandato.

Em verdade, tem-se no contexto institucional da FUNCI, expressões da cultura política do clientelismo, do fisiologismo, que marca a vida brasileira, atualizando-se em diferentes contextos e situações, Farias (1999, p. 4), em suas análises sobre as expressões do clientelismo na contemporaneidade, afirma que “o clientelismo estatal, qual seja, os cabos eleitorais distribuem recursos e favores ligados às instituições governamentais, em troca do

apoio político. Essa é uma das faces modernas da política no Brasil atual”. Nessa mesma direção, Câmara e Jesus (2007, p. 3-4) apontam que:

“O clientelismo deslocou-se da esfera privada, local e eleitoral para manter-se e reproduzir-se na esfera pública institucionalizada (municipal, estadual e federal). O denominado de clientelismo estatal encontra-se presente no Brasil atual”.

Os depoimentos dos profissionais entrevistados revelam que, o processo seletivo, propriamente dito, no contexto da FUNCI efetiva-se segundo a dinâmica prevista, com variações conjunturais:

Eu passei só pela análise de currículo e entrevista coletiva. Entrevistado E

Gostaram do meu currículo, aí depois fui pra uma entrevista individual e passei. Entrevistado G

Analisaram meu currículo, fizeram entrevista coletiva, aí no mesmo dia teve um estudo de caso e depois fui pra entrevista individual. Entrevistado c

Todos os entrevistados que passaram por seleção tiveram a análise de currículo como primeira etapa do processo, submetendo-se aos outros mecanismos de entrevistas e verificação de conhecimentos via estudo de caso, conforme as situações. De acordo com profissional do setor de Desenvolvimento Humano da SDH, o formato do processo seletivo dependerá da urgência no preenchimento da vaga, do cargo a ser ocupado e do período de entrada na Fundação.

A seleção dos profissionais para o assumir do trabalho institucional efetiva-se considerando um perfil básico em função da natureza do trabalho. Ainda, segundo profissional do setor de Desenvolvimento Humano da SDH, o processo seletivo busca avaliar aspectos-chave: a experiência do candidato em trabalhos com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; a afinidade do profissional com o tipo de trabalho desenvolvido na instituição; visão que o candidato apresenta sobre o referido público; conhecimentos sobre a FUNCI e as demais instituições; comportamento do candidato em grupo, enfatizando a capacidade para atuação em equipe interdisciplinar, a capacidade pra lidar com situações adversas, principalmente com a escassez de recursos. Ressalte-se que durante o processo seletivo, a equipe de recrutamento e seleção apresenta brevemente a instituição, focando sua atual situação de precariedade.



Merece destaque este fato do candidato ser informado da situação de precariedade da FUNCI e, sobretudo, constituir critério de avaliação a capacidade do profissional de lidar com as dificuldades estruturais da instituição. Esta postura profissional de acatar a precarização das condições de trabalho só pode ser compreendida no contexto de desemprego estrutural que marca a contemporaneidade em âmbito mundial. Em verdade, a falta de oportunidade de trabalho leva os trabalhadores a submeterem-se aos mais diversos tipos de trabalhos precários em busca da sobrevivência. O depoimento do entrevistado c é emblemático quanto a esta questão:

Eles perguntavam como eu ia lidar com dificuldade de material, de estrutura [...] Eu achei isso muito estranho, sondar se o profissional tá preparado pra lidar com algo que nem deveria acontecer [...] Aceitei o trabalho, porque tava difícil encontrar outra coisa e tinha que garantir meu pão de cada dia. E olhe que com esse salário só dá pra garantir o pão de cada dia, mesmo...

As formas de recrutamento e seleção na FUNCI, aqui circunscritas, contrariam o art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa Brasileira (CRFB) que assim preconiza:

a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

É feito a ressalva, também, de que esta exigência - de investidura em cargo ou emprego público via concurso público - não se aplica às atividades-meio das instituições públicas, segundo o enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). É importante considerar que tal ressalva relativa às atividades-meio abre a possibilidade de terceirização nas instituições públicas a encarnar uma demonstração de precarização do trabalho<sup>62</sup>. Convém salientar que a divulgação da seleção deve ser pública e ampla e deve ser mediada por edital, conforme as prescrições gerais para a administração pública presentes na CRFB.

Cabe sublinhar que inserção nas instituições públicas brasileiras por meio de concurso público é uma conquista democrática, consolidada na Carta Magna de 1988. Em

---

<sup>62</sup> José Carlos dos Santos (2011), ao investigar o fenômeno da terceirização das atividades-meio nas instituições públicas de Juazeiro do Norte-CE, na década de 90 do século XX, conclui que esta se configura como a principal via para os processos de precarização do trabalho nas instituições públicas no Brasil. Cabe destacar que, hoje, a precariedade laboral no setor público brasileiro expressa-se, essencialmente, na extensão da terceirização para as atividades-fins deste setor, sendo poucos os estudos que atentam para essa questão.

verdade, a Constituição Federal Brasileira em vigor prevê impessoalidade e publicidade como princípios fundamentais da administração pública, sendo o concurso público um mecanismo para romper com as heranças da cultura política do clientelismo, fisiologismo, personalismo que perpassam a vida brasileira.

O concurso público é, ainda, uma conquista para o próprio funcionalismo público, uma vez que garante melhores condições de trabalho, em relação aos trabalhadores submetidos aos vínculos precarizados, garantindo emprego com relativa estabilidade, melhores salários, dentre outros direitos trabalhistas

No atual contexto do serviço público no exercício das Políticas Sociais, uma referência no sentido da valorização dos trabalhadores mediante a garantia de direitos é a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no âmbito da Política Pública de Assistência Social, aprovada em 2006, que prevê a prerrogativa do concurso público como via de acesso às instituições públicas, bem como a garantia de condições dignas de trabalho, através do plano de cargos, carreira e salários e de condições necessárias à realização dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Em verdade, no contexto de precarização do trabalho que também perpassa o espaço estatal, a NOB-RH ainda está a exigir a sua devida aplicabilidade, permanecendo com um marco legal a sair do papel. Nos fóruns de trabalhadores vinculados ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS – é recorrente a reivindicação de que as prerrogativas da NOB-RH pautem o mundo do trabalho no âmbito da Política de Assistência Social<sup>63</sup>. É esta é uma referência para os trabalhadores que viabilizam Políticas Públicas em diferentes níveis do Estado Brasileiro.

Nesta perspectiva da valorização dos trabalhadores a partir da efetiva garantia de direitos, um aspecto de destaque refere-se à carreira do servidor no que tange ao plano de cargos e salários. No âmbito da FUNCI, a promoção de cargos, conforme o explicitado pelos sujeitos da pesquisa, acontece, na grande maioria das vezes, através da indicação dos gestores que priorizam determinados profissionais por diferentes razões: relação de proximidade e confiança; identificação pessoal com a proposta institucional e, mesmo, com a gestão

---

<sup>63</sup> Na Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2011, a aplicabilidade da NOB-RH constituiu-se como uma das principais pautas a ser discutida no encontro. De fato, tal aplicabilidade configura-se como um grande desafio da Política Pública de Assistência Social, no Brasil, no limiar do século XXI.

municipal; habilidades em lidar com a precariedade dos programas e projetos desta instituição, tentando contornar a situação através de “malabarismos pessoais”; capacidade técnica para o cargo a ser exercido. Neste sentido, avaliam os entrevistados:

Depende. Algumas pessoas são promovidas a cargos de coordenação por mérito, competência e comprometimento com a causa, aliada à experiência com a temática e o público atendido [...] Saber lidar com as dificuldades é um requisito muito importante. Mas algumas pessoas pareciam ser promovidas por indicação mesmo, por amizade, apadrinhamento, enfim. Entrevistado G

Não posso afirmar que todos são indicações, mas até onde eu sei a maioria era ou pelo menos tinha alguma relação mais próxima com algum gestor, político e etc. Existiam claro, as exceções, pessoas que recebiam promoções devido a competência ao resultado do trabalho realizado entre outros. Entrevistado n

Os depoimentos revelam que a promoção de cargos na FUNCI associa requisitos de competência técnico-profissional, de compromisso com a causa da infância e adolescência, a escolhas decorrentes de indicações, encarnando heranças do personalismo e favoritismo, marcantes na cultura brasileira. De fato, é este um componente híbrido da cultura institucional a apontar rupturas e atualizações de um padrão conservador. É emblemático o depoimento do entrevistado P que, em meio às marcas de uma cultura institucional patrimonialista no serviço público municipal, destaca a escolha dos gestores da FUNCI em função da competência profissional e do compromisso:

Considero ideologicamente corretos, por serem pessoas que acreditam na luta pela promoção dos Direitos Humanos e na luta por uma cidade mais justa, porém considero que houve falha no âmbito técnico, pois grande parte tinha pouca experiência de coordenação e gerência. Entretanto, considero positivo o fato de as escolhas não terem sido por conveniência política em busca da governabilidade”, ao contrário do que eu percebia em outras instituições da prefeitura, o que dava maior liberdade de expressão e atuação dos profissionais. Entrevistado P

### ***3.2.2 O processo de capacitação na formação do profissional atuante na FUNCI***

Em tempos de aceleração de mudanças na civilização do capital, mais especificamente nas últimas décadas do século XX e limiar do século XXI, a Questão Social reconfigura-se, complexificando-se, impondo desafios para a intervenção profissional no campo do social. Nesta perspectiva, os conhecimentos e vias analíticas, a serem mobilizados como inspiração para a intervenção profissional lúcida e conseqüente, precisam ser repensados, o que coloca a exigência da formação profissional continuada.

De fato, a capacitação profissional constitui-se como “desafio histórico do conhecimento, colocando a formação como dimensão estratégica no interior da relação fundante ‘trabalho-educação’”. (CARVALHO e SILVEIRA, 2011, p. 161). Especificamente, para os profissionais que atuam com a questão social, nos diversos segmentos da Política Pública, impõe-se o desafio de apreendê-la em suas múltiplas dimensões, através de processos formativos que contemplem dimensões analíticas e ético-políticas do conhecimento.

Como se expressa esta exigência de formação profissional no âmbito da FUNCI? Esta questão pressupõe considerar uma dupla dimensão que se imbrica no cotidiano dos profissionais: a capacitação oferecida pela instituição; a formação buscada e perseguida pelos próprios profissionais. Começemos por circunscrever a oferta institucional de capacitação.

Ao ser selecionado, o profissional da FUNCI passa por uma formação inicial para receber informações sobre a instituição, sobre o programa em que irá atuar, sobre o papel a ser desempenhado, entre outras informações básicas para dar início a atuação profissional. Cabe destacar que essa formação inicial só passou a acontecer depois que a FUNCI vinculou-se a SDH, pois, antes, os profissionais entravam na instituição sem maiores informações, chegando a participar de capacitações quando já haviam vivenciado, no cotidiano, o processo de trabalho. Este momento inicial de capacitação é assumido pela equipe de Coordenação/gestão, membros do DH e Coordenação do Programa.

Para além deste momento inicial, a FUNCI oferece capacitações, direcionadas para os profissionais das atividades fins, em torno de conteúdos importantes para o desenvolvimento do trabalho com crianças e adolescentes, tais como: Infância e Adolescência, Estatuto da Criança e do Adolescente, gênero, sexualidade, questão étnica, uso abusivo de drogas, dentre outros. A periodicidade dessas formações é, em certa medida, regular e está ligada ao calendário de datas específicas com expressões no campo do trabalho em curso. Por exemplo, no mês de julho - quando da comemoração da aprovação do ECA - discute-se os seus significados e os dilemas hoje postos na sua viabilização; já no mês de novembro - em que se comemora o Dia da Consciência Negra - são discutidos assuntos relacionados à diversidade racial, preconceito e estigmas.

Há, ainda, formações direcionadas, especificamente, para educadores e arte-educadores, dentro de sistemáticas peculiares. Para os educadores, a periodicidade é trimestral e as capacitações versam sobre relatórios sociais, visitas domiciliares, metodologias para

oficinas socioeducativas. Já a formação específica dos arte-educadores realiza-se através de grupos de estudo mensais e encontros trimestrais, enfocando o papel da arte como meio de transformação social e socialização de conhecimentos de cada linguagem artística: música, teatro, dança, audiovisual. Cabe destacar uma modalidade peculiar de capacitação institucional para técnicos e supervisores mediante liberação para participação em congressos, cursos, seminários gratuitos, na grande maioria das vezes, na área da infância e adolescência e em temáticas específicas vinculadas ao campo de atuação profissional.

Em uma avaliação da sistemática institucional de capacitação, convém sublinhar que as capacitações para educadores e arte-educadores acontecem mais frequentemente que para os demais profissionais, sob a justificativa de que são trabalhadores que lidam diretamente com os processos educativos. Contudo, mesmo para educadores e arte educadores, as oportunidades de capacitações são distribuídas de forma diferenciada, dependendo da dinâmica e da organização interna de cada projeto. No “Crescer com Arte” tem-se oportunidades regulares de participação, obedecendo a uma periodicidade e os profissionais respondem a estas oportunidades com um bom nível de frequência. Já nos Abrigos, não há regularidade na participação dos profissionais nas capacitações oferecidas, bem como as oportunidades para a participação nos eventos de formação não se de forma igualitária. Sobre isso, o entrevistado I comenta:

Olha, eu nunca participo, porque tem muitas capacitações que cai no meu plantão; a dinâmica aqui é muito puxada e não dá pra tá adaptando às formações, não [...] às vezes tem até sorteio pra quem vai participar, eu nunca tenho sorte.

Em termos de encaminhamento pedagógico, as capacitações na FUNCI para os diferentes grupos profissionais acontecem através de rodas de conversa, grupos de estudos, oficinas, dinâmicas de grupo, exibição de filmes, leitura de textos. São ministradas por profissionais da coordenação, técnicos e, em caso de eventos maiores, por profissionais convidados.

Quando indagados sobre como avaliam as capacitações em qualidade e quantidade, a maioria dos entrevistados, mais precisamente 70%, afirmou que as capacitações são insatisfatórias em qualidade, pois consideram que os eventos formativos assumem um caráter deveras introdutório, colocando-se a exigência de aprofundar as discussões sobre as temáticas trabalhadas. Neste sentido, destacam-se determinadas falas:

Eu acho muito introdutória, aí eu que tô aqui há mais tempo fica muito repetitivo, a frequência é até boa, se fosse maior não teria como a gente dá conta [...] Teriam que aumentar o salário pra gente aprofundar por fora. Aqui já tentamos montar grupo de estudo, mas sempre para, porque não é priorizado e acaba tendo uma demanda mais urgente, aí já viu. Entrevistado M

Eu acho que não é boa nem em qualidade, porque não aprofunda nada e não investe em formações mais continuadas, como eu acho que a quantidade é defasada, principalmente pros técnicos. Entrevistado k

Para um segmento menor, cerca de 30% dos entrevistados, as capacitações são satisfatórias em qualidade, pois elas sensibilizam os profissionais em relação aos assuntos pertinentes ao cotidiano de trabalho, cumprindo, assim, o seu papel que não é de aprofundamento e, sim, de sensibilização. Assim, expressam-se alguns entrevistados:

Tinham mais sentido de sensibilização dos profissionais, que ainda possuíam uma visão tradicional, assistencialista [...] Eu considero de boa qualidade no sentido de sensibilizar que é a proposta da capacitação institucional, porque se quiser aprofundar tem que fazer graduação, especialização [...] E a Fundação devia investir nisso, aumentando os salários, pagando os cursos [...] A instituição libera para seminários, congressos e cursos de curta duração. Entrevistado P

Olha! Eu gosto muito das capacitações, porque elas trabalham temas muito pertinentes a política da infância, de forma descontraída, com a cara da infância, mesmo. Tem uma metodologia muito boa que eu não vi em lugar nenhum... Entrevistado n

É importante resgatar dos depoimentos dos entrevistados a sua insatisfação com a política institucional de capacitação que se restringe a eventos, não investindo na formação via cursos de aperfeiçoamento e especialização. Entendemos que tal fato expressa uma dimensão da precarização do trabalho em decorrência da própria inserção, insegura e instável, dos profissionais via terceirização. Como a instituição vai investir em profissionais transitórios pela própria forma ilegítima de contratação? Eis uma dimensão do trabalho precarizado no exercício das políticas públicas.

No que diz respeito especificamente quantidade das capacitações, 60% dos entrevistados consideram-nas suficientes, enquanto que 40% deles acham que elas deveriam ser mais frequentes.

Uma segunda dimensão no que diz respeito à formação profissional dos trabalhadores da FUNCI é aquela buscada e perseguida pelos próprios trabalhadores. Em verdade, grande parte da formação dos profissionais da FUNCI em atendimento a demandas

do trabalho acontece por iniciativa do próprio profissional que busca participar de cursos, seminários, congressos, realizando pesquisas e desenvolvendo estudos. Ressalte-se que todos os entrevistados fizeram críticas quanto a esta questão, afirmando que a instituição era que deveria se responsabilizar pelos processos formativos, ou mesmo, pagar melhores salários para que os profissionais tivessem condições de viabilizar estratégias. Assim, expressam-se profissionais entrevistados:

Quando tava na FUNCI, a maior parte das capacitações que fiz, foi por iniciativa própria, mesmo. Eu ia pra seminários, congressos, fazia cursos, geralmente procurava os de graça, mas alguns eu tinha que pagar, mesmo. Eu acho que não deveria ser assim, a FUNCI é que tinha que bancar esses cursos de maior duração, até especialização mesmo... Entrevistado n

Eu ia pra tudo quanto era seminário, palestras, a maioria “0800”<sup>64</sup>. Eu que tinha que correr atrás mesmo, porque se fosse esperar pela FUNCI [...] Mas eu acho que a FUNCI era que deveria bancar isso aí... Entrevistado J

Eu faço especialização, eu que corro atrás de me capacitar. Acho que a FUNCI poderia pagar umas especializações. Entrevistado o

Nesse contexto, percebe-se que, na FUNCI, a responsabilidade pelas capacitações, na maioria das vezes, recai sobre os próprios trabalhadores. De fato, em tempos de intensas mudanças, exige-se do trabalhador constantes atualizações como forma, até mesmo, de mantê-lo empregado. Ressalte-se que o próprio trabalhador é culpabilizado pelo seu desemprego, sob a justificativa de que não atende às exigências de qualificação. Essa responsabilização do trabalhador pela sua própria qualificação profissional é uma expressão da ideologia dominante que transforma em individual questões de ordem estrutural referentes à dinâmica de funcionamento do capital. E mais: é uma encarnação da mercantilização sem limites do capitalismo contemporâneo em que tudo assume a condição de mercadoria a ser consumida por quem por ela pode pagar. Logo, a capacitação transmuta-se em mercadoria necessária para o trabalhador que a consome na qualidade e na quantidade que seu poder aquisitivo lhe permite como consumidor de conhecimento.

Em verdade, as formações profissionais constituem-se como condição fundamental para a valorização do próprio trabalhador. Uma referência na busca de valorização profissional é a luta que vem sendo travada pelos trabalhadores da Política Pública de Assistência Social, inseridos no âmbito do SUAS, tendo como referência a Norma Operacional Básica da Assistência Social para os Recursos Humanos – NOB-RH, que, hoje,

<sup>64</sup> “0800” é um jargão hoje usado no âmbito do senso comum para designar o que é gratuito.

constitui-se como parâmetro de gestão do trabalho nas Políticas Públicas. Vale salientar que, como estratégia de valorização do trabalhador, as formações profissionais são indispensáveis para a consolidação da própria Política Pública. De fato, a qualificação dos serviços no exercício das Políticas Públicas exige profissionais capazes de compreender a complexidade do mundo social contemporâneo e de desenvolver alternativas de intervenção profissionais com lucidez e competência.

No entanto, a qualificação de intervenção profissional, a encarnar processos de formação e capacitação é, muitas vezes, inviabilizada pela precariedade das condições institucionais. Os entrevistados, em sua grande maioria, apontam esta tensão entre o conceber, o compreender, o querer fazer bem e o agir no contexto institucional da FUNCI:

A gente tem ideias belíssimas, mas fica só lá na formação, mesmo, porque quando chega aqui, a realidade é outra [...] Quer fazer algo mais lúdico, aí não tem material, não tem espaço, não tem profissional suficiente, aí fica muito difícil, né. Isso é muito frustrante, a gente se sente podado. Entrevistado M

Eu não sei pra que tanto conhecimento, porque no dia a dia muita coisa fica só na cabeça mesmo [...] Não tem estrutura pra tá colocando as coisas em prática [...] Desmotiva a gente, vejo muita gente desmotivada por isso... Entrevistado J

Observa-se nas falas acima que a precariedade de condições de trabalho a inviabilizar a operacionalização de conhecimentos e de capacitação técnico-pedagógica decorrentes dos processos formativos é motivo de frustrações e desmotivação para os trabalhadores da FUNCI. De fato, nesse contexto, o trabalhador sente-se “podado”, uma vez que a Instituição, em suas dificuldades e limites estruturais, não possibilita a vivência profissional em coerência com conhecimentos e habilidades gestadas na capacitação analítica e teórico-metodológica que lhe é exigida em resposta às demandas profissionais.

### ***3.2.3 A interdisciplinaridade no exercício do trabalho socialmente necessário***

Um campo profissional define-se por um padrão de atuação específica na divisão social do trabalho de uma dada formação social, em um momento histórico determinado, encarnando particularidades, no exercício de um trabalho, em resposta a dadas necessidades sociais. A rigor, as demandas de um dado campo circunscrevem o trabalho socialmente necessário, enquanto um padrão de atuação peculiar, em sua natureza e em sua estruturação e dinâmica, a encarnar um “modus operandi” de sujeitos profissionais, capaz de responder, com



qualidade, dentro de uma determinada direção social, a tais demandas em espaços e tempos determinados.

Considerando especificamente o âmbito do social, em sua complexidade, delineiam-se campos profissionais, com suas demandas, exigências e “modus operandi”, a circunscrever o trabalho socialmente necessário, buscando atender demandas peculiares, postas pelas configurações da Questão Social em dado contexto sócio-histórico. É importante sublinhar que, neste âmbito do social, o trabalho socialmente necessário, em resposta às configurações da Questão Social, impõe articulações entre distintos campos profissionais, configurando a interdisciplinaridade como uma tendência contemporânea.

A FUNCI, como espaço institucional, vem construindo em sua trajetória, uma intervenção, via Política Pública, em resposta às configurações da Questão Social, materializadas no universo da criança e do adolescente vulnerabilizados pela pobreza na dinâmica da civilização do capital. De fato, tem-se, nesta instituição, uma encarnação específica do campo social a circunscrever demandas de um trabalho socialmente necessário, exigindo a interdisciplinaridade como condição para efetivar a atuação institucional.

Em verdade, a interdisciplinaridade aponta para a exigência de articulação de contribuições profissionais específicas, a partir de diretrizes ético-políticas que alicerçam uma dada atuação institucional no interior de uma Política Pública – a Política Pública Municipal de Direitos Humanos voltadas, também, à Infância e Adolescência em Fortaleza - na construção de mediações ético-políticas e técnicas, requeridas no exercício do trabalho socialmente necessário (CARVALHO, 2011).

Cabe, antes de mais nada, circunscrever os princípios ético-políticos que constituem a base do trabalho institucional da FUNCI a partir das quais os diferentes sujeitos profissionais – psicólogos, assistente social, pedagogo, advogado, terapeuta ocupacional, educadores sociais, arte-educadores e supervisores – constroem e articulam suas contribuições específicas. Parafraseando Gramsci, consideramos que tais princípios constituem o cimento da construção profissional da citada instituição que permite “ligar”, “juntar”, “articular”, exercícios profissionais distintos, a configurar o “modus operandi” da FUNCI no contexto do município de Fortaleza.

A pesquisa documental em elaborações institucionais e as indicações do campo permitem chegar a uma configuração de tais princípios, quais sejam: universalidade da política, proteção integral, foco na família e na comunidade, ação articulada, garantia da participação real de crianças e adolescentes, respeito à equidade de gênero, garantia da cidadania plena, garantia da inserção socioproductiva.

A partir de tais princípios tem-se a tessitura da interdisciplinaridade com contribuições de sujeitos integrantes de diferentes campos profissionais. De fato, as contribuições peculiares da Psicologia, da Pedagogia, do Serviço Social, do Direito, da Terapia Ocupacional, da Educação Social e Arte-Educação se especificam em função das diretrizes ético-políticas da FUNCI, construindo o trabalho socialmente necessário neste espaço.

No nosso esforço analítico, na configuração do trabalho necessário, no âmbito da construção profissional interdisciplinar da FUNCI impõe-se configurar o que cabe a cada campo profissional na divisão deste trabalho necessário na FUNCI. Assim, para dar visibilidade ao “modus operandi” da instituição em estudo, vamos circunscrever o foco de trabalho e as atividades básicas, peculiares de cada campo profissional, delineando especificidades numa versão panorâmica do trabalho.

O psicólogo, na FUNCI, tem como missão atender as demandas psicossociais do público atendido, principalmente através de abordagens individuais, grupais e comunitárias. Sua atuação acontece, principalmente, através de escuta individual, dinâmica de grupo, encontros comunitários, encaminhamentos à rede de atendimento psicossocial, articulação com esta rede. Cabe sublinhar que, embora o psicólogo, atuante na referida instituição, realize escuta individual, esse profissional não tem por responsabilidade realizar psicoterapia, encaminhando as demandas psicoterapêuticas para instituições que realizem tal atendimento. O assistente social nesta instituição tem o papel de realizar atendimento às problemáticas sociais, vivenciadas pelo público atendido, atuando através de inclusão em programas e projetos da FUNCI, encaminhamentos à rede de atendimento socioassistencial, articulação desta rede, visitas domiciliares, relatórios sociais, atividades socioeducativas em torno dos direitos sociais. Já o pedagogo, na FUNCI, tem por objetivo maior atender às demandas pedagógicas do público atendido, através de inserção e acompanhamento escolar, oficinas pedagógicas, acompanhamento das atividades pedagógicas realizadas pelos educadores sociais; enquanto que o terapeuta ocupacional tem a função de trabalhar numa perspectiva

biopsicossocial, por meio da ação, atividade, que pode ser a dança, a música, oficinas lúdicas, manuais. As questões jurídicas, demandadas pelo público atendido da FUNCI, são tratadas pelos advogados atuam, principalmente por meio de orientações e encaminhamentos jurídicos, sendo raras as ações advocatícias. Os supervisores, nesse contexto, possuem variadas formações e tem por função a coordenação, supervisão, articulação intra e inter-institucional. Por fim, os educadores sociais atuam através de atividades socioeducativas e do acompanhamento das crianças, adolescentes e suas famílias atendidos pela FUNCI, através de oficinas temáticas, recreação, esporte, lazer, visitas domiciliares, visitas institucionais, conversas individuais, acompanhamento da rotina do adolescente no projeto desta instituição e os arte-educadores realizam oficinas de cunho arte-educativo, de acordo com suas especialidades, tais como a música, o teatro, a dança, o desenho, a fotografia, o grafite, entre outras.

Enfim, os trabalhadores da FUNCI dividem-se em especialidades, a depender da categoria profissional a qual pertencem, articulando seus saberes e habilidades com vistas ao atendimento das diversas necessidades sociais que surgem no contexto desta instituição.

### ***3.2.4 O exercício do trabalho precário no cotidiano da Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI***

O novo mundo do trabalho que emerge na cena contemporânea – últimas décadas do século XX e limiar do século XXI - tem como marca a precarização em suas múltiplas expressões. Em verdade, o mundo do trabalho, na contemporaneidade, é grassado pelo desemprego crônico, pelos vínculos precários, pela ampliação e intensificação das jornadas laborais, pelo rebaixamento dos salários. De fato, segundo Graça Druck (2009, *apud* RAICHELIS, 2011, p. 48), uma das dimensões dessa precarização está encarnada nas formas “de organização e nas condições de trabalho, que amplia o ritmo do trabalho e a definição de metas inalcançáveis, produz a extensão da jornada, a polivalência, a rotatividade, a multiexposição aos agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais que conduzem à intensificação do trabalho, potencializada pelo desenvolvimento tecnológico da microeletrônica”. No âmbito do Estado, especificamente, no campo das Políticas Públicas Sociais, essa dimensão da precarização do trabalho está estritamente vinculada à precarização das próprias Políticas Públicas.

No contexto da FUNCI - a desenvolver a Política de Direitos Humanos com Crianças e Adolescentes no município de Fortaleza – o trabalho é realizado em precárias condições institucionais, como apontam as falas dos entrevistados, as observações feitas, por mim, no decorrer desta pesquisa e a minha experiência profissional nesta instituição. Vale salientar que as péssimas condições estruturais da FUNCI foi apresentada como um dos problemas mais graves desta instituição pelo relatório de monitoramento da Política para a Infância e Adolescência no município de Fortaleza, realizado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará<sup>65</sup>. (CEDECA-CE, 2010).

Em verdade, é possível observar, na FUNCI, péssimas condições físicas dos espaços onde funcionam os projetos; a não existência, insuficiência ou precárias condições de equipamentos e material necessário à realização das atividades, como: material pedagógico, esportivo, artístico, computadores, impressoras, aparelhos de fax e, ainda, vale transporte e alimentação para o público atendido; número de profissionais aquém das necessidades dos programas e projetos; insalubridade e inseguranças. De fato, essas são as principais expressões da precariedade das condições estruturais da FUNCI.

De acordo com relatório do CEDECA-CE (2010), as unidades dos projetos da FUNCI, na maioria das vezes, possuem cômodos em precárias condições estruturais, ou mesmo, são insuficientes em relação à quantidade. A rigor, segundo a ONG, das seis unidades do programa “Crescer com Arte” que foram visitadas, cinco delas apresentavam problemas com infiltrações, pintura desgastada, falta de ventilação adequada. Já o programa “Acolhimento Institucional” contava com uma estrutura bastante inadequada para os fins aos quais se propõe. De fato, as Casas-abrigo estavam com pintura desgastada, condições elétricas precárias, infiltração, quartos não arejados, banheiros com paredes sujas, descargas e chuveiros quebrados, embora sejam duas casas grandes, com boa área não construída de terreno.

Em relação à unidade de “Crescer com Arte 1”, selecionada para fins desta pesquisa, podemos perceber que as suas salas são insuficientes em qualidade e quantidade para o desenvolver as atividades básicas às quais se propõe trabalhar, tais como oficinas de música (violão e percussão), teatro, desenho, atendimentos individuais, oficinas sócio-

---

<sup>65</sup> O CEDECA é uma Organização não-governamental que tem por base os direitos consagrados na Constituição Federal brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90) e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Esta entidade tem por missão defender os direitos de crianças e adolescentes, principalmente, aqueles desrespeitados pela ação ou omissão do poder público.

educativas, atividades esportivas. A rigor, esta unidade conta com 8 (oito) cômodos, assim distribuídos: 1 (uma) sala para a coordenação, 1 (uma) sala para os educadores, 2 (dois) banheiros, 1 (uma) sala para biblioteca e leitura, 1 (uma) sala que é utilizada como almoxarifado e, também, para as atividades de desenho, 1 (uma) cozinha, 1 (um) alpendre.

Já no “abrigo 2”, é possível observar a falta de espaço adequado para os profissionais, como os educadores, técnicos e vigilantes; para as atividades pedagógicas e arte-educativas; para as atividades de lazer; para atendimento individual. Em verdade, esta Casa-abrigo é bastante inadequada para as próprias adolescentes, a começar pelo quarto único para comportar uma meta de vinte adolescentes. De fato, este abrigo conta com 1 (uma) sala com banheiro para coordenação e técnicos, 1 (uma) sala com banheiro para os educadores, sendo esta utilizada, também, como almoxarifado, 1 (um) almoxarifado, 1 (uma) área de serviço, totalizando 11 cômodos.

Sobre a precariedade das unidades de funcionamento dos programas e projetos da FUNCI, os entrevistados relatam:

Minha Nossa Senhora! O Crescer tem uma das piores estruturas da FUNCI em relação ao que se propõe a trabalhar, porque trabalha com arte-educação e isso exige uma estrutura bacana, mais elaborada, mas não tem! Num espaço adequado é pra quase nada mesmo! Entrevistado h

Isso aqui deveria ser um ambiente de casa mesmo, de um lar, mas é terrível. Aqui só tem um quarto bem pequeno pra comportar, geralmente, cerca de 15 adolescentes; uma sala pequena, uma cozinha, um banheiro, um alpendre pequeno também, um “quintal” grande, praticamente é só isso mesmo. Pros profissionais tem a sala dos educadores e uma pra todos os técnicos. Só! É o cúmulo da falta de estrutura, é uma vergonha, é um nem sei o que mais, viu. Entrevistado M

Há meu Deus! A estrutura física do núcleo onde trabalhei era degradante, a pior possível. A gente dividia o espaço com o Conselho Tutelar. Todos os profissionais ficavam em uma sala bem pequena. Os atendimentos aconteciam em outras duas bem minúsculas, uma delas vivia sem ar condicionado e era insuportável o calor. Às vezes, só faltava passar mal, quando ia conversar com os adolescentes. Como eu demorava um pouco mais nos atendimentos, escolhia a sala sem ar, para não entrar em atrito com as colegas. Quando o ar condicionado dava o prego, a gente recorria a um velho ventilador, que não era suficiente pra amenizar o calor, pois a gente não podia atender com a porta aberta e a sala era muito pequena e tinha um forro velho que só esquentava ainda mais. Em dia de chuva, essa sala ficava completamente alagada. O senhor da limpeza, muitas vezes, não estava presente e a gente mesmo era que dava um jeitinho. O banheiro era uma tristeza, um horror! A pia era quebrada, a gente não conseguia escovar os dentes sem se molhar e o odor era muito forte. Entrevistado c

Nas “Raízes” ficava numa sala minúscula, quente, com seis profissionais, equipamentos e materiais. Em resumo, não tinha local adequado pra nada.  
Entrevistado i

Diante dessa precariedade, os entrevistados afirmam adotar diversas estratégias, como o uso de espaços “alternativos”. Para o entrevistado N, “Ou a gente recorre pros espaços alternativos ou a gente não realiza o trabalho, como temos que realizar...”.

De fato, no “Crescer com Arte 1”, as atividades de música e de teatro são realizadas no alpendre ou debaixo de alguma árvore, as atividades de desenho acontecem em uma sala que também é utilizada para guardar equipamentos, material pedagógico, figurino etc; enquanto que a sala dos educadores é utilizada, também, para guardar material pedagógico, de escritório e equipamentos, servindo, assim, como sala de almoxarifado. Já a sala da coordenação é dividida com agente administrativo, sendo esta bem pequena, mas com ventilação adequada por conta do ar-condicionado. Todas as demais salas possuem péssima ventilação.

No “abrigo 2”, os atendimentos individuais são realizados no quintal ou na sala dos técnicos e dos educadores, momento em que os profissionais tem que se deslocar para outro espaço para deixar a sós o profissional e o adolescente. Para os atendimentos grupais, os profissionais se utilizam do quintal, do alpendre ou da sala da casa.

Sobre as estratégias para contornar as dificuldades com o espaço físico, os entrevistados comentam:

Nós aqui só temos: uma sala que funciona pra desenho e também como almoxarifado e, às vezes, pra acolhida, atendimento individual [...] A biblioteca que é também sala de leitura, acontece atendimento individual; o alpendre é pra tudo, música, teatro, atendimento individual, oficinas grupais. A sala do educador é pra fazer relatório, planejamento, atendimento individual. Entrevistado O

E outra coisa é espaço, precisamos de sala de atendimento individual, atendimento grupal [...] os atendimentos grupais acontece na sala, quintal, alpendre; os individuais acontece na sala dos educadores, dos técnicos, debaixo das árvores... Precisamos de uma sala mínima pra supervisão e técnico, dois quartos pro adolescente, sala dos educadores que também vem sendo usada como almoxarifado, parte do material é roupa, almoxarifado que é pequeno e lotado com suprimento [...] Temos uma sala, uma cozinha, a casa até que é bem dividida, mas os compartimentos são muito pequenos pro número de profissionais e jovens que circulam aqui dentro [...] Entrevistado M

Eu já passei por vários projetos da FUNCI e visitei quase todos e posso afirmar com clareza que a galera anda se virando nos 30 [...] É a equipe que vai em peso pra

corredor, pra deixar sala livre pra atendimento individual, deixa tudo que tá fazendo e tem que sair da sala, é atividade grupal que acontece ao ar livre, sem privacidade nenhuma, é técnico, educador e um bocado de profissional numa sala só, que comporta também material pedagógico, instrumento, equipamentos, material de limpeza [...] É uma sala pra milhões de coisas. Entrevistado j

A gente busca espaço noutros projetos da própria FUNCI pra tá fazendo atividades recreativas, esportivas [...] Quando não, a gente faz parceria com escola, associações [...] Entrevistado g

A partir das falas é possível perceber que além de buscarem no próprio espaço interno as alternativas para realização das atividades, os profissionais da FUNCI articulam-se com outros projetos da própria Fundação, ou mesmo, com outras instituições públicas ou privadas. Observa-se, também, que a improvisação de espaços para realizar as atividades não se restringe aos projetos selecionados para fins desta pesquisa, uma vez que ela se dá nos mais diversos programas e projetos da FUNCI, como bem destacou o entrevistado j.

De acordo com os entrevistados, as dificuldades com o espaço de funcionamento das atividades provocam dispersão, constrangimento, falta de privacidade tanto para público atendido como para os profissionais. Segundo o entrevistado h:

A gente toca ao ar livre, tem essa dificuldade. No caso teria que ter um Studio pra melhor concentração. Passa uma borboleta eles se dispersam, a pessoa fica dispersa, passa qualquer pessoa, aí fica olhando e eles ficam com vergonha [...] Pra gente é muito ruim também, desqualifica nosso trabalho, né [...]"

Vale salientar que o “abrigo 2” e o “Crescer com Arte 1” estão para ser reformados, contudo não há previsão de quando as obras serão iniciadas.

No que diz respeito às condições estruturais relativas a material, equipamentos e serviços de comunicação necessários a realização do trabalho na FUNCI, os entrevistados afirmam que esses são bastante precários. A rigor, material artístico, pedagógico e de escritório; equipamentos como computador, impressora, fax e serviço de telefonia e de internet são escassos e os que existem são de péssima qualidade. É o que podemos ver com detalhes nas falas emblemáticas a seguir:

Olha, no momento até que a gente tem um materialzim básico, instrumentos básicos, mas é assim, só dá pra esse número mesmo, porque se aumentar o número de adolescentes, aí o negócio complica. E veio chegar agora, porque tava uma situação complicada [...] Outra coisa, os instrumentos num instante se quebram, porque são de péssima qualidade [...] Outra coisa é que eles não são adequados pros meninos, chegou uns surdos novos enormes, aí. Se os meninos forem tocar com eles, vão terminar a apresentação tudo detonado [...]" Entrevistado h

Aqui a gente não liga pra celular, tem o telefone e a maioria das famílias usa celular, não tem computador, falta material de limpeza, falta material de escritório, não tem móvel pra guardar figurino [...] a Kombi só vem duas vezes na semana, aí não dá pra tá fazendo visita nos outros dias [...] Mas o pior é quando falta alimentação [...] Isso acontece em alguns períodos do ano. Tem períodos que vem o estritamente necessário e quem decide o que vem, tá longe [...] Agora mesmo estamos parados por conta disso [...] E não vale também [...] aí fica inviável dos meninos virem pra cá [...] Entrevistado N

O Crescer, eu já fui do Crescer, como falei, tem uma proposta pedagógica muito boa, mas não tem estrutura pra isso. Deixa muito a desejar. A gente trabalhava com teatro, dança, música [...] Eu trabalhava com teatro e não chegava nem verba pra figurino, quer dizer, vinha uns tecidos, uns retalhos, mas não tinha máquina pra costura, nem costureira, nem mandava fazer roupa em outro canto, a gente tinha que se virar [...] Não vinha nada pra cenário, nem adereços, a maquiagem era de péssima qualidade, nem pra deslocamento tinha dinheiro [...] Aqui no abrigo a gente tem pouco material pedagógico, só mesmo: lápis, caneta, papel, lápis de cor, cola, tesoura, papel laminado, cartolina [...] Não temos a disposição filmes, nem músicas, nem livro de dinâmicas, nem material esportivo [...] E o material ainda é de péssima qualidade. Vem, também, material trocado: pede uma tesoura de ponta, aí vem uma sem ponta, porque é mais barato, você pede papel duplex e mandam dupla face, porque é mais barato [...] Entrevistado d

Aqui, nós estamos sem impressora, sem computador, não temos fax, sem equipamento de som, não temos acesso a internet, só temos um celular que liga pra outros celulares, mas sempre fica a coordenadora e, muitas vezes, ela não tá no projeto [...] Temos uma Kombi que tem limite de quilometragem, é de 1.500 pra todo o mês e a Kombi fica só de oito da manhã até umas quatro e meia da tarde, aí de noite não tem carro, nem final de semana [...] Além de pouco, os móveis aqui são muito velhos [...] Os guarda-roupas tão com cupim e mofo, uma mesa grande, toda remendada pras refeições que também serve pras atividades pedagógicas, não tem ventilador, tem TV, compraram recentemente 10 colchões novos, o resto tudo é velho [...] Entrevistado k

Não tinha nada, até pra beber água não tinha, material de trabalho, sempre faltou, não tem DVD, nem TV, não tem material pedagógico, carro sempre foi um sorteio pra fazer alguma coisa [...] No Família Cidadã não tinha internet e no PETI tinha internet e computador, mas era na sala da coordenação trancado pra ela, aí no almoço a gente tentava o acesso, maior sacrifício [...] E era revezado com vários profissionais. Passava bem pouco tempo, às vezes nem almoçava pra ter acesso a internet[...] O PETI ainda era o melhor estruturado, tinha telefone só pra fixo, pra ligar pra celular tinha que ir pra gerência, a maioria das mães só tinha celular, aí acabava a cota do mês pra celular, aí pronto, não podia ligar, aí não tinha carro pra visita, aí pronto, era só a comédia, na AABB não tinha telefone. Usava-se o da AABB. Telefone pra celular e outros materiais básicos pareciam artigos de luxo. Entrevistado J

A partir das falas dos sujeitos entrevistados é possível perceber que no “Crescer com Arte 1” as oficinas de teatro contam com material insuficiente para a construção do figurino, a oficina de música conta com alguns instrumentos musicais que não são adequados



para a estrutura física dos adolescentes, a oficina de desenho conta com material mínimo para um curso de iniciantes. Quanto ao material pedagógico, material de escritório e material esportivo dos programas e projetos da FUNCI, os entrevistados afirmam que esses são escassos e os que existem são de péssima qualidade. Verifica-se, também, a partir das falas dos entrevistados, que a referida instituição não conta, ou conta muito precariamente, com equipamentos básicos para a realização do trabalho, como computador, impressora e fax. Já em relação aos serviços, os entrevistados dizem que a maioria das unidades da FUNCI conta com telefonia fixa, contudo, que não permite ligações para celular, mesmo diante da necessidade premente deste tipo de serviço, uma vez que a maior parte do público atendido utiliza-se da telefonia celular para se comunicar.

Ainda em relação à precariedade de material, de equipamentos e de serviços na FUNCI, os entrevistados afirmam que a maioria dos projetos contam com meio de transporte, cuja quilometragem disponível é inferior às demandas apresentadas no dia a dia de trabalho. No caso do programa “Crescer com Arte”, o carro só está disponível duas vezes na semana, mesmo diante de uma larga demanda por visitas domiciliares e institucionais no decorrer de toda a semana; já o “abrigo 2”, mesmo necessitando de carro disponível 24 horas, só conta com ele de segunda a sexta, em horário comercial.

Por fim, podemos observar que em vários períodos do ano, a alimentação e vale-transporte dos adolescentes ficam escassos. De acordo os entrevistados, isso implica em grande evasão do público atendido, uma vez que esses são itens básicos para a permanência deles no projeto.

Cumprе salientar que essas dificuldades estruturais da FUNCI fazem com que os programas e projetos atendam sempre em quantidade inferior em relação às metas estabelecidas. Por exemplo, no “Crescer com Arte 1” que era pra atender 110 adolescentes, atende, em torno, de 80 adolescentes, enquanto que no “abrigo 2”, o programa atende 15 adolescentes, mesmo diante de uma meta de 20 sujeitos. Sobre isso o entrevistado B comenta “Aqui nós temos 9 adolescentes, no momento, mas a meta é pra 20. Temos 2 quartos só, 10 colchões novos, não tem capacidade pra 20, não, os colchões tão muito velhos. Quando tem 13 a 14 adolescentes já fica muito tumultuado.”.

Nesse ínterim, percebe-se um sucateamento da FUNCI. Em verdade, este sucateamento não se restringe à realidade da referida instituição, uma vez que o fenômeno da

precarização atinge, em maior ou menor grau, todas as políticas sociais brasileiras. De fato, com a emergência do Estado neoliberal, no Brasil, afunda-se o sonho da construção de instituições públicas de qualidade, preconizadas pela Carta Magna de 1988. A rigor, os cortes nos gastos públicos, a partir da década de 90 do século XX, acarretaram a precarização das políticas sociais brasileiras antes mesmo delas terem sido construídas efetivamente. (DRAIBE, 1997). Ressalte-se que esse sucateamento gerou conseqüências ainda mais graves para as instituições públicas municipais e estaduais, já solapadas pelos planos de estabilização fiscal (DRUCK e FILGUEIRAS, 2007).

Nos anos 2000, mesmo com o discurso do governo Lula de valorização do serviço público, não foi possível verificar retrocessos no processo de sucateamento das políticas sociais. Em verdade, as péssimas condições dos espaços físicos, a falta dos meios de trabalho, o déficit de profissionais são as marcas, hodiernas, das Políticas Sociais brasileira.

Na FUNCI, o sucateamento tem feito com que os trabalhadores adotem várias estratégias para dar conta das atividades. De fato, além de utilizar outros espaços para contornar a dificuldade quanto ao espaço físico, os profissionais desta instituição fazem uso de recursos próprios; utilizam-se de habilidades e conhecimentos acumulados; fazem rifas, cotas, bingos e feiras; articulam-se com outros projetos da própria instituição; fazem parcerias com outras instituições – públicas, privadas, ONG's. Quanto a esta questão as falas a seguir são emblemáticas:

Eu já fiz instrumento de percussão de material reciclável, eu trazia, os meninos também e aí a gente fazia, né [...] Ah! E vieram uns instrumentos errados aí pro tamanho dos meninos, aí eu vou gastar R\$ 50,00 para ajeitar os surdos. Num vou pedir a FUNCI não, porque demora demais e se vier, o que eu acho quase impossível. Eu prefiro ajeitar logo do que ficar vendo os meninos penando com esses surdos gigantes. Além do mais tem quatro surdos que vão virar oito. Entrevistado h

Quando eu era do Crescer com Arte eu trabalhei com teatro [...] Eu mesmo construía os figurinos com retalhos que a FUNCI dava, eu sei costurar e na FUNCI não pagam pra construir o figurino, a gente é que tem que se virar, aí usava uma máquina que eu tinha e fazia [...] Levava meus adereços, cenários, ou eu conseguia com os parceiros. Até o transporte não tinha, o ônibus da FUNCI é sempre ocupado, aí tinha que fazer parceria pra conseguir transporte [...] Eu deixei muita coisa lá: adereço, figurino, maquiagem, até livro, eu deixei. Deixei como contribuição [...] Eu fazia isso pelos meninos, né [...] Entrevistado d

Muitas vezes pra executar as atividades, a gente tem que tirar do bolso, comprar papel, lápis, canetinha, giz de cera, tira xerox e quando tem material, não é de qualidade [...] Trazer as coisas da nossa casa, CD's, filmes, o que a gente queria

mesmo era arsenal de filmes [...] Não tem pipoca a gente tem que trazer, a gente compra argila, a gente pede, mas custa, aí tem que providenciar por conta do planejamento [...] E se a gente não fizer leva carão, é taxado de sem compromisso, pode até ser demitido. Entrevistado I

Começa com a questão estrutural que é um descaso muito grande, a gente tem um computador que tá quebrado, que não tem acesso a internet, não tem impressora, porque são documentos que precisam, e às vezes tem que tirar do bolso, ou tem que se deslocar pra outro projeto da FUNCI que tem computador, a maioria das famílias tem celular e a gente não tem, tem, mas não é suficiente, porque fica com a coordenadora, são barreiras que desqualificam a proposta do atendimento [...] Entrevistado o

Pra fazer festa final de ano tira do bolso, rifa e tal, e eu não concordo, se você não consegue vender, bota do seu bolso, é certo isso? Porque a FUNCI não faz uma festa mesmo pra todo mundo. Teve um ultimo natal que a gente fez um monte de coisa, creme de galinha [...] Foi tudo com esforço dos profissionais [...] já trouxe roupa minha [...] A gente faz pelo público, mesmo, mas a FUNCI pressiona, também, diz pra gente usar criatividade e tals. Entrevistado O

Faltou sabão em pó e eu comprei, tiro xerox, medicação de menina eu já comprei, e nunca me ressarciram, eu já mandei as notas, mas até agora nada, táxis que eu tive que pegar, tento de resolver de alguma forma se não o trabalho cai, já comprei impressora pra cá, até a coordenação já reclamou, mas o que eu posso fazer, eu prefiro comprar a ficar me desgastando mais [...] Vou pra *lan house* aqui perto, Xerox. Entrevistado K

A partir das falas acima é possível perceber que o uso de recursos próprios dependerá das especialidades profissionais. Por exemplo, na área da arte-educação, o arte-educador de música utiliza-se de seus próprios instrumentos musicais, faz reformas, às suas custas, nos instrumentos musicais da instituição que chegam inadequados ao corpo dos adolescentes, constrói juntamente com os adolescentes instrumentos musicais de material reciclável; o arte-educador de teatro, para as apresentações teatrais, utiliza-se de seus próprios adereços, maquiagens, tecidos para complementar a composição do figurino; costuram as roupas com as habilidades e máquina de costura próprios; o arte-educador de grafite faz uso de spray próprio para as suas oficinas; o arte-educador de artes visuais leva sua câmera fotográfica para a realização de suas atividades, dentre outros exemplos.

Cumprido destacar que não só os arte-educadores vêm fazendo uso de recursos próprios para suprir as deficiências de material e equipamentos necessários a realização de suas atividades. De fato, não é incomum que os trabalhadores da FUNCI, com maior ou menor grau de frequência, venham suprimindo a escassez de material pedagógico e de escritório com seus próprios recursos, tenham que se utilizar de seus próprios computadores e impressoras, façam uso de serviços de telefonia celular e internet às suas custas. De fato, os

entrevistados revelam, nas falas ora elencadas, alguns itens custeados pelos trabalhadores para a realização de suas atividades laborais na FUNCI. Em relação ao material pedagógico, os profissionais da referida instituição vêm alugando filmes, vêm usando do próprio arsenal de livros, DVD's de filmes, Cd's de músicas. Sabão em pó, desinfetante, papel higiênico são itens custeados pelos próprios profissionais. Vez por outra esses profissionais estão comprando gêneros alimentícios para eventos festivos dos adolescentes, ou mesmo, para tornar a alimentação diária mais saborosa. Já no que diz respeito aos equipamentos necessários à realização das atividades, os entrevistados afirmam que o trabalhador da FUNCI vem fazendo uso do seu próprio computador e impressora, seu aparelho de som e de DVD. Já em relação aos serviços, os entrevistados afirmam utilizar os serviços de internet e telefonia celular próprios. Caso o profissional da FUNCI não conte com serviços de internet e/ou impressão próprios, eles custeiam acesso a internet em "*Lan House*" para realização de pesquisas e pagam impressão de documentos.

Observa-se, ainda, a partir das falas supracitadas, que os profissionais da FUNCI vez por outra apelam para cotas, rifas e bingos para arrecadarem dinheiro e suprirem as deficiências institucionais. O entrevistado N afirma que, na unidade dele, os profissionais fazem cota de cinco reais mensais para pagar a alimentação dos mesmos na unidade e com isso "a gente arrecada uma renda que facilita a compra direta, sem precisar esperar por licitação. Compra uma lâmpada queimada, uma extensão, um prego..."

Cabe destacar que a FUNCI não se responsabiliza pelo dano causado a materiais e equipamentos dos trabalhadores usados em suas atividades laborais. De fato, esta instituição não ressarcir o dano, mesmo que ela faça um apelo para o uso desses recursos durante o trabalho.

Por fim, pode-se perceber, nessas falas dos entrevistados, que o uso de estratégias para contornar a precariedade dos meios de realização do trabalho acontece por dois motivos: de um lado, pela imposição da própria instituição sob pena de represálias e, até, demissão; por outro, por conta da sensibilização dos profissionais frente à realidade do público atendido. De fato, de acordo com os entrevistados, os gestores impõem aos profissionais a responsabilidade por contornar as dificuldades institucionais, por meio do uso da criatividade, das habilidades e conhecimentos, do amor à causa social. Já a outra motivação faz com que os profissionais

contornem as dificuldades institucionais como busca de aliviar o sofrimento alheio e a própria angústia por de ver problemas sociais graves sem solução<sup>66</sup>.

Diante do exposto, percebe-se que na FUNCI acontece o uso de recursos privados para fins públicos. De fato, os trabalhadores desta instituição vêm fazendo uso de seus próprios recursos para contornar situações de carências institucionais no que se refere a equipamentos, material e serviços. É interessante notar que muito se faz críticas sobre o uso de recursos públicos para fins privados, prática tão presente na cultura das instituições públicas brasileiras. Contudo, na FUNCI, enquanto este tipo de prática é repreendido, por configurar-se como irregularidade mediante a lei, faz-se apelo ao uso de bens privativos desses profissionais para a efetivação do trabalho. Nesse sentido, a FUNCI legitima uma prática que a isenta das responsabilidades em lidar com a precariedade institucional e joga nas costas dos trabalhadores tal responsabilidade.

Além de recursos, equipamentos e serviços próprios, os profissionais da FUNCI utilizam-se de suas próprias habilidades e conhecimentos acumulados em outras áreas para dar conta das demandas cotidianas. De fato, para lidar com o problema da drogadicção dos adolescentes, por exemplo, os profissionais desta instituição se utilizam de habilidades subjetivas, já que nem os programas, nem as demais instituições públicas, oferecem suporte adequado para essa situação. Quanto a esta questão seguem discursos significativos:

Às vezes as atividades acontecem muito em cima do que o educador e o arte-educador sabem fazer! [...] Hoje o encaminhamento pro CAPES é maior por conta da habilidade do novo psicólogo, mas antes não era assim. Ele consegue chegar junto, usa as habilidades dele e consegue, porque é outro acompanhamento. O acompanhamento do Capes, como parceiro, fica insuficiente porque é ambulatorial e muitos adolescentes chegam naquele grau de dependência extremo. E aí é aquele fato de se vira nos trinta. A gente trabalhava muito com as nossas habilidades, tanto de chegar junto, de falar, de conversar, de conseguir encaminhamentos, como de improvisar mesmo. A gente trabalhava muito com ausência de recursos, de material pedagógico, muitas dificuldades estruturais, e a gente vai levando. No dia a dia, o público da gente traz muitos desafios!" Profissional da gestão da FUNCI<sup>67</sup>

Eu sou educador só formalmente, porque exerço a função de arte-educador, porque eu sei tocar violão. Entrevistado a

As articulações intra-institucional e as parcerias inter-institucionais, configuram-se como uma outra estratégia adotada pelos profissionais da FUNCI para contornar a falta de

<sup>66</sup> Sobre essas motivações trataremos mais detalhadamente nos tópicos 3.4 e 3.5 desta dissertação.

<sup>67</sup> A entrevista com este profissional foi realizada nas primeiras inserções na FUNCI em busca de configurar o campo e os sujeitos desta pesquisa.

estrutura dos projetos. Segundo os entrevistados, os esses trabalhadores fazem articulações internas, entre os projetos da própria instituição, realizam parcerias com outras instituições públicas estatais e não-estatais. Como exemplo podemos citar o caso da Coordenação do “Crescer com Arte” que se articulou com o “Se Garanta”, outro programa da FUNCI, para obter materiais pedagógicos e alimentação, uma vez que estes possuem maiores recursos que aqueles. Em relação às parcerias interinstitucionais, os entrevistados afirmam que, geralmente, essas são feitas com a rede de atendimento socioassistencial, estatais e não-estatais, para viabilizar atendimentos de saúde, assistência e profissionalização para os adolescentes e suas famílias; para viabilizar figurino, ônibus, lanche nas apresentações artísticas; para viabilizar atividades de esporte. Sobre as parcerias, os entrevistados comentam:

Faltou arroz, penso longo onde podemos conseguir [...] Gosto muito de trabalhar trocando com as possibilidades [...] Aqui a gente tem parceria com BENFAM, NASF, Habitat das artes [...] Pra viabilizar atendimento ginecológico, saúde da família, revigoração [...] Entrevistado N

É importante destacar que as péssimas condições estruturais dos projetos da FUNCI impedem que os parceiros cedam recursos, uma vez que estes precisam de suporte mínimo. Muitas vezes, os parceiros oferecem equipamentos, mas como contrapartida solicitam uma meta de atendimento a qual o projeto não tem como atender, devido às outras deficiências, como a falta de vale transporte.

Outra estratégia comum na tentativa de contornar as situações de precariedade institucional é a co-responsabilização da comunidade e da família. De acordo com o entrevistado F, “a gente faz a nossa parte, mas a gente convoca a comunidade e a família pra fazer a parte dela.”.

É possível perceber, nessas articulações e parcerias, um *modus operandi* muito semelhante ao das Organizações não-governamentais. Em verdade, as parcerias e articulações feitas pela FUNCI buscam angariar recursos para dar conta das necessidades institucionais, como bem acontece nas ONG’s. De fato, de acordo profissional do setor de Coordenação da FUNCI, a permanência do caráter de Fundação desta instituição, mesmo após vincular-se a uma Secretaria Pública, tem por objetivo garantir a captação de recursos de outras políticas públicas e dos setores privados, como forma de aumentar a verba institucional, o que não seria caso perdesse o caráter fundacional.

Nesse sentido, ao convocar trabalhadores, adolescentes, famílias, comunidades e outras instituições para dar conta da precariedade institucional, a FUNCI isenta o Estado de suas responsabilidades, deixando-o livre para atender os interesses do capital. De fato, os Estados vem se desresponsabilizando dos direitos e garantias sociais lançando-os para o mercado e para à responsabilidade da sociedade civil.

Cabe destacar que as condições precárias de trabalho oferecem riscos aos trabalhadores da FUNCI. Sobre isso, os entrevistados comentam:

Com certeza [...] corremos o risco de vir a pessoa e se vingar, a gente tá ali e a gente tem que defender [...] já tentaram fugir, fizeram cossocos, queriam fazer educador de refém pro vigia abrir. Aí eu vi fazendo os cossocos, porque sempre gosto de ficar perto, recolhi os cossocos, conversei, mas não quis complicar muito a vida de adolescente não [...] saem de lá já vem pra cá e são adolescentes que já cometeram homicídios, furtos e outras coisa [...] Entrevistado g

Sim. Principalmente durante as visitas domiciliares, tínhamos que visitar lugares bastante distantes e perigosos como, por exemplo, becos/ruas onde precisávamos pedir autorização do traficante para ter acesso à residência do adolescente. Nesses casos muitas vezes o motorista nos deixava próximo ao local e ficava aguardando ou ia resolver alguma coisa e só voltava no final da visita. Outra situação onde corríamos riscos eram durante os atendimentos individuais, como o atendimento exige privacidade, ou seja, o atendimento acontecia em uma sala fechada, duas vezes realizei atendimento com adolescentes armados que ao final do atendimento mostraram a arma. Entrevistado n

As falas acima mostram que os principais riscos no trabalho na FUNCI referem-se ao roubo e tiroteio, principalmente, durante as visitas domiciliares; risco de serem agredidos pelos adolescentes; citam, ainda, risco de adquirir doenças infecto contagiosas, uma vez que não contam com luvas para realizarem procedimentos nos adolescentes, como lavar ferimentos, fazer curativos. Cabe destacar que nunca foi confirmado nenhum caso de contaminação.

Nesse contexto, a maioria dos trabalhadores acha que deveria receber o adicional de insalubridade e, principalmente, periculosidade, pois considerarem de risco o trabalho na FUNCI.

Outra dificuldade enfrentada pelos trabalhadores no cotidiano de trabalho diz respeito à quantidade e a qualidade dos profissionais. De fato, cerca de 67% dos entrevistados consideram insuficiente o número de profissionais em alguma categoria profissional; já, para

33% dos entrevistados, o número de trabalhadores é suficiente para todas as categorias profissionais. Sobre a quantidade de profissionais os entrevistados comentam:

Pra turma que a gente tem agora tá ok, mas o trabalho como todo, se chegar mais adolescente falta profissional pra visita, conversa, engajamento, falta, principalmente, mais educadores. Entrevistado D

Três educadores por plantão seria um número bom de profissionais, mais um terapeuta e um psicólogo [...] Existe equipe técnica, mas ela não se achega, não vivencia a dinâmica com os educadores, fica num canto [...] A gente aqui é enfermeiro, é pedagogo, é psicólogo, é cozinheiro, já já quem vai servir o jantar delas sou eu [...] E a gente acaba acumulando e é esse acúmulo de cargo é que nos deixa sobrecarregado, esse acúmulo deixa muitas vezes estressado, cansado [...] Entrevistado g

No “abrigo 2”, os entrevistados que consideram o número de profissionais insuficientes sugerem mais um educador social para cada plantão, mais um terapeuta ocupacional e mais um psicólogo. Já no “Crescer com Arte 1”, os entrevistados sugerem mais educadores sociais. Nessa direção, o entrevistado n comenta que na LA “há uma demanda muito grande de trabalho para o número insuficiente de profissionais (cada núcleo da LA tinha aproximadamente 500/600 adolescentes atendidos para uma equipe de aproximadamente 6/8 técnicos), média esta muito além do que preconiza o SINASE. De acordo com esta norma, cada profissional deve atender no máximo 25 adolescentes, na FUNCI cada profissional atende, em média, 75/84 adolescentes.

Ainda, em relação as dificuldades enfrentadas em relação aos profissionais da FUNCI, diz respeito a rotatividade deles, o que ocasiona prejuízos para as atividades e desgaste emocional para adolescentes e trabalhadores, como podemos ver na fala do entrevistado N:

A maior dificuldade é com essas mudanças de profissionais, a rotatividade é muito alta, mesmo. As cozinheiras mudam todos os anos, o motorista mudou, agente administrativo mudou, educadores mudaram, só permanece um, arte educador mudou, só ficaram dois antigos. Às vezes, não é demissão não, mas tira de um projeto e coloca em outro [...] E demoram bastante a repor a vaga, aí sempre fica uma defasagem [...] Isso mexe com adolescente, com o ritmo, afinidades da equipe [...]

Nesta fala percebe-se que a rotatividade provoca desgaste emocional para os adolescentes e para o restante da equipe, além de provocar prejuízos às atividades, pois o novo profissional levará um tempo para ser capacitado e para pegar o ritmo do projeto. Além



do mais, as vagas ociosas demoram bastante a serem preenchidas, o que faz com que os demais profissionais fiquem sobrecarregado com as atividades.

Outra questão levantada no que se refere ao corpo profissional não diz respeito apenas ao número, mas a qualidade desses profissionais. Os entrevistados citaram desmotivação, falta de capacidade técnica administrativa, visões conservadoras, falta de compromisso como as principais dificuldades no que se refere à qualidade dos profissionais. Vejamos nas falas a seguir:

Falta de capacidade técnica e administrativa, orçamentária, muita confusão... No PETI e no Família Cidadã era muita confusão com os beneficiários por conta de erros primários, era muito coisa de defender a bandeira política, muita gente que colocou a prefeita no poder, um bando de imaturo, que entra na Política Social pra brincar, sem saber nem o que fazer, se levava em conta se era de confiança [...]Entrevistado J

A coordenação tem uma preocupação de selecionar os melhores profissionais possíveis, mas acaba tendo de abrir mão dessa exigência porque, para começo de história, muitos dos profissionais que comparecem para a seleção, desistem ali mesmo, após ser informado do valor do salário. Aí na verdade, eles acabam admitindo aquele que se dispõe a encarar o trabalho nas condições em que a FUNCI, propõe. O que compromete substancialmente a qualidade dos profissionais e consequentemente, do trabalho [...] Porque isso impede que ela selecione os melhores, que então irão a busca de outras oportunidades de trabalho. Além disso, fica a impressão de que o profissional que está ali em exercício não estar cumprindo com sua obrigação, mas é como se tivesse fazendo um favor de está ali trabalhando. A FUNCI, por sua vez, parece absorver bem essa realidade e acaba não cobrando do profissional por medo de perdê-lo, porque sabe da dificuldade de encontrar outro que se proponha a estar ali. Por falta de recursos, os profissionais também não recebem a preparação necessária para o exercício de suas atividades e aí, tudo tende só a se agravar. E ainda, por essas razões todas, vira um ciclo vicioso. Acaba entrando nos projetos profissionais pouco comprometidos e os que entram com o intuito de querer aprender e melhorar o que está posto, são obrigados a sair porque são minoria e a instituição não estar preparada para absorver esse pessoal. Entrevistado c

Abordagens preconceituosas por parte dos profissionais em relação as lésbicas, tratar adolescentes de forma mais respeitosa e outras não [...] Visões heterocêntricas. Existe um tratamento diferenciado, violência institucional mesmo, como se fosse um ser humano bizarro por não corresponder as expectativas do profissional [...] No abrigo é proibido relação sexual e acontecia nos banheiros, nos quartos e os profissionais não queriam foco na prevenção, eu fui falar de preservativo e disseram que eu tava incentivando [...] Preconceito com as religiões de matriz africana, eles levavam as meninas pra igreja, musicas evangélicas no horário de rotina, eu não concordava com isso, nada contra musica evangélica, mas era pra colocar Shire no orixá [...] Eu colocava pra coordenação essas coisas, colocava os prejuízos disso [...] É como se as crianças e adolescentes não tivessem sexualidade, opção religiosa [...] Entrevistado j

Diante da precariedade da FUNCI, o discurso oficial da gestão era de que não havia recursos financeiros suficientes, que a mudança dessa realidade estava fora do alcance deles e, com isso, restava aos profissionais darem conta da situação através de sua criatividade, habilidades e conhecimentos. É o que apontam os entrevistados em suas falas a seguir:

Eles sempre diziam que estavam buscando melhorias, mas que estavam de mãos atadas por ser algo que não dependia só deles [...] Era uma questão financeira que estava além das possibilidades deles [...] O discurso era de eles estavam lutando em âmbitos superiores da gestão municipal, lutando junto à prefeitura pra que ela desse mais suporte, porém enquanto não se conseguia isso, tínhamos que trabalhar com aquela realidade [...] Entrevistado P

Os discursos eram sempre os mesmos: não tem verba, não tem recurso, mas as coisas vão melhorar e vocês tem ir caminhando, não podem parar [...] Entrevistado b

Nesse ínterim, percebe-se que o trabalho na FUNCI se realiza em um contexto institucional sucateado, a configurar o exercício de um trabalho precário. De fato, esse exercício precário se manifesta nas diversas estratégias que os trabalhadores se utilizam para tentar contornar as dificuldades institucionais - através da busca de alternativas de espaços para realização das atividades, do uso de recursos materiais próprios, da utilização de seus conhecimentos e habilidades acumulados, das articulações e parcerias, do acúmulo de tarefas por conta da quantidade reduzida de profissionais - no trabalho sob pressão dos gestores e do público atendido; nos riscos laborais. Em verdade, há uma expropriação dos saberes do trabalhador - sua criatividade, sua capacidade de articulação, seus conhecimentos em várias áreas, sua habilidade relacional - para contornar a precariedade da referida instituição. Vale destacar que essa precarização na FUNCI acarreta um intenso processo de trabalho para esses sujeitos trabalhadores.

De acordo com Dal Rosso (2008, p.23) a degradação das condições de trabalho tem provocado uma intensificação nos processos laborais que se expressam no “maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com objetivo de elevar quantitativamente os resultados”.

Diante dessas dificuldades, os profissionais sentem-se podados, impotentes, desgastados, frustrados, desafiados<sup>68</sup>. São esses os principais sentimentos que advêm desse contexto, como podemos ver nas falas a seguir:

Diante de tantas dificuldades, a gente se sente muito desgastado, sugado, mesmo [...] Impotentes. Entrevistado m

A gente e sente muito podado quanto se depara com essas dificuldades [...] Dá uma sensação de impotências [...] Mas, assim, também é um situação que gera desafios pro profissional. Entrevistado f

Olha, diante disso dá uma frustração [...] De ter um monte de sonhos e não ter estrutura pra realizá-los [...] Desgasta muito o gente, viu. Entrevistado h

As dificuldades traziam muito desgaste pros profissionais. A gente se sentia podado, tinha um monte de ideia, mas não podia realizar [...] Entrevistado c

Quando perguntado aos entrevistados sobre o porquê da precariedade da FUNCI, a maioria respondeu: burocracia, incompetência administrativa, falta de prioridade para infância e adolescência, falta de vontade política. É o que podemos ver nos discursos a seguir:

Coisas burocráticas que fazia com que a execução não fosse do jeito que tinha de ser, fosse sempre paliativa, pela metade. Entrevistado E

Falta de interesse em relação a essa área [...] Tem cantos que tem uma injeção maior de recurso [...] Tem muita corrupção também. Entrevistado e

Acho que essas dificuldades aconteciam por falhas na administração dos recursos. Incompetência administrativa mesmo. Entrevistado G

A gente tem muita promessa, é questão de vontade política, as coisas sempre demoram muito, há uma má vontade escondida atrás de uma burocracia [...] A gente se esconde muito atrás disso [...] Na verdade, falta interesse de que as coisas andem mais rápido. Entrevistado d

Vale salientar que apenas dois entrevistados articularam as condições estruturais da FUNCI a dimensões macrossociais, como podemos ver nas falas do entrevistado “P” e “o”, respectivamente:

Essas dificuldades da FUNCI estão relacionadas, em última instância, aos interesses do capital que suga das políticas sociais recursos para lucrarem ainda mais [...] Entrevistado A

Tem a questão da falta de prioridade para área da infância e da adolescência em Fortaleza, mas o que determina mesmo são os interesses do capital [...] A política

---

<sup>68</sup> Sobre os sentimentos e desgastes advindos do exercício do trabalho precário trataremos com mais afinco no tópico 3.4 desta dissertação.

social tá toda precarizada [...] É o capital sugando os recursos públicos [...] É isso!  
O mais é conjuntura [...] Entrevistado P

Nesse sentido, percebe-se que a maioria dos entrevistados faz uma análise da precariedade da FUNCI que não vai além da sua dimensão singular, cotidiana. A rigor, somente dois sujeitos desta pesquisa buscaram as causas desse fenômeno nas dimensões macrosociais, nas conformações do capitalismo e da política social contemporânea, aprofundando, assim, a análise.

De acordo com o relatório do CEDECA-CE (2010), essa precariedade tem por base a escassez dos recursos, pois o orçamento destinado a FUNCI é de apenas 0,31% do orçamento total de 2010, em Fortaleza, o que significa que num orçamentário de R\$ 3.856.577.000,00; R\$ 12.042.175,00 vai para FUNCI. De fato, é irrisório o valor médio mensal e *per capita* de cada programa, como por exemplo, o “Crescer com Arte” com R\$ 7.000,00/ mês e as “Medidas Socioeducativas em Meio Aberto”, cujo valor destinado para cada adolescente é de R\$ 420,00 por ano, ou seja, R\$ 33,33/ mês. Já para cada unidade de Crescer com Arte, tem-se um valor de R\$ 86.337,254 por ano, o que significa R\$ 7.194,77 por mês para a gestão de cada unidade, um valor é irrisório diante das necessidades que tem que garantir. Segundo a ONG:

Considerando que os custos incluem pagamento de pessoal (arte educadores e coordenação), estrutura, material pedagógico, material para oficinas e alimentação essa é uma quantia ínfima e que não garante de fato a realização das atividades, o que vem a corroborar com a análise feita deste equipamento, quando percebemos a falta de estrutura, de materiais pedagógicos e precarização dos trabalhadores. (CEDECA, 2010).

A partir desta avaliação da Política Pública para Infância e Adolescência do município de Fortaleza, percebe-se que é ínfimo o orçamento destinado à FUNCI, a revelar a prioridade dada a esta Política no contexto de fortaleza. Em verdade, essa realidade vincula-se a própria forma de condução da Política Social no limiar do século XXI, que se dá por meio da contenção de gastos e das privatizações, liberando recursos para o capital em sua fase de crise e financeirização. De fato, no Brasil Contemporâneo, configura-se uma política social sucateada, na qual a Política de Direitos Humanos com Crianças e Adolescentes de Fortaleza é uma expressão singular. Para os processos de trabalho nessas Políticas, as conseqüências são desastrosas: configura-se uma atividade laboral precária a massacrar cotidianamente os trabalhadores públicos, sendo a FUNCI um caso emblemático no contexto de Fortaleza.

### 3.2.5 Problemáticas sociais emergentes do campo de trabalho

Em tempos de sistema do capital financeiro, mundializado e neoliberal emergem novas problemáticas sociais cuja gravidade vem atingindo níveis de um desastre social. (SOARES, 2003 *apud* IAMAMOTO, 2008). Em verdade, essas novas problemáticas sociais tratam-se da velha questão social<sup>69</sup>, travestida de novas roupagens, ainda mais graves, expressas no desemprego crônico, na extrema pobreza, nas diversas formas de violência vivenciadas pelos trabalhadores. A rigor, essas múltiplas expressões da questão social é a ponta do iceberg que tem por base o sistema do capital em sua fase de crise estrutural, que vem tornando o trabalho supérfluo e precarizado, retirando dos trabalhadores a sua condição de sobrevivência.

Nesse contexto, um amplo contingente de trabalhadores está a vivenciar o desemprego estrutural, como “trabalhadores supérfluos no fio da navalha” (CARVALHO, 2008), vindo a formar uma comunidade de despojados, resignados nas periferias da vida. (BAUMAN, 2004).

Cumprido destacar, que essa realidade não diz respeito apenas ao contexto dos países periféricos, uma vez que se percebe, nos países centrais, o crescimento alarmante de desempregados, principalmente entre a população mais jovem.

No contexto da FUNCI, essa realidade se apresenta como demanda de trabalho. De fato, os profissionais desta instituição lidam, cotidianamente, com as mais diversas expressões da vulnerabilidade social, vivenciadas por crianças e adolescentes do município de Fortaleza. A rigor, pobreza e extrema pobreza, drogadicção, exploração sexual, violência urbana e doméstica são as principais problemáticas sociais que emergem no contexto da FUNCI. É o que podemos ver nas falas abaixo:

As demandas são muitas: miséria, adolescente em situação de rua, vínculo familiar e comunitário fragilizado ou mesmo rompido, adolescente com envolvimento com drogas, exploração sexual, roubo, descaso familiar, n tipos de violência: é violência urbana, policial, doméstica [...] São situações subhumanas... Entrevistado c

<sup>69</sup> De acordo com IAMAMOTO (2004, p. 27), a Questão Social tem sua raiz na própria lógica do sistema do capital, na qual “a produção social é cada vez mais coletiva [...] enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Cabe destacar que esta Questão Social se expressa de múltiplas formas, como pobreza, indigência, violências. Nesse sentido, para Iamamoto (*idem*), as novas configurações que a Questão Social assume, na contemporaneidade, não dizem respeito a uma nova Questão Social, mas trata-se da velha Questão Social com novas formas de manifestação, em tempos de crise capitalista.

No geral, essas problemáticas sociais que a FUNCI junto aos demais órgãos públicos tem que tá dando conta: droga, miséria, garotos e garotas sendo explorados sexualmente, submetidos aos mais diversos tipos de violência [...] Como psicólogo recebo muito dificuldade com figura paterna, falta de limites na formação deles, regra social, responsabilidades, moram com avó, avô, tio e voltam pra casa da mãe, aí não tem vínculo, não tem limite, várias problemáticas, fragilidade da família, papel paterno, drogas, crack, vício ligado a questão emocional, meninas difícil relação com a mãe, questões emocional, muito forte, que é o meu foco de trabalho, né, é o que eu acabo percebendo mesmo... Entrevistado f

Fora essas problemáticas sociais todas: drogas, pobreza, violência, exploração sexual etc [...] Tem a questão da evasão escolar, baixo nível de desenvolvimento mesmo, fora de faixa... Entrevistado d

Afetividade, fragilidade das relações, contexto de rua, drogas. Entrevistado k

Dos discursos acima, cabe destacar que, além das citadas problemáticas sociais com as quais todos os entrevistados se deparam cotidianamente; é possível perceber que determinadas expressões da Questão Social são mais proeminentes no cotidiano do profissional, a depender da função exercida na instituição. De fato, o psicólogo e o terapeuta ocupacional lidam mais de perto com os problemas emocionais vivenciados pelo público atendido, os pedagogos lidam com problemas de aprendizado, o assistente social trabalha com problemáticas socioassistenciais e, assim, sucessivamente.

De acordo com os entrevistados, muitas demandas apresentadas no cotidiano de trabalho na FUNCI ficam sem resolubilidade em decorrência das deficiências tanto da referida instituição, como das demais políticas públicas. Essa realidade gera sensação de impotência, indignação, angústias e frustração nos trabalhadores desta Fundação.<sup>70</sup> É o que podemos ver nas falas a seguir:

Você não quer trazer pro seu pessoal, mas você acaba trazendo, eu fico abismada o tanto de problemas que esses adolescentes passam [...] Adolescente deixa a casa pra morar com traficante, gravidez precoce, drogas, violência, exploração sexual, miséria, criminalidade [...] Adolescente sendo preso, assassinado, violência doméstica, falta de referência, não falo de uma família nuclear, mas não tem referência, a mãe é usuária de drogas [...] Isso me choca e ainda bem que me choca, porque se não chocasse teria me acostumado [...] O pior é se deparar com isso todos os dias e, muitas, vezes não ter nada a fazer, porque nem a FUNCI, nem as outras políticas tem condições pra dar conta [...] Dá uma sensação de impotência enorme, a gente fica angustiada, sem ter pra onde correr. Entrevistado A

<sup>70</sup> Sobre os sentimentos de angústia e frustração frente à falta de encaminhamentos das problemáticas apresentadas no cotidiano de trabalho tratamos no tópico “Os sentidos e significados do trabalho: olhares da classe-que-vive-do-trabalho operadora das Políticas Públicas desta dissertação.”.

Olha, uma situação que marcou muito, uma das situações mais esgaçadas que já vi [...] Uma menina que viu pai quebrar dente da mãe com murro e cresceu vendo isso, o pai abusava dela e das irmãs menores, ela quis namorar rapaz negro a família não aceitou [...] Ela tinha namorado negro e engravidou e a família não aceitava, aí obrigou a abortar, ela acabou se encantando pela rua, pelas drogas, criminalidade [...] Causa um sentimento muito grande de tristeza, impotência, indignação [...] É até difícil se posicionar, de tentar mudar mais de fundo [...] Está além das nossas possibilidades, porque as políticas sociais não dão conta [...] Dá um sentimento de impotência muito grande” Entrevistado o

Olha, eu me sentia impotente, viu! Encaminhava pra projetos da própria FUNCI, não tinha vaga, encaminhava pra posto de saúde, ia pra uma fila infinita, encaminhava pra curso profissionalizante, outra fila e o menino não conseguia entrar [...] Sabe de uma coisa, é um faz de conta, viu! A gente só tinha uma bela conversa, dizendo que o menino tinha direito, mas na prática nada se concretizava. O menino só ficava sabendo que ele era um sujeito de direito, na hora de efetivar, nada acontecia. Pense numa frustração, me sentia era hipócrita falando aquelas coisas bonitas... Entrevistado c

Em verdade, enquanto a questão social vem se agravando, as políticas públicas sociais, ao invés de ampliarem-se, fazem o curso contrário - retrocedem. (BERING e BOSCHETTI, 2006; GIOVANNI, YASBEK *et al*, 2008; DRAIBE, 1997; CARVALHO, 2010). De fato, a emergência do Estado neoliberal trouxe consequências devastadoras para o campo dos direitos sociais, através da precarização das políticas sociais e a privatização das necessidades humanas. (BEHRING, 1998; BERING e BOSCHETTI, 2006). No Brasil, a adesão ao modelo neoliberal de Estado acarretou a formatação de uma política social de caráter assistencial, focalista e precarizado, direcionada às populações mais vulneráveis. (MOTA, 2009)

Nesse cenário, os trabalhadores tornam-se vulneráveis às mais diversas expressões da Questão Social contemporânea, ao passo em que não contam com a retaguarda do Estado para atenderem suas necessidades. Ademais, os próprios trabalhadores do Estado, em particular, das políticas públicas vem sofrendo as consequências dos retrocessos no campo dos direitos sociais. De fato, os trabalhadores dessas políticas vêm se deparando corriqueiramente com problemas sociais graves sem ter condições efetivas de resolvê-los por conta da ausência e/ou da precariedade das políticas públicas sociais, como foi possível ver nos discursos supracitados.

A maioria dos entrevistados comenta que o lidar com o sofrimento humano no cotidiano de trabalho fez com que eles passassem a valorizar mais a própria vida e dar menos peso aos problemas que enfrentam. Ao mesmo tempo, os entrevistados comentam que ficaram

mais pessimistas, mais descrentes com as possibilidades de mudança dessa realidade social, com mais medos diante da própria realidade. Seguem duas falas emblemáticas quanto a esta questão:

Olha, às vezes, eu tava com um problema, aí ia visitar um adolescente com a casa caindo os pedaços, o pai alcoolatra, a mãe doente [...] Num instante eu esquecia do meu problema, achava até uma besteira diante do eu que tava vendo ali [...] Mas eu fiquei mais pessimista também, sabe. É tanta coisa feia que a gente vê que às vezes parece que o mundo é só isso!?. Entrevistado c

Olha, eu me deparei tanto com situações bárbaras que eu fiquei mais pessimista, sabe, com o ser humano mesmo [...] Sou mais descrente, acho difícil essa situação mudar [...] Além do mais eu tenho mais medo das coisas [...] Vê esse povo com tanto problema faz achar os meus uma besteira. Entrevistado J

No que se refere à visão dos entrevistados quanto às causas das problemáticas sociais podemos perceber que ela se encarna em diferentes tendências. Para efeito heurístico, sistematizamos 2 (duas) tendências: aquela que percebe os problemas sociais articulados a dimensões macrossociais, como economia e política e uma outra que busca no indivíduo e na família, ou seja, nas dimensões microssociais, a causa dessas problemáticas.

De fato, uma parcela significativa de entrevistados concebe as problemáticas sociais como fruto de desinteresse político, da economia subdesenvolvida, da cultura da dependência, do sistema capitalista, como podemos ver nos discursos a seguir:

Falta de interesse político! Jogo de interesse, mesmo... Entrevistado E

Economia subdesenvolvida, falta de vontade dos governantes [...] Ninguém vê essa pobreza nos países ricos. Entrevistado F

Tudo isso é fruto de desinteresse político, mesmo, de uma economia pobre, da cultura da dependência [...] Tem que criar políticas públicas de qualidade pra resolver esses problemas. A situação só se resolve assim...” Entrevistado n

Desigualdade e sistema capitalista, muitos têm pouco e poucos tem muito, desigualdade na nossa cara [...] E eu vejo que a solução seria o fim do capitalismo, consumismo, ganância [...] Os adolescentes mesmo tem celulares novos, eu não tenho condições de ter o celular que eles têm [...] O fim disso seria o fim do sistema do capitalista [...] Se não houver o fim só poderão existir projetos que deem uma assistência afim de aliviar, mas não de resolver... Entrevistado A

Essa pergunta pode gerar várias teses de doutorado. Mas, bem resumidamente, posso dizer que é por causa do grande capital, que mais destrói do que constrói coisas belas, que influencia e direciona a nossa política para um rumo em que eles obtenham imensos lucros sobre a exploração de muitos. Posso citar inúmeros exemplos de como isso ocorre, mas não caberiam aqui [...] O fim das mazelas sociais só vão acontecer com o próprio fim do sistema capitalista. Entrevistado P



É fruto do sistema capitalista que produz essas problemáticas sociais, principalmente agora que o capital tá em crise, o Estado manda dinheiro pro capital, os trabalhadores desempregados, sem ter como voltar ao mercado [...] O fim disso é o fim da sociedade capitalista e a construção de uma outra sociedade que a gente ainda tem que inventar... Entrevistado o

A partir das falas acima é possível perceber que, dentro da perspectiva que atrela problemática social à dimensão macrossocial, há aqueles que fazem análises mais aprofundadas e os que realizam análises mais superficiais. De fato, os entrevistados “A”, “P” e “o” vinculam a Questão Social à própria lógica do sistema do capital e, assim, vislumbram as dimensões mais estruturais dessa questão; enquanto que os entrevistados E, F e n atrelam-na à perspectiva do interesse político, vislumbrando os problemas sociais como dependentes de uma vontade subjetiva e individual dos governantes.

Observa-se, também, nos discursos supracitados, que os entrevistados encontram dois tipos de saídas para as mazelas sociais. De fato, a maioria desses sujeitos busca resolver os problemas sociais a partir das políticas públicas, numa perspectiva de humanização do capitalismo, muito própria da socialdemocracia; enquanto uma minoria concebe o fim dessas problemáticas a partir do próprio fim do sistema do capital, percebendo as políticas públicas como apenas amenizadora da Questão Social.

Já há aqueles entrevistados concebem as problemáticas sociais em uma perspectiva individualizante e subjetivista. É o que podemos perceber nas falas a seguir:

Elas tem que querer alguma coisa na vida, né, tem que procurar trabalho honesto, tem que resistir as drogas, resistir aos apelos do mundo afora, né... Entrevistado B

Eu acho que tem haver com a vontade do adolescente mesmo e com a questão familiar. Entrevistado I

Eu acho que a família tem que ficar mais atenta, a raiz tá na família, mesmo, e os adolescentes tem que querer... Entrevistado B

Nas falas acima, pode-se perceber que as causas dos problemas sociais são buscadas na personalidade do indivíduo e na dinâmica familiar. Saliente-se que esta perspectiva é uma tendência contemporânea de análise das questões sociais que se encontra encarnada nas teorias pós-modernas. De fato, a perspectiva pós-moderna analisa os fenômenos sociais a partir do seu fragmento, de sua singularidade, desvinculando-os das dimensões mais amplas da sociedade.

Cumprer destacar que os discursos dos entrevistados, ao avaliar as problemáticas sociais, não se apresentam de forma homogênea, hibridizando as diferentes tendências ora elencadas. De fato, foi possível observar, em muitas falas, um tom de criticidade e de conservadorismo ao mesmo tempo. É o que podemos ver nas falas que se seguem:

Eu acredito que alguns viam os adolescentes como sujeitos de direitos. Mas, infelizmente, em algumas ações transparecia o preconceito. Eu percebia isso nas entrelinhas. Entrevistado G

Acho que uma coisa que sempre vai existir é pobre e rico [...] Porque assim tem a pobreza material e a pobreza de espírito [...] A material é tipo do regime que a gente vive no nosso país capitalista, impostos pra pagar e uma Estado que não cumpre com seu papel, não dá oportunidade pras pessoas [...] Acho que eu vou ter que colocar a culpa toda no estado, né. Por não criar políticas públicas que atendam as necessidades da gente. A violência é muito difícil mudar o que a gente pode é amenizar, tentar melhorar esse lance de acabar com a pobreza, miséria, não tem como acabar, como as drogas também não tem, pode controlar, melhorar, mas acabar não [...] Se tá desempregado tenta melhorar honestamente, trabalho é o que não falta, pode colocar um carrinho e vender fruta e tal e não se envolver com a marginalidade e tal pra ganhar dinheiro fácil, porque gera violência, a culpa tá no Estado e, assim, o Brasil é muito miscigenado, o povo diz que sou racista por conta disso, mas é isso, muita gente, muita cabeça, muito misturado... é...” Entrevistado a

Saliente-se, ainda, que adoção de uma perspectiva mais crítica ou mais conservadora dependerá do problema social a ser abordado. A rigor, as temáticas ligadas à pobreza são tratadas em suas dimensões macrossociais, pela maioria dos entrevistados; enquanto que os assuntos relacionados a drogas, atos infracionais e exploração sexual são abordados de forma subjetivista, de caráter moralizante, por uma parcela significativa desses sujeitos. A fala abaixo é emblemática quanto a essa questão:

Pra esse pessoal sair da pobreza tem que ter ação efetiva dos governantes, né! [...] A pessoa tem que querer sair das drogas, tem que se esforçar muito pra sair da criminalidade também, mudar de rumo, esquecer a vida fácil [...] Tem que ter outros projetos de vida [...] Muitas vezes, elas preferem esse tipo de vida, mesmo... Entrevistado I

Já os assuntos ligados à homossexualidade e a religiões de matriz africana, a maioria dos entrevistados avalia de forma progressista. Contudo, esses sujeitos afirmam que a boa parte dos trabalhadores da FUNCI tratam os referidos assuntos de forma conservadora, que muitas vezes levam a provocar violência institucional contra os sujeitos atendidos. É o que podemos ver nas falas abaixo:

Eu vi muitos absurdos em relação aos adolescentes homossexuais na FUNCI. Acabavam de dar uma oficina sobre homossexualidade e logo em seguida vinha uma

repreensão se vissem adolescentes se beijando [...] Via educador tratar de forma diferente as lésbica dentro dos abrigos [...] E não é só a visão heterocêntrica, não. Eles colocam músicas evangélicas, levam as meninas pra culto, porque tem muito profissional evangélico [...] Nada contra a religião e os evangélicos e as meninas gostavam [...] Mas se coloca música evangélica, tem que colocar músicas do candomblé [...] Dizem que candomblé é coisa do satanás, tem nem perigo colocarem essas músicas [...] Tem muita coisa que precisa mudar na prática, porque no discurso e no papel tá tudo muito lindo, muito avançado. Entrevistado j

De fato, a partir das falas é possível perceber a existência de preconceitos e discriminações contra as crianças e adolescentes homossexuais realizadas pelos profissionais da FUNCI, através do tratamento diferenciado e das repreensões contra as demonstrações de afeto daqueles sujeitos. Já a violência institucional praticada contra as religiões de matriz africana é observada no tratamento dado pelos profissionais da citada instituição, ao denegarem a imagem dessas religiões, associando-as a símbolos pejorativos e negando-as no contexto institucional. Em verdade, as posturas diante da homossexualidade e das religiões de matriz africana por parte dos profissionais da FUNCI configuram-se como práticas discriminatórias, afetando o art.5, inciso I, da CRFB que garante a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Vale ressaltar, que para a maioria dos entrevistados, as visões conservadoras de alguns trabalhadores da FUNCI configuram-se como entraves para o trabalho, muitas vezes, maiores que as dificuldades estruturais. Para o entrevistado M,

A gente tem muitos empecilhos estruturais, mas o que pesa mais é essa visão dos profissionais com os adolescentes [...] Aqui não se respeita os valores das meninas, quando elas entram aqui os valores delas ficam do portão pra fora.

Por fim, pode-se dizer que, numa leitura panorâmica dos discursos sobre as problemáticas sociais, é possível muitos aspectos progressistas, principalmente em relação aos discursos da gestão anterior, em que esses problemas eram tratados de forma assistencialista e conservador. De acordo com o entrevistado N, “antes, aqui na FUNCI, o povo tinha uma visão muito conservadora e assistencialista, sabe”. Contudo, esses discursos ainda reproduzem análises superficiais, acríticas, de forma a reproduzir preconceitos. Em verdade, de acordo com os entrevistados, os profissionais da FUNCI chegam, até mesmo, a praticar violência institucional, como foi possível observar no trata dado à questão da homossexualidade e das religiões de matriz africana.

Cumprе salientar que essa realidade não se restringe ao contexto da FUNCI, uma vez que se percebe em outras políticas públicas, em particular na Política Pública de

Assistência Social, “uma repetição “acrítica” de valores dominantes na dinâmica do cotidiano em sua superficialidade e imediatismo que conduz a práticas, amplamente negadas na produção teórica e no debate ético político acumulado”. (SILVEIRA, 2011, p. 31). Nesse sentido, Silveira (ibidem) elenca algumas perspectivas adotadas frente às demandas emergentes no campo de trabalho da Política de Assistência Social, no Brasil contemporâneo, quais sejam: “criminalização dos pobres, dos movimentos sociais e de outras formas de resistência e organização; moralização da questão social, resultando em naturalização da desigualdade e compreensão de uma questão de caráter inadequado; “psicologização” da questão social, com definição de comportamentos patológicos nas dinâmicas sociais e familiares; reforço da política como prestação de ajuda e oportunidades; práticas regressivas e higienistas que remontam as tradicionais formas de assistir e reprimir, culpabilização e segregação dos indivíduos desajustados; práticas de gestão patrimonialista, expressando a incorporação de interesses particularistas reprodutoras de cultura do favor e do mando; entre outras”.

Em verdade, a forte hegemonia das perspectivas político-ideológicas conservadoras, na cena contemporânea, está atrelada aos retrocessos da visão crítica da realidade social, principalmente com o ataque ao marxismo e o retrocesso das utopias socialistas. De fato, hodiernamente, as análises sociais privilegiam aspectos superficiais e subjetivistas, fazendo com que os problemas sociais não rompam com o senso-comum, sendo tratados por um viés individualista e moralizante. Quanto às saídas políticas para as mazelas sociais tem-se hegemonia de abordagens antirrevolucionárias, que não vislumbram rupturas, mas antes buscam soluções dentro do próprio sistema do capital.

Nesse contexto, a Política Pública de Assistência Social no Brasil colocou como grande desafio, no limiar do século XXI, o tencionamento para construção de uma perspectiva progressista em seu campo de atuação, a partir de ações efetivas junto aos seus trabalhadores. Na FUNCI, essa questão também se coloca como grande desafio ainda a ser melhor trabalhado.

### ***3.2.6 Relações interpessoais no trabalho***

Para maioria dos entrevistados, as relações entre os trabalhadores na FUNCI são cordiais, respeitosas e próximas, havendo, portanto, um bom clima nas relações interpessoais desta instituição. É o que podemos ver na fala a seguir:

Olha! Na FUNCI tem um clima de camaradagem que em nenhum lugar tem [...] Fiz muitos colegas e grandes amizades que duram até hoje [...] Em outras instituições a coisa é mais travada, mais competitiva, mais impessoais, sei lá, num sei o porquê não [...] Mas num é assim essa coisa utópica de que todo mundo se ama, num é um mar de rosas não [...] Tem picuinha, fofoca, intriga como em todo lugar tem, mas no geral o clima entre as pessoas é muito bom. Entrevistado n

Olha, eu já trabalhei em outras instituições e percebi que na FUNCI é onde tem um climinha melhor, viu! Entrevistado J

Das instituições que passei o melhor o melhor clima é aqui mesmo. Nos outros cantos é uma competição doida, uma certa frieza nas relações... Entrevistado j

Eu acho o clima daqui muito bom, ó! Tem brincadeira, respeito. Melhor que em outros cantos que eu já trabalhei. Entrevistado n

No discurso acima, percebemos que o clima de camaradagem, de fato, prevalece nas relações interpessoais dentro da FUNCI, embora, segundo o entrevistado n, exista “picuinha, fofoca e intriga como em todo lugar tem”. Observamos, também, nessas falas, que o bom clima institucional que prevalece no espaço da FUNCI é um diferencial em relação a outras instituições públicas sociais. Em verdade, a maioria dos entrevistados afirmaram que nestas instituições prevalecem relações impessoais e competitivas.

Infere-se que o referido clima de camaradagem entre os profissionais da FUNCI acontece, em boa medida, pela mística que permeia o trabalho nesta instituição<sup>71</sup>. De fato, trabalhar em prol de uma causa coletiva, por um mundo melhor, permite aos trabalhadores da FUNCI compartilhar valores e interesses humanistas, que podem gerar identificações entre esses sujeitos e vínculos que vão além da relação estritamente profissional. Em verdade, trabalhar em um contexto sem a perspectiva direta da competição capitalista, como acontece com o trabalho nas empresas privadas, possibilita a formação de laços mais solidários, embora as relações da referida instituição “não sejam um mar de rosas”, como atentou o entrevistado n na fala acima. Saliente-se que todos os entrevistados afirmaram terem se identificado com a maioria dos colegas de trabalho, o que contribuiu para formar laços de amizade e, até mesmo, vínculos amorosos, durante o trabalho na Fundação. É o que podemos ver nas duas falas emblemáticas a seguir:

Na FUNCI, todo mundo tem o objetivo comum de mudar o mundo pra essas crianças e adolescentes, é algo que me unia aos demais [...] A FUNCI é uma

<sup>71</sup> A mística que envolve o trabalho na FUNCI diz respeito à perspectiva ideológica do trabalho nesta instituição que se dá em prol de uma causa coletiva, por um sonho de um mundo melhor. Sobre esta mística abordaremos de forma mais detalhada no tópico 3.4 deste capítulo.

extensão do que o pessoal vive nos movimentos sociais, tem muita gente que vem desses movimentos [...] Lá a gente compartilha sonhos em comum, valores [...] Não tem como não existir esse clima [...] Fora que lá tem burocracia, mas num é como as outras instituições, aí aproxima as pessoas, né [...] E outra, a FUNCI tem uma metodologia que ajuda nesse tipo de relação mais próxima, é evento, é reunião, onde todos os projetos de uma forma ou de outra se encontram [...] A gente não vê tanta distância entre o chefe e você, a gente dialoga, tem espaço pra criatividade, é mais horizontal, mesmo [...] Outra coisa, os próprios trabalhadores criavam esse clima, almoçando juntos, fazendo cafés da manhã pra tomar juntos... Entrevistado G

As relações são muito boas [...] Estou há pouco tempo aqui, tenho coleguismo com todos, menos com uma pessoa [...] No Crescer com Arte fiz muitos amigos, foi uma família que construí, que eu escolhi, a gente sai juntos, vai pra cinema, jantar e não faz isso só com amigos, não [...] Quando a gente começa a trabalhar na educação social, com arte, com valores humanos, a gente conhece pessoas que a gente se identifica, forma laços fortes [...] Laços, inclusive, amorosos [...] Vejo muito namoro, ficas entre os profissionais da FUNCI. Entrevistado d

Diante das falas acima, pode-se inferir que esse clima de camaradagem na Fundação é provocado, também, pela forma como o trabalho é organizado nesta instituição. De fato, os entrevistados afirmaram que o trabalho na FUNCI acontece através de relações menos hierarquizadas, com espaços de diálogo mais direto e certa informalidade. Outro fator que contribui para o bom clima entre os sujeitos profissionais, levantado nas falas acima, refere-se às reuniões e aos eventos que se dão por meio de oficinas, cortejos e comemorações, com muita ludicidade, envolvendo profissionais de diversos programas e projetos desta Fundação. Por fim, podemos citar as refeições coletivas nos horários de intervalo e os encontros para atividades de lazer fora do expediente de trabalho, como elemento favorecedor desse clima interpessoal.

De acordo com a maior parte dos sujeitos entrevistados, esse bom clima de camaradagem e familiaridade entre os profissionais permite que eles compartilhem questionamentos, façam desabafos, brinquem, contem piadas, fofocas, questões mais íntimas, o que contribui para o alívio de tensões e para que o trabalho torne-se mais prazeroso. É o que podemos ver na fala do entrevistado n:

A relação entre as equipes sempre foi muito tranquila e harmoniosa, embora as relações mais próximas se dessem só com alguns [...] A gente compartilhava as angústias, insatisfações, babados, conversava sobre tudo, o que ajudava muito a tornar o dia a dia de trabalho mais leve, agradável, prazeroso [...] O fato de estarmos todos na mesma situação, enfrentando as mesmas dificuldades e compartilhando as mesmas insatisfações e angustias com certeza me ajudava e dava forças para continuar o trabalho e acreditar que haveriam mudanças com relação a valorização profissional e qualidade do trabalho...

Segundo Pitta (1991) o clima familiar, a coesão da equipe e a “hiperatividade verbal” são aspectos positivos do cotidiano laboral que permitem aliviar angústias em ambientes de trabalho que lidam com o sofrimento. (PITTA, 1991). Nesse sentido, os trabalhadores da FUNCI encontram nas relações de trabalho o amparo para enfrentar o dia a dia tenso.

De fato, boa parte dos entrevistados citaram os vínculos de amizade como elemento de maior motivação no trabalho. Em verdade, para esses sujeitos, as amizades construídas são/foram as maiores heranças que o trabalho na FUNCI pode/pôde deixar. Seguem falas emblemáticas nesse sentido:

Sabe que o que mais me empolgava no trabalho era ir encontrar com os amigos, contar as novidades... Entrevistado P

Eu me empolgava em ir pro trabalho, pra me arrumar de manhã, porque sempre tinha um paquerinha em vista. Entrevistado c

Olha! Meus melhores amigos estão aqui. Entrevistado C

Se eu tivesse que escolher a maior contribuição da FUNCI para minha vida eu diria: os amigos que fiz. Entrevistado G

Embora, para a grande maioria dos entrevistados, o clima interpessoal na FUNCI seja considerado aspecto favorável do trabalho nesta instituição; o entrevistado J atenta para os aspectos negativos dessas relações. Comenta ele:

Das instituições que eu passei, foi onde eu vi um clima mais agradável entre as pessoas, coleguismo, amizades, informalidade [...] Mas, era contraditório, às vezes, era muito exagerado, porque tudo que faziam tinha obrigação de ir, levar garrafa de café, participar de confraternizações, se se recusasse era considerada antissocial, problemática e isso atrapalhava nas questões do trabalho [...] Virava algo pessoal mesmo. A coordenadora tinha coragem de pegar no pé de uns, nos que ela tinha menos proximidade ou não gostava, e fazer vista grossa com outros, os amiguinhos mais próximos.

Como podemos perceber no discurso supracitado, esse coleguismo entre os profissionais também pode gerar consequências negativas para o trabalho desenvolvido. De fato, o entrevistado J, em sua fala acima, atenta para o fato de que esse tipo de relação pode provocar parcialidade na tomada de decisões, como aconteceu no caso da coordenadora que fazia “vista grossa” para os erros cometidos pelos profissionais com os quais possuía vínculos mais próximos, enquanto que “pegava no pé” daqueles com quem tinha relação mais distante ou não tinha uma boa relação.

Nessa mesma direção, o entrevistado K comenta que suas relações na FUNCI são estritamente profissionais, uma vez que considera o clima de coleguismo no trabalho mais prejudicial que benéfico. Segundo ele, esse tipo de clima gera convivência com erros e incompetências, uma vez que se percebe que muitos profissionais deixam de fazer críticas importantes em relação aos outros por conta das relações de amizade.

Ainda sobre as relações entre os profissionais na FUNCI, o entrevistado n comenta que, embora os aspectos positivos apareçam com maior frequência, é possível perceber favoritismos, picuinhas, fofocas e intrigas entre esses sujeitos. De fato, para cinco entrevistados, as relações desenvolvidas na citada instituição configuram-se como fator de desmotivação no trabalho, como podemos perceber nas falas a seguir:

Fiz uns amigos sim, mas pra mim, no geral, as relações eram complicadas, principalmente com a coordenação, porque não babava e fazia críticas, quem tava do lado dela ficava contra mim. Foi uma coisa que me desestimulou bastante, além das outras coisas. Entrevistado J

O que tem mais me desestimulado aqui são as relações, sabe. Muita picuinha, muita gente se importando com sua vida, se chega atrasado, se deixa de chegar, eu faço o meu trabalho e num fico olhando pro de ninguém não [...] Mas aqui fiz grandes amigos. Entrevistado h

Tenho amigos que trabalham na FUNCI, mas que não fiz lá. A relação com os profissionais do meu projeto era péssima, menos com a assistente social, porque eu não era conivente com os absurdos e lá havia um pacto de mediocridade. Foi o que me fez sair de lá, além do péssimo salário e da péssima estrutura de trabalho. Entrevistado c

Já no que diz respeito às relações dos trabalhadores da FUNCI com os gestores da SDH e da Fundação é de certo distanciamento. De fato, a maioria dos entrevistados afirmaram nunca terem tido contato mais direto com tais gestores. Sobre isso, o entrevistado K revela “eu nunca conversei pessoalmente com antiga presidente da FUNCI, e olhe que eu tô num cargo de gestão, meu contato maior é com a coordenação do programa, mesmo”.

Já as relações entre os trabalhadores, que tem o papel de execução, com os supervisores das unidades dos programas e projetos da FUNCI envolve um clima de tensão entre coleguismo e autoridade. De fato, para a maioria dos entrevistados que não cumpriram, ou não cumprem, papel de gestão nesta instituição, os gestores são tidos como colegas de trabalho como os demais trabalhadores, ao mesmo tempo em que são vistos como algozes pelo seu papel de supervisão. É o que podemos ver nas falas a seguir:



A relação com a gestão é meio contraditória, porque uma hora você a tem como amigo, outra hora ela tá ali te cobrando, chamando atenção, tentando amenizar os questionamentos. Entrevistado P

Eu gosto de todos aqui, no geral as relações são boas, mas é complicado, porque tenho que cumprir meu papel, né. E nem todos entendem... Entrevistado N

Percebe-se que, para o entrevistado N, na condição de gestor, a relação com os demais trabalhadores é considerada contraditória por conta dessa tensão entre amizade e autoridade.

Vale destacar que, para os sujeitos profissionais que não possuíam ou não possuem cargo de gestão, a relação com o gestor variava de acordo com a postura por ele adotada enquanto autoridade. De fato, os entrevistados comentam que caso o gestor seja mais autoritário, a relação entre ele e os demais trabalhadores é de maior distanciamento, rejeição e conflito; enquanto que com os gestores que constroem relações mais horizontais, mais abertas ao diálogo, há uma maior aceitação e coleguismo por parte dos demais trabalhadores. Quanto a essa questão as falas a seguir são emblemáticas:

Olha, eu tenho críticas a supervisora, os favorecimentos que ela tem aqui, mas ela é muito aberta ao diálogo, gosto dela. A maioria da galera gosta... Entrevistado h

O problema dessa gestão daqui é que ela é muito autoritária, aí a galera daqui não gosta muito dela, não. As relações com ela aqui tão bem difíceis. Tem muito conflito com a supervisora. Entrevistado g

Já na visão dos gestores, a postura do trabalhador implicará na sua relação com o mesmo. De acordo com dois gestores entrevistados, caso o trabalhador não tenha maturidade para receber críticas e ordens, a relação será bastante difícil, do contrário, a relação fluirá muito bem.

A minha relação com os profissionais é boa [...] No início era tensa, porque me comparavam com a antiga supervisora que era mais carismática, mais próximas dos meninos, eu sou mais de articular e tal [...] Aí é imaturidade do profissional achar que toda gestão vai ser igual, né, de não aceitar orientações [...] No geral, a relação é boa. Entrevistado N

Eu não sou muito bem vista aqui porque eu cobro, mesmo, cumpro o meu dever, gosto do trabalho bem feito [...] O pessoal aqui não gosta de ser cobrado, não, eles ficam muito sentidos, aí é complicado, falta maturidade [...] Porque essa é a minha função, perguntar como as coisas estão acontecendo, se estão acontecendo, né! Entrevistado K

Por fim, podemos falar sobre a relação entre o profissional e público atendido. Essa relação acontece, na maioria das vezes, numa tensão entre distanciamento técnico-profissional e proximidade afetiva. De acordo com todos os entrevistados, as relações desenvolvidas com o público atendido vão além do vínculo estritamente técnico-profissional. De fato, para o entrevistado G há uma relação de afeto muito grande entre profissional e os usuários do serviço, “a gente se envolve muito com as histórias de vida, cria vínculos e é recíproco [...] Elas gostam muito da gente, consideram como irmãos, às vezes, pai, mãe”. Segundo ela, as relações vão além do expediente de trabalho, “alguns profissionais levavam os meninos pra passear nos finais de semana [...] queriam mesmo era proporcionar um momento de lazer com os meninos, porque se for esperar pelo Estado, o menino morre e não tem uma vivência assim”.

Contudo essa relação de afeto tenciona-se com o papel técnico-profissional. O entrevistado J afirma que chegou a ser repreendido pela sua proximidade com as adolescentes. Diz ele:

Uma vez me chamaram atenção, dizendo que eu tava dando em cima das meninas, só porque eu sou carinhoso [...] Imagine se eu fosse hetero, o que era que não iam dizer.

Cabe destacar que essas relações interpessoais variam a depender do grau de afinidades. Sobre isso, o entrevistado N comenta: “eu me aproximei mais de quem eu tinha maior identificação, a proximidade contribui, mas o que conta mesmo no final das contas são as afinidades, mesmo”.

Montanari (1999, [s.p.]), ao analisar a construção da identidade a partir da relação com o outro, comenta que “o processo de identificação pressupõe necessariamente a mediação do outro como espelho. É através do outro que podemos nos construir e termos a dimensão de nós mesmos. É através de um jogo de espelhos, que se refletem mutuamente, que a identidade é construída”.

Nesse sentido, a partir das relações interpessoais que desenvolvem na FUNCI, os profissionais vão criando sentidos e significados para o trabalho e para sua própria vida.

### **3.3 Precarização nas formas de mercantilização da força de trabalho: direitos trabalhistas em questão**

A ofensiva do capital em seus processos de expansão sem limites (MÉSZÁROS, 2010) vulnerabiliza o trabalho, gestando a precarização nas formas de mercantilização da própria força de trabalho. (DRUCK, 2009 *apud* RAICHELLIS, 2011). Em verdade, como bem analisa Graça Druck (2009 *apud* RAICHELLIS, 2011), tem-se em curso uma vulnerabilidade estrutural, configurando formas precárias de trabalho em todos os setores.

Esta precarização da força de trabalho revela-se, explicitamente, nos trabalhadores que operam as políticas sociais no interior dos espaços estatais. (CARVALHO, 2011; RAICHELLIS, 2011). É este um aparente paradoxo: sujeitos profissionais, operadores de políticas que buscam garantir direitos a uma coletividade de despojados, vêm-se destituídos de direitos como trabalhadores. De fato, este paradoxo explica-se pela expansão incontrolável do capital que desvaloriza a força de trabalho, efetivando a erosão de direitos. (CARVALHO, 2011).

A realidade dos sujeitos que circunscrevem o campo institucional da FUNCI mostra, com clareza, esta precarização, encarnando uma vulnerabilidade estrutural da força de trabalho, com a destituição dos direitos trabalhistas. Levantamentos e estudos revelam que, no universo dos trabalhadores da FUNCI, são patentes as expressões desta vulnerabilização do trabalho via vínculo contratual. Senão vejamos:

Dentre os 524 profissionais da Fundação, 519 estão contratados sob o regime de terceirização de mão de obra, com vínculo celetista, por meio de empresas como *Skyserv, Fortal, IDESC, Prisma, Star Service e Thompson*. Os cinco outros profissionais inserem-se na instituição no exercício de cargo comissionado, ou seja, o seu vínculo é em função do cargo de confiança que exercem na FUNCI. É importante destacar, que até o ano de 2009, a FUNCI possuía, em seus quadros profissionais, 12 servidores públicos efetivos, integrantes do corpo de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Quando a instituição passou a pertencer a SDH, esses servidores foram remanejados para outros setores do órgão, ficando a FUNCI sem nenhum profissional efetivo em seu quadro de pessoal.

Em relação especificamente ao corpo profissional dos programas trabalhados ao longo da pesquisa, cabe sublinhar que o programa “Crescer com Arte” possui um quadro de

121 trabalhadores com vínculo via terceirização e um profissional no exercício de cargo comissionado. Já o programa de abrigamento conta com 30 profissionais contratados sob o regime de terceirização e 1 profissional que possui cargo comissionado.

Nos percursos do trabalho de campo, quase a totalidade dos entrevistados, ou mais precisamente 29, inserem-se ou inseriram-se (no caso dos profissionais egressos) via terceirização numa nítida precarização de vínculo contratual. Apenas um dos entrevistados está no exercício de cargo comissionado que também constitui uma forma instável e insegura de vínculo. Tratando do vínculo contratual de trabalho, o entrevistado O explicita, com clareza, esta situação de insegurança e instabilidade:

Esse vínculo gera medo do desemprego, principalmente em época de eleição, muda o prefeito, muda todo mundo [...] a gente não pode se planejar a longo prazo porque a qualquer hora podem te tirar, embora seja mais fácil querer sair por conta dos salários...

Tomando por referência os ordenamentos jurídicos - art. 37, inciso I e II da Constituição da República Federativa Brasileira - CRFB e o enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho - esses profissionais da FUNCI com precarização contratual, via terceirização, estão sob o vínculo de trabalho ilícito, uma vez que o regime de terceirização no setor público só é permitido para atividades-meio, como vigilância, conservação e limpeza, cozinheiro, motorista, sendo vedada tal tipo de contratação para as atividades-fins das instituições públicas.

De acordo com Souza (2010) “não há justificativa jurídica para a contratação de terceirizados para atribuições típicas e finalísticas da Administração Pública [...]” Em tese, a terceirização dessas atribuições é um ato de improbidade administrativa [art. 11 da Lei 8.429/92].

Cabe sublinhar que esta vulnerabilização do trabalho via precarização do vínculo contratual é uma realidade que perpassa o universo de trabalhadores no exercício de políticas sociais, no Brasil Contemporâneo, nas diferentes instâncias do Estado. A partir dos dados do Censo SUAS<sup>72</sup> (*apud* SILVEIRA, 2011), verifica-se, no quadro de pessoal da Política Pública de Assistência Social, a precariedade dos vínculos de trabalho, já que apenas 39% dos

---

<sup>72</sup> O Censo SUAS é uma pesquisa desenvolvida pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Combate a Fome e Desenvolvimento Social que visa traçar uma radiografia anual da assistência social pública no Brasil.

trabalhadores são estatutários, ficando o restante submetido a vínculos instáveis: 13% são celetistas, 37% comissionados e 32% possuem outros vínculos.

Segundo Borges (2004), as irregularidades dos vínculos trabalhistas, através das contratações sem concurso público e terceirizações revelam-se como a principal forma de precarização do trabalho em âmbito estatal.

Silva (2007), em sua análise sobre a precarização do trabalho no interior do Estado, assinala que as contratações terceirizadas vêm crescendo no setor público brasileiro, estendendo-se, inclusive, para suas atividades fins, incorrendo, assim, em uma vinculação ilícita, conforme o juridicamente discriminado. Em verdade, a expansão do capital, em diferentes espaços e situações, desconhece as demarcações jurídicas que buscam afirmar direitos.

A rigor, a manipulação e a violação das leis internas e internacionais apresenta-se como tendência do “novo” *modus operandi* do Estado, sob a égide do capital em crise. (MÉSZÁROS, 2009). O próprio Estado vem protagonizando processos de destituição de direitos historicamente conquistados - em particular, os direitos trabalhistas - indicando retrocessos jurídicos, inclusive, protagonizando a violação desses direitos.

Nesse ínterim, o Estado utiliza-se da ideia da crise do financiamento público (MOTA, 2000), como forma de justificar os retrocessos no campo dos direitos sociais, em particular, no âmbito dos direitos trabalhistas. Esta ideia camufla uma clara intencionalidade de favorecimento dos interesses do capital, uma vez que, “desobrigados” das legislações sociais, o Estado libera recursos públicos para os mercados financeiros que tem ganhos exorbitantes com a dívida estatal junto aos bancos internacionais e nacionais transferindo para as mãos do mercado o atendimento de necessidades humanas, via mercantilização do que deveria constituir bens públicos. (PAIVA, 2011, p. 21).

Neste cenário de vulnerabilização e desvalorização da força de trabalho, as perdas são significativas para os trabalhadores públicos. No caso específico da FUNCI, como espaço estatal de trabalho nas políticas públicas, a inexistência de concurso público, aliada às contratações via terceirização, geram precariedades para o trabalhador (a): instabilidade, salários baixos, perda de plano de cargos e carreiras, intensificação de formas de mais-valia com a ampliação das jornadas de trabalho e aceleração do ritmo laboral.

Adentrando neste contexto institucional específico de precarização, cabe sublinhar um agravante: na FUNCI, a terceirização acontece com a alternância constante das empresas terceirizadas, fazendo com que os prazos aquisitivos de direitos nunca se completem, o que tem, como consequência, a redução dos valores como décimo terceiro e férias, dentre outros direitos garantidos pela CLT.

Assim, verifica-se, no exercício do trabalho no âmbito das políticas públicas, os efeitos perversos da terceirização como mecanismo de precarização no mundo do trabalho: flexibilização dos contratos; rebaixamento dos salários e benefícios sociais; aumento na jornada laboral; fragilidade ou mesmo perda na representação sindical; insalubridade, desqualificação. (ALVES, 2005; DRUCK, 1999; MATTOSO, 1995).

Ressalte-se que, devido ao fato dos vínculos empregatícios terceirizados de atividades fins no setor público em setores públicos serem considerados ilegais, ao contrariar ao art. 37, I e II da CRFB, os contratos nesses termos tornam-se nulos, ou seja, são contratos sem efeito. Concretamente, esta nulidade contratual significa dizer que, caso tais trabalhadores sejam demitidos, terão direito apenas a um valor pecuniário que tem por base de cálculo o salário e os direitos garantidos pela seguridade social, ficando de fora do cálculo todos os valores referentes a décimo terceiro, férias, dentre outros direitos garantidos pela CLT. Esta situação não se verifica em relação aos demais trabalhadores celetistas com contratos válidos que tem sua “indenização” por demissão calculada com base em todos os direitos garantidos pela legislação trabalhista. (BORGES, 2004).

No entanto, no contexto da FUNCI, vem-se instituindo um padrão recorrente por parte das empresas terceirizadas quando da demissão dos referidos empregados públicos, qual seja: estas empresas pagam um valor pecuniário calculado a partir de todos os direitos e prerrogativas de trabalhadores celetistas considerados com contratos válidos. Isso acontece porque concretamente existe um vínculo empregatício entre o trabalhador e a empresa terceirizada, o que faz com que esses trabalhadores fiquem protegidos por certas prerrogativas da CLT. Tal situação implica no fato de que, caso a empresa terceirizada recuse-se a assumir os direitos trabalhistas, quando da demissão do trabalhador, ela sofrerá todas as sanções jurídicas impostas aos contratos válidos.

Cabe destacar que o pagamento dos direitos em relação aos empregados públicos terceirizados é de inteira responsabilidade da empresa terceirizada, recaindo sobre a FUNCI,

como órgão estatal, apenas os direitos quanto a seguridade social, caso a terceirizada recuse-se a pagar. Nesse sentido, embora sobre o Estado incida a responsabilidade pela improbidade administrativa, este isenta-se de grande parte das responsabilidades com os trabalhadores, numa clara expressão da restrição do Estado face aos direitos, especificamente, os trabalhistas.

Uma outra dimensão da precarização da força de trabalho no exercício das políticas públicas no espaço estatal vincula-se à carga horária, com extensão da jornada de trabalho para além do formalmente estabelecido, sem qualquer remuneração de hora-extra<sup>73</sup>.

Para avaliar esta dimensão de precarização recorrente no cotidiano dos trabalhadores em tempos contemporâneos, necessário se faz configurar a jornada de trabalho oficial dos diferentes profissionais na FUNCI.

De fato, na maioria dos projetos desta instituição, a carga horária estabelecida para os trabalhadores é de 40 horas semanais, de segunda a sexta. Contudo, há aqueles que trabalham em regime diferenciado devido à legislação que regula a carga horária de determinadas profissões: é caso dos assistentes sociais e dos terapeutas ocupacionais que conquistaram a prerrogativa de uma carga horária máxima de trabalho de 30 horas semanais; é a situação dos advogados que, segundo legislação específica, devem trabalhar até 20 horas na semana. Destaca-se que todos os psicólogos da FUNCI, como forma de compensação dos salários defasados, vêm trabalhando 30 horas/semanais, sem redução salarial, embora a legislação que os regulamenta indique carga horária máxima de 40 horas/semanais. Há, ainda, a condição diferenciada daqueles que trabalham sob o regime de plantão, atuando doze horas seguidas e folgando 36 horas, como é o caso dos educadores sociais, motoristas e vigilantes da “Rede Aquarela” e “Ponte de Encontro”.

Considerando especificamente os programas onde incidimos nossa investigação, cabe destacar a carga horária estabelecida para os profissionais atuantes em tais programas: no “Crescer com Arte”, os educadores sociais e supervisores<sup>74</sup> cumprem uma carga horária de 40 horas/semanais, enquanto que os arte-educadores trabalham 20 horas na semana; já no “Acolhimento Institucional”, nas casa abrigo por nós trabalhada, tem-se uma dinâmica de

---

<sup>73</sup> Em Direito do Trabalho, hora extra consiste no tempo laborado além da jornada diária estabelecida pela legislação, contrato de trabalho ou norma coletiva de trabalho.

<sup>74</sup> Na função de educadores sociais e supervisores, o regime de carga horária desta função é de 40 horas semanais, independente de categoria profissional.

carga horária de trabalho bem peculiar: os educadores sociais cumprem uma carga horária de 40 horas/semanais, sendo um “plantão” de 8 horas no abrigo e o restante da carga horária é cumprida através de reuniões, capacitações, estudos em casa, dentre outras atividades. Os plantões são cobertos por 12 educadores sociais que se revezam nos seguintes horários: 06h00min – 14h00min; 14h00min - 22h00min; 22h00min - 06h00min, sendo dois educadores para cada horário. Existe um outro educador, ou seja, o 13 profissional, que tem como função apoiar a equipe, cobrindo folgas, férias, faltas e licenças. Cabe sublinhar que, nesta Unidade de Abrigo, a assistente social e a terapeuta trabalham 30 horas semanais, estabelecidas por lei, no horário de 8h00min a 14h00min, e o psicólogo também trabalha, neste mesmo horário, cumprindo 30 horas/semanais, como forma de compensação salarial. Já o pedagogo assume um regime de 40 horas semanais, em horário comercial (08h00min – 17h00min). O supervisor, atuante nesta Casa de Acolhida, formalmente, deveria cumprir uma carga horária de 40 horas/semanais, de 08h00min – 17h00min. No entanto, houve um consenso que este profissional supervisor teria sua carga horária flexibilizada durante a semana, pois constantemente trabalha nas madrugadas, finais de semana e feriados, por lidar com situações de emergência social e por ser o responsável por este abrigo. O supervisor e os técnicos trabalham, oficialmente, de segunda a sexta-feira e os educadores sociais podem ter seus plantões realizados em fins-de-semana e feriados.

Esta é a configuração formal da carga horária de trabalho dos profissionais da FUNCI, especificamente nos programas onde incidimos nossa investigação. Contudo, não raras vezes, esses trabalhadores estendem sua jornada de trabalho, incorrendo em trabalho extra carga horária. No cotidiano dos trabalhadores, esta extensão de jornada efetiva-se de duas formas: a primeira configura-se de maneira informal, com a demanda posta para os profissionais efetivarem levantamentos e estudos, elaborarem relatórios, construírem planos e programações de atividades, fora do expediente de trabalho, preferencialmente em casa, considerando que a instituição não oferece aos profissionais infra-estrutura de computadores e internet, livros, materiais didáticos; a segunda forma circunscreve-se de maneira oficial, através da participação dos profissionais em eventos, no período noturno ou em feriados e finais de semana. Especificamente, sobre estas formas de extensão de jornada de trabalho que encarnam uma expressão da precarização, os entrevistados assim se pronunciam:

Aí preciso pesquisar alguma coisa e não tem net, ocupa outro horário, o que vai tá gerando uma precarização [...] Como eu posso falar em qualidade de vida se não tem nem pros profissionais. Domingo mesmo eu tive que trabalhar em casa [...]



Demandas enormes que, às vezes, não dá tempo de cumprir no horário normal. Entrevistado f

Olha, trabalho em casa pesquisando, estudando, me planejando, porque não temos internet, nem computador, nem livros [...] Aí tenho que saber de umas dinâmicas, de poemas, de um tema, aí, tudo isso é feito em casa, né! Entrevistado A

Às vezes, eu fico em casa fazendo relatório, porque não tem computador aqui. Fico em casa no horário de trabalho mesmo, mas, muitas vezes, trabalho em casa, fora do expediente de trabalho [...] Eles oferecem o da coordenação, mas é um faz de conta porque é um computador pra todo mundo. Entrevistado o

Alguns eventos aconteciam dia de sábado, domingo ou na semana à noite, aí era compensado com folga. Mas já trabalhei muito fazendo relatório, estudando, planejando em casa. Aí isso eles não contam como hora-extra não. Só num caso muito excepcional. Entrevistado j

É importante sublinhar que a FUNCI só reconhece, como ampliação de jornada, a modalidade oficial via atuação em evento fora do expediente de trabalho estabelecido. E, neste caso, é feita compensação através de sistema de folgas: quando a participação em atividades se dá no período noturno, os profissionais compensam com folga em um turno do expediente de trabalho, no período da manhã ou da tarde; já quando a participação em atividades acontece aos sábados, o profissional compensa com um dia de folga; a participação em atividades nos domingos e feriados são compensadas pelos profissionais através de dois dias de folga.

Já a extensão de jornada informal, através do trabalho fora do expediente em casa para atender demandas da atuação profissional não é reconhecida pela instituição, como trabalho-extra, ficando sem nenhuma compensação. E é justamente sobre esta forma de ampliação que incidem as reclamações e insatisfações dos profissionais que se vêem explorados em sua força de trabalho comprometendo o seu tempo livre e a sua qualidade de vida.

Cabe sublinhar que a ampliação da jornada de trabalho sem pagamento do devido adicional é uma das expressões mais recorrentes da precarização no mundo do trabalho na contemporaneidade, a desconsiderar direitos conquistados e instituídos, em nítido desrespeito à legislação em vigor.

Segundo a legislação trabalhista brasileira, a duração do trabalho que, em expediente ordinário, não pode ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais (art. 7, inciso XIII da CRFB) pode ser acrescida até duas horas diárias (art. 59, inciso II da

CLT) e devem compensadas através do pagamento de adicional de 50% sobre o valor da hora normal trabalhada. (art. 7º, inciso XVI da CRFB).

Contudo, ao longo da década de 90 do século XX, no Brasil contemporâneo, nos processos de reestruturação produtiva no âmbito da experiência de ajuste estrutural, foram impostas mudanças na legislação trabalhista como forma de flexibilizá-la para atender às novas demandas do capital. Nesse sentido, a lei 9.601/1998 - que deu nova redação ao artigo 59 da CLT - legaliza a possibilidade de criar um "banco de horas", permitindo a compensação do excesso de horas trabalhadas, com períodos de folga a serem concedidos ao trabalhador em um prazo máximo de um ano. Assim, essa prerrogativa legal possibilita aos empregadores adequar a carga horária do trabalhador ao fluxo da produção. (DIEESE, 2005). De fato, é a legalização da “tirania” do imperativo do tempo do capital”, no dizer de István Mészáros (2007).

Saliente-se que a compensação das horas extras através de redução de jornada de trabalho via folgas só pode ser realizada mediante acordo ou convenção coletiva por parte dos trabalhadores (art. 7, inciso XIII da CRFB). Especificamente, para os servidores públicos efetivos, em decorrência do fato de sua legislação não prever horas extras de trabalho, aplica-se para esta questão as mesmas prerrogativas dos trabalhadores celetistas.

Com base nesses suportes legais, percebe-se que, mais uma vez, a FUNCI, me meio à precarização nas formas de mercantilização da força de trabalho, incorre em uma irregularidade – recorrente no mundo do trabalho - no tratamento das horas-extras oficialmente reconhecidas, uma vez que a sistemática de compensação via folgas é imposta aos trabalhadores, sem a devida convenção ou acordo coletivo, como prescreve a CLT. Em verdade, a compensação das horas excedentes por meio de folgas é uma imposição institucional em função do trabalho a ser desenvolvido, ficando os interesses dos trabalhadores em segundo plano. O profissional que é convocado ao trabalho extra, é obrigado a realizá-lo, sob pena de punições. Contudo, ao requisitar suas folgas, o profissional encontra dificuldade, pois tem que adequá-la de acordo, principalmente, com as necessidades da instituição. Os depoimentos de profissionais deixam claro a insatisfação com esta imposição institucional:

É um absurdo, a gente trabalha extra quando eles querem, mas quando é nossa vez de tirar folga, eles botam maior banca, querem que seja de acordo com as demandas da instituição, que não bata com nenhuma outra folga [...] Não pagam hora-extra,

somos obrigados a trabalhar fora do expediente e ainda querem dar folga de acordo com a vontade deles. Entrevistado j

Se pudesse escolher nem iria. Prefiro meu sábado a folgar na semana e se pudesse escolher mesmo preferia receber em espécie. Entrevistado J

De fato, para Borsóí (2011), na maior parte das vezes, esse trabalho extra é imposto ao trabalhador sob pena de demissão, assim como, é imposta a sua forma de compensação que acontece por meio da redução da carga horária quando aprover ao empregador. Nesses termos, a hora-extra de trabalho configura-se como “hora-besta”, ou seja, um fardo pesado para o trabalhador.

Em verdade, o aumento extenuante da jornada laboral, associada à intensificação nos processos de trabalho, provoca um crescimento alarmante das taxas de exploração do trabalhador. De fato, nos setores produtivos, essa exploração se expressa na produção desenfreada de mais-valia absoluta e de mais-valia relativa.

No contexto estatal, em particular na FUNCI, a acirrada exploração do trabalhador acontece de dupla forma: de um lado, com a realização de horas extras de trabalho não compensadas, ou mesmo, compensadas de modo a privilegiar o interesse institucional; com a intensificação de processos de trabalho provocados pelas precárias condições laborais, pelo número reduzido de profissionais para um número elevado de tarefas, pela constante exigência do imprevisto a acarretar mais trabalho profissional para desenvolver atividades do projeto em que está inserido.

Uma outra forte expressão da precarização das condições de trabalho que marca o universo dos operadores de direitos no âmbito das políticas públicas são os baixos salários que, em muitos casos, chegam a ser aviltantes, desencorajando e desestimulando os profissionais a permanecerem neste campo específico de trabalho. Sublinha Giovanni Alves (2008), em suas análises específicas sobre “o precário mundo do trabalho” que a estagnação ou mesmo a redução dos salários dos trabalhadores públicos faz com que se explicita uma massa de trabalhadores proletários dentro do próprio Estado. Inegavelmente, a “proletarização” dos profissionais que operam políticas públicas é uma tendência que vem se fazendo dominante, gerando um segmento de trabalhadores desvalorizados, mesmo entre aqueles com força de trabalho qualificada.

Incidindo o olhar sobre a situação salarial da FUNCI fica claro o baixo nível

salarial em todas as funções e cargos. Senão vejamos: os cargos de chefia, como Gerência de Unidade, Coordenação Geral e Supervisão, recebem salários de R\$ 1.857,52; 1.490,66 e R\$ 1.242,22 (valores já com o aumento do início de 2011), respectivamente, o que significa um pouco mais de dois salários mínimos. Já para a maioria dos cargos que exigem nível superior, os salários perfazem um total de R\$1.200,54; superando, de forma ínfima, dois salários mínimos. O salário do advogado, para uma carga horária de 20 horas semanais é na ordem de R\$ 1.050,00. Já os cargos - que exigem escolaridade de nível médio, como no caso do educador social e do arte-educador – recebem salários de R\$ 703,53 e 545,00, respectivamente. Os educadores noturnos do abrigo recebem adicional noturno de 20% sobre o salário.

Cabe destacar nesta configuração salarial não estão incluídos os trabalhadores das medidas socioeducativas que executam trabalho pela Coordenadoria, mas que se vinculam a SEMAS, por seu trabalho ser considerado de natureza socio-assistencial, situando-se em âmbito de Política de Assistência Social. Logo, estes trabalhadores são pagos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e seus salários variam: coordenadores, supervisores, técnicos recebem R\$ 2.000,00; R\$ 1.809,15; R\$ 1.549, 89; respectivamente. Já os educadores sociais e arte-educadores, vinculados a esta Secretaria, recebem R\$ 1.050,00. São salários baixos, mas superiores aos da FUNCI. A questão é a falta de isonomia em que profissionais, exercendo a mesma função, tem remuneração diferenciada de acordo com inserção institucional.

Estudos e levantamentos apontam que, no interior da estrutura estatal responsável pela operacionalização de políticas públicas, a FUNCI tem os piores salários para os profissionais que viabilizam as atividades-fins. Os salário que um técnico, educador e arte-educador recebe na SEMAS é 1.590,00; 1.050,00; 1.050,00, respectivamente. Já a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social paga aos seus técnicos de nível superior o valor de R\$ 1.304,30, aproximando-se do nível salarial da FUNCI, porém paga aos seus educadores sociais 909,00<sup>75</sup>.

Na FUNCI, a questão salarial revela-se como uma das maiores expressões da precariedade laboral. De fato, para todos os entrevistados, o salário constitui-se como aspecto de maior insatisfação no trabalho.

O salário da FUNCI, é o pior de todos, são os piores salários, mesmo, em outros

---

<sup>75</sup> Estes valores são relativos à Janeiro de 2012.

departamentos da própria prefeitura se recebe melhores salários. Entrevistado M

O pior daqui é esse salário vergonhoso. Entrevistado A

Nunca vi um salário tão ruim, foi o que mais me desestimulou. Entrevistado i

O salário daqui é péssimo, muito desestimulante. Entrevistado k

Verifica-se, de forma recorrente, uma defasagem salarial: em 2009, os profissionais da FUNCI receberam o primeiro aumento, desde que a atual gestão assumiu o município. Somente em abril de 2011, os profissionais tiveram um reajuste salarial que, de fato, foi mínimo. O entrevistado “k” bem expressa o sentimento de indignação dos trabalhadores: “Olha! Esse aumento é uma vergonha, viu! Ainda tá muito defasado, muito aquém do que deveríamos receber. Em outras instituições públicas se ganha melhor [...] Na SEMAS, o pessoal ganha melhor!”

De acordo com os entrevistados, os salários não permitem um padrão digno de vida que atenda necessidades básicas: alimentação, saúde, moradia, cultura, lazer, dentre outras dimensões do viver. As falas abaixo são reveladoras dessa insatisfação dos profissionais com a questão salarial:

Não atende minhas necessidades mínimas, é insuficiente! O próprio vale alimentação não cobre a alimentação da gente, aí o salário ainda tem que cobrir essa parte, né!. Entrevistado B

Isso é valor que se pague um profissional formado que passou vários anos se preparando em uma universidade? Quando eu estudava, eu morava sozinha em um apartamento, bem simples, sem nenhuma segurança e estrutura. Me sustentava com o dinheiro do estágio. Quando comecei a trabalhar, sequer pude pensar em morar em um lugar melhor. As dificuldades permaneceram e mal podia pagar minhas contas... Entrevistado c

Meu salário não dá pra quase nada, não dá pra ir pro teatro, nem pra show, que são necessários, trazem bem [...] Só vou pra lazer 0800, isso é indigno, fala tanto em qualidade de vida, e nós... Com esse salário não temos dignidade! Entrevistado m

O salário era inferior às minhas necessidades. Como dizem por aí, me virava nos 30, tentando eleger prioridades no meu orçamento financeiro. Usava o serviço público de saúde, tudo público, só pagava o que precisava mesmo. Entrevistado G

Olha, moro com meus pais, por isso o salário dá [...] mas ainda fica muito apertado... Entrevistado f

No discurso dos trabalhadores da FUNCI percebe-se que eles – como a grande maioria dos trabalhadores brasileiros - utilizam estratégias para tentar contornar as muitas

dificuldades financeiras, com comprometimento do acesso a direitos básicos. Utilizam o que os serviços públicos oferecem mesmo que precariamente como é o caso da saúde pública. Afirma o entrevistado “G” “ia aos postos de saúde, porque o salário não dava pra pagar um plano. Mas se eu pudesse pagaria um plano, porque a saúde pública no nosso país é um caos.”

Um segmento significativo dos entrevistados busca sobreviver contando com o suporte da família: morando com os pais e, às vezes, dividindo as despesas com aluguel, alimentação etc. O entrevistado “D” deixa bem claro a condição de trabalhador que “vive no limite”: “Se eu morasse só ou tivesse filhos, a situação ficaria insustentável.”

De fato, a defasagem salarial encarna uma das maiores insatisfações dos profissionais com o trabalho na FUNCI. Cabe sublinhar que tal situação é a expressão peculiar de uma questão que atinge, hoje, um amplo contingente de trabalhadores que atuam no Estado, bem revelando o fenômeno posto por Alves da “proletarização dos funcionários públicos”. A rigor, no século XXI, a proletarização amplia-se atingindo profissionais que cursaram a Universidade, frustrando a perspectiva de ascensão social pelo estudo.

A precarização salarial causa angústia, indignação e, para alguns, desespero, materializando sofrimento no trabalho que bem analisa Dejours (1992). Uma parte significativa desses profissionais busca trabalhos em outros espaços para complementar renda, como podemos ver nas falas a seguir:

Eu tenho uma mercearia fora daqui com meu irmão, pra vê se complementa a renda, porque só essa daqui não dá, tem gente que só sobrevive com esse trabalho daqui [...] Você não ter a possibilidade de se dedicar só a isso, fica muito sobrecarregado, a gente deveria ganhar um salário pra não ter que se preocupar com outras coisas...”  
Entrevistado M

Eu vendo umas confecções, só esse salário aqui não dá [...] A gente fica sobrecarregado, vive pra trabalhar, mas fazer o quê. Entrevistado e

Depois daqui eu tenho outros trabalhos na minha área de terapia ocupacional, faço uns atendimentos. Entrevistado k

Ao buscar complementar a renda com outras atividades, os entrevistados passam a realizar jornadas extenuantes de trabalho, passando a “viver para trabalhar”, como bem sintetizou um dos entrevistados. É a própria precarização da vida.

Nos Abrigos e no “Crescer com Arte” - como forma de compensar os baixos salários - aos profissionais é permitido acesso à alimentação destinada aos adolescentes, tanto nos lanches como no almoço. Cabe sublinhar, a estratégia institucional de tentar compensar os baixos salários com redução de carga horária de trabalho, como é o caso dos psicólogos.

Todos os entrevistados afirmam, com veemência, que seus salários deveriam ser maiores, não só pela própria defasagem de seus valores, como também, por conta da complexidade do trabalho que exige dedicação e aprimoramento teórico-metodológico e atinge o próprio equilíbrio emocional, implicando desgaste, estresse e sofrimento. Neste sentido, as duas falas, a seguir, são emblemáticas:

O trabalho que a gente faz era pra ser mais reconhecido em relação ao salário [...] pelo risco, pelo grau de dificuldade, pelo desgaste psicológico, dá cansaço mental, estresse, o salário, definitivamente, não é proporcional ao trabalho. Entrevistado e

Acho que deveria garantir um pouco mais de dignidade, porque só tá dando pra sobreviver [...] Além do mais o trabalho é desgastante, é trabalho que tem que ter muito compromisso, puxa muito, a gente tem que tá sempre reformulando conceitos, adquirindo informações, muita cobrança nesse sentido, de ser melhor pra fazer o melhor, mas não tem o melhor salário [...] é vergonhoso, triste. Entrevistado m

Ao perguntar aos entrevistados sobre que salário seria razoável para o trabalho que realizam, a grande maioria dos educadores respondeu R\$ 1.200,00, o valor que é pago para educador social na SEMAS; já os arte-educadores sugeriram salários em torno de R\$ 1.000,00. A grande maioria dos técnicos respondeu, em torno, de R\$ 2.000,00; já os supervisores sugeriram R\$ 3.000,00 para os seus salários. Constata-se nestas respostas o mero desejo de isonomia salarial, uma vez que os valores indicados pelos profissionais não significaria, em absoluto, uma melhoria significativa no padrão de vida.

Os entrevistados afirmam que um bom salário permitiria, além de condições mais dignas de vida para os trabalhadores, retornos positivos para a própria instituição, uma vez que os profissionais poderiam capacitar-se mais, ficariam mais motivados e, conseqüentemente, também haveria uma redução na rotatividade de trabalhadores. As falas, a seguir, bem retratam esta visão dos profissionais:

Porque o dinheiro que a gente recebe aqui não é só pra lazer, não, mas é também pra investimento profissional [...] se os salários fossem melhores poderíamos tá fazendo cursos, congressos, tá se reciclando. Entrevistado f

Olha, se o salário fosse melhor a gente iria trabalhar mais empolgado e a instituição não perdia tanto bons profissionais. Entrevistado g

Uma única fala que destoou do discurso recorrente entre os entrevistados no que se refere aos salários é do entrevistado a que afirma que a insatisfação salarial está relacionada “a necessidade das pessoas de querer sempre mais” e continua “eu não bebo, não fumo, aí dá, né!”. Este depoimento parece indicar um postura de naturalização da própria precarização, encarnando o discurso legitimador da expansão capitalista de responsabilizar as pessoas, mais especificamente, os trabalhadores e trabalhadoras, por questões que são decorrentes da forma de funcionamento do sistema do capital que no seu processo de acumulação sem limites, penaliza os trabalhadores, destituindo direitos básicos.

A rigor, os profissionais da FUNCI constituem uma coletividade de despojados de direitos, trabalhadores terceirizados com mudança frequente das empresas de terceirização de mão-de-obra, o que implica que os prazos aquisitivos dos direitos trabalhistas nunca se completam. No ano de 2007, a troca da *Servnac* para *Skyserv* - para citar um exemplo - ocasionou o reinício da contagem dos prazos aquisitivos, fazendo com que muitos trabalhadores ficassem sem direito a férias, mesmo tendo trabalhado o ano todo. E mais: além de férias, os trabalhadores perdem o prazo aquisitivo dos demais direitos trabalhistas: décimo terceiro e prerrogativas legais da seguridade social como licença-maternidade, auxílio doença, dentre outros.

Sobre tal destituição de direitos, as falas abaixo são emblemáticas:

Já vi gente perder boa parte das férias, décimo terceiro com esse troca-troca de empresas. Eu mesmo perdi 15 dias de férias [...] Era assim, antes de completar um ano eles trocavam de empresa, aí a gente era contratado por outra, aí perdia as férias, né [...] Aí depois tinha que negociar com a coordenação pelo menos 15 dias de férias, aí perdia 15 [...] Era um direto, mas acaba abrindo mão de 15 dias e tinha que se humilhar pra conseguir os outros. Entrevistado j

Olha! Trocaram as empresas e eu nunca tinha férias. Uma das coisas que me fez trabalhar na FUNCI era por conta da carteira assinada, mas era mesmo que nada, porque nunca tive férias, só de 15 dias, depois de muita humilhação. Meu sonho é tirar umas férias, porque faz uns 8 anos que trabalho e nunca tiro. Entrevistado J

Antes era assim a gente sempre tava trocando de empresa, aí as férias eram conseguidas em acordo com o coordenador, de 15 dias, perdia os outros 15. A gente tá há quatro anos com a mesma empresa, mas antes mudava muito de empresa... Entrevistado I



As falas são reveladoras da destituição da própria noção de direitos, transmutando-os em benesses. De fato, perder as férias por questão da própria alternância de empresa nos processos de terceirização e, depois, ter que “negociar” uma quinzena de férias bem encarna essa lógica perversa da precarização do trabalho.

Diante desse contexto, infere-se que os direitos dos trabalhadores públicos do Estado Brasileiro, em especial, no espaço das políticas sociais, vêm sendo posto em xeque por diferentes mecanismos de precarização: vínculos empregatícios terceirizados, ausência de concurso público, restritos e defasados salários, carga horária extenuantes de trabalho, intensificação dos processos de trabalho. De fato são trabalhadores a vivenciar as marcas da precarização do mundo do trabalho, juntamente com os demais trabalhadores, dos setores privados e informais, embora resguardem particularidades, como acabamos de apresentar.

### **3.4 Os sentidos e significados do trabalho: olhares da “classe-que-vive-do-trabalho” operadora das políticas públicas**

O trabalho é a atividade por meio da qual o ser humano transforma a realidade, ao mesmo tempo em que se transforma nesse processo. (MARX, 1974 data original - 1844; 1985, 2010 - data da primeira publicação 1867; LUKÁCS, 1979; LEONTIEV, 1981). Marx, em “O capital”, assim enuncia

O processo de trabalho é atividade voltada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1985, Tomo I, p. 153).

Lessa, um especialista na ontologia do ser social em Georg Lukács, afirma que, para este autor, o trabalho “é atividade de transformação do real pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe”. (2002, p. 28). Já o psicólogo russo marxista Leontiev (1981), em suas elaborações, deixa claro centralidade da atividade laboral na constituição do indivíduo social. Em verdade, numa acepção marxiana, o trabalho configura-se como atividade central do mundo dos homens, sem a qual nenhuma sociedade seria possível. Nesses termos, o trabalho é a base para a construção

da humanidade e das próprias individualidades, constituindo o fundamento de uma ontologia do ser social.

Cabe destacar que no decorrer do processo histórico-social o trabalho ganha diversas conotações. Na era moderna, com a emergência da civilização do capital, o trabalho configura-se como trabalho abstrato, tendo como marca a exploração, alienação, desumanização. A rigor, em um resgate do processo de constituição do sistema do capital na modernidade ocidental, em determinados contextos e momentos históricos, o trabalho encarnou, com mais propriedade, determinadas dimensões positivas hibridizados com a sua dimensão negativa de expropriação do trabalhador. Em verdade, esses são momentos em que as contradições se revelam com mais clareza a desafiar a nossa análise. Dentre esses momentos, cabe sublinhar os chamados “Anos Gloriosos do Capitalismo”, momento em que, embora o trabalho não tenha perdido o seu caráter alienado, os trabalhadores possuíam uma série de direitos e garantias sociais.

Hoje, na contemporaneidade – últimas décadas do século XX e início do século XXI – no atual momento do sistema do capital, acirram-se os aspectos desumanizadores do trabalho abstrato decorrentes das perdas dos direitos historicamente conquistados. De fato, com a expansão sem limites do capital nos marcos da mundialização impõe-se um cenário de vulnerabilização da força de trabalho. Indiscutivelmente, a classe-que-vive-do-trabalho, no cenário de liquidez, descartabilidade, inseguranças, instabilidades e destituição de direitos vive a precarização de diferentes formas, como bem sistematiza Graça Druck (2009, *apud* RAICHELIS, 2011, p. 48), na mercantilização da força de trabalho; organização e condições de trabalho; condições de segurança no trabalho; condições de representação e organização sindical; processo de construção de identidades individual e coletiva. De fato, a precarização, das condições e relações efetivas “do” e “no” exercício do trabalho, atinge a subjetividade dos trabalhadores, comprometendo os processos de construção da sua identidade. São circuitos de vulnerabilidade do trabalho que conduzem levando-os ao estranhamento com o próprio trabalho, à desvalorização do agir profissional, à insatisfação e descontentamento. Enfim, as precarizações atingem “corações e mentes” dos trabalhadores gerando formas de sofrimento no trabalho, como bem alerta Dejours (1992).

Assim, ao buscar compreender e desvendar o mundo do trabalho na FUNCI, cabe analisar, sob diferentes nuances, os sentidos e significados que os trabalhadores e trabalhadoras, atuantes neste contexto institucional, atribuem ao seu próprio trabalho.

Parafrazeando Ricardo Antunes, buscamos circunscrever “os sentidos do trabalho”. Entendemos ser esta uma dimensão-chave a abrir vias fecundas na análise do objeto de investigação que estamos a trabalhar. Nesta direção, temos como questão interpeladora: Em meio às formas de precarização, vivenciadas pelo quadro de pessoal terceirizado da FUNCI, como estes trabalhadores significam ou resignificam o seu trabalho na instituição ao operar determinados programas e projetos com crianças e adolescentes que integram uma coletividade de despojados?

É este um campo de discussão a exigir a abertura de distintas trilhas de análise que aqui consubstanciamos em diferentes itens dentro da dinâmica expositiva deste capítulo.

### ***3.4.1 Ser trabalhador(a) da FUNCI: caminhos e descaminhos de trajetórias em processo***

Ao buscar refletir sobre sentidos e significados do trabalho para os profissionais operadores de Política da Infância e Adolescência no contexto institucional da FUNCI, cabe, de saída, refletir sobre uma primeira indagação: por que estes profissionais ingressam na FUNCI? Por que assumem trabalhar nesta instituição?

O ingresso na FUNCI, como instituição para trabalho, deu-se, para 73% dos trinta profissionais entrevistados, a partir da identificação com trabalho na área social. A maioria destes sujeitos já tinham experiência nesta área. É o que revelam os profissionais em seus depoimentos:

Eu já tinha trabalhado na área e é o que eu gosto de fazer, embora tenha muitas críticas [...] A FUNCI, eu não conhecia muito bem, mas sabia o mais importante: que trabalhava com o social. Entrevistado o

Eu sempre gostei de atuar na área social [...] A FUNCI surgiu como oportunidade de dar continuidade ao trabalho nessa área [...] Não que a FUNCI seja meu ideal de trabalho nessa área, as condições são péssimas, mas infelizmente quem gosta da área social não tem muita opção não. Entrevistado b

Gosto da área social, a FUNCI foi uma oportunidade nesse sentido [...] Uma oportunidade em meio à falta de oportunidades. Entrevistado A

Cabe ressaltar que o ingressar na FUNCI para profissionais já atuantes na área social, deu-se como a alternativa possível e viável, face às dificuldades de inserção no mercado de profissional para as juventudes, particularmente para os sujeitos profissionais

jovens do campo social – que enfrentam a restrição e precarização das oportunidades de trabalho. Em verdade, os sujeitos profissionais em cena no campo investigativo configuram-se, em sua maioria, dentro do segmento que podemos considerar jovens profissionais a enfrentar as dificuldades de atuar profissionalmente na chamada área do social. E dentre esses sujeitos delinea-se, como tendência, a consciência da precarização das condições de trabalho na FUNCI. É uma consciência forjada na experiência.

Para cerca de 27% dos sujeitos profissionais, constituintes do campo investigativo, o trabalho na FUNCI configurou-se como primeira vivência profissional na área social. A rigor, antes de ingressarem nesta instituição de atuação no social, trabalhavam em outras áreas, como vendedores, operadores de telemarketing, auxiliares de escritório, trabalho em construção civil, cobradores de ônibus, não tendo experiência de trabalho na área social. Uma maioria destes principiantes, chegaram a declarar não ter, até então, identidade com essa área social. Em verdade, para estes profissionais, a escolha pela FUNCI deu-se aleatoriamente e por oportunidade, em decorrência de necessidade premente de trabalho. Cabe sublinhar que tais sujeitos, após a experiência profissional na FUNCI, passaram a identificar-se com o trabalho na área social. Senão vejamos:

A FUNCI surgiu como uma oportunidade, porque até então não tinha trabalhado na área social. Trabalhei na construção civil, como cobrador de ônibus, onde aprendi a me comunicar com as pessoas [...] E passei a me identificar totalmente com essa área, embora meu sonho hoje seja sair da área social por que tem muito problema e muito faz de conta, muita hipocrisia. Entrevistado M

Estava desempregada, tinha contatos na FUNCI, levei meu currículo, fiz seleção [...] Nunca tinha trabalhado na área social. Trabalhei com comércio, vendas, mesmo [...] Inicialmente foi oportunidade mesmo, não procurava trabalho na área social, mas, agora, me identifico muito. Entrevistado B

Uma minoria dos 27% de neófitos na área social, declararam já ter uma identificação com esta área. Neste sentido, eis a fala de um entrevistado:

Minha primeira experiência profissional foi o estágio na FUNCI, mas já me identificava com a área social. Entrevistado P

Ao ingressarem na FUNCI, a grande maioria, ou seja, mais de 70% dos sujeitos entrevistados, revelaram ter conhecimento superficial sobre a instituição, passando a conhecê-la efetivamente quando ingressaram no seu quadro de pessoal. Algumas falas são emblemáticas desta situação:

Eu queria trabalho na área social, mas não sabia direito o que a FUNCI fazia, não! Conheci na prática. Surgiu a oportunidade e eu fui. Entrevistado c

Eu gosto da área social, por isso escolhi vim pra cá [...] Mas nem sabia do que se tratava o trabalho daqui [...] Surgiu uma vaga, eu queria trabalhar na área social e até hoje tô aqui. Entrevistado O

Uma minoria desse segmento, aproximadamente 30%, a escolha da FUNCI, dentre as demais instituições que trabalham com o social, deu-se intencional, já dispondo de conhecimentos sobre a instituição tendo, inclusive, oportunidades de trabalho social em outros contextos. A fala a seguir é deveras emblemática desta opção pela FUNCI na conjuntura de então:

Eu escolhi a FUNCI porque já conhecia o trabalho dela, achava muito bacana a proposta [...] Sabia que o trabalho seria no campo dos Direitos Humanos e acreditava que a Prefeitura de Fortaleza, com gestão petista, seria um local onde poderia, na prática, por meus conhecimentos em prol de uma sociedade mais justa [...] Eu tinha outras oportunidades, mas escolhi a FUNCI. Entrevistado P

É importante demarcar fatores intervenientes no ingresso na FUNCI, decorrentes de particularidades de determinados campos profissionais. Especificamente os arte-educadores entrevistados, o vínculo empregatício com carteira assinada foi aspecto importante para a escolha pelo trabalho na FUNCI. De fato, eles afirmam que as oportunidades de trabalho na área artística são escassas e as que surgem, geralmente, vinculam-se ao trabalho informal, sem oferecer nenhuma estabilidade para o profissional.

Por fim, vale ressaltar que esteve presente em todas as falas a dimensão da sobrevivência como fator determinante para a inserção na condição de empregado na FUNCI, principalmente para os que se encontravam desempregados. As falas abaixo são deveras reveladoras:

Olha, por mais que a gente escolha trabalhar aqui por gostar da área social, o que determina mesmo é a necessidade de sobrevivência [...] Porque preferia tá fazendo isso aqui simplesmente por gosto, sem horário fechado, nessa escravidão, sem poder adoecer, nem nada. Entrevistado h

Gosto da área social, gosto das adolescentes, mas se fosse pra escolher preferia tá passeando, fazendo trabalhos voluntários onde eu quisesse [...] No infringir dos ovos, a gente trabalha pra sobreviver mesmo. Entrevistado e

Trabalhar só pela sobrevivência é o fim, mas mesmo que se tenha gosto pelo trabalho, é melhor tá fazendo outras coisas da vida, contribuindo de outras formas [...] Principalmente porque a gente sofre muito nesse trabalho. Entrevistado k

Nesse sentido, esses trabalhadores inserem-se na FUNCI a partir de determinadas motivações e expectativas a serem postas a prova no decorrer do exercício profissional na instituição, como veremos a seguir.

### ***3.4.2 Concepções dos sujeitos trabalhadores acerca do trabalho assumido no contexto institucional da FUNCI: configurações dos sentidos do atuar na Política de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente***

Os sentidos que os sujeitos trabalhadores conferem ao seu trabalho no âmbito da civilização do capital circunscrevem a perspectiva ético-política deste trabalho, no sentido de ajustar-se ao padrão dominante ou de buscar contribuir para mudanças e/ou transformações. Em verdade, tais sentidos encarnam posicionamentos dos trabalhadores face às contradições do mundo social contemporâneo, encarnadas em múltiplas dimensões da questão social.

Ao adentrar no universo dos trabalhadores da FUNCI, inseridos nas atividades fins no âmbito da Política Municipal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, em meio às tessituras interdisciplinares do trabalho socialmente necessário, percebemos, como uma marca dominante, a encarnação de uma mística mobilizadora do agir destes profissionais. De fato, no conjunto dos entrevistados, nenhum sujeito revelou um entendimento do seu trabalho como “uma intervenção “meramente” técnico-profissional”.

De fato, esta mística mobilizadora do agir profissional encarna-se em diferentes direções. Para efeito heurístico, sistematizamos três direcionamentos: trabalho como missão político-profissional, trabalho como militância político-ideológica e trabalho como missão espiritual-religiosa<sup>76</sup>. Em verdade, o primeiro direcionamento diz respeito a uma maneira de conceber o trabalho que vincula projeto profissional a um projeto societário, indo além de uma perspectiva corporativista da profissão. Já o segundo direcionamento refere-se a uma aceção sobre o trabalho vinculada a uma perspectiva de militância político-ideológica, o que faz com que o profissional, pautado neste tipo de aceção, atue no âmbito profissional com

---

<sup>76</sup> Na construção do instrumental de análise de conteúdo, a partir das inspirações teóricas e das possibilidades e potencial do material empírico, definimos como tema de estudo “Concepção de Trabalho profissional no exercício de Política Pública”. Neste sentido, especificamos quatro alternativas sistematizando as concepções que esses sujeitos possuem sobre o próprio trabalho em quatro temas, quais sejam: o trabalho como missão político-profissional; o trabalho como militância político-ideológica; o trabalho como missão espiritual-religiosa e o trabalho como “mera” técnica profissional, burocrática. Estes temas estão expressos no capítulo metodológico desta dissertação.

práticas próprias dos movimentos sociais; enquanto que no terceiro direcionamento tem-se uma atividade profissional vinculada à filosofia espiritualista e religiosa.

No exercício hermenêutico dos discursos dos sujeitos, constatamos uma hibridização entre estes três direcionamentos desta mística que mobiliza os profissionais no seu atuar neste campo dos direitos da criança e do adolescente. Determinadas falas são emblemáticas de tal articulação:

Esse trabalho é pra garantir dignidade humana, justiça, direitos sociais [...] Eu sempre lutei na causa da infância e da juventude, fiz militância política mesmo [...] Já fui de pastoral do menor, fui voluntário [...] E eu sou espírita, acredito na evolução humana [...] Isso aqui nos ajuda nessa missão. Entrevistado f

Eu acredito que a gente tá promovendo direitos sociais, tá militando pela causa da infância e da juventude de Fortaleza [...] É uma militância, só que dentro do Estado. Entrevistado n

Olha a gente milita pela causa, constrói um mundo melhor aqui e depois que a gente morre tem um lugarzim melhor também... Entrevistado h

A gente promove direitos e promove evolução espiritual das pessoas e de nós mesmos... Entrevistado e

Em meio à hibridização e articulação, procuramos configurar posicionamentos a partir da tendência dominante nos discursos de cada sujeito entrevistado, verificando uma predominância entre as acepções do trabalho como missão político-profissional e como militância político-ideológica.

De fato, para 40% dos entrevistados, o trabalho configura-se como uma missão político-profissional de garantia de direitos sociais. A rigor, esses sujeitos acreditam que, inseridos em uma instituição que fomenta a Política de Direitos Humanos para Infância e Adolescência no município de Fortaleza, seu fazer profissional tem o papel de promover acesso a justiça e igualdade em busca de garantir direitos sociais ao público atendido. As falas a seguir são emblemáticas nesse sentido:

Aqui a gente fomenta a política pública [...] E como a missão da política pública é viabilizar direitos, nós, enquanto operacionalizadores dessa política, viabilizamos direitos para o público que a gente atende... Entrevistado o

Esse trabalho que a gente desenvolve é fundamental pra vida em sociedade, pra promover direitos humanos, justiça social pra uma população tão desprovida de direitos. Entrevistado P

Acredito que era um trabalho de fundamental importância, principalmente para o desenvolvimento da política de atenção a infância e adolescência, pra garantia de seus direitos. A maioria das pessoas com quem trabalhei acreditavam realmente nisso, realizavam o trabalho com seriedade e dedicação e isso era o principal. Entrevistado n

Esse trabalho aqui é muito de promover direitos, igualdade num país tão desigual e injusto! Entrevistado k

Vale salientar que esta maneira de conceber o trabalho na FUNCI vincula-se à própria perspectiva de reconhecimento de direitos sociais, consubstanciados na Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã. Em verdade, esta Constituição, no interior dos processos de democratização no Brasil Contemporâneo, constitui um marco na construção do sistema de proteção social brasileiro, permeando as formulações de Políticas Públicas no enfrentamento das configurações da questão Social no país, formuladas, então, como dever do Estado e Direito do Cidadão. No contexto de Fortaleza, essa perspectiva ganha relevo, quando a gestão petista assume o poder, em janeiro de 2005, e constrói um o discurso da promoção dos direitos e das garantias sociais, rompendo com a perspectiva assistencialista que vigorava até então, pelo menos nos discursos.

Para outros 40% dos entrevistados, o significado do trabalho está associado à militância político-ideológica. A rigor, esses profissionais concebem o próprio trabalho como um fazer militante em prol de “um mundo melhor”, de “uma sociedade mais justa e igual”, em favor dos “oprimidos de Fortaleza”. Em verdade, a atividade laboral, para esses entrevistados, é uma extensão das próprias atividades que realizavam ou realizam nos movimentos sociais. É o que revelam os depoimentos abaixo:

Sempre militei na área social, principalmente, junto ao segmento GLBTT, movimentos de cultura, infância e juventude, junto às classes oprimidas. Agora, é uma continuidade [...] No tempo livre milito nos movimentos sociais [...] Luto por um mundo melhor. Entrevistado N

Eu faço esse trabalho por amor à causa da infância e juventude [...] Quero um mundo melhor pra eles, meu trabalho é de militância [...] Como parte da luta por uma sociedade justa, livre e igual. Entrevistado G

Agora somos pagos pra militar por uma sociedade mais justa, por um mundo melhor [...] Antes, fazíamos isso voluntariamente [...] Ainda milito no movimento de mulheres. Entrevistado E

Eu faço isso aqui por militância mesmo [...] Se fosse só o fazer pelo fazer, não valeria a pena, não. Entrevistado F



Eu já trabalhei em outros cantos da prefeitura e só aqui vi ter esse apelo pra gente trabalhar como se tivesse nos movimentos. Entrevistado J

Esta concepção é a outra perspectiva, valorizada e difundida pela própria instituição, no contexto de uma gestão municipal petista<sup>77</sup>. De fato, com o assumir da nova gestão, a FUNCI passou a incluir nos seus quadros aqueles profissionais vinculados aos movimentos sociais de esquerda. Nesse sentido, desde a seleção, a FUNCI prioriza contratar trabalhadores que têm experiência em movimentos sociais e que possuem um discurso militante. Em verdade, esta instituição parece apropriar-se desta mística militante para viabilizar o trabalho no contexto de precarização das condições objetivas do agir profissional. De fato, ao conceber o trabalho como um fazer militante, o profissional utiliza-se de um *modus operandi* muito similar ao dos movimentos sociais, qual seja: mobiliza suas energias utópicas para que o sonho se concretize. Sob esta perspectiva, o trabalhador da FUNCI busca viabilizar os meios materiais e subjetivos necessários para a construção de mundo melhor para crianças, adolescentes e suas famílias.

Já a concepção do trabalho como missão espiritual-religiosa aparece em um segmento menor de entrevistados, cerca de 20%. Para esses sujeitos, o trabalho configura-se como uma atividade de desenvolvimento espiritual em busca de garantir melhorias nesta e na “outra vida”. É o que podemos ver nas falas a seguir:

Olha! Esse trabalho é uma missão espiritual. Eu sou do Candomblé e acredito nisso!  
Entrevistado m

Com esse trabalho eu ajudo na evolução espiritual minha e da humanidade [...] Contribui para uma vida melhor no outro plano também. Entrevistado f

Esse trabalho é o exercício da própria espiritualidade, porque quando você se preocupa só com você e as outras coisas em volta ficam o caos, você não consegue, eu não conseguiria ser feliz. Tem que mudar esse caos e quando você transforma esse caos dentro de você e de dentro de você tem que levar pra fora. Essa é razão pra levar isso pra fora, pra quem tá em torno de mim. Entrevistado H

<sup>77</sup> O Partido dos Trabalhadores (PT) surge, no Brasil da década de 80 do século XX, fortemente vinculado ao movimento dos trabalhadores e às lutas pela democracia no país, tendo como líder emblemático o ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. De fato, esse partido nasce a partir dos movimentos de esquerda no país, formando um *modus operandi* pautado em lutas por liberdade e justiça social. Cabe destacar que, desde que o PT vem assumindo as instâncias de governamentais, tem sido construído um discurso institucional em prol da justiça social no país, a romper, em partes, com o discurso elitista dos governos anteriores, de Collor e FHC. Contudo, o PT tem perdido muito dessa perspectiva política, adotando uma linha de menor resistência em nome da governabilidade.

Nesse ínterim, observamos que a mística mobilizadora, consubstanciada nos três direcionamentos, ora apresentados, proporciona identificações do trabalhador com o seu trabalho, ao passo em que provoca a sua submissão à precarização laboral. Sobre os processos de identificações e estranhamentos na relação do trabalhador com o seu próprio trabalho, trataremos no tópico a seguir.

### ***3.4.3 Impactos do trabalho na vida dos trabalhadores e suas expressões nos processos identitários: motivações e vantagens, prazeres e sofrimentos, desvalorização e insatisfação, dominância do tempo de trabalho, alienações amadurecimento como pessoa e como trabalhador***

A vulnerabilidade do trabalho, constitutiva do cenário contemporâneo e suas encarnações nas precarizações que atravessam o universo da classe-que-vive-do-trabalho e marcam o seu cotidiano, tem impactos decisivos na própria relação que o trabalhador desenvolve com o seu fazer laboral, na formação do seu próprio caráter enquanto ser trabalhador, expressando-se nos seus processos identitários, em construção, nas suas rotas e trajetórias no mundo do trabalho.

Sennet, em seu clássico “A corrosão do caráter”, abre um precioso campo analítico para se pensar a construção do caráter do ser trabalhador na cena contemporânea. Em verdade, sua pergunta central nesta obra é direcionada para articulação entre mundo do trabalho e o que podemos configurar como identidade do trabalhador<sup>78</sup>. Nesta perspectiva, Sennet assim questiona: como as mudanças no mundo do trabalho, em tempos do capitalismo flexível<sup>79</sup>, modificam o caráter pessoal do trabalhador<sup>80</sup>? Sennet (1999) chega à conclusão de que as instabilidades, flexibilidade e descartabilidade - marcas do atual mundo do trabalho – comprometem a própria construção do caráter do ser trabalhador. De fato, valores e

---

<sup>78</sup> Concebemos identidade do trabalhador como um processo em construção, sempre em aberto, que vai se configurando em uma permanente dinâmica de negociações do trabalhador com as suas próprias trajetórias. Sobre esta discussão do campo identitário no mundo do trabalho, especificamente no âmbito das Políticas Públicas, ver produções de Alba Carvalho, em dezembro de 2011 e março de 2012, em que problematiza a construção de identidades dos trabalhadores do SUAS, movimentando vias analíticas circunscritas por Stuart Hall e suas elaborações desconstrutivistas de visão essencialista da identidade, afirmando a perspectiva de processos identitários sempre em aberto ao longo das trajetórias de vida. Aqui, estamos vinculando a construção dos processos identitários em curso nas trajetórias dos trabalhadores com a construção do caráter pessoal desse sujeito, circunscrita por Sennet, principalmente em suas identificações e não-identificações com o trabalho, neste mundo do trabalho, atravessado por precarizações, em suas metamorfoses.

<sup>79</sup> O capitalismo flexível a que Richard Sennet (1999) se refere diz respeito ao atual estágio do capitalismo, marcado eminentemente pelo modo de produção flexível e padrão de regulação social neoliberal.

<sup>80</sup> Sennet (1999) trata a questão do caráter pessoal como um conjunto de valores e sentimentos, como lealdade e compromisso, na relação com os outros e com projetos individuais e coletivos. Segundo ele, os referidos valores e sentimentos são construídos numa perspectiva a longo prazo, em uma relação contínua e duradoura.

sentimentos como lealdade, confiança, compromisso mútuo, perspectiva de longo prazo, tão presentes no capitalismo rígido da era fordista, vem sendo corroídos, dando lugar a individualidades descompromissadas e indiferentes à dor e ao sofrimento, laços humanos fragilizados, vínculos lassos com o próprio trabalho, em uma submissão a perspectivas de curto prazo.

Nessa direção, as vias abertas pela pesquisadora Graça Druck (2009) relativas à “precarização do processo de construção das identidades dos trabalhadores nos interpelam à reflexão. Avalia Graça Druck (2009 *apud* RAICHELIS, 2011, p 49) que a precarização das identidades individuais produz “desvalorização e descartabilidade das pessoas, aprofunda o processo de alienação e estranhamento do trabalho, radicalizando a coisificação das relações humanas e fragilizando as identidades individual e coletiva e a dimensão ética do trabalho, principalmente pela situação de desemprego estrutural.”

Ao movimentar as elaborações de Sennet e Graça Druck bem se configuram fecundas chaves de compreensão para adentrar nos impactos do trabalho nos processos identitários do ser trabalhador que precisam ser discutidas no seu peculiar mundo do trabalho de operadores de uma Política Social, fundada na afirmação de direitos sociais.

A partir dos discursos dos entrevistados percebemos que estes sujeitos reafirmam valores e sentimentos peculiares vinculados a uma mística que circunscreve o seu trabalho profissional no âmbito da Política de Promoção de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. De fato, esses trabalhadores resguardam sentimentos e valores de compromisso com o outro, com as causas coletivas, sensibilidade frente à configuração da Questão Social que se materializam no seu campo de atuação. Cabe destacar que este fenômeno acontece em um contexto de trabalho que tem por objetivo fomentar os direitos humanos de crianças e adolescentes, diferentemente da natureza do trabalho realizado nas empresas, onde o objetivo maior é o lucro nos processos de expansão do capital. Nesse sentido, os trabalhadores da FUNCI possuem um modo específico de sentir, pensar e vivenciar o próprio trabalho, diferenciando-se dos trabalhadores de outros setores, construindo identidades no campo das políticas de crianças e adolescentes.

De fato, os entrevistados revelam a sua identificação com o trabalho que exercem na instituição, no desenvolvimento da Política Municipal de Direitos Humanos de Crianças e

Adolescentes, constituindo tal identificação uma força mobilizadora a lhes motivar para o trabalho.

Me identifico muito com o trabalho social [...] Trabalhar com o que se gosta é muito motivante, gratificante... Entrevistado G

E eu sempre gostei de trabalhar com criança e adolescente, sempre tive essa facilidade, sei como falar, gosto de tá perto [...] Trabalhar com o que se gosta é o que motiva mais... Entrevistado H

Eu sempre me identifiquei com o trabalho social e isso me motiva. Entrevistado N

Porque a gente gosta de música, teatro, a gente fica por amor mesmo, pela sensibilidade na parte social, também [...] Essa coisa da criação que o artista gosta de ver, tanto do projeto, como levar pra outros lugares, é essa coisa mesmo de você ser artista e querer passar um pouco do seu mundo pros outros, principalmente pra esse público. Entrevistado O

A rigor, os depoimentos da maioria dos sujeitos com quem mantive interlocução, no campo investigativo, enfatizam a sua identificação com o trabalho pela sua própria natureza, sublinhando os seus significados no universo das crianças e adolescentes que constituem o público de sua atuação profissional:

O que mais me motiva é saber que meu trabalho vai ajudar as pessoas, é ver as contribuições, é saber que isso aqui faz parte de uma missão! Entrevistado I

Olha! Contribuir pra um mundo melhor é o que mais motiva a gente. Entrevistado h

Me motiva saber que meu trabalho não é um fazer pelo fazer simplesmente, mas que tá dentro de uma luta maior, que faz parte de uma militância pelos direitos das crianças e adolescentes. Entrevistado G

Um profissional destaca a especificidade deste trabalho, em meio aos constrangimentos e limites desta intervenção na civilização do capital.

Mesmo que a gente não vá resolver o problema, mesmo que eu saiba que a política social não dá conta dessa catástrofe que tá aí, mesmo que eu tenha consciência que essa merda toda só vai mudar com o fim do capitalismo, eu não posso dizer que ele é a mesma coisa que eu trabalhar num banco, por exemplo. Não é mesmo! Trabalhamos com os oprimidos, tencionando por direitos sociais, educando [...] Isso me motiva, embora saiba que isso aqui é uma gota no oceano. Entrevistado P

A fala deste profissional abre um campo de possibilidades para perceber como o trabalho desenvolvido na FUNCI repercute nos operadores da Política, em execução, nos diferentes programas e projetos da instituição. Em verdade, fica demarcado a consciência da natureza deste trabalho, em meio aos limites desta atuação no âmbito da questão social que

bem se expressa no campo das crianças e dos adolescentes vulnerabilizados pelo processo de empobrecimento, exclusões e inclusões precárias.

Nesta perspectiva, a natureza do trabalho social em curso na atuação interdisciplinar, na viabilização do trabalho socialmente necessário na FUNCI, os profissionais enfatizam o sentir-se gratificado com os sentidos deste trabalho para as crianças e adolescentes. As falas a seguir são deveras expressivas deste sentimento.

O que mais me motivava era ver os resultados acontecendo [...] Ver um menino se distanciando do tráfico e se aproximando da arte e da cultura; ver uma menina se distanciando do ciclo da exploração sexual e soltando a voz nas oficinas de música; ver adolescentes de territórios diferentes, que até então eram rivais, se aproximarem através das oficinas de arte e do meu trabalho de educadora social; ver um adolescente chegar pra mim e agradecer por eu ter ido na casa dele, buscar para participar do projeto e hoje em dia ele poder dizer que mudou de vida. Isso é o que faz a gente continuar no trabalho [...] É extremamente gratificante, me faz ter certeza de que valeu muito a pena. Entrevistado G

O mais motivante é a sensação de trabalho bem feito, que a gente gerou uma mudança [...] Tem uma adolescente que já tava aqui há um ano e eu tava fazendo um trabalho com ela [...] A mãe tinha morrido, não tinha conhecido o pai, a avó tratava muito mal [...] Ela falou de uma possível família no Rio de Janeiro e da vontade que ela tinha de conhecer essas pessoas [...] Eu fui ver a pasta dela, descobrimos alguns caminhos, descobrimos que ela tem uma avó paterna lá, que o pai é falecido e que a avó tá de braços abertos pra recebê-la [...] A Assistente social foi conversar com ela e ela deu gritos de felicidade [...] É uma satisfação muito grande. E essa menina quando chegou aqui disse que ia fazer da minha vida um inferno, era uma menina que era considerada problema, mas que tem muitas potencialidades e tá aí, tá no processo, na possibilidade do retorno dela pro Rio [...] É isso que nos faz levantar todos os dias, é o que é mais gratificante [...] Mas os resultados ainda são muito aquém do que deveria ser. Entrevistado f

Ah! E me motivava mais ainda quando percebia os pequenos resultados obtidos, nos jovens que conseguíamos tratamento para drogadicção, adolescentes que saíam das Medidas e conseguiam emprego, casavam, voltavam a estudar. Nas famílias que através do olhar percebíamos a importância do nosso trabalho. Entrevistado n

Até um menino violento, tinha sido preso e a gente conseguiu montar uma peça com ele e ele se deu muito bem [...] Você vê os meninos atuando, se apresentando, criando, montando música sobre o ECA [...] O salário não compensa e nem é pela carreira, é mais por causa dos meninos, mesmo. Pela vontade de passar pros meninos essa coisa da arte da música [...] É o que motiva a gente, vê os resultados, mesmo que pequenos, mesmo que muito aquém do que deveria. Entrevistado O

O mais gratificante são os meninos mesmo, ó, a inclusão social deles [...] Pelo salário não compensa [...] Tem muitas situações de melhorias, mesmo que pequenas, mas tem e a gente se apegava a isso, isso motiva a gente [...] O grupo da manhã que dei aula hoje estão todos bem: um trabalha na TIM, outro na agência de turismo, outros tão no adolescente cidadão, compraram moto, notebook [...] Tem a profissão deles e

tocam na hora do lazer com os amigos [...] Eu tenho contato com todos por face, orkut, eu ligo pra alguns e ele mandam mensagem [...] Eu recebi atestado de um mês e não tirei nem um dia, porque eu queria ficar aqui [...] E foi onde eu esqueci o que tinha acontecido, eu preciso disso aqui, eu venho pra cá e esqueço. Entrevistado h

Estes discursos mostram que os profissionais identificam como uma dimensão gratificante do seu trabalho a constatação de mudanças cotidianas no universo das crianças e adolescentes com os quais vivenciam a sua prática profissional, quais sejam volta aos estudos, retomada de vínculos familiares e comunitários, realização de cursos profissionalizantes, saída das mais diversas situações de violência.

É preciso atentar que, embora reconhecendo as mudanças moleculares no contexto de vida de crianças e adolescentes, estes profissionais revelam o reconhecimento de que tais mudanças estão muito aquém da magnitude das demandas postas por este campo.

Em verdade, a totalidade dos entrevistados, na maioria das vezes, afirmam que veem-se impedidos de responder às múltiplas demandas trazidas pela população atendida em decorrência das deficiências da própria FUNCI, a encarnar, especificamente, debilidades estruturais no campo das políticas públicas. Ao longo dos depoimentos, esta situação, no âmbito institucional, configura-se como o aspecto mais frustrante do trabalho. De fato, os entrevistados afirmam que se deparam, cotidianamente, com uma série de problemas sociais graves sem condições de encaminhamentos efetivos. Tal impossibilidade provoca desestímulo para a realização do trabalho na FUNCI, repercutindo na fragilização da identidade do trabalhador com o trabalho. É o que podemos ver nas falas emblemáticas a seguir:

É muito frustrante vê um monte de demanda e não poder atender porque não tem como. Falta estrutura tanto na FUNCI, como nas outras instituições sociais. É o menino que tá na rua e a FUNCI não tem como receber por falta de vagas, é o adolescente drogadicto que a gente não tem pra onde encaminhar [...] Isso tudo gera uma grande desmotivação. Entrevistado A

O embarramento é o mais frustrante [...] Ver uma família em situação de miséria, casa de taipa, sem comida e não poder fazer nada. Vê as pessoas lhe recebendo como se fossemos salvar, como Gugu. Daí receber não de um HABITAFOR, não de todo mundo. Entrevistado N

O mais frustrante era ver alguns adolescentes regredindo, ou por conta de problemas familiares. E aí eu sentia falta de um apoio maior da retaguarda em estar intervindo também nessa família de uma forma mais concreta e direta, como por exemplo a falta der pactuação com outros órgãos e instâncias no sentido de oportunizar condições de profissionalização, emprego e renda para as famílias dos adolescentes. Era frustrante também quando a gente planejava uma atividade importante, mas os

adolescentes eram obrigados a faltar por conta de não ter vale-transporte nem alimentação garantida. Entrevistado G

A falta de estrutura então, para desenvolver o trabalho, só aumentava a insatisfação. Não podia desenvolver o trabalho que acreditava; quando realizávamos encaminhamentos com o intuito de inserir o adolescente para fazer algum curso, quase nunca dava certo. As portas eram sempre fechadas para os meninos. O trabalho não acontecia. Essa era a verdade. Assim, das poucas coisas que tive a chance de fazer, me senti frustrada; não via as coisas antecederem. Era um problema estrutural. Não incluía somente a Funci. Entrevistado c

A gente não dá conta da demanda e isso faz do trabalho um faz de conta [...] Não que a gente faça de conta, há é muito esforço, mas sem estrutura o trabalho se torna um faz de conta, fica só no papel [...] Os resultados são muito pontuais, de acordo com o esforço exorbitante do profissional [...] Só sabe quem tá dentro mesmo e eu estou e posso dizer com convicção que isso aqui é um faz de conta que existe política pra infância e adolescência em Fortaleza... São, também, os piores salários [...] Entrevistado M

Ao buscar perceber os impactos do trabalho, nos processos identitários dos trabalhadores da FUNCI, percebemos, com clareza, neste campo, o paradoxo apontado por analistas no âmbito das Políticas Públicas<sup>81</sup>: profissionais, operadores de direitos, veem-se, no curso do seu próprio trabalho, destituídos de direitos trabalhistas. A rigor, os baixos salários, a falta das necessárias condições de trabalho, a ausência de investimentos em aprimoramento profissional, a falta de reconhecimento pelo trabalho por parte da instituição bem revelam a destituição dos direitos dos trabalhadores no contexto da FUNCI. Para a maioria dos entrevistados, os referidos elementos são fatores que comprometem a própria valorização do trabalhador nesta instituição, constituindo-se como mais um fator de vulnerabilização de sua identidade com o trabalho. As falas a seguir são reveladoras desta questão:

A maior desvantagem desse trabalho é a questão salarial, a segunda são as péssimas condições de trabalho. Entrevistado o

O salário daqui é péssimo, é a grande desvantagem da FUNCI, muita gente sai por conta disso... Entrevistado h

As condições vergonhosas da FUNCI me desestimulou demais [...] O salário, uma vergonha, também [...] Essas coisas me fizeram pensar em sair... Entrevistado b

Pela FUNCI eu não me sinto valorizado, não! A sociedade também não reconhece o trabalho que a gente faz não. Na verdade, o trabalho social é muito discriminado, porque acham que a gente tá protegendo bandido, essas coisas todas [...] Mas, o reconhecimento vem das meninas. Já recebi cartinhas, desenho, algumas até sentem

<sup>81</sup> Nesta perspectiva, ver a discussão empenhada por Alba Carvalho, em texto de 2012, que aborda a identidade dos trabalhadores do SUAS, delineando este paradoxo como desafio contemporâneo na gestão do trabalho no âmbito das Políticas Públicas.

como pai e filho, a gente tenta desconstruir, porque a gente não vem substituir, mas elas acabam tendo esse vínculo [...] E o que eu mais gostei foi uma caixinha que recebi dizendo ‘tio, o sr. é muito engraçado, muito obrigada por tudo, muito obrigada por me fazer reconhecer meu erro [...] Entrevistado g

Não me sinto valorizado pela FUNCI, não! A gente vê a desvalorização nos péssimos salários que a gente recebe, nessa estrutura que é uma vergonha. A gente não tem investimento pra tá se capacitando, tem nada [...] A sociedade também não valoriza muito não [...] Me sinto valorizada quando chega um adolescente e elogia o trabalho, porque os gestores não elogiam. Às vezes vem elogio de outros profissionais [...] Entrevistado A

Contratam pessoal de fora e não pagam pro artista da FUNCI pra se apresentar nos eventos da prefeitura e da própria FUNCI. Querem que a gente se apresente de graça, como se não fosse um trabalho extra [...] Uma vez teve um evento na FUNCI, aí colocaram o artista pra tocar no palco principal, todo estruturado, aí os artistas da FUNCI ficaram num palquinho cansado, com péssima estrutura de som [...] Eu aconselho os adolescentes a não seguirem carreira artística, falo pra eles terem outra profissão e a música ser só lazer, porque eles vão continuar passando perrengue, é muito desvalorizada a área artística no Brasil [...] Entrevistado h

Os entrevistados deixam claro a sua insatisfação com as condições do trabalho, ressaltando o sentimento de desvalorização de sua atividade laboral pela instituição e pela sociedade. Com efeito, esses sujeitos afirmam que a maioria das pessoas possuem preconceitos em relação ao trabalho social, tratando-o como um fazer subalterno, por lidar com o refúgio humano. Contudo, embora se sintam desvalorizados pela FUNCI e pela sociedade, os entrevistados sentem-se valorizados pelos sujeitos atendidos, através do reconhecimento destes com o trabalho realizado. De fato, esse reconhecimento configura-se como o aspecto mais gratificante do trabalho para a grande maioria dos entrevistados.

Em meio à consciência das desvantagens do trabalho na FUNCI, os entrevistados reconhecem vantagens desse trabalho em relação à questão da relativa autonomia e da flexibilidade. Os discursos a seguir são emblemáticos quanto a esta questão:

Vejo que na FUNCI, tinha um certo espaço pros profissionais contribuírem com suas ideias, principalmente em relação à metodologia de trabalho. As coisas não são tão burocráticas como em outras instituições públicas e privadas [...] Só que fiquei sabendo que agora as coisas não estão mais do mesmo jeito, principalmente depois que a FUNCI passou a fazer parte de uma Secretaria. Entrevistado P

Apesar dos pesares, aqui na FUNCI a gente tem uma certa autonomia, flexibilidade pra tá fazendo as coisas, dá espaço pra contribuição do profissional, liberdade pra criar. Vejo como uma grande vantagem daqui. Entrevistado f

Apesar de tudo, aqui a gente tem espaço pra tá criando e isso é uma das maiores vantagens [...] as relações aqui são mais informais [...] Entrevistado H



Eu vejo que na FUNCI as coisas são menos burocráticas, pelo menos em relação a outras instituições [...] Tem maior flexibilidade com os horários, dá espaço pro profissional tá criando [...] Relações são mais horizontais, fluidas [...] Mas também com tanta dificuldade, se ainda fosse botar banca, era demais [...] Entrevistado n

Nos discursos acima é possível perceber que, na FUNCI, os processos de trabalho são menos burocratizados que em outras instituições públicas, o que proporciona um clima de informalidade entre os profissionais e certa autonomia no desenvolvimento das atividades laborais. De fato, os entrevistados afirmam que os trabalhadores da FUNCI possuem relativa liberdade para construírem sua proposta de trabalho, o que abre espaço para processos laborais mais criativos e estimulantes.

Uma outra vantagem citada pelos entrevistados, principalmente pelos arte-educadores, diz respeito ao vínculo empregatício com carteira assinada. Em verdade, os arte-educadores comentam que os trabalhos informais tem sido uma realidade muito frequente para os artistas de Fortaleza, fazendo que o trabalho com carteira assinada seja considerado uma grande vantagem. Para o arte-educador h “Uma das maiores vantagens aqui da FUNCI é a carteira assinada [...] Os outros trabalhos que tive antes daqui eram bicos, mesmo [...] Até hoje toco em bandas. Ganha até legal, mas não posso ficar só com isso porque é muito incerto”.

Já para aqueles entrevistados que trabalharam em outras áreas, como a comercial e a de telemarketing, a carga horária de 40 horas semanais, cumprida de segunda a sexta, configura-se como outro aspecto vantajoso do trabalho na FUNCI, uma vez que naqueles setores esses profissionais chegavam a trabalhar finais de semana e feriado e perfaziam uma carga horária bem maior que a carga horária que cumprem na citada instituição. As falas emblemáticas a seguir são reveladoras desta questão:

Eu trabalhava muito, antes de entrar aqui. Não que aqui eu não trabalhe muito, mas já trabalhei com uma carga horária bem mais puxada. Entrevistado A

Eu trabalhei no comércio, de segunda a segunda [...] Em comparação a carga horária daqui é bem mais tranquila, é uma vantagem. Entrevistado I

Os entrevistados também citam as próprias relações de trabalho como aspecto positivo do trabalho na FUNCI. De fato, para a maioria dos entrevistados, cerca de 90%, as amizades construídas no espaço laboral configuram-se como elemento de grande motivação desse trabalho. É o que podemos ver nas falas a seguir:

Os amigos que a gente faz aqui motiva muito no dia a dia de trabalho. Entrevistado I

Me empolgo pra vir pro trabalho, principalmente, quando penso nos amigos que vou encontrar. Muita brincadeira, papo furado [...] Isso torna o clima do trabalho mais leve, porque a gente lida com muita coisa complicada. Sinto até saudade de vir pra cá quando estou de férias, sinto falta dos colegas. Entrevistado g

Uma coisa que me empolgava muito pra ir pro trabalho era saber que ia encontrar não só colegas de trabalho, mas grandes amigos. Entrevistado P

Me alegra muito em saber que vou trabalhar e vou encontrar pessoas bacana, pessoas que confio, que tenho coleguismo, amizade. Entrevistado C

Contudo, para cerca de 10% dos entrevistados, as relações laborais na FUNCI foram/são um aspecto desmotivador para o desenvolvimento do trabalho nesta instituição. A fala do entrevistado c é emblemática quanto a esta questão, como podemos ver abaixo:

O que determinou minha saída da FUNCI foram as relações no núcleo onde trabalhava. O pessoal não ia com minha cara, porque lá tinha um pacto de mediocridade e eu não concordava com isso [...] Era um inferno, a galera me boicotava, emperrava as coisas, pra mim tudo era mais difícil, ficavam de cara feia, era tenso demais.

Por fim, sobre os aspectos vantajosos do trabalho na FUNCI, podemos citar os aprendizados adquiridos com a experiência profissional nesta instituição. Quanto aos aprendizados profissionais, os entrevistados afirmam que vem adquirindo/adquiriram conhecimentos no campo dos direitos sociais, sobre assuntos referentes à infância e à adolescência, sobre a rede de atendimento social, sobre metodologias de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades. Segundo eles, o trabalho na FUNCI, também, proporciona/proporcionou contatos profissionais por meio das diversas articulações que realizam com a rede de atendimento social, o que possibilita abrir portas para outros trabalhos. Ressalte-se que a experiência profissional nesta instituição contribui/contribuiu, inclusive, para que os entrevistados delineassem suas escolhas profissionais. A rigor, com o trabalho na FUNCI, esses sujeitos passaram a identificar-se com o trabalho social e/ou arte-educação, ou mesmo, perderam o interesse por essa área. Já no que tange aos aprendizados pessoais, os entrevistados afirmam que cresceram enquanto cidadãos, através dos conhecimentos adquiridos sobre direitos sociais e sobre a rede de atendimento social, utilizando-se desses conhecimentos para a dinâmica de suas próprias vidas. Vale salientar o crescimento enquanto indivíduos, por meio da (re)construção da própria identidade, da ampliação da visão de mundo, da sensibilização para as questões humanas. As falas a seguir são emblemáticas quanto a esses aprendizados:

Conhecer uma área que não conhecia [...] Fiz contatos, conheci muitas metodologias bacanas pra trabalhar com grupos, sobre a rede social, sobre muito conteúdo que não conhecia ou conhecia pouco [...] Passei a me identificar e a escolher como futuro da minha vida. Entrevistado I

Eu passei a amar a arte-educação e o trabalho social foi aqui que tive os primeiros contatos [...] Eu me vejo mais responsável, as responsabilidades são muito grandes, o papel do arte-educador não é pra qualquer pessoa, se você não souber falar com adolescente, nem com criança, eu aprendi no mundo mesmo, cada adolescente é universo [...] Eu aprendi muito mesmo. Hoje eu tenho outra visão do adolescente, de direito [...] Hoje eu me preocupo mais. Entrevistado h

Aprendi muito sobre a rede de atendimento social, sobre metodologias inovadoras pra trabalhar com grupos e comunidade, fiz articulações, contatos [...] Aprendi muito com o público que atendi, com esses aprendi mais [...] Passei a enxergar o mundo de outra forma. Entrevistado P

Eu comecei a ter uma outra visão de mim mesmo, através dos processos formativos [...] E como eu nasci e me criei dentro de periferia, eu já trabalhei vendendo limão, vivi o trabalho infantil, é como se sanasse algumas feridas minhas propiciando aquele cuidado [...] Conheci muitas pessoas, muitas pessoas parecidas comigo [...] Fez com que eu não desistisse [...] No período que eu caí o que me segurou foi o trabalho, porque eu ficava sem saber quem ia ficar no meu lugar [...] Pra onde eu fosse eu ia levar aquelas bandeiras, porque elas também eram minhas [...] Sou mais responsável, aceito melhor minha orientação sexual, por ter encontrado pessoas assim também, não me sentir tão bizarro, pela orientação sexual, pela falta de oportunidades [...] Na FUNCI eu refiz minha identidade, ampliação de mundo, visão, meus projetos de vida mudaram, muita coisa mudou, viu. E pra melhor [...] Entrevistado j

Por tudo que eu já vivi é como se fosse um recomeço (se emocionou). E porque é um recomeço? É complicado eu responder, porque envolve muita coisa psicológica, pessoal [...] Essa experiência tá sendo engrandecedora, você lida com fantasmas, enfrenta eles, até que ponto você domina ou é dominado, alguns fantasmas seus vem à tona, aí essa oportunidade de enfrentar é um crescimento. Entrevistado D

Com a experiência na FUNCI, eu decidi de vez: não quero a área social para tirar minha sobrevivência. Entrevistado J

Dos discursos acima, salta aos olhos a fala dos entrevistados “j” e “D” que tiveram suas próprias identidades reconstruídas a partir do trabalho na FUNCI. Em verdade, para esses dois sujeitos a atividade profissional nesta instituição proporcionou nova visão de mundo e novas relações que fizeram com que mudassem substancialmente a autoimagem, as suas referências, seus projetos de vida, no sentido de melhorias.

Nesse ínterim, de satisfações e insatisfações, vale salientar que o sentimento de insatisfação prevalece na relação do profissional com o trabalho que realizam na FUNCI. A

rigor, cerca de 80% dos entrevistados afirmam que estavam/estão insatisfeitos com o trabalho na FUNCI.

O sentimento mais forte que ficou do trabalho na FUNCI foi de frustração.  
Entrevistado J

Com certeza, todo profissional aqui tá insatisfeito, desmotivado, com o trabalho [...] Se um disser que se sente motivado, tá mentindo [...] Todos se queixam [...] Entrevistado e

Muita gente aqui anda desmotivado, frustrado [...] Eu mesmo estou assim.”  
Entrevistado O

Eu tava muito desmotivada com o trabalho na FUNCI, muito insatisfeita mesmo, por isso, sai. Entrevistado b

Somente 20% dos sujeitos da pesquisa encontravam-se ou encontram-se satisfeitos com o trabalho, como podemos ver nos discursos abaixo:

Eu não tenho muito o que reclamar não. Faço o que gosto [...] Estou muito motivado com esse trabalho aqui. Entrevistado a

Eu me sinto motivada com o trabalho, satisfeita, embora eu tenha alguns reclamações. Entrevistado C

Quando perguntado sobre como se sentiam/se sentem em relação ao seu trabalho, a maioria dos entrevistados respondeu que estavam/estão cansados, desgastados e estressados. As falas a seguir são emblemáticas nesse sentido:

Me sentia estressada, tive prisão de ventre, refluxo e início de depressão que foi diagnosticada pela psicóloga, se não tivesse buscado apoio psicológico por conta própria teria adoecido feio. Entrevistado J

Muito desgaste, cansaço, sobretudo, porque lidar com questões complexas, de difícil solução e não poder fazer nada. Isso machuca bastante a gente [...] Além disso, baixos salários, instabilidade [...] Tudo isso faz a gente se sentir muito mal na instituição. A gente se fragiliza muito, chega até se manifestar no corpo da gente [...] Adoecia direto, emagreci muito, vivia cansada, tensa, ansiosa, preocupada [...] Isso não é vida pra ninguém não. Entrevistado c

Desgaste emocional e psicológico dos profissionais [...] Olha! Visualizar violência, miséria, dificuldade de resposta do CRAS, CREAS, bolsa-família, CAPES, casas terapêuticas de drogas, dificuldade nos encaminhamentos, é umas das coisas que mais pesa [...]E a pressão é grande, profissionais, público e da gestão acima de você [...] E eu ainda tenho que ajudar a motivar a equipe e os adolescentes [...]Mas com o tempo você vai ficando mais serena, de tanto levar não, se não você pira, mas assim eu vivo cansada, preocupada. Entrevistado N

O povo aqui tá meio doente. Sei de profissional indo até pra CAPES, não sei se é só por causa da FUNCI, mas acho que esse trabalho contribui bastante pro povo adoecer. Entrevistado g

Para Dejours (1992), a submissão a processos laborais precários geram no trabalhador uma carga emocional negativa que, caso não seja liberada, poderá gerar processos de sofrimento psíquico nesses sujeitos, a exemplo da depressão, da ansiedade, síndrome do pânico, entre outras.

Nesse contexto, todos os entrevistados afirmaram que a FUNCI deveria oferecer serviços de apoio psicológico aos seus trabalhadores no sentido de trabalhar o desgaste emocional vivenciado por esses sujeitos por conta do trabalho. As falas a seguir são emblemáticas quanto a esta questão:

É fundamental profissional dessa área ter acesso a terapia. Entrevistado n

Eu acho que as instituições que trabalham com o social deveriam prestar apoio psicológico aos profissionais, obrigatoriamente. Entrevistado k

Já que eles não pagam um salário digno pra gente tá podendo pagar terapia, deveriam oferecer o serviço, ter convênio, facilitar o acesso. Entrevistado J

A gente deveria receber maiores cuidados por parte da instituição. Entrevistado f

Numa tentativa de contornar esse desgaste psicológico, os entrevistados utilizam-se de várias estratégias, como podemos ver nos discursos abaixo:

Se eu quiser fazer psicoterapia ou vou pra espaço com grande fila de espera ou eu não faço, por conta do salário que não dá, pra pagar justo um psicólogo é no mínimo R\$ 70,00 a sessão [...] Eu faço auto aplicação de REIKI, meditação, exercito a minha espiritualidade, sou espírita [...] Guardo um dia pra cuidar de mim, comer um sushi, ler um bom livro [...] Tem que fazer uma rede de suporte pra gente também, porque se não fica complicado. Entrevistado f

Como a FUNCI não oferece, nem paga salário digno, tive que recorrer atrás [...] Fazia terapia gratuitamente [...] Fazia terapia pra trabalhar várias questões, mas levei muito a questão do trabalho pra psicóloga [...] A gente também tinha umas brincadeiras, umas refeições coletivas, dinâmicas de grupo que tornava o trabalho mais leve. Entrevistado J

Eu não levo trabalho pra casa, tento ao máximo fazer isso [...] Quando chego em casa deixo o trabalho lá fora [...] Curto a minha família, tenho lazer com eles. Entrevistado k

Eu faço atividade física, ajuda muito a dar pique, a desestressar. Entrevistado a

Eu procuro apoio na minha religião, no candomblé [...] Lá eu extravaso, tiro estresse do trabalho, me fortaleço. Entrevistado m

Verifica-se, a partir dos discursos supramencionados, que as alternativas para lidar com o estresse laboral acontecem no próprio trabalho, através de brincadeiras, refeições coletivas, dinâmicas grupais. Fora do ambiente de trabalho, os profissionais da FUNCI buscam o alívio de seu desgaste através do lazer com a família e amigos, de atividade física, de terapias alternativas, da religião.

Contudo, cabe destacar que a maior parte do tempo livre dos entrevistados é tomada por aperfeiçoamento profissional, por trabalhos para complementar a renda, por estudos para prestar concursos públicos e, assim, conseguir trabalhos mais estáveis. Em verdade, o tempo livre é permeado pelo mundo do trabalho. É o que podemos ver nas falas emblemáticas a seguir:

No meu tempo livre eu trabalho, Eu tenho uma mercearia fora daqui com meu irmão, pra vê se complementa a renda [...] Se o salário fosse melhor era outra coisa. Entrevistado M

Além da FUNCI, eu trabalho com confecções [...] Meu tempo é tomado pelo trabalho. Entrevistado e

Depois daqui eu tenho outros trabalhos na minha área de terapia ocupacional, faço uns atendimentos. Entrevistado k

Eu estudo, me aperfeiçoó na área. Entrevistado D

No tempo livre eu faço uns trabalhos autônomos e estudo pra concurso [...] Descanso que é bom, é raro. Entrevistado g

É esta uma expressão peculiar da submissão do trabalhador ao tempo do capital que se expressa na exigência da produtividade, preenchendo toda dinâmica da vida, sem permitir o bem-viver. É a tirania do tempo do capital fazendo-se sentir, com as devidas mediações, em um trabalho no exercício de Políticas Públicas.

Embora a grande maioria dos sujeitos da pesquisa sinta-se estressado com o trabalho, seis entrevistados afirmam não se sentirem assim. Cabe destacar que esses entrevistados que afirmam não se sentirem desgastados com o trabalho estão há pouco tempo na FUNCI. Seguem as falas quanto a esta questão:

Ainda não me sinto estressado. Ainda não! Entrevistado e

Nem um pouco, porque eu pratico esportes, quando saio daqui vou malhar e gosto muito do que eu faço. Entrevistado a

Diante do exposto podemos perceber que o trabalhador da FUNCI identifica-se com o próprio trabalho a partir das afinidades que possuem com a área social e com a causa da Infância e Adolescência, das satisfações com as pequenas mudanças percebidas na realidade do público atendido, do reconhecimento desse mesmo público pelo trabalho realizado, de algumas vantagens oferecidas pelo trabalho, como certa flexibilidade e autonomia, vínculo com carteira assinada. Contudo, a vulnerabilização da identidade deste profissional com o próprio trabalho apresenta-se como uma tendência hegemônica, uma vez que 90% dos entrevistados afirmaram que estavam/estão insatisfeitos com seu fazer profissional. De fato, em virtude das precariedades vivenciadas por esses sujeitos no contexto da FUNCI, os vínculos com o trabalho tornam-se fragilizados, manifestando-se, em seu caso mais extremo, no desejo de sair desta instituição. É o que veremos no tópico seguinte.

#### ***3.4.4 Para além do presente? Em questão as perspectivas dos profissionais no contexto da FUNCI***

No cenário contemporâneo da civilização do capital, os trabalhadores e trabalhadoras, imersos nos circuitos da vulnerabilização, das inseguranças, instabilidades e precarizações do mundo do trabalho, não conseguem delinear projetos de futuro, sem perspectivas de longo prazo, a viver como reféns do presente, nos marcos do curto prazo, do imediatismo. É esta uma tendência no âmbito do chamado “capitalismo flexível”, demarcada por Richard Sennet (1999) quando afirma estarem os trabalhadores à deriva.

Em verdade, a classe-que-vive-do-trabalho, em meio a novas conexões de tempo e espaço, vive o aligeiramento e descartabilidade no interior das experiências laboriais, no cenário de múltiplas precarizações (DRUCK, 2009, *apud* RAICHELIS, 2011) que bloqueiam a sua realização com o trabalho, vulnerabilizando a sua identidade como trabalhador.

De modo específico, os trabalhadores e trabalhadoras que executam políticas sociais nas chamadas atividades-fins, como operadores de direitos, vivem, de modo intenso e peculiar, esta ausência de perspectivas de longo prazo. Em verdade, com inserções precárias de contrato, via terceirização, não conseguem construir vínculos mais sólidos com o contexto de trabalho onde estão inseridos, não vislumbrando a possibilidade de uma carreira duradoura. São profissionais sempre na espreita da saída, em meio à liquidez da terceirização, aos

salários aviltantes e as condições degradadas de trabalho, na busca incessante de uma melhoria de condições de uma possível estabilidade que parece nunca alcançar nas teias das equações de seleções e concursos cada vez mais excludentes onde sempre ficam a se preparar para a próxima oportunidade.

Este cenário dos vínculos esgarçados com o contexto de trabalho e da permanente possibilidade da saída é patente no universo de trabalhadores da FUNCI. Dentre os entrevistados em atuação nesta instituição, foi unânime o reconhecimento de que sair desta instituição é uma possibilidade e, mesmo, uma pretensão a curto prazo. Neste sentido, o móvel da saída é a busca de melhores salários acrescida da busca, também, de melhores condições de trabalho. Esta unanimidade quanto a possível saída diversifica-se em uma dupla situação delineada pelos entrevistados:

- A indicada pela maioria de sair da FUNCI permanecendo na área social:

Eu pretendo sair da FUNCI, estou desmotivada, mas é só se for pra outro na área social, com salário melhor. Entrevistado A

Eu quero sair, mas só se for por um salário melhor ou mesmo se tiver melhor estrutura, mas dentro da área social. Entrevistado f

Se eu encontrar uma oportunidade na área social com salário melhor, eu saio mesmo. Entrevistado o

Eu gosto muito de trabalhar aqui na FUNCI [...] Só sairia com um salário bem melhor, na área social. Entrevistado a

- A explicitada por um grupo de sair da própria área social enveredando por outros campos que garantam melhores salários:

Se eu tiver a oportunidade de um salário melhor eu saio da FUNCI, não precisa necessariamente ser na área social não. Entrevistado l

Meu sonho é sair da área social por conta dessas coisas, é muito faz de conta, falta de dignidade tanto pros profissionais quanto pro público atendido [...] Mas até agora não consegui, mas pretendo. Eu tenho um elo muito forte com isso aqui [...] Quero ir pro comércio, na verdade já tenho um comérciuzinho com meu irmão [...] Gosto de estudar, gosto de ler, de saber das notícias, de me atualizar, mas quero fazer isso por prazer, porque estudo nesse sistema não vale muita coisa. Tem gente que tá cheio de formação e só consegue esse tipo de trabalho aqui [...] Eu já tô numa época que preciso ganhar dinheiro. Entrevistado M



Adentrando, especificamente, no universo dos entrevistados egressos da FUNCI constata-se a saída da instituição por insatisfação e desgaste com as condições de trabalho, especialmente com os salários aviltantes por parte de 9 (nove) dos 11 (onze) entrevistados, sendo que apenas 1 (um) dos profissionais declarou ter saído por condições pessoais de saúde, embora tenha afirmado a sua insatisfação com as condições laborais. As falas deste grupo são emblemáticas:

Eu sai porque tava desmotivada demais [...] Fui trabalhar em outro lugar, mas na área social. Entrevistado b

Estava muito desmotivado com o trabalho, por isso sai e fui trabalhar como autônomo na minha área, na música. Entrevistado F

Eu sai porque tive oportunidade de ganhar melhor em outra Secretaria. Entrevistado E

Eu definitivamente não quero mais tirar minha sobrevivência dessa área. Eu já tive uma vida muito sofrida, muito parecida com a do público e esses trabalhos só me deram frustração, falta de dignidade. Eu gosto do trabalho, me identifico e o público sempre se identificou muito comigo, mas pra continuar teria que ser cega, surda e muda, porque quem enxerga mesmo, não consegue continuar não ou sofre muito. Esse trabalho tem muito faz de conta, muita frustração, falta de dignidade pros profissionais. Entrevistado J

Estabelecendo um cotejo entre saída e novo trabalho, constatamos três situações distintas: a permanência na área social por parte da maioria; o deslocamento para áreas afins; o deslocamento para áreas de formação profissional, na tentativa de melhores salários e relativa estabilidade. Ao analisar as perspectivas dos profissionais no âmbito da Política de DH da Criança e do adolescente, um fenômeno que nos interpela a refletir é a constatação de um número cada vez maior de trabalhadores da área social, operadores de políticas públicas que, em uma situação limite, embora declarem ter identificação com o trabalho social, estão em busca de inserção ou já se inseriram em campos fora da sua área de formação que garantam condições mínimas de estabilidade de vida. Neste sentido, chama atenção o caso de um dos profissionais egressos da FUNCI que, com uma trajetória profissional relevante na área social, está há um ano tentando concurso para diferentes ramos de atuação sem ainda conseguir a pretendida inserção:

Eu ando estudando pra concurso público em outras áreas [...] Faço pra área do ensino médio, porque na minha área não tem muita coisa [...] Vou tentar pra agente penitenciário, para inspetor de polícia. Tento para o que vier e eu tiver condições de passar [...] Tenho filho, já tenho uma idade [...] Preciso de estabilidade, comprar meu cantinho, minhas coisas. Entrevistado J

Tomando o discurso de profissionais que estão em atuação e egressos da FUNCI cabe sublinhar que na possibilidade de saída da instituição e na própria saída parece imbricar-se, numa perversa hibridização, a frustração decorrente da falta de respostas efetivas ao público atendido a colocar em foco a natureza do trabalho e a insatisfação e desgaste com as condições degradadas de trabalho, sobretudo os salários.

Avançando na reflexão das perspectivas postas para os profissionais envolvidos nesta política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no âmbito da FUNCI, os depoimentos reafirmam o horizonte de curto prazo em dois caminhos:

- Preparar-se para concurso público, tanto na área social como em outros campos de trabalho, inclusive de nível médio;
- Fazer a pós-graduação, especificamente o mestrado, o que abre, inclusive, a possibilidade de uma Bolsa de Estudos.

Às vezes, no ato de buscar opções, para além do presente, as duas alternativas se imbricam. Determinadas falas de entrevistados vislumbram estes dois caminhos que revelam projetos imediatos.

Eu pretendo fazer mestrado e estudar pra concurso público. Na verdade, já venho fazendo isso. Entrevistado o

Eu pretendo estudar pra concurso público e continuar minha graduação que está trancada. Entrevistado a

E, nesta procura de caminhos, configura-se, ainda, como opção o enveredar pela economia informal, no ramo de comércio ou de pequenas empresas de prestação de serviços:

Eu pretendo ter uma empresazinha de confecções e continuar trabalhando na área social. Entrevistado e

Meu sonho é sair da área social [...] Já tenho um comércio, quero continuar investindo nisso. Entrevistado M

Eu trabalho com uns *freelancer*, na música, e desejo continuar fazendo isso [...] Pretendo fazer cursos na área de música. Entrevistado F

Cabe sublinhar, como tendência a exigir análises, o número crescente de jovens que, ao terminar a graduação em diferentes áreas acadêmicas, sem vislumbrar inserção no mercado de trabalho, buscam a pós-graduação como alternativa de construção de futuro,

apostando, mais uma vez, na formação e qualificação profissional em um cenário em que o estudo já não é garantia de futuro e, conseqüentemente, de ascensão social.

Na discussão desta tendência, é importante considerar que a bolsa de pós-graduação fornecida pelos órgãos de fomento é uma via de sobrevivência durante os anos da pós-graduação e, assim, constitui-se uma motivação para jovens sem horizontes.

Por fim, é importante demarcar, no universo dos trabalhadores que operam direitos para uma população de despojados e sobrantes, via Políticas Públicas, que os horizontes para além do presente parecem mostrar-se restritos, aprisionando estes trabalhadores nas teias de inseguranças do imediato, do futuro de curto prazo, em meio a um presente de curtas possibilidades no âmbito das precarizações do trabalho.

### **3.5 Formas de resistência dos trabalhadores no contexto das expressões peculiares de domínio no mundo do trabalho da FUNCI**

O final do século XX é marcado por circuitos de expansão do capital e vulnerabilização do trabalho no cenário da mundialização, em meio a processos de reestruturação produtiva. Assiste-se a um refluxo do movimento operário, com encarnações específicas no “Brasil Real”, a circunscrever uma corrosão das formas de resistência e organização dos trabalhadores. As contradições do sistema do capital, em seus circuitos destrutivos da vida do planeta e de homens e mulheres, acirram-se no século XXI, gerando uma crescente “coletividade de despojados” às margens do mundo do trabalho, a submeter-se às formas múltiplas de precarização. Ao final da 1ª década do século em curso, mais precisamente em 2008, emerge uma crise estrutural do capital, consolidando as graves contradições sociais do sistema em situações-limite que atingem violentamente o já precário mundo do trabalho.

A segunda década do século XXI começa com a novidade de movimentos que parecem configurar-se como anti-capitalistas a se alastrar pelo mundo, articulando conexões do espaço virtual e do espaço urbano em movimentos que tomam ruas e praças, explorando a potencialidade de indignação de trabalhadores destituídos de direitos e com vidas precárias, a partir das redes da INTERNET. Esses movimentos, em sua novidade contemporânea, circunscrevem uma interpelação do presente a exigir o desvendamento de sua natureza e de para além das suas perspectivas, dos costumeiros esquemas analíticos.

Nesse cenário de contradições sociais a dilacerar o sistema do capital, vulnerabilizando e precarizando o trabalho a gerar indignação coletiva e luta, como se configuram as resistências no mundo do trabalho precarizando no âmbito das Políticas Sociais. Mais especificamente: como os profissionais que operam a Política dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente, no contexto da FUNCI, enfrentam as múltiplas precarizações do trabalho que lhes atingem, comprometendo contradições de vida e sua própria identidade como trabalhador? É essa uma via de investigação a ser explorada em sucessivas aproximações analíticas.

Em uma primeira aproximação, entendo ser fundamental pensar as formas de resistência, a partir da configuração das formas de domínio, seguindo trilhas analíticas circunscritas por Alba Carvalho:

Pensar a emancipação social no século XXI exige uma análise do capitalismo contemporâneo, buscando compreender a lógica que o preside, os elementos novos e peculiares de sua processualidade, as novas formas de domínio do capital, a vinculação orgânica com as formas de opressão e exclusão da colonialidade do poder, suas tendências e perspectivas. De fato, o desvendamento do capitalismo como um sistema civilizatório e o delineamento de caminhos de emancipação constituem duas dimensões estreitamente vinculadas a serem analisadas em articulação como imperativo do nosso tempo histórico. As formas de reinvenção da emancipação são alternativas de confronto com as formas de domínio e opressão que perpassam a civilização do capital. E, considerando que as formas de domínio e opressão mudam ao longo do tempo a encarnar novos padrões de dominação, as formas de emancipação também mudam nos percursos da História, em um ritmo próprio, em diferentes momentos, podendo superar a perspectiva da resistência e ir para a ofensiva, a impor novas formas de confronto, constituindo, então, um campo de disputa hegemônica. (2009, p 2-3).

Ao adentrar no mundo do trabalho da FUNCI, delineamos expressões peculiares de domínio no contexto das múltiplas formas de precarizações (DRUCK, 2009 *apud* RAICHELLIS, 2011) que atingem os profissionais operadores da Política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, especificamente: das formas de mercantilização da força de trabalho; da organização e das condições de trabalho; do processo de construção das identidades individuais e coletivas. Nesse contexto impõe-se considerar as especificidades consubstanciadas na terceirização vivenciada no contexto institucional: 99,5% dos profissionais são terceirizados sem, contudo, manter vinculações diretas e relações de trabalho com as empresas com quem mantém vínculo empregatício. Apenas tem registrado no contracheque o nome da empresa, sem nenhum outro tipo de contato. Em verdade, esta condição de trabalhador terceirizado fica diluída, a partir das relações desse trabalhador com a gestão da FUNCI que exerce as funções de coordenação e supervisão do trabalho. Assim, o trabalhador

vive a aparência de funcionário público sob o controle da gestão da instituição. Em verdade, é essa uma expressão peculiar de domínio no mundo do trabalho da FUNCI: trabalhadores terceirizados através do vínculo empregatício e submetidos a mecanismos de poder concentrados na gestão de uma hierarquia institucional.

Cabe refletir, de modo específico, a partir do campo, esses mecanismos de poder, consubstanciados em distintas formas de controle no cenário da FUNCI, exercidos pelo gestor em diferentes posições hierárquicas: secretário da SDH, dirigente da FUNCI, coordenação dos programas e supervisão de unidade. Assim, os profissionais operadores dos distintos programas que materializam a Política de DH de Crianças e Adolescentes estão submetidos ao controle dos gestores em diferentes instâncias de poder, desde o mais alto escalão até os níveis mais operacionais.

Os entrevistados, em seu olhar sobre o controle no mundo do trabalho da FUNCI, declaram sentir maior proximidade com o nível hierárquico de caráter operacional, qual seja, a supervisão, reconhecendo que é deste nível de gestão que recebem o controle direto do seu trabalho. Por conseguinte, afirmam sentir um distanciamento em relação ao Secretário da SDH e, mais ainda, em relação a Prefeitura Municipal. É importante sublinhar que, em suas formas de resistência ou, mesmo, em sua indignação silenciosa, os trabalhadores direcionam o seu foco para os níveis hierarquicamente superiores: Secretário da SDH e Prefeitura Municipal de Fortaleza.

De fato, a hierarquia constitui uma cadeia, com níveis de poder que se articulam, em uma escala, no exercício do controle institucional. Assim, os gestores de níveis mais operacionais, sofrem formas de controle dos níveis acima, segundo uma escala de posições hierárquicas. É o que fica clara na fala de um entrevistado que exerce a supervisão:

Nós também somos trabalhadores igual aos demais, sofremos pressões, às vezes, pressões ainda maiores, porque além de sofrer a pressão do público e do gestor, ainda sofremos pressão dos profissionais que cobram as coisas como se a gente tivesse culpa [...] A gente também sofre com essas péssimas condições daqui...

Essa fala revela que, em muitas situações e circunstâncias, verifica-se uma identificação dos trabalhadores gestores com os trabalhadores executores, sendo mesmo a precarização do trabalho a base de tal sintonia. Tal identificação manifesta-se de forma recíproca, como bem registra a fala de um profissional de execução:

Os supervisores são como os demais, sofrem pressões, às vezes, trabalham mais que a gente [...] Mas assim a função deles é monitorar, avaliar, cobrar e aí é quando a gente se distancia [...] A gente também que cobrar de alguém, aí cobra deles...  
Entrevistado C

Em verdade, é uma identificação em meio a uma tensão permanente de monitoramento e controle por parte dos supervisores e de responsabilização deste gestor pela precarização, feita por quem está na “ponta” em nível de execução.

Adentrando na materialização no controle no mundo do trabalho na FUNCI, identificamos mecanismos de diferentes ordens que se imbricam em uma hibridização que visa integrar e disciplinar os trabalhadores:

1. Mecanismos ideológicos que controlam buscando apropriar-se de dimensões da subjetividade, explorando-as como forma de garantir o trabalho, para além das precarizações das suas condições;
2. Mecanismos técnicos que controlam, de forma sistemática e direta via monitoramento de atividades e coordenação dos trabalhos;
3. Mecanismos de coerção que buscam silenciar a insatisfação e disciplinar os trabalhadores com desqualificações profissionais e ameaças, feitas sutilmente ou de forma explícita, através de diferentes estratégias, acenando, no limite, com a demissão;

Em relação aos mecanismos ideológicos de apropriação da subjetividade dos trabalhadores destaca-se a exploração no discurso oficial da própria mística que mobiliza os trabalhadores a intervir em nome da defesa da causa da criança e do adolescente. De fato, no discurso dominante na FUNCI verifica-se um constante apelo para que seus trabalhadores assumam o trabalho institucional como espaço de militância, ou seja, atuar nos projetos da FUNCI como se estivessem nos movimentos sociais. A maioria dos entrevistados delinea esta questão em seus depoimentos:

Uma vez ouvi a Secretária dizer: ‘Hoje vocês são pagos pra fazer o que antes faziam de graça nos movimentos’. Entrevistado n

Convocam a gente a trabalhar pela causa. Entrevistado O

Queriam que a gente trabalhasse por amor a juventude. Entrevistado c

Nas reuniões diziam: ‘Se for só pelo salário é melhor sair, porque não vale a pena, só fica aqui quem acredita em um mundo melhor e luta por isso [...] Esse trabalho é parte dessa luta. Entrevistado J

Eles só faltam dizer que esse trabalho aqui é a salvação e que nós somos os salvadores [...] Pega no pé quando a gente diz que não tem como realizar. Não entende que possa ter algumas pedras no caminho, tem que fazer, tem que fazer relatório digitado, trazer notebook [...] Quando a gente diz que vai fazer escrito, aí vem a desculpa da letra feia, que não tá legível. Se fulano do projeto tal faz, porque você não pode fazer, as vezes os próprios profissionais contribuem pra isso, porque se os profissionais dissessem que não iam trazer por conta do perigo, porque a maioria anda de ônibus, a culpa não ia recair só naquele único que se nega, eles oferecem da coordenação, mas só tem um, isso é um faz de conta que tem condição [...] Aí é como se a gente não quisesse fazer porque não tem compromisso. Entrevistado A

De acordo com Alves (2005) e Antunes (1997), a captura das subjetividades configura-se como uma forma de controle do trabalhador nos marcos do capitalismo contemporâneo. De fato, o modo de produção Toyotista vigente utiliza-se de mecanismos de cooptação das subjetividades, através de envolvimento psíquico, em busca de garantir que o trabalhador faça adesão pacífica aos objetivos da empresa e aumente a sua produtividade.

Na especificidade do mundo do trabalho na FUNCI, a cooptação da subjetividade, através do apelo institucional à realização do trabalho por “amor a causa”, visa garantir que os profissionais trabalhem motivados e produtivamente, mesmo que estejam inseridos em um contexto institucional deveras precário. Em verdade, o discurso oficial da gestão, sob a prerrogativa da militância, busca responsabilizar os trabalhadores por saídas viabilizadoras do trabalho, eximindo-se, através de estratégias discursivas da responsabilidade institucional de garantir condições dignas do exercício profissional, tratando a precarização como uma questão de restrição orçamentária que a instituição está “pressionando o governo a resolver”. Assim, no discurso oficial da gestão, percebe-se um apelo constante ao uso da criatividade, das habilidades e conhecimentos dos profissionais para realizar um trabalho de qualidade em defesa da causa da criança e do adolescente. As falas dos entrevistados são reveladoras destas estratégias discursivas em voga na FUNCI:

O discurso era sempre o mesmo: que não tinham recursos, que não tinham muito o que fazer e que a gente deveria usar tudo que tivéssemos em mãos, todas as nossas habilidades, conhecimentos, criatividade, sangue, suor. Entrevistado P

Diziam que o recurso era pouco, que estavam buscando melhorias e que nós tínhamos que fazer nossa parte [...] Mandavam a gente se articular, ser criativos, se dedicar, se doar [...] Era o que, em resumo, eles diziam nas reuniões... Entrevistado b

O recurso da FUNCI é muito pequeno, é a cara deles dizer isso. Que temos que nos articular, que temos que fazer isso e aquilo [...] Como se fosse culpa da gente a falta de recursos. Entrevistado A

Eles querem que a gente se comporte como ONG, querem que a gente seja criativo, faça a revolução, mas não querem se responsabilizar, sempre com o mesmo papo de dificuldade financeira [...] Aí queriam que a gente usasse todo o nosso saber, nosso sangue e nosso suor pra dá conta do que eles deveriam se responsabilizar [...] O discurso era de ser criativo, só que a gente tava sendo era conivente com a precariedade da instituição. Entrevistado j

Os gestores não se posicionavam, apenas diziam que o salário oferecido era aquele, que vinha pouco dinheiro pra FUNCI [...] Eu não lembro de ter ouvido argumentos contundentes da gestão sobre essas demandas trabalhistas, pelo menos nenhuma de forma consistente, porque o negócio era a gente ter que dar conta de uma coisa que não era de nossa responsabilidade. Entrevistado G

Os mecanismos técnicos de controle se dão via supervisão com o exercício sistemático do monitoramento das atividades. É importante frisar que, no contexto da FUNCI, cada unidade referente aos diferentes Programas institucionais tem um supervisor que tem por função o monitoramento do trabalho dos profissionais, exercendo, de fato, um gerenciamento do funcionamento de cada Unidade. Os supervisores são trabalhadores no exercício de uma função de gestão que convivem, no cotidiano, com os profissionais exercendo o controle, em uma relação perpassada de ambiguidades: proximidade/identificação e, ao mesmo tempo, autoridade de monitorar e cobrar. Um entrevistado assim delineia esta relação com o supervisor:

A gente tem um supervisor que faz o monitoramento das atividades [...] A gente se sente à vontade, mas não é toda vida, porque sabe que ele vai tá ali avaliando a gente. É a função deles, né. Entrevistado A

É importante considerar a diversidade de posturas assumidas pelos supervisores no exercício do controle, configurando diferentes padrões de lideranças na condução do grupo de profissionais: lideranças de caráter democrático, construindo com os trabalhadores relações horizontais e dialógicas, privilegiando o exercício da crítica nos limites do contexto institucional; lideranças de cunho autoritário, assumindo em determinadas circunstâncias e situações um cunho personalista a impor decisões. Sobre esta diversidade de posturas dos supervisores, os entrevistados assim se pronunciam:

Meu supervisor era democrático. Ele avaliava, supervisionava, coordenava, o que tivesse errado era tratado em reunião, em particular [...] Mas ele sempre fazia isso de forma muito dialógica, era uma relação bem horizontal. Entrevistado G

Aqui a supervisão é bem autoritária, não ouve muito os profissionais, não! É o que ela decide e pronto. Entrevistado g



Os profissionais supervisores também demarcam este caráter ambíguo do seu trabalho, na relação com os profissionais, configurando os seus dilemas:

Eu sou da gestão, sou supervisora, né, aí escuto que devemos trabalhar pela causa, que temos que se virar mesmo, mas não concordo muito com isso, não [...] Eu passo o que eu realmente penso pros profissionais, mas assim é contraditório porque eu tenho que tá incentivando pras atividades serem realizadas, tenho que tá mediando isso aí [...] Olha! É complicado! Eu gosto das coisas muito bem feitas e faço a supervisão, mesmo, é o meu papel [...] Aqui, o pessoal não gosta de ser cobrado, sendo que é minha função fazer isso. Eu nem cobro muito, faço só perguntar se a atividade foi feita, em que pé está. Entrevistado K

Os mecanismos de coerção estão encarnados em distintas estratégias que vai desde o silenciamento pelo medo de represálias e estigmatizações institucionais até a ameaça explícita de demissão, acenando com o fantasma contemporâneo do desemprego. Sobre a estratégia do silenciamento, são emblemáticas determinadas falas:

Eu sempre coloco as coisas, eu falo [...] Mas tem coisa que você quer falar e não fala [...] Ter que engolir coisas, o que não é legal, por isso que é bom você ser concursada, tenho amiga concursada, tem a estabilidade dela. Entrevistado O

Lá era assim, quem babava, não criticava, não resistia, era poupado, já quem criticava, como eu, era boicotado direto. Entrevistado J

Não me sentia parte, é como se a minha visão não correspondesse ao que eles acreditavam, no Redução de Danos eu me sentia acolhido pela equipe, mas pela instituição, não [...] Nas reuniões eu colocava a problemática e quem fala acaba sendo mal visto, como se a gente sempre quisesse confusão, tipo 'laivém o confuseiro. Entrevistado j

Olha, quando a gente fala da necessidade de mais psicólogos, eles falam que é sonho, que a gente sonha alto demais, que a gente tá há pouco tempo e ainda vai entender como as coisas funcionam, como se a gente fosse imaturo [...] Eu acho isso muito preocupante. É uma postura que precisa ser revista. Entrevistado f

Como se a gente tivesse buscando problemas pra eles resolverem, mas é da ossada deles. Como se a gente quisesse confusão. Entrevistado g

Eu era taxada como a louca, a que fazia sempre confusão [...] As coisas sempre eram mais difíceis pra mim, a coordenadora pegava muito mais no meu pé. Entrevistado J

Depoimentos de profissionais evidenciam a ameaça explícita da demissão como alternativa para quem ousa criticar e confrontar com o disciplinamento institucional:

Eu fazia críticas, mas tinha que ter cuidado, dialogar, porque senão a galera demitia [...] A gente fez uma das mobilizações mais significativas da FUNCI, construímos uma carta de reivindicação, mobilizamos a galera dos núcleos, apresentamos a carta a gestão maior da FUNCI [...] Na reunião, a assessoria direta, que vinha depois da presidenta da FUNCI, falou assim: “Quando a gente vê uma carta dessas, a primeira coisa que a gente pensa é, tá todo mundo demitido” [...] Os profissionais, tanto da ponta, como da gestão começaram a ficar com medo de ser demitido, o nosso coordenador geral quase foi demitido.” Entrevistado n

A gente fica mais na nossa mesmo, fala alguma coisa, mas a gente tem medo de ser demitido, principalmente os que dependem só disso aqui pra sobreviver. Entrevistado l

Eu criticava muito, mas sempre tinha aquela ameaça no ar, de se continuar assim, tá fora. Entrevistado J

Reclamar? Não pode reclamar! Eles demitem se botar boneco, eu já vi quatro sair, porque foram falar. Entrevistado h

Aqui se trabalha muito com a política do mudo, como Paulo Freire diz [...] Não pode falar, quer dizer, não pode falar muito, porque muitos que falam são demitidos. Entrevistado A

Tais falas são reveladoras da instabilidade e segurança que permeiam o mundo do trabalho terceirizado na FUNCI. Em verdade, a ameaça do desemprego é uma das formas mais perversas de inibir críticas, reivindicações e mobilizações no contexto institucional.

Cabe destacar que, embora o medo do desemprego esteja presente na fala de todos os entrevistados como principal fator de inibição para mobilizações mais combativas, esse medo não atinge uniformemente todos eles. Na grande maioria das vezes, a ameaça de desemprego atinge com maior intensidade aqueles que dependem exclusivamente da FUNCI para sobreviver, ou seja, os profissionais que não contam com ajuda financeira de familiares ou com outro trabalho, são os que, via de regra, mais silenciam.

Para Cavalcanti e Galvão (2007, p. 274 *apud* RODRIGUES,) a precarização do trabalho gera neutralização das formas de mobilização coletiva, abrindo espaço para estratégias defensivas de cunho eminentemente individual, do “cada um por si”. Em verdade, a precariedade do vínculo contratual acaba por gerar um clima de medo e insegurança dentre os trabalhadores da FUNCI inibindo atitudes mais crítica e combativa frente a ameaça do desemprego, grande fantasma da contemporaneidade.

As análises aqui circunscritas, em uma aproximação investigativa ao mundo do trabalho da FUNCI, delineiam expressões peculiares de domínio que colocam em foco formas

de resistência. Mais precisamente, impõe-se o desafio de adentrar com a necessária perspicácia e vigilância nas formas de resistência para vislumbrar as suas sutilezas e tendências. Em uma primeira focalização, vislumbramos no mundo do trabalho da FUNCI duas perspectivas de resistência: a exercida no cotidiano, de forma predominantemente individual, através das críticas, reclamações e desabafos e, mesmo, a exercida articulação coletiva, através de mobilizações a configurar movimentos vivenciados como episódios no contexto institucional.

A primeira perspectiva da crítica e atuação individual no cotidiano de trabalho aproxima-se do que Certeau (2011) identifica como resistências moleculares. De fato, percebe-se que os profissionais improvisam resistências de micro maneiras no cotidiano de trabalho, mesmo submetidos a diversos tipos de controle desenvolvendo o que este autor denomina de táticas. Eis alguns depoimentos:

Quando é uma coisa que afeta geral, por exemplo, na cozinha, quando não tem comida pros meninos, aí a gente tem que batalhar isso aí. O lance do celular, a gente liga, liga, liga, pede pra eles e não vem, aí a gente se acomoda e liga do da gente [...] Falta água no banheiro dos meninos a gente tem que batalhar, ligando direto, manda CI [...] A reunião que a gente tem de planejamento e avaliação uma vez por mês. Mas o nosso contato é mais por telefone, RM, com reunião dos supervisores, e ela leva a avaliação do mês. Entrevistado a

Sou muito crítica, nas reuniões sempre falo o que penso, mas ando mais calada, porque só eu me prejudico, porque a galera fala, fala, fala, por trás, mas na hora da reunião ficam calados, aí quem fala se queima. E não adianta muita coisa mesmo, porque eles colocam como um problema que tão tentando resolver, mas que não é fácil. O povo diz que a séculos é assim e as coisas só pioram. Entrevistado A

A gente falava nas reuniões, ficava pressionando, cobrando, é mais ou menos isso [...] Porque não tem muito o que fazer não, a gente não tem estabilidade pra tá fazendo uma greve ou coisa parecida. Entrevistado P

É impressionante que todas as reuniões, seja lá do que fosse, os profissionais sempre falavam das condições de trabalho. Podia ser discussão sobre gênero, lá estava todo mundo desabafando, falando de questão trabalhista. Isso é muito sintomático. Mas acho que a gente perdia um pouco de tempo, porque deixava de avançar em pontos importantes, pra falar das condições de trabalho, num momento que isso de nada ia adiantar. Entrevistado n

As falas parecem apontar que essas resistências moleculares começam a esvaziar-se no cenário de desestímulo e desencanto de profissionais mais críticos, cansados de viver como “Dom Quixotes a enfrentar moinhos de ventos”. É emblemático a fala de um profissionais, hoje, egresso:

Eu falava nas reuniões, criticava muito, desabafava o que tava sentindo, mas você fica sozinha falando, aí você queima seu filme sozinha [...] Ficar falando só não adianta muita coisa não. Entrevistado J

Em suas apreciações, profissionais considerados críticos avaliam que esta forma de enfrentamento não produz um impacto efetivo em termos de mudança substancial da realidade, principalmente por ser realizada individualmente. De fato, é cada vez mais restrito o segmento de profissionais que se pronunciam com críticas mais contundentes, o que acaba por enfraquecer as reivindicações. Contudo, reconhecem que ainda é uma das estratégias possíveis diante de um emprego, permeado por precarizações.

Assim, os profissionais acabam por tentar driblar as condições precárias de trabalho assumindo individualmente determinadas responsabilidades para dar continuidade ao exercício profissional. De fato, é recorrente o fato dos profissionais utilizarem-se de recursos extra institucionais para “banciar o trabalho”: cotas, bingos, rifas; compra de material pelo profissional ou improvisação de materiais, convocação de adolescentes, comunidade e famílias para contornar as dificuldades estruturais da FUNCI.

Cabe destacar que esta postura de assumir a provisão de material e equipamentos, às custas do próprio trabalhador, para suprir as deficiências institucionais, não se dá de forma homogênea, nem pacífica. Sobre isso, o entrevistado “o” diz: “A gente faz isso não é porque acha isso lindo não, é porque ou faz ou as coisas não acontecem [...]”. A rigor, aqueles que se recusam a fazerem uso dessa estratégia são tidos como profissionais sem compromisso, principalmente, pelos gestores do projeto. A fala de dois entrevistados são emblemáticas nesse sentido:

Eu criticava muito esse negócio da gente tá repondo as coisas, resistia muito também, até porque não tenho, mas mesmo se tivesse não seria coerente com o que eu penso sobre isso, né. Aí, a galera caía em cima, porque eles contribuía, aí eu ficava mal vista, como a sem compromisso, sendo que fazia isso justamente por ter compromisso. Entrevistado J

Eu questionava muito essa coisa de tá dando dinheiro pras cotas, pra comprar isso ou aquilo que tá faltando [...] Aí por conta disso achavam que eu não tinha compromisso, que não dava meu sangue pra coisa funcionar, sendo que a instituição é que não tava fazendo o papel dela. Entrevistado j

Destarte, há aqueles profissionais que resistem a realizar essas improvisações no contexto da FUNCI. Em verdade, o negar-se a contornar as dificuldades com recursos próprios é uma forma de resistência deveras difícil de ser assumida face à pressão institucional para efetivação das atividades e o próprio apelo das necessidades e carências do

público atendido. De fato, esta estratégia de negação é utilizada por poucos trabalhadores, o que enfraquece ainda mais este posicionamento. As duas falas a seguir são deveras significativa:

Todo mundo faz relatório nos seus computadores, aí quero fazer a mão, porque se a gente faz relatório digitado, não vão perceber a falta de computadores. Mas aí, acaba sobrando pra gente, porque o resto tudo digita. Aí a coordenação pensa: ‘se fulano de tal faz, porque que cicrano não faz?’. Aí enfraquece a nossa luta, né. Entrevistado A

Eu resistia a contribuir com as cotas, a tá levando minhas coisas, aí era muito mal vista por isso. Era praticamente só eu mesma que fazia isso, aí ficava muito difícil [...] E ainda tem aquela pressão de ter que tá realizando as coisas, salvando o mundo e, principalmente, um público muito sofrido esperando por respostas. Entrevistado J

A segunda perspectiva da articulação coletiva fez-se presente em determinados episódios e movimentos que são evocados como referências de luta no mundo do trabalho na FUNCI.

Uma dessas manifestações coletivas mais recentes e de caráter pontual foi o boicote realizado pelos arte-educadores às apresentações artísticas de fim de ano, extra carga horária de trabalho, em decorrência da FUNCI ter se recusado a pagar o valor de mercado – que já é precário – por este tipo de apresentação. É o que esclarece um integrante deste movimento:

Eles queriam pagar só R\$ 50,00 por umas apresentações extras, aí pedimos mais R\$ 50,00 e eles não quiseram pagar, aí este ano a gente não fez a contação de história. Entrevistado O

Duas formas de mobilizações de cunho mais crítico e coletivo são emblemáticas, quais sejam: o processo de mobilizações realizado pelo “Crescer com Arte Pio XII” e a mobilização efetivada, em 2008 pelo Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Em relação as mobilizações do “Crescer com Arte – Pio XII”, cabe destacar que elas acontecem há cerca de dois anos por meio de paralisações recorrentes, abaixo-assinados, construção de documentos reivindicatórios, reuniões formativas e reivindicativas, dentre outras, sob liderança dos próprios coordenadores, mas que tem apoio de toda equipe da unidade. É importante destacar, que os líderes vem de uma tradição de luta nos movimentos sociais de Fortaleza. Seguem falas emblemáticas de dois participantes dessa mobilização:

Queremos apenas garantir o que estava previsto no ECA: qualidade, condições [...] Porque se as atividades estivessem acontecendo normalmente iam pensar que nada estava acontecendo! Então se eu tô fazendo a coisa acontecer em meio a toda

precariedade, então fica complicado entender que a gente tá precisando de ajuda urgente! Porque só quem tá aqui dentro pra entender o nível da situação real [...] A gente paralisa as atividades, faz abaixo-assinado, construiu carta de exposição, faz reunião de formação e articulação. Entrevistado Q

Nosso posicionamento é técnico e político. Paramos para proteger a vida dos adolescentes e trabalhadores, porque a estrutura tava pra cair na nossa cabeça [...] Paramos também por falta de vale e alimentação. [...] Isso aqui é uma briga grande [...] Nossa paralisação faz parte da luta pela garantia do que prega o ECA [...] Em outubro de 2008 fizemos um documento expondo nossa situação, detalhadamente, com assinatura dos profissionais da nossa unidades e aí como não veio resposta, paramos seis meses. Aí retomamos e paramos de novo em novembro de 2009 por conta de rachadura no prédio. Só voltamos em outubro de 2010, aí paramos neste mesmo mês por conta de falta de alimentação e transporte, aí voltamos agora em janeiro de 2011 e estamos na expectativa que agora as coisas se resolvam, estamos começando umas reformas no prédio [...] Mas essa briga só não vai mais longe porque todo mundo não faz isso, ficam dando conta das coisas, como se tivesse tudo bem. Entrevistado q

Contudo, é importante destacar que a paralisação é parcial, diz respeito as oficinas artísticas-educativas com os adolescentes, mas as demais atividades continuam na Unidade. O entrevistado “Q” assim esclarece: “No período parado, os educadores ficam fazendo formação, se preparam para o retorno dos jovens. Fazem visitas institucionais, vistas domiciliares [...] Sempre acreditando em uma resposta”.

Destaca-se que essa luta sofre um relativo enfraquecimento pela falta de adesão por parte de outras unidades de “Crescer com Arte”, bem como de outros projetos da FUNCI. De fato, a luta começa a ser deslegitimada pela gestão que usa como estratégia de controle a comparação com os outros projetos, afirmando que estes realizam as atividades mesmo diante das dificuldades. Enfim, são mecanismos coercitivos de controle a tratar tais mobilizações como má vontade dos profissionais, falta de compromisso. Avalia um participante deste movimento:

Quando paramos sofremos muitas pressões para continuar funcionando. Até as pessoas entenderem que precisávamos parar foi uma luta. Até hoje somos mal vistos por isso. E não é só pela Coordenação não, as outras unidades não veem a gente com bons olhos. Entrevistado Q

Diante das pressões, os profissionais do “Crescer com Arte – Pio XII” começaram a sentirem-se incomodados, isolados, enfraquecidos. É o que bem circunscrevem dois participantes:

A gente começou a se sentir muito mal com os questionamentos. Não é porque fechamos o projeto que somos irresponsáveis não, essa paralisação é luta pela garantia dos direitos, do ECA [...] Veem a gente com olhos tortos! Entrevistado Q

Isso mexe com o espírito da luta [...] Pro resto dos profissionais da FUNCI o que vem tá bom, o que acaba acostumando para que as coisas não mudem. Nós estamos

aqui há cinco anos, nos paralisamos por essa questão, e os outros fazem funcionar de qualquer jeito! Entrevistado q

A outra mobilização realizada pelos profissionais do Programa das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, em 2008, foi motivada, principalmente, pela insatisfação dos profissionais das MSE's quanto às precárias condições estruturais para a realização das atividades, assim como pelos péssimos salários e instabilidade no trabalho. Com isso, os profissionais deste programa começaram a realizar encontros para discutir sobre as dificuldades estruturais da instituição, as pautas de reivindicação e as formas de mobilização. Esse processo de articulações e mobilizações levou à construção de uma carta reivindicatória, assinada pela quase totalidade dos profissionais deste programa, apresentada às instâncias superiores da FUNCI, em outubro de 2008. Segue apenas o último parágrafo da carta que é deveras emblemático:

Mais que trabalhadores e trabalhadoras da FUNCI, mais que profissionais do município, nos consideramos militantes dos direitos da infância. Nosso compromisso primeiro é para com a cidade de Fortaleza e para com as crianças e adolescentes que nela vivem [...] Em vista disso, e acreditando que nossas demandas são justas e justificadas, à luz da Prioridade Absoluta dos Direitos da Infância, e que sua concretização só fortalece a Gestão na qual cremos e confiamos, reivindicamos: a imediata transformação da FUNCI em Secretaria Municipal; o aumento da rubrica destinada a FUNCI na lei orçamentária do município; a realização de concurso público para os profissionais da Fundação; pagamento de salários mais justos, dignos e condizentes com as atividades desenvolvidas pelos profissionais da Fundação, inclusive com adicional por risco de morte nas atividades em que este risco exista; a criação de um plano de cargos e carreiras para os profissionais da Fundação. Não queremos que nossas reivindicações sejam vistas apenas como reivindicações trabalhistas – apesar de também o serem – como propostas de profissionais compromissados com a causa da infância para a construção de um mundo melhor [...] Nos colocamos, desde já, abertos para o diálogo acerca da melhor maneira para construirmos a Fortaleza que queremos.

Este último parágrafo bem resume a reivindicação desses trabalhadores, qual seja: aumento do orçamento da FUNCI, concurso público, salários mais justos, plano de cargos e carreiras.

Cabe destacar que alguns profissionais do programa não aderiram ao movimento, principalmente, sob a justificativa do medo de demissão.

Um dos líderes do movimento relata que, ao apresentarem a carta para a gestão maior da FUNCI, a fala de um dos gestores foi emblemática: “É claro que quando você se defronta com uma carta dessas, você logo pensa: todo mundo está demitido”. Percebe-se, assim, como mecanismo de controle a ameaça de demissão. Associada a ela, houve repreensões e represálias: o programa passou a ser mais vigiado e foram boicotados de

melhorias de serviços. Nas palavras da liderança: “Eles passaram vigiar mais a Coordenação, tudo que a gente pedia era negado...”

Cabe ressaltar que essas duas mobilizações configuram-se como referência de luta mais impactante na FUNCI, como podemos ver nas duas falas a seguir:

Teve uma mobilização nas Medidas Socioeducativas [...] Que eu saiba foi a única mobilização que eu vi na FUNCI... Entrevistada O

A gente não consegue mudar as coisas porque a gente continua fazendo as coisas [...] Aí pra eles é como se tivesse tudo bem [...] A gente tinha que fazer igual ao Crescer com Arte do Pio XII. Entrevistada A

Essas duas formas de mobilização emblemáticas, configuram-se como estratégia de resistência, uma vez que são planejadas, articuladas coletivamente, impactantes. (CERTEAU, 2011). De fato, estes dois movimentos precisam ser avaliados, abrindo-se, assim, uma via de investigação. Cabe destacar uma consequência do movimento do Crescer com Arte Pio XXII foi a conquista da reforma do prédio, onde funciona esta unidade, muito embora considerem as conquistas muito aquém das pautas reivindicativas apresentadas.

É importante demarcar que, no contexto das resistências, afirma-se uma medida de extrema de caráter individual quando o profissional não suporta mais a situação: a saída da instituição. Na FUNCI há uma alta rotatividades de profissionais: somente no ano de 2010, houveram cerca de 15 profissionais, que cumpunham a equipe do “Crescer com Arte”, abandonaram o trabalho durante o ano.

É importante sublinhar que esse cenário de específicas formas de dominação e alternativas de resistências circunscrevem para além da FUNCI adentrando no universo de trabalho das Políticas Sociais no Estado Brasileiro. É um fenômeno emergente a nos interpelar qual Esfinge de Édipo: “Decifra-me ou te devoro”.



## À GUIA DE CONCLUSÃO

Nesta dissertação construímos uma análise sobre os sentidos e significados do trabalho na Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza/CE. Cumpre destacar que esses sentidos e significados foram apreendidos em suas dimensões objetivas e subjetivas, a configurar o mundo do trabalho no contexto dessa instituição. Para tanto, pautados nos princípios do pensamento crítico, sob a inspiração da dialética marxista, circunscrevemos o nosso objeto, de estudo em suas determinações e singularidades, trabalhando as categorias fundantes de Capitalismo, Trabalho, Estado e Políticas Públicas Sociais, nos marcos da contemporaneidade, últimas décadas do século XX e limiar do século XXI. Assim, estudiosos-referência como Istvan Mészáros, Richard Sennet, Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Graça Druck e analistas contemporâneos como Alba Carvalho, Elaine Bering, Ivanete Bochetti abriram-nos vias analíticas importantes para pensar o trabalho no âmbito do Estado Brasileiro, em particular, nas Políticas Públicas Sociais. De fato, esses autores lançaram luzes sobre o do trabalho na Política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, no contexto da FUNCI, permitindo construir caminhos nos percursos do trabalho de campo.

Vale salientar que a temática do trabalho no espaço das Políticas Públicas Sociais revela-se como um campo de estudo instigante e ainda pouco explorado no âmbito das Ciências Sociais. Em verdade, é inquietante perceber o próprio paradoxo vivenciado pelos trabalhadores das Políticas Sociais brasileiras, qual seja: trabalhar em um campo que promove direitos sociais ao mesmo tempo em que não viabiliza os direitos dos seus trabalhadores. A rigor, o Estado, que deveria ser exemplo na garantia dos direitos trabalhistas, uma vez que é dele a responsabilidade de legislar e fiscalizar o mundo do trabalho, vem descumprindo as próprias leis e acordos nessa área.

Com efeito, é possível perceber o fenômeno da precarização do trabalho no próprio espaço das Políticas Públicas Sociais brasileiras, a grassar o universo de trabalhadores e trabalhadoras desse setor. Em verdade, a precarização laboral é um fenômeno que surge fortemente vinculado aos processos de flexibilização do mundo do trabalho, iniciados, a partir da década de 70/80 do século XX, nos países centrais, e que se alastrou, a partir da década de 90, por todo o mundo. Esse fenômeno vem provocando a vulnerabilização dos vínculos

trabalhistas, contratos de curto prazo, sem carteira assinada, rebaixamento dos salários, como bem atentam Graça Druck (2009, *apud* RAICHELIS, 2011), Giovanni Alves (2007) e Ricardo Antunes (2007). Cabe ressaltar que essa precarização do trabalho no âmbito das Políticas Sociais brasileiras vincula-se a própria precarização dessas Políticas. Em verdade, no Brasil, o sucateamento das políticas sociais é fruto dos fortes ajustes estruturais que o Estado brasileiro vem sofrendo, desde a década de 1990, no sentido de atender às novas demandas do capital financeiro e mundializado. A rigor, os cortes nos gastos públicos, provocados por esses ajustes, vêm precarizando as políticas sociais brasileiras, antes mesmo de elas terem sido construídas, como preconiza a Carta Magna de 1988. Dessa forma, configura-se, no Brasil contemporâneo, uma Política Pública pulverizada em diversos programas, focalizada nas populações mais miseráveis, de caráter assistencial e precarizada, como revelam os estudos de Bering (1998), Boshetti (2006), Draibe (1997), Sposati (2003), Motta (2000).

No contexto específico da Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI de Fortaleza, a fomentar a Política Pública de Direitos Humanos junto às crianças e adolescentes, a precarização laboral revela-se nos vínculos terceirizados, nos salários aviltantes, nas péssimas condições de trabalho, no intenso processo laboral. De fato, 99,5% dos trabalhadores dessa Coordenadoria estão contratados sob o regime de terceirização de mão de obra, com vínculo celetista, 5% desses sujeitos exercem cargo comissionado, enquanto que nenhum é concursado. Com efeito, a terceirização da mão de obra acarreta a precarização nas formas de mercantilização da força de trabalho, ocasionando instabilidade nos vínculos empregatícios e salários aviltantes. Vale salientar que uma particularidade da terceirização de mão de obra na FUNCI refere-se à alternância constante das empresas prestadora de serviços que geralmente acontece antes mesmo delas completarem um ano de vínculo com essa Fundação. Dessa forma, os prazos aquisitivos dos direitos trabalhistas não se completam, fazendo com que muitos trabalhadores fiquem sem direito a férias, décimo terceiro, auxílio doença, dentre outros direitos trabalhistas e previdenciários, mesmo tendo trabalhado o ano todo.

De fato, as instituições públicas brasileiras, no contexto do Estado neoliberal, vêm abrindo mão dos concursos públicos, dando lugar a vínculos trabalhistas típicos das empresas privadas, a exemplo dos contratos terceirizados. No governo Lula, apesar do crescimento significativo no número de concursos públicos, ainda é grande o número de terceirizados no âmbito do Estado – entre 1995 e 2005, registrou-se, nesse espaço, um aumento de 127% dos

empregos terceirizados. (ROLLI e FERNANDES, 2006 *apud* BORSÓI, 2011). Em verdade, a terceirização de mão de obra é a pedra de toque da precarização no mundo do trabalho, em particular, do trabalho no âmbito do Estado.

Contudo, a precarização do trabalho não se restringe aos vínculos empregatícios, expressando-se, inclusive, no próprio cotidiano do trabalhador. Na FUNCI, os profissionais vêm sendo submetidos a uma extensa e intensa jornada laboral, a configurar o exercício de um trabalho precário. De fato, na FUNCI, a extensão dessa jornada acontece, na maioria das vezes, por meio da realização de atividades fora do expediente normal de trabalho dos profissionais. Em verdade, relatórios, planejamentos, estudos, dentre outras atividades, são realizadas fora da carga horária oficial de trabalho, por conta das péssimas condições estruturais da própria instituição, tais como ausência de computador, impressão, serviços de internet. Vale salientar que essas horas a mais trabalhadas não são computadas como hora extra de trabalho, formatando-se como um tempo de trabalho excedente sem remuneração, a elevar os níveis de exploração desse trabalhador. Contudo, é no intenso processo de trabalho que se manifesta a mais emblemática forma de exploração do trabalhador no cotidiano da FUNCI. A rigor, essa intensificação do trabalho se dá pelas péssimas condições estruturais dessa Fundação, expressas na ausência, insuficiência e/ou péssimas condições do espaço físico, do material, dos equipamentos e dos serviços necessários à própria realização das atividades profissionais na FUNCI. De fato, essa precariedade institucional impõe aos trabalhadores o uso de seus saberes acumulados (criatividade, dinamicidade, capacidade de articulação, pró-atividade, conhecimentos em outras áreas, dentre outros) e de recursos materiais próprios para contornar essa realidade e efetivar o trabalho. Vale destacar que o exercício do trabalho precário na FUNCI não é uma realidade isolada, uma vez que nos diversos setores da produção e da reprodução da vida social percebe-se um aumento da mais valia absoluta e relativa, a configurar uma superexploração do trabalhador, como bem atentam as análises de Giovanni Alves (2005, 2007, 2009) e Ricardo Antunes (1997, 2005, 2007).

Nesse contexto de precariedades, o trabalho na FUNCI provoca uma série de insatisfações nos trabalhadores. De fato, a totalidade dos sujeitos desta pesquisa afirmou que a maior insatisfação com o trabalho que realizam/realizavam na referida Fundação refere-se às péssimas condições de trabalho, sobretudo os salários. Ademais, os trabalhadores da FUNCI sentem-se/ sentiam-se deveras frustrados com a impossibilidade de darem encaminhamentos efetivos às diversas demandas apresentadas no cotidiano de trabalho, por conta das

precariedades institucionais e das demais políticas públicas sociais. Tal impossibilidade provoca/provocava frustração e desmotivação com o trabalho, a gerar sofrimento psíquico nos trabalhadores, nos termos de Dejours (1992).

Em meio a essas insatisfações e frustrações, os trabalhadores encontram/encontravam “pequenas ilhas de felicidade” no trabalho na FUNCI. De fato, a constatação de melhorias na qualidade de vida do público atendido configura-se/configurava-se como um dos aspectos mais gratificantes e estimulantes do trabalho para os trabalhadores e ex-trabalhadores da referida Fundação. Contudo, esses sujeitos consideram o resultado do trabalho muito aquém das necessidades apresentadas pelas crianças, adolescentes e famílias atendidas. Ademais, o próprio reconhecimento dessas melhorias por parte do público atendido, as relações de amizade, a relativa flexibilidade e autonomia na realização das atividades profissionais foram citadas pelos sujeitos profissionais entrevistados como os aspectos positivos do trabalho na FUNCI.

Embora reconheçam aspectos positivos em relação ao trabalho na FUNCI, uma tendência que se manifesta para os profissionais atuantes e profissionais egressos dessa Fundação é uma desmotivação com o próprio trabalho, a vulnerabilizar a identidade desses sujeitos enquanto trabalhadores. Em verdade, essas insatisfações e desmotivações provocam/provocavam uma fragilização dos vínculos desse trabalhador com a atividade laboral na FUNCI, o que os deixa/deixava sempre na espreita pela saída da instituição. De fato, esses sujeitos apontam a qualificação profissional, os trabalhos em outras instituições da área social ou, até mesmo, fora dessa área e o concurso público como perspectivas para alcançar melhores condições de trabalho, sobretudo salariais. Vale salientar que o concurso público foi apresentado como uma das melhores alternativas para garantir estabilidade e melhores salários, pelo qual um número significativo de sujeitos desta pesquisa vem se submetendo a uma vida de estudos e treinamentos. Como exemplo, podemos citar o caso emblemático do entrevistado J, que é formado em sociologia, mas vem se dedicando a concursos públicos para agente penitenciário, inspetor de polícia, agente administrativo, dentro outros cargos de nível médio. Nesse ínterim, as perspectivas de futuro revelam-se restritas, em meio a um presente marcado pela vulnerabilização do trabalho, a aprisionar esses trabalhadores no imediatismo, em projetos de curto prazo, nas incertezas do futuro, como bem revelou Sennet (1999) ao analisar os projetos de vida e de trabalho dos trabalhadores no contexto do capitalismo flexível.

Contudo, os sujeitos desta pesquisa revelaram que a saída da FUNCI só se daria/se deu para atividades profissionais dentro da própria área social, por identificarem-se com os objetivos desse tipo de trabalho. De fato, esses trabalhadores concebem a atividade profissional na área social como um fazer que vai além da mera técnica profissional, articulando-o a uma missão na sociedade, a configurar uma mística do trabalho social. De fato, esses trabalhadores concebem/concebiam seu trabalho na FUNCI a partir de três direcionamentos, quais sejam: trabalho como missão político-profissional, trabalho como militância político-ideológica e trabalho como missão espiritual-religiosa. Vale destacar essa mística do trabalho social envolve sentimentos e valores de compromisso com o outro, com as causas coletivas, de sensibilidade frente às questões sociais, indo de encontro com a corrosão do caráter do trabalhador, a que se refere Sennet (1999).

Vale salientar que essa mística é valorizada e difundida pela própria FUNCI com intuito de motivar o trabalhador para a realização das atividades laborais em meio às suas adversidades institucionais. Em verdade, no discurso oficial dessa Fundação está presente um apelo ao trabalho militante e uma responsabilização dos seus trabalhadores para contornarem as dificuldades institucionais e efetivarem o trabalho. De fato, nesse discurso, a FUNCI busca eximir-se da responsabilidade pelas péssimas condições de trabalho, afirmando que esse problema relaciona-se, essencialmente, a uma questão da restrição orçamentária fora do seu controle, nada lhes restando a fazer, ou melhor, restando-lhes apenas impor aos trabalhadores a responsabilidade por contornar o problema e efetivar o trabalho. Nesse sentido, há uma tentativa de cooptação das subjetividades dos profissionais da FUNCI, a revelar uma nova tendência nas formas de domínio e controle dos trabalhadores no novo mundo do trabalho, como bem atentam Giovanni Alves (2005, 2007), Ricardo Antunes (2007). Um outro aspecto das formas de dominação e controle dos trabalhadores da FUNCI acontece pelos próprios vínculos terceirizados que dão a falsa impressão ao trabalhador de que ele é funcionário público e não empregado da empresa terceirizada contratante de mão de obra. De fato, esses profissionais não tem contato com os sujeitos dessas empresas, ficando o poder diluído na figura dos gestores da FUNCI que exercem o papel de coordenação e supervisão. Em verdade, as formas de dominação e controle dos trabalhadores na contemporaneidade são mais sutis e diluídas, de maneira que a não se identificar os dominadores, formatando-se uma “dominação sem sujeito”, a que se refere Mészáros (2010).

Nesse ínterim, as formas de resistência dos trabalhadores da FUNCI acontecem, majoritariamente, a nível cotidiano, pontual e individual, através de diferentes estratégias, com destaque para as críticas realizadas, durante as reuniões, quanto à questão da precariedade institucional e às pressões para que essa situação seja solucionada. Nesse contexto, há os posicionamentos “mais acomodados” de forma a reproduzir o discurso da instituição. Nesse entremeio, uma tendência que se mostra crescente é o posicionamento de profissionais críticos que atualmente não realizam mais enfrentamentos pela desmotivação em decorrência da falta de respostas institucionais a antigas e persistentes reivindicações, das repreensões sofridas, tanto pela gestão como por outros profissionais, pelo medo da demissão. Nesse contexto, duas experiências de enfrentamento mais organizado e coletivo apresentam-se como emblemáticas: uma mais pontual, àquele realizado pelas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto-MSE, no ano de 2008, e, àqueles enfrentamentos realizados pela unidade “Crescer com Arte – Pio XII”, ao longo de dois anos. De fato, o movimento organizado pelos profissionais das MSE’s gerou uma carta de reivindicações trabalhistas, enquanto que os trabalhadores do “Crescer com Arte – Pio XII” realizaram paralisações, reuniões, boicote a eventos, carta de exposição. Vale salientar que a mobilização realizada pelos profissionais das MSE’s foi pulverizada, longo depois que a carta de reivindicações foi apresentada à presidência da FUNCI, sob forte repreensão e ameaça de demissão. Já os enfrentamentos realizados pelos profissionais do “Crescer com Arte Pio XII” tiveram alguns resultados positivos, como a reforma física do prédio onde trabalham, embora esses sujeitos considerem muito aquém das reivindicações apresentadas. Destaca-se, também, que, os enfrentamentos realizados pelos trabalhadores desse projeto foram perdendo força em decorrência da falta de adesão por parte dos demais profissionais dos programas e projetos da FUNCI, da falta ou mesmo pífias respostas frente às demandas trabalhistas apresentadas, das repreensões sofridas realizadas pelos gestores e, até mesmo, pelos demais trabalhadores, taxando-os de “confuzeiros”, “de que não gostam de trabalhar”. A rigor, essas repreensões fizeram com que os trabalhadores dessa unidade sentissem-se acanhados, embora não tenham afirmado não desistir da luta. Em verdade, em meio à precarização do mundo do trabalho, a organização e mobilização dos trabalhadores estão enfraquecidas pelo desemprego estrutural, pela fragmentação dos trabalhadores, pelos retrocessos dos ideais socialistas, pelas diversas expressões do individualismo e da apatia social (ALVES (2005); ANTUNES (2007); DRUCK, 2009 apud RAICHELLIS).

Nesse ínterim, uma importante luta que vem sendo travada contra a precarização do trabalho no campo das Políticas Sociais brasileiras diz respeito às mobilizações feitas pelos trabalhadores da Política de Assistência Social. Cabe destacar que essas lutas já tiveram importantes conquistas, a exemplo da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos-NOB-RH da Política Pública de Assistência Social, aprovada em 2006, que preconiza a realização de concurso público como via de acesso para trabalhar nas instituições públicas que fomentam essa Política; melhorias salariais e a garantia das condições necessárias à realização desse trabalho. Contudo, na última Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2011, a efetivação dessa Norma foi apresentada como grande desafio dessa Política no limiar do século XXI. Na Política de Direitos Humanos junto a Crianças e Adolescentes de Fortaleza, a luta por melhores condições de vida e de trabalho apresenta-se como um desafio ainda maior, a ser travada pelos trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam a precariedade no cotidiano de trabalho.

Por fim, cabe dizer que este estudo foi um mergulho reflexivo no mundo do qual eu faço parte, como trabalhadora que atua no campo da Política Social e como trabalhadora egressa da FUNCI, que me interpelou a construir o presente objeto de estudo e a oferecer possíveis respostas, sempre em aberto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. A condição de proletariado na modernidade salarial: por uma analítica existencial do proletariado. *Revista Pegada*, v. 9, n.2, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Práxis, 2007.

\_\_\_\_\_. *O novo e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Práxis, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_; ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004.

ALVES, Giovanni; RODRIGUES, Patrícia; SILVA, Nilson R. Trabalho e subjetividade: um estudo de caso sobre a saúde de trabalhadores da linha de produção da indústria farmacêutica. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/patricia-rodriguesgiovannialvesnilsonrsilva.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2012.

ANDERSON, Pierre. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-39.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARRETCHE, Marta. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; CARVALHO, Daniela Sampaio. Trabalho precário no mundo na América Latina e no Brasil. *Observatório Social em Revista*, p. 25-34, 2007. Disponível em: [http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos\\_biblioteca/conteudo/1897er10\\_27a36.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/1897er10_27a36.pdf). Acesso em: 20 jun. 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Presses Universitaires de France, 1977.



BARONE, Leonardo Sangali. Emprego público e política: uma radiografia da gestão 2005/2008 nos municípios brasileiros. *Painel 03/2010: capacidades institucionais dos municípios para a gestão*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/prestacaodecontas/relatgestao2010.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEHRING, Elaine. R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BERNARDO, Márcia Hespagnol. *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BORGES, Ângela Maria Carvalho. Reforma do estado, emprego público e a precarização do mercado de trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 41, p. 255-268, mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br/RCRH-2006-19angela.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2011.

BORSÓI, Izabel Cristina F. Vivendo para trabalhar: do trabalho precário ao trabalho degradado. *Revista de Ciências Sociais*, México, v. 18, n. 55, p. 113-133, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=10515210005>. Acesso em: 17 abr. 2011.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, J-C; PASSERON, J-C. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1990/lei-8112-11-dezembro-1990-322161-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BRITO, Lydia Maria Pinto. *Gestão de competências, gestão do conhecimento e organizações de aprendizagem: instrumento de apropriação pelo capital do saber do trabalhador*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.

BRITO, Priscila Silva; LEITE, Janete Luzia. *Mundialização e questão social: as políticas sociais brasileiras como paradigma*. III Jornada Internacional de Políticas Públicas “Questão social e desenvolvimento no século XXI”, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís-MA, 2007.

CÂMARA, Antônio da Silva; JESUS, Altair Reis. A persistência contemporânea: mandonismo e clientelismo. *Revista de Sociologia*, n. 14, 2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/49123585/Clientelismo-no-Brasil>. Acesso em: 18 out. 2011.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana*. São Paulo: Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. *Em busca de ampliação de caminhos na (re)invenção da emancipação no século XXI: construindo o diálogo crítico Marx/ István Mészáros/Boaventura de Sousa Santos*. Seminários de Pós-doutoramento – Re-invenção da emancipação social do século XX: caminhos de uma contra-hegemonia. 2009.

\_\_\_\_\_. *O “Brasil Real” em questão: resgate do olhar crítico de cientistas sociais*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: SOUSA, Fernando José Pires de. (Org.). *Poder e políticas públicas na América Latina*. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 171-200.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores*. Fortaleza: SENAC, 2008.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores no mundo do trabalho no SUAS: identidade em construção*. Fala realizada no XIV Encontro Nacional Congemas (oficina 1) – Gestão do trabalho no SUAS: competências e (re)organização, dez. 2011

\_\_\_\_\_; BAPTISTA, Maria Manuel; ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu et al. Estado e cultura na contemporaneidade: Portugal e Brasil em foco. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 11, n. 2, p. 147-168, jul./dez. 2007.

CASTRO, Conceição; NUNES, Pedro. Sistemas de emprego público no século XXI: que significado? Uma sistematização. *Revista Chilena de Administración Pública*, n. 15-16, p. 191-222, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.uchile.cl/index.php/REGP/article/viewFile/11698/13722>. Acesso em: 2 maio 2011.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CEDECA)/CE. *Relatório de monitoramento da política para infância e adolescência do município de Fortaleza*. Fortaleza, 2010.

CERTEAU, Michel. Fazer com: usos e táticas. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 86-100.

CHEIBUB, Zairo B. Reforma administrativa e relações trabalhistas no setor público: dilemas e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, p. 115-146, jun. 2000.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. Neoliberalismo, futuro do capitalismo? In: KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT) DO BRASIL, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm). Acesso em: 15 abr. 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 15 abr. 2012.

COSTILLA, Lucio Oliver. Transformações do Estado e da sociedade civil na América Latina. In: BRAGA, Elza Maria Franco (Org.). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: edições UFC, 2003.

DAL ROSSO, Sadi. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 65-91, 2006.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.

DIEESE. Reduzir a jornada de trabalho é gerar empregos de qualidade. *Nota Técnica*, n. 57, nov. 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec57JornadaTrabalho.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.

DRAIBE, Sônia. A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reformas? In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (Orgs.). *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. p. 213-258.

DRUCK, Graça. *Terceirização: desfordizando a fábrica*. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. *Revista Katáysis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 24-34, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a04.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2011.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

ESTATUTO DA FUNCI. Prefeitura Municipal de Fortaleza. *Decreto Municipal nº 10.720 de 2000*. Fortaleza, 2000.

FARIAS, Francisco Pereira. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, p. 49-65, nov. 2000.

FELISMINO, Sandra Cordeiro. Objetividade e teoria: notas preliminares acerca da subordinação categorial do pensamento sociológico contemporâneo ao marxismo. In: \_\_\_\_\_. FERNANDES, M. J. P.; NETO, E. A. *Trabalho e educação face à crise global do capitalismo*. Fortaleza: LCR, 2002. p. 181-193.

FERNANDES, Rubem César Fernandes. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. São Paulo: Contraponto, 2007.

FREDERICO, Celso; TEIXEIRA, Francisco. *Marx no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2009.

GOBETTI, Sérgio. Lula bate recorde de servidores temporários. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 2009. Disponível em: <http://www.eagora.org.br/arquivo/lula-bate-recorde-de-servidores-temporarios>. Acesso em: abr. 2011.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência. *Novos Estudos Cebrab*, São Paulo, n. 18, 1987.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2010.

HUSSON, Michel. *Miséria do capital: uma crítica ao neoliberalismo*. Lisboa: Terramar, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Questão social e serviço social. In: \_\_\_\_\_. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 27-42.

\_\_\_\_\_. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital fictício, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Emprego público no Brasil: comparação internacional e evolução*. 19º Comunicado da Presidência do IPEA, 2009.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIC, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. *Actividad, conciencia e personalidad*. Havana: Pueblo y Educación, 1981.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Antônio Marcos. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *O processo de precarização do trabalho: estudo de caso do funcionalismo público*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. Produtividade do capital: trabalho produtivo e improdutivo. In: *O capital*. Livro 4 – Teorias da mais-valia. Vol. I. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. p. 384-406.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MENDES, Áquilas; MARQUES, Rosa Maria. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katáysis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a03.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2011.

MÈSZÁROS, Istvan. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009a.

\_\_\_\_\_. *A crise estrutural da política*, 2009b. Disponível em: [http://resistir.info/meszáros/crise\\_estrutural\\_da\\_política.html](http://resistir.info/meszáros/crise_estrutural_da_política.html). Acesso: 15 ago. 2009. Discurso proferido no 13º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, em Maceió, Brasil, maio 2006.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Assistência Social (NOB-RH)*. Brasília, dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS): construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, jul. 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. 2004. Brasília, nov. 2004. Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

MOTTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 2000.

OFFE, Claus. Trabalho: A categoria sociológica chave? In: \_\_\_\_\_. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser Pereira. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Cadernos Mare*, Brasília-DF, 1997. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB\\_Seges\\_Mare\\_caderno01.PDF](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF). Acesso em: 24 maio 2011.

PESSOA, Eneuto. Estado, trabalho e emprego público no Brasil: principais tendências nos anos 90. Artigos do VIII encontro de economia política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: [http://www.sep.org.br/artigo/8\\_congresso\\_old/28\\_PESSOA.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/8_congresso_old/28_PESSOA.pdf). Acesso em: maio de 2011.

PITTA, A. *Hospital: dor e morte como ofício*. São Paulo: Hucitec, 1991.

POCHMAN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 57-74.

\_\_\_\_\_. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 2 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Reação do mercado de trabalho no Brasil metropolitano frente à crise internacional. In: MACAMBIRA, Júnior; MORETTO, Amilton; KREIN, José Dari; POCHMANN, Márcio. *Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho no Brasil*. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho Banco do Nordeste – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010. p. 79-101

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: *Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*, Módulo 4. Brasília: NED/CEAD, Universidade de Brasília, 2000. p. 37-50.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Lei Municipal Complementar n. 61/2009*. Fortaleza, 2009.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: O enfrentamento necessário na Assistência Social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária*, Brasília, DF: 2011. p. 39-64

SADER, Emir; AURÉLIO, Marco. *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

SANTOS, José Carlos. *Os caminhos da terceirização em Juazeiro do Norte*. Fortaleza: IMEPH, 2011.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter no capitalismo contemporâneo: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999.

SILVA, Cristiano Amorim Tavares da. *A disciplina jurídica da terceirização trabalhista*. Jusnavegandi, 2007. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/10821/a-disciplina-juridica-da-terceirizacao-trabalhista>. Acesso em: 2 jun. 2011.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. In: *Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 39-64.

SIMIONATTO, Ivete. *Crise, reforma do Estado e políticas públicas*. Especial Gramsci e o Brasil, 1999. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?id=106&page=visualizar>. Acesso em: 24 maio 2011.

SOUZA, Rafael Soares. A administração pública e a terceirização da atividade-fim. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2647, 30 set. 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/17523>. Acesso em: 27 dez. 2011.

SPOSATI, Aldaisa. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. *Intervenção Social*, Portugal, v. 1, n. 27, p. 63-88, 2003.

SUGINOMOTO, Luiz. *Mitos e verdades sobre emprego público no Brasil*. Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/jornalPDF/187-pag02.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/187-pag02.pdf). Acesso em: 24 mar. 2011.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Globalização e reestruturação produtiva: transformações estruturais e relações de trabalho na economia cearense. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; ARRUDA, Gerardo C. M.; PIRES, Inácio J. B. *Globalização e mercado de trabalho no Estado do Ceará*. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1999.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VASCONCELOS, E. M. Estado e políticas sociais no capitalismo: uma abordagem marxista. *Revista de Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 28, Cortez, 1988.

YASBEK, Maria Carmelita; SILVA e SILVA, Maria Ozanira; GIOVANNI, Geraldo di. *A política social no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2008.

## ANEXO

### FICHA CADASTRAL

- **Identificação**

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Profissão:
5. Programa/Projeto/Cargo atual:
6. Tempo na instituição:
7. Vínculo empregatício:

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- **Trajetória profissional antes de chegar a FUNCI**

1. Fale da sua trajetória profissional até chegar a FUNCI.
2. Caso tenha passado por outros trabalhos nas políticas sociais, quais motivos levaram a entrar e sair desse trabalho?

- **Trajetória profissional na FUNCI**

3. Por que escolheu a FUNCI para trabalhar?
4. Passou por seleção? E treinamento? Se sim, este foi importante para o seu desempenho profissional?
5. Que tipo de funções já executou na FUNCI?
6. Você já integrou quais projetos?
7. Caso tenha passado por outros projetos. Por que entrou e saiu de cada um deles?
8. Como percebe as experiências vivenciadas nos projetos para a sua vida profissional?

- **Condições de trabalho na FUNCI e seus significados**

9. Como é/era seu dia a dia de trabalho, que tipo de atividades realiza?
10. Quais as habilidades exigidas para exercer essas atividades?
11. Você tem/teve capacitações para exercê-las? Consegue/conseguia colocá-las em ação?
12. Quais são/eram as dificuldades enfrentadas em sua jornada de trabalho?
13. Como se sente/se sentia diante dessas dificuldades? Por que acha que elas acontecem/aconteciam?
14. Considera/considerava o número de profissionais suficiente?



15. Qual é/era sua carga horária de trabalho? Cumpre/cumpria hora extra? Ela é/era compensada? Se sim, como?
16. O que acha/achava das condições estruturais de seu trabalho? (material, estrutura física etc)
17. O trabalho da FUNCI oferece/oferecia riscos? Se sim, quais?
18. O salário que recebe/recebia atende suas necessidades?
19. Você recebe/recebia seus direitos como manda a legislação trabalhista? (férias etc)
20. Você se sente/se sentia valorizado enquanto profissional?
21. Está/estava satisfeito com o seu trabalho? Por quê?
22. Quais são/eram as principais vantagens que o emprego te oferece hoje?
23. O que é/era mais gratificante e o que é mais frustrante no seu trabalho?
24. Para você, qual o significado do seu trabalho na FUNCI?

- **O profissional e a demanda de trabalho**

25. Como você se sente/se sentia diante das demandas do seu trabalho?
26. Por que acha que as problemáticas sociais acontecem/aconteciam?
27. Você acha que essas problemáticas devem/deveriam ser enfrentadas como?

- **Relação com os pares**

28. Como é/era sua relação com os colegas de trabalho?
29. Como se dá/se dava a convivência com os colegas da FUNCI fora do ambiente de trabalho?
30. Essa convivência ajuda/ajudava diante das condições de trabalho?
31. Você acha que seus colegas enfrentam/enfrentavam as mesmas dificuldades que você?

- **Formas de gestão**

32. Como é/era sua relação com a gestão?
33. Como você percebe/percebia a ação da gestão frente aos participantes do programa?
34. Como os gestores /reagem diante das demandas trabalhistas? Quais os discursos que apresentam/apresentavam diante dessas demandas?
35. Como você avalia a promoção aos cargos de gestão na FUNCI?

- **Os trabalhadores frente ao trabalho na FUNCI**

36. Diante dos problemas cotidianos enfrentados na FUNCI, a reação predominante é/era de enfrentamento ou acomodação?
37. Participa/participava de algum movimento reivindicatório? Por quê?
38. Que tipo de ações melhorariam as condições da FUNCI?
39. E as parcerias, como acontecem/aconteciam?
40. Quais as contribuições da FUNCI para sua vida pessoal e profissional.
41. A ação nas políticas sociais muitas vezes levam ao estresse. Você sente-se/sentia-se estressado, desmotivado, cansado etc.? Se sim, como convive/convivia com tal situação?
42. Se você tivesse a oportunidade de mudar de trabalho, você sairia da FUNCI? Por que?
43. Você tem projetos profissionais futuros? Se sim, quais?
44. O que você faz/fazia no seu tempo livre? Como se sente/se sentia?

**45. Os trabalhadores e as políticas sociais**

46. Qual a função da política social para você?
47. Como você avalia o andamento dela hoje? Para os trabalhadores? E para os usuários?
48. Como você avalia as políticas sociais antes e depois da gestão petista federal, estadual e municipal?
49. Que tipo de ações poderiam ser desenvolvidas para melhorar as políticas sociais?